

Conceição de Maria Belfort de Carvalho
Ilza Galvão Cutrim
Mônica da Silva Cruz
Fabiola de Jesus Soares Santana
Marília de Carvalho Cerveira
Organizadoras



Discurso e seus entornos

DISCURSO E SEUS ENTORNOS

EDITOR RESPONSÁVEL

Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

CONSELHO EDITORIAL

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho

Ana Lucia Abreu Silva

Ana Lúcia Cunha Duarte

Cynthia Carvalho Martins

Eduardo Aurélio Barros Aguiar

Emanoel Cesar Pires de Assis

Denise Maia Pereira

Fabíola Hesketh de Oliveira

Helciane de Fátima Abreu Araújo

Helidacy Maria Muniz Corrêa

Jackson Ronie Sá da Silva

José Roberto Pereira de Sousa

José Sampaio de Mattos Jr

Luiz Carlos Araújo dos Santos

Marcos Aurélio Saquet

Maria Medianeira de Souza

Maria Claudene Barros

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Wilma Peres Costa



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento 4.0.

Conceição de Maria Belfort de Carvalho
Ilza Galvão Cutrim
Mônica da Silva Cruz
Fabíola de Jesus Soares Santana
Marília de Carvalho Cerveira
Organizadoras

DISCURSO E SEUS ENTORNOS

ISBN: 978-85-8227-587-0.

São Luís



2025

Copyright © 2025 by EDUEMA

Projeto Gráfico e Editoração: Maurício José Moraes Costa

Normalização: Maurício José Moraes Costa

Capa: Maurício José Moraes Costa

Imagem da Capa: Arte do VI DCIMA.

Revisão: Conceição de Maria Belfort de Carvalho, Ilza Galvão Cutrim, Mônica da Silva Cruz e Maurício José Moraes Costa.

Publicação financiada por auxílio financeiro da CAPES:
Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP - 2024)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C331d

Carvalho, Conceição de Maria Belfort.

Discurso e seus entornos [e-book] / Conceição de Maria Belfort de Carvalho, Ilza Galvão Cutrim, Mônica da Silva Cruz, Fabíola de Jesus Soares Santana, Marília de Carvalho Cerveira, (organizadoras). – São Luís: EDUEMA, 2025.

213 p.; il. color.

Modo de acesso: World Wide Web.

ISBN: 978-85-8227-587-0.

1. Discurso. 2. Oralidades Pan-Amazônicas. 3. Amazônia Legal. 4. Subjetividades. 5. Memória. 6. Patrimônio. I. Cutrim, Ilza Galvão. II. Cruz, Mônica da Silva. III. Santana, Fabíola de Jesus Soares. IV. Cerveira, Marília de Carvalho. V. Título.

CDD: 551.583:001.891(1-928.8)

CDU: 304.25: 918.11

*Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário
Maurício José Moraes Costa CRB 13/833*

Criado no Brasil [2025]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

EDUEMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Cidade Universitária Paulo VI - CP 09 Tirirical

CEP - 65055-970 - São Luís – MA

www.editorauema.uema.br – editora@uema.br



APRESENTAÇÃO

As mudanças climáticas têm sido apontadas por especialistas como um dos efeitos das diversas formas de destruição da natureza no planeta. A falta de um planejamento ambiental arrojado é um debate antigo e, infelizmente, na atualidade, vem gerando problemas de enormes proporções para a sobrevivência da humanidade, como o aquecimento global, as mudanças climáticas e suas repercussões nefastas nas diferentes sociedades.

A Amazônia, região essencial para o combate ao aquecimento global e às mudanças climáticas no mundo, destaca-se por abrigar uma diversidade de povos tradicionais, cujos modos de vida dependem da biodiversidade e do ecossistema que a floresta oferece. Essas mudanças do clima impactam de forma múltipla os modos de vida das comunidades tradicionais, alteram sua relação com a natureza e, conseqüentemente, com os padrões culturais que sustentam suas subjetividades. Para essas comunidades, a oralidade é um elemento central na conservação e preservação da sua cultura, pois, por meio dela, saberes são transferidos, memórias são conservadas e subjetividades são formadas.

A oralidade é formada historicamente, constituindo-se, assim, como um lugar sócio-histórico de produção e circulação de sentidos. Os discursos produzidos no interior das oralidades localizam-se nos embates das práticas discursivas que estão em conflito na sociedade. Abordar o tema Mudanças Climáticas e Oralidades Amazônicas: entre discursos, subjetividades e memórias implica em realizar um debate sob uma perspectiva que contempla os estudos linguísticos, os estudos literários e os estudos interdisciplinares. Isso porque a área de Letras/Linguística tem na interdisciplinaridade a base de sua concepção teórico-crítica, o que permite uma reflexão epistemológica ampla e, por essa razão, aberta a diversas possibilidades de análise.

São muitos os discursos produzidos sobre as mudanças climáticas, uma pauta urgente em nosso presente. O entrelaçamento entre os aspectos econômicos, sociais, territoriais e culturais presentes nos processos de produção, circulação e recepção dos discursos e sentidos sobre essas mudanças requer uma abordagem ampla, interdisciplinar, na qual diferentes enfoques, tais como poder, práticas sociais e simbólicas, sustentabilidade, desenvolvimento social e econômico, relações midiáticas, linguísticas, literárias, históricas, identidades e subjetividades, entre outras, passam a ser objetos obrigatórios de reflexão.

Conceição de Maria Belfort de Carvalho

Ilza Galvão Cutrim

Mônica da Silva Cruz

Fabíola de Jesus Soares Santana

Marília de Carvalho Cerveira

Organizadoras





Sumário

PAN-AMAZÔNIA NA CONTEMPORANEIDADE: rios, povos indígenas, oralidades e memórias 9

Ivânia dos Santos Neves

Luisa Elvira Belaunde Olschewski

MUDANÇAS CLIMÁTICAS, AGROTÓXICOS E A CONFLITUALIDADE DOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO NO MARANHÃO 30

Mariana Gomes Silva Reis

Fátima Cristina Maya S. Costa

Vanuza da Silva Cruz

Ronaldo Barros Sodré

AMAZÔNIA MARANHENSE NO RITMO DAS MUDANÇAS DO CLIMA: notas sobre a difusão de pequenas centrais hidrelétricas 43

Luciano Rocha da Penha

OS DISCURSOS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SEUS IMPACTOS NOS MODOS DE VIDA E TERRITÓRIOS DOS POVOS INDÍGENAS NA CONTEMPORANEIDADE 53

Márcia Wayna Kambeba

INVENTÁRIO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, MARANHÃO: os assentamentos pré-coloniais 68

Arkley Marques Bandeira

GAMEZÔNIA: perspectivas teóricas sobre o potencial pedagógico e decolonial dos jogos digitais na Amazônia 84

Juliana dos Santos Nogueira

Conceição de Maria Belfort de Carvalho

ARQUEOLOGÍA Y PAISAJE DURANTE EL FORMATIVO INICIAL EN CERRO VENTARRÓN, PERÚ 95

Marcelo Fagundes

Edgar Bracamonte Lévano





Marcia M. Arcuri Suñer
Néstor Ignacio Alva Meneses
Arkley Marques Bandeira

INVENTÁRIO DE CONHECIMENTO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DOS MUNICÍPIOS DA ILHA DE SÃO LUÍS, MARANHÃO - BRASIL: gestão territorial e zoneamento..... 118

Arkley Marques Bandeira

MUSEU, GESTÃO E TECNOLOGIA: um olhar sobre as práticas museais contemporâneas 135

Claudiane Diniz da Silva
Kláutenys Dellene Guedes Cutrim

SUBJETIVIDADES LIBERTÁRIAS EM ESPAÇOS HETEROTÓPICOS: corpos não-binários em quadrilhas juninas do Nordeste 152

Regina Baracuhy

O QUE DIZEM AS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS DO NORTE/NORDESTE SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS? 162

Marília Carvalho Cerveira
Elda Silva do Nascimento Melo
Fabiola de Jesus Soares Santana

INTERVENÇÃO SOCIAL: um breve olhar sobre a Competência V da redação do ENEM 178

Mateus Correa Costa
Ilza Galvão Cutrim

“NÃO ERAM APENAS FREIRAS”: discursos e os riscos da coragem da verdade . 190

Denise Gabriel Witzel

Sobre os autores e autoras..... 205





PAN-AMAZÔNIA NA CONTEMPORANEIDADE: rios, povos indígenas, oralidades e memórias

Ivânia dos Santos Neves¹

Luisa Elvira Belaunde Olschewski²

1 INTRODUÇÃO

A história da América Latina é de um longo e denso processo de incomunicação. Incomunicação primeiro entre os diferentes passados, o que teria permitido decifrar a conquista e a colônia como processo histórico e não como fatalidade de um destino.

Jesús Martín-Barbero

Pan-Amazônia é um enunciado misterioso, constituído por radicais gregos, que não dialogavam com as populações indígenas da grande floresta, mas que foram gradativamente impostos pela colonização. Um enunciado que arranha as identidades fixas estabelecidas a partir das fronteiras dos Estados-Nações na parte norte da América do Sul “quem nasceu desta fronteira para lá é peruano, para cá, é brasileiro”. Nove países constituídos pela imensa Bacia Amazônica, espaiada, em sua maior parte pela Planície Amazônica. O bioma para onde olhos do mundo inteiro olham temerosos diante das evidentes transformações do planeta produzidas pela ação do homem. Convivemos agora, nessa região, com os duros impactos produzidos pelas mudanças climáticas e os discursos do progresso e do desenvolvimento, ainda em curso destruindo o planeta, já não conseguem esconder seus efeitos ambientais dramáticos.

A Pan-Amazônia - um território de 7.275.300 km², que representa 44.5% da América do Sul - continua sendo, ainda hoje, a região de maior densidade linguística do continente americano, com um mosaico de línguas variadas, o que parece indicar a existência, no passado, de movimentos migratórios intensos e em grande escala dentro de seu território. Nele, no atual século XXI, são faladas cerca de 240 línguas - metade das quais na Amazônia brasileira - pertencentes a 52 famílias linguísticas. (Bessa Freire, 2004, p. 25).

Não podemos acreditar, no entanto, que a única forma possível de vida é esta delimitada pelos interesses capitalistas. Talvez esse o mais perigoso de todos os discursos na atualidade. Ainda que parecesse improvável na segunda metade do século XX, outras formas de vida humana insistem em escrever outras histórias, diferentes da lógica oci-

¹ Universidade Federal do Pará.

² Universidad Nacional Mayor de San Marcos.





dental. Apesar dos rigorosos processos de governamentalidade a que foram submetidos, os povos nativos da Pan-Amazônia e suas relações com as florestas, com os rios, com as palavras atravessam o contemporâneo. Como nos ensina Martín-Barbero (2014, p. 27):

Somente hoje se começa a reescrever a história, a desmascarar as mentiras minuciosamente construídas e obstinadamente defendidas como fatalidades. Escrever sua história é, na América Latina, iniciar a destruição dos muros que a impedem de se comunicar com sua memória, relegada ao vazio ou à nostalgia a partir do dia posterior à conquista e mistificadas pelos próprios processos de independência.

Neste capítulo, apresentamos duas perspectivas convergentes sobre a Pan-Amazônia que partem de dois lugares de enunciação diferentes: Peru e Brasil. Nossas reflexões se inter cruzam pelas águas dos rios e pela oralidade, na expectativa de ver para além das fronteiras coloniais. Nossa perspectiva é problematizar o que os colonizadores estabeleceram arbitrariamente como fronteiras na Pan-Amazônia. Quando visibilizamos os saberes locais ou observamos a dinâmica de organização da natureza dessa imensa região, estas fronteiras se desfazem e representam um autoritário exercício de poder desagregador. Para isso, tomamos a linguagem em sua perspectiva discursiva para mostrar como os processos de governamentalidade da língua foram e são decisivos.

O governo da língua representa um conjunto de políticas públicas planejadas e executadas por instituições que exercem o gerenciamento sobre a sociedade e controlam, disciplinam, normalizam condutas em relação às línguas e a todas as práticas de linguagem agenciadas por elas. Se no início da colonização os impressos serviram de suporte e sacralizaram as verdades estabelecidas pelas línguas europeias, hoje, as definições de corpo e biopoder precisaram se ampliar, porque os bytes produzem outras formas de racionalidades, de sentimentos, de emoções, de pertencimento identitário. (Neves, 2023, p. 92).

O espanhol e o português foram as primeiras línguas estrangeiras faladas na América do Sul, mas o poder do dispositivo colonial, com seus tentáculos espalhados pelas escolas, igrejas, legislações, mídia e outros espaços de poder (Neves, 2009, 2018, 2022) foi tão esmagador que ainda hoje são a língua oficial da maior parte da população. Como nossas análises se situam nos fluxos da Bacia Amazônica, línguas do tronco Linguístico Tupi, principalmente a família Tupi-Guarani vão ganhar relevo e um de nossos objetivos é visibilizar a perspectiva cosmológica dessas sociedades, ainda que seja em uma perspectiva mais ampla, integrada aos movimentos dos rios.

Na primeira parte, falaremos sobre os rios da Bacia Amazônica, mas não como *comodities* ou como recursos hídricos. Apresentamos esses rios como um grande elo de ligação entre a Cordilheira dos Andes e a Floresta Amazônica. Nos cursos desses rios, civilizações milenares produziram subjetividades, saberes, memórias e as oralidades e suas singularidades certamente foram fundamentais nesse processo. Na segunda parte, vamos



mostrar alguns resultados da invasão do colonizador no corpo indígena e sua palavra falada. As oralidades transitavam por essas águas e ainda que esbarrassem nos conflitos entre os povos que aqui viviam, a arrogância colonizadora da palavra escrita não fazia parte do jogo.

2 FLEXIBILIZANDO O OLHAR A PARTIR DA CORDILHEIRA DOS ANDES

Nasci³ no Peru e atualmente moro na cidade de Lima, mas tenho o prazer de ter morado bastante tempo no Brasil e em outros países. Então, embora minhas considerações tomem como lugar de enunciação, nesse momento, o Peru, sou uma pessoa que vivencio a Pan-Amazônia nos dois lados dessa fronteira. Para iniciar minhas reflexões, é necessário consultarmos o mapa da Pan-Amazônia, porque minha argumentação será cartográfica e sobre essa região existem as cartografias vivas e também as cartografias da morte.

Figura 1 – Pan-Amazônia



Fonte: Neves (2024)

No mapa, podemos perceber que o Peru é praticamente um irmão gêmeo do Brasil, o outro lado do Brasil, como se fosse a parte do Brasil que se conecta com o oceano Pacífico. Os outros sete países que fazem parte da Pan-Amazônia se encontram em outra relação, outro ângulo com o Brasil. Interessantemente, o Peru está justo do outro lado, a

³ Elvira Belaunde.





outra cara, por isso sempre aconselho meus alunos a conhecerem o Brasil, uma espécie de outro lado da Lua para nós. Para um peruano, conhecer o Brasil permite compreender uma perspectiva integrada geograficamente, em que é possível ver os dois lados. Esta é uma história imbricada com os processos de colonização e com a produção de verdades que procuraram confundir e silenciar os saberes indígenas sobre a região, num processo de apropriação e de registros escritos legitimadores dos interesses europeus na região.

2.1 Samuel Fritz: entre fronteiras geográficas e discursivas no século XVIII

O jesuíta alemão Samuel Fritz, que viveu nesta fronteira entre o Peru e o Brasil, quando ela ainda não existia, foi um dos primeiros geógrafos a cartografar o grande rio Amazonas nos séculos XVII e XVIII. Sua entrada na região foi pelo rio Napo, nos territórios da coroa espanhola e sua atuação resultou na implementação de uma grande missão jesuítica na parte ocidental da Bacia Amazônica. Ele se confrontou com a disputa de terras entre espanhóis e portugueses. Percorreu a América do Sul de oeste a leste e esteve na foz rio Amazonas. Segundo ele, o ponto mais longo dessa grande Bacia estava entre a boca e o que ele chamou de rio Marañón, que seria a nascente do Amazonas em território peruano. Nessa perspectiva, que foi tomada como verdade até 2010, apesar das controvérsias, a Bacia Amazônica nascia no próprio bioma amazônico.

Figura 2 - Bacia Amazônica por Samuel Fritz



Samuel Fritz, sobretudo por ser jesuíta, se confrontou também com os embates discursivos e políticos sobre as denominações dos lugares, isto é, as relações de poder que envolvem a criação de topônimos. Para Isquerdo (1997, p.31):



O signo toponímico apresenta, por conseguinte, determinadas especificidades que precisam ser consideradas. Primeiramente, trata-se de nomes próprios cuja função específica é a de identificar e não de significar. Entretanto, na situação específica do topônimo, além dele determinar a identidade de lugares, a análise de sua estrutura pode fornecer elementos para esclarecer muitos aspectos referentes à história política, econômica e sociocultural de uma região. Desta forma, o papel do signo toponímico ultrapassa o nível apenas da identificação, servindo, pois, de referência para o entendimento de aspectos da realidade em que está inserido. Em segundo lugar, é preciso atentar para o fato de que toda nomeação, normalmente, é estimulada (ou até mesmo condicionada) por fatores inerentes à realidade circundante do denominador.

O jesuíta intitula o mapa como “El Gran Rio Marañón o Amazonas”, o que já demonstra haver algum problema com a denominação do rio. Durante o período colonial, dar nome aos lugares e às pessoas foi uma das principais estratégias de governo da língua (Neves, 2023). Já nesse momento havia uma tensão em relação ao enunciado Marañón. Quanto a Amazonas, não há dúvida de que se trata de uma palavra de etimologia grega implementada na região pelos europeus, mas em relação a Marañón, hoje, a história é difusa. No Brasil, atualmente há o estado do Maranhão e muitos outros lugares com esta denominação.

A confusão em relação a origem do topônimo Maranhão opõe relatos de viajantes que trazem algumas afirmações em favor de uma origem espanhola e portuguesa a estudiosos de língua indígena que defendem a origem Tupi. Seria, no mínimo inesperado que as grandes sociedades Tupi que viviam às margens do rio Amazonas não lhe tivesse atribuído uma ou mesmo várias denominações. Castro e Cardeira (2020) realizaram uma pesquisa de base histórica para analisar as trajetórias de sentido do topônimo Maranhão e suas variantes. Chegaram a algumas conclusões:

a) Em 1615, Jerônimo de Albuquerque capitão português responsável pela expulsão dos franceses da região, que se tornou a Capitania do Maranhão (1616-1622), acrescentou a seu nome a alcunha Maranhão.

b) “Da forma primitiva Tupi mara- ou para- ‘grande caudal’, ‘mar corrente’ provêm formas toponímicas selecionadas no site do IBGE. A forma mara- que se alterna com para- e bara- (Sampaio, 1955) ainda é bastante usada para designar as águas, os grandes caudais (Castro; Cardeira, 2020, p. 188)”.

c) A terceira hipótese seria uma coincidência formal: nas formas Marañón (sobrenome e topônimo), Marañã (topônimo) maranhas (‘mentiras, intrigas’). Neste caso, haveria semelhança formal sem semelhança semântica, o que não faz sentido para explicar a origem de uma palavra.

Para as autoras, ainda que assinalem os interesses coloniais nas denominações e façam um levantamento denso das referências indígenas da palavra, elas concluem que





não há documentação suficiente para chegar à origem da palavra. No entanto, o topônimo está presente no Peru e no Brasil, em territórios habitados por povos Tupi. Fundamentar a conclusão apenas baseada em documentos escritos dialoga com as estratégias da colonização de silenciamento dos saberes indígenas. O levantamento que realizaram coloca em relevo as manobras de Portugal e Espanha para controlar os sentidos nesses territórios, que hoje chamamos de Amazônia.

2.2 O pensamento da bacia: das cabeceiras à foz, e vice-versa

No mapa da Bacia Amazônica, se observarmos bem, veremos que o atual território peruano reúne uma grande quantidade de cabeceiras dos grandes rios dessa Bacia. A seta que está mais abaixo no mapa, a cabeceira do rio Apurímac, é o ponto mais longínquo da foz do rio no oceano Atlântico. Por muito tempo, no entanto, desde Samuel Fritz, houve uma outra delimitação dessa extensão, já que se pensava que a primeira nascente da Bacia Amazônica, esse Grande Maranhão/Marañón de rios emaranhados, eram as cabeceiras do rio atualmente chamado Marañón no Peru, que se encontram nos Andes centrais do país, relativamente perto de Lima, a Capital. Em 2010 houve uma expedição geográfica internacional com o objetivo de definir os contornos da Bacia Amazônia e foi demonstrado que o ponto mais longínquo, quer dizer, a cabeceira mais longínqua da bacia não é a cabeceira do rio Marañón, mas a cabeceira do rio Apurímac.

Figura 3 - Bacia Amazônica



Fonte: Neves (2024)





Essa cartografia que junta as cabeceiras à boca, como dizemos em espanhol, ou à foz em português, tem uma longa história. Os estados do Pará e do Maranhão habitados pelos povos da família linguística Tupi-Guarani, no litoral norte brasileiro, durante o período colonial faziam parte do Estado do Grão-Pará e Maranhão, que era toda essa região da foz desse grande rio Amazonas. Então, eu quero levar vocês, como os povos Tupi-Guarani fizeram há vários séculos: remontar as águas do rio para chegar às cabeceiras, para aprender a pensar com a Bacia.

Ter consciência da relação entre as cabeceiras andinas e a foz no Atlântico nos permite compreender o quanto a Bacia Amazônica está também interligada a um ponto que representou o umbigo do mundo andino para o Império dos Incas. Esse ponto do umbigo é a cidade de Cusco, uma palavra Quéchua que significa “umbigo”. Quando compreendido desta forma, não dá para aceitar que povos amazônicos e andinos viviam isolados uns dos outros antes da invasão dos europeus.

No mapa, está em destaque a localização da cabeceira do rio Apurímac. Quando medido a partir deste ponto, o rio Amazonas tem 7.062 km, portanto, ele é o rio mais comprido do mundo, também o mais caudaloso, também o mais belo, tudo o que quiserem. Agora, é preciso entender a localização do rio e o que significam seus nomes de nascença.

O rio Apurímac nasce no vulcão Mismi, que em Quéchua quer dizer “resíduo de fogo”. Esse vulcão é um glaciar poderoso ou era, porque desafortunadamente os glaciares andinos estão desaparecendo. Da água caindo das geleiras do topo do Mismi se forma uma pequena lagoa, que se chama Apacheta. Esta palavra, em Quéchua denomina um tipo de oferenda ritual para a Pachamama, a “mãe terra”, mas também a “mãe tempo-espaço”, já que “pacha” é um conceito polissêmico que não tem tradução correta em espanhol nem português e reúne noções andinas de tempo e espaço. As apachetas são pequenas esculturas feitas com pedras superpostas que os caminhantes deixam em lugares considerados muito poderosos, sagrados, mas perigosos. Quando as pessoas passam por lá, elas podem ser engolidas, tragadas pela “mãe terra-tempo-espaço”. Pachamama é muito generosa, mas ela também é muito faminta e tem momentos em que ela precisa ser alimentada e ela se alimenta de oferendas. É importante ter isso em consideração: a Bacia Amazônica começa no gelo e no fogo, na altitude, no vulcão e na oferenda a um espaço-tempo que é faminto e que precisa ser cuidado e respeitado.





Figura 4 - Rachadura do vulcão Mismi por onde cai a água dos glaciares



Fonte: Portal R7 (2021)⁴

Figura 5 - Apacheta: oferenda à Pachamama nos glaciares andinos



Fonte: Conociendo Peru (2021)⁵

4 Disponível em: <https://www.cna7.com.br/noticia/7860/voce-sabe-onde-fica-a-nascente-do-rio-amazonas-conheca-o-contexto-historico-que-levou-a-definicao-do-local>.

5 Disponível em: <https://www.conociendoperu.net.pe/2021/01/apacheta-o-te-ayudo-llevar-la-carga.html>.





Figura 6 - O vulcão Mismi e a lagoa Apacheta



Estas primeiras fontes de água das alturas se juntam em confluências e aos poucos formam o rio Apurímac, o primeiro rio da Bacia Amazônica. Em Quéchua “apu” quer dizer “divindade da montanha”, e pode significar “chefe” e “autoridade”, também. “Rimac” significa falar. Então o nome “Apurímac” pode ser traduzido como “divindade faladora”. É significativo saber que o rio Amazonas começa falando, e não é qualquer fala, é com autoridade. Esse rio era muito forte e barulhento quando corria pelas montanhas e criava muito som. Por isso, o curso do Apurímac era o lugar privilegiado das práticas oraculares na época do Império Incaico. Era o rio dos oráculos (Burga, 2008)

Agora, voltemos ao mapa. Há uma indicação do rio Apurímac e bem próximo um ponto vermelho com a indicação da cidade de Cusco, que em quéchua significa “umbigo”. A cidade de Cusco se encontrava no meio do mundo Inca, entre o rio Apurímac e um outro rio muito importante que hoje se chama Vilcanota, uma palavra que é uma deformação espanhola da palavra quéchua *Willcamayu*.

Em Quéchua, “Mayu” significa rio e “vilca/wilca”, divindades ancestrais, portanto *Willcamayu* significa rio das divindades ancestrais. Esse rio Vilcanota é o segundo rio que estava em volta de Cusco e tornava a cidade o umbigo do mundo no meio do Apurímac e do Vilcanota, e no ponto de encontro das quatro direções das redes de caminhos que os Incas percorriam a pé. O rio Vilcanota vai se transformar no rio Urubamba, que é o rio do Vale Sagrado dos Incas. Quem foi a Cusco sabe que esse Vale Sagrado é o lugar onde os Incas gravavam todo o alimento para eles, especialmente o milho para fazer a





deliciosa chicha para as libações, mas era também onde eles geravam belos e complexos tecidos. Na formação de Urubamba, “uru” quer dizer aranha e “bamba” planície. E por que este rio está associado às aranhas? Há várias interpretações, mas uma delas aponta que a aranha, dentro das narrativas, tanto incaicas, quanto amazônicas, ensina as mulheres a tecelagem.

E, assim, quando as palavras e o tecido se juntam em confluência, ambos os rios, o Apurimac e o Urubamba, já correram muitos quilômetros se juntando a outros rios. Cresceram e deixaram atrás o frio das montanhas geladas para se encontrarem na selva tropical. Da confluência entre a fala e a tecelagem, o rio Ucayali, o rio “branco”, surge fortalecido e serpenteando com suas águas cheias de nutrientes das terras andinas para fertilizar as várzeas da Amazônia. O Ucayali corre em direção norte até encontrar o Marañón na cidade de Nauta, que está em destaque no Mapa da Bacia Amazônica (Figura 3).

Para os peruanos e os outros hispano falantes da Bacia, o nome Amazonas começa a se usar em Nauta. Uma pequena cidade habitada por famílias Kokama, um povo da família linguística Tupi-Guarani, descendente daqueles falantes do tupinambá que chegaram há séculos da costa atlântica remontando o rio Amazonas. Nauta parece ser uma palavra ibérica associada à navegação, mas em realidade é uma deformação espanhola da palavra tupi-guarani “*mauta*” em língua kokama, que significa uma “grande jarra de barro” usada para fermentar as bebidas de vegetais e para enterrar os mortos. Talvez seja uma mera convenção geográfica situar a nascente do Amazonas em Nauta, convenção que causa controvérsia já que no Brasil a convenção é que esse trecho do rio se chama Solimões e o Amazonas só nasce da confluência do rio Negro com o rio Solimões, a mais de 1500 quilômetros de distância. Mas não deixa de nos chamar a atenção que Nauta é um nome em homenagem ao legado dos povos das terras baixas Tupi na sua procura pelas alturas Andino.

Os povos Tupi- Guarani transitaram pelo rio Amazonas. Ter essa consciência histórica dos movimentos dos povos originários é absolutamente essencial para compreender essa Pan-Amazônia. Nauta é um lugar Tupi. E mais que as denominações, ainda hoje nesta região é intensa a presença de povos indígenas Tupi-guarani como os Kokama, Kukamiria e Omáguas. Ter consciência das cabeceiras é ter consciência das palavras e suas tecelagens, os nomes e significados que mudam com a colonização e os movimentos de populações, mas permanecem na memória indígena; é ter consciência das origens que vão para além das fronteiras geopolíticas que são tão recentes e não conseguem interromper o curso dos rios.

No atual território peruano estão não apenas as cabeceiras do curso principal do rio Amazonas, também estão as cabeceiras do rio Purus, do rio Juruá, e parte das cabeceiras





do Madeira, a outra parte está na Bolívia. E falo aqui das cabeceiras mais longínquas, mas todas as cabeceiras andinas são igualmente importantes; elas têm nomes e tecem histórias na Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela. Então, o rio Amazonas é um rio andino, o que é sinónimo de dizer que os Andes são amazônicos.

Compreender essas espacializações reversíveis nos faz entender melhor esses dois lados da Lua: o Leste e o Oeste da bacia amazônica e quanto tudo que acontece num ponto vai ter relação com o outro. O rio flui da montanha para o Atlântico, mas, os peixes, assim como os Tupi, remontam, vão da foz para a cabeceira, para a montanha. É fascinante pensar que povos Tupi, na procura da terra sem males, remontaram o grande rio à procura das suas cabeceiras andinas.

Nossa proposta de realizar projetos de pesquisa na Pan-Amazônia juntas tem como objetivo nos aproximar ao pensamento dos povos habitam e conhecem a bacia hidrográfica. Todos nós fazemos parte desse emaranhado de rios, de palavras, de histórias e biomas que confluem. Nesse sentido, se nós estamos procurando uma abordagem teórica que seja adequada para pensar a bacia, consideramos primordial a obra que Antônio Bispo dos Santos nos deixou. Para ele “a confluência” é um conceito indispensável para pensar como as diferenças coexistem e se juntam e assim geram coisas novas no caminho. “A confluência é uma força que rende, que aumenta e que amplia” (Bispo dos Santos, 2023, p. 23). Antônio Bispo não é propriamente da Bacia Amazônica e sim do Piauí, mas ele colheu e semeou o pensamento da bacia, demonstrando o quanto é urgente aprender a pensar junto com os rios.

2.3 Entre rios, oralidades e tintas

As oralidades contemporâneas dos povos originários são também a nossa guia, pois elas expressam o pensamento da bacia hidrográfica que anima sua concepção da geografia para além das fronteiras atuais. Prossigo então para apresentar brevemente o trabalho criativo de um querido amigo e colega, o artista Rember Yahuarcani do povo Aimeni, pertencente à família linguística Huitoto e originário do rio Putumayo, quem pintou e transcreveu para o espanhol a oralidade de seus ancestrais.

O rio Putumayo é um outro grande rio amazônico, cujas cabeceiras estão na Colômbia nas alturas Andinas de Pasto. “Putu” significa plantas de cabaça e como já vimos, em Quéchua “Mayu” significa rio, portanto é o rio das cabaças, abundantes nas suas beiras, mas ele tem outros nomes nas línguas dos povos amazônicos que ele banha. No Brasil, ele se chama rio Içá, uma palavra que vem do Tupi antigo e designa a fêmea da formiga saúva.

Rember nasceu no que hoje é território peruano, perto da fronteira com o Brasil, mas seus avós viveram no que hoje é a Colômbia. Para ele, essas fronteiras só trouxeram histórias de genocídio, sofrimento e despojo. As palavras de seus antepassados não têm nada a ver com essas cercas políticas, pois elas fluem e confluem.





As histórias da selva são como rios. Eles serpenteiam e levam a outra história. Assim, navegando de história em história, você pode viajar em sua imaginação e saber o que aconteceu quando a Terra acabou de se formar (Yahuarcani, 2015, p. 13).

Como o curso de suas águas, os nomes dos rios serpenteiam e levam a outros. Saber os nomes dos rios é nos aproximar das suas histórias. Esse pensamento da bacia é narrado por Rember nas pinturas e as histórias da criança-árvore que sua avó lhe contou: Quando Jusiguna nasceu, a mãe o deixou no chão coberto com uma tigela de cabaça. Depois de alguns dias, uma árvore começou a crescer em seu umbigo. A árvore subiu para o céu e estava cheia de todos os tipos de frutas perfumadas. Naquela época as pessoas só comiam lama. Então, desejosos de experimentar as apetitosas frutas derrubaram a árvore.

E quando a criança-árvore finalmente desabou, seu pesado tronco caiu, abrindo uma grande vala na terra. Na marca deixada no solo formou-se o curso do rio Amazonas, o maior de todos os rios da selva. E na pegada deixada pelos galhos do dossel se formou o rio Putumayo e todos os outros rios da Amazônia, do maior ao menor. Foi assim que se desenhou a paisagem de selva repleta de cursos d'água, e assim se formaram todas as coisas boas para comer, que também tiveram origem na água” (Yahuarcani, 2015, p. 39).

Figura 8 - Jusiguna, por Rember Yahuarcani, 2007



Fonte: Fotografia com autorização do autor, Luisa Belaunde.

Esta versão contemporânea de um tema narrativo indígena antigo e presente em várias línguas originárias amazônicas nos mostra, justamente, a consciência que os povos originários têm de fazer parte de uma bacia, ao contrário de nós que nos deixamos cegar





pelas fronteiras políticas e línguas coloniais. As plantas de cabaças do rio Putumayo estão muito longe da foz do Amazonas no Atlântico, mas isso não impede que os ancestrais de Rember saibam bem que as cabeceiras estão unidas à foz, como os galhos do dossel estão unidos às raízes, pois neste caso, a foz é o umbigo no oceano Atlântico de onde surge a bacia hidrográfica como uma gigantesca árvore da abundância.

Umbigos e rios estão entretecidos nas palavras indígenas que apresentamos aqui: Cusco umbigo Incaico e o umbigo de Jusiguna criança-árvore. São diferentes tipos de umbigos: um está no mar, o outro nas terras altas. Além disso, ter um umbigo comum não significa que todos os rios que o rodeiam ou correm em sua direção sejam iguais. Bem pelo contrário. Cada ponto da bacia é único, cada cabeceira, cada curso de água, cada pequena foz é diferente das outras; eles têm nomes, biomas, povos, comidas e histórias próprios. Trazendo o conceito desenvolvido por Antônio Bispo, podemos dizer que suas diferenças confluem e juntas elas se potencializam até chegar no oceano Atlântico ou remontar os glaciares dos vulcões.

Há um umbigo em cada extremo da bacia. No Atlântico está o umbigo de Jusiguna, onde nasceu o tronco da árvore, e nos Andes está o umbigo de Cusco, onde nasceram as cabeceiras mais longínquas. Mas, realmente, há muitos umbigos mais, e suas histórias são contadas pelos povos que habitam seus diferentes rios. Penso, por exemplo, no belo livro com palavras e pinturas, chamado “Umbigo do Mundo”, que apresenta em português os conhecimentos do pai, a mãe e as tias da antropóloga Francy Baniwa, grandes narradores multilíngues das cabeceiras do Rio Negro. Os relatos e os cantos foram registrados em Baniwa, uma língua da família linguística Aruwak, e em Nheengatu, a língua geral da família linguística Tupi-Guarani. Nessa região, próxima das fronteiras do Brasil com Colômbia e Venezuela, o multilinguismo acompanha a história da nascença dos rios e do primeiro parto dos humanos, acontecido navegando numa canoa.

Quando surgiu, a cachoeira de *Hiipana* emergiu da terra e foi até o céu, de modo a criar um portal entre mundos, entre casas de diferentes seres vivos, humanos e não humanos. E por isso é considerada “umbigo do mundo” Neste lugar geográfico situado no rio Ayari, *Hiipana*, que é uma cachoeira, tem uma vagina de pedra de onde surgiu a humanidade, especificamente, o povo Baniwa e seus clãs (Baniwa; Baniwa, 2023, p. 208).

Umbigos são conectores, “portais” entre mundos e seres, biomas, línguas e cursos de água. A abundância da Bacia Amazônica, desse Grande Marañón/Maranhão, se dá nesse tecido das histórias e das águas que fluem e confluem em múltiplos sentidos, da terra ao céu, e do céu para a terra; das cabeceiras à foz, e da foz às cabeceiras, nessa coexistência das diferenças.





3 DO OUTRO LADO DA LUA: oralidades e águas

Faço⁶ parte do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará, situada às margens do rio Guamá, no estado Pará, bem próximo ao delta do rio Amazonas, onde ele encontra o oceano Atlântico. Nesta região, as águas doces alcançam seu esplendor, são muito poderosas, e quando chegam ao oceano, empurram a água salgada do mar e produzem pororocas, um fenômeno que provoca grandes ondas e cria extensas praias de água doce. A força é tanta que o litoral dos estados do Pará e do Maranhão tem águas barrentas, com sedimentos, palavras, memórias nesta confluência de Bacia que são trazidos desde os Andes.

Recebo as palavras e as teias do outro lado da Lua para dar continuidade. E minhas reflexões se iniciam aceitando a confluência e sentindo como essa proposição esbarra, hoje, em um dos maiores ressentimentos de grande parte das pessoas: a falta de integração com a natureza. A informação de que o Amazonas nasce nos Andes, no Peru, e termina no litoral norte do Brasil está nos livros, nos sites, mas a forma como foi apresentada na primeira parte deste capítulo, essa confluência envolvendo as palavras Tupi-Guarani e as trajetórias desses povos pelo rio Amazonas instaura sentidos singulares. Essa perspectiva produz uma sensação de integração com a Pan-Amazônia.

No Brasil, pouco se fala em Pan-Amazônia. Mesmo nas universidades, a maioria dos projetos se limita às fronteiras brasileiras e ainda há outras divisões: Amazônia paraense, Amazônia do Amazonas, Amazônia de Rondônia... A partir dessa confluência de bacias, a Pan-Amazônia e sua ancestralidade indígena, se torna um lugar de acolhimento de memórias. E esse processo de reconhecimento é um desafio. Nós estamos retomando um sentido do que poderia ter sido simples: compreender essa região a partir dos rios. O dispositivo colonial e suas estratégias, no entanto, confundiu, silenciou, interditou esses sentidos.

No Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Pará (UFPA), temos uma série de produções audiovisuais envolvendo documentários e programas de entrevistas chamada de “Entre Rios e Palavras”, que se inscreve nessa confluência de bacias. O título foi atribuído em função da relação com os rios da Amazônia. No documentário “Entre rios e palavras: os Nheengatus”, José Ribamar Bessa Freire explica como a Língua Geral Amazônica se espalha pela região. Em suas análises, ele destaca as transformações por que o Nheengatu passa em diferentes espacialidades e como os seus registros em gramáticas e dicionários feitos por estrangeiros demarcam essas diferenças. Autor de “Rio Babel” (2004), Bessa Freire é um profundo conhecedor

⁶ Ivânia Neves.



dessa confluência de bacias. Suas pesquisas sempre envolvem os rios e as cosmologias indígenas e buscam assinalar suas conexões.

Quando comecei a buscar interações com pesquisadores peruanos para pensar a Pan-Amazônia, ouvi algumas respostas como: “ah não, mas os estudos andinos não têm nada a ver com os estudos da Amazônia!” ou “Ah, os Incas não vinham pra Amazônia e quem vivia na Amazônia nunca chegava nos Andes”. De onde vieram essas afirmações? De onde vieram essas fronteiras? De onde vieram essas divisões? Agora temos o trabalho quase milenar de refazer essa trama.

Antes da colonização, a palavra indígena transitava por esses rios. A palavra falada, os corpos indígenas, seus saberes, suas narrativas. A oralidade sempre foi parte constitutiva dessas imensas bacias. E são essas oralidades indígenas que chegam aos nossos dias e pluralizam o contemporâneo. O contemporâneo não é só o neoliberalismo, o consumismo e a alta tecnologia eletrônica que desequilibram o ambiente e a humanidade.

A oralidade tem vários gêneros e alguns foram extremamente perseguidos pela colonização. As definições de mito ou lenda, que inferiorizam as oralidades dos povos indígenas nos mostram outras formas de vida. As mudanças climáticas já nos fizeram ver que essa perspectiva de vida neoliberal ameaça a vida humana no planeta. A humanidade, no entanto, não pode ser tomada como uma uniformidade, não existe uma única forma de vida, como nos alerta Ailton Krenak (2021). Quando pensamos nessa confluência de bacia, esse tendencioso discurso homogeneizador não faz sentido.

3.1 Retratos do contemporâneo

Em 2021, durante a pandemia, realizamos o projeto “Retratos do Contemporâneo: as línguas indígenas no estado do Pará”. O projeto consistiu na produção de um mapa interativo das línguas indígenas faladas no estado e na produção do documentário “Entre rios e palavras: as línguas indígenas no estado do Pará”. Os resultados reafirmaram alguns dados, como por exemplo o fato de o Pará ser o coração Tupi da América do Sul, já que em seu território são faladas 18 línguas do tronco Tupi. A língua Munduruku apresenta o maior número de falantes do estado, a língua Mawayana menos de 04 falantes.

Em 2021, acreditávamos que a septuagenária Kayawa Mawayana seria a última falante da língua Mawayana. Ela vive entre os Waiwai, na Terra Indígena Trombeta-Mapuera e na Terra Indígena Nhamundá-Mapuera, no Pará, uma região marcada pela atuação de missionários interessados em transformar a língua Waiwai na única língua indígena falada na região. Kayawa não fala português e como perdeu parentes e amigos, ela sofre com a falta de interlocução, porque os mais novos não aprenderam sua língua, com exceção





de seu neto, Iolandino Xayukuma WaiWai, aluno da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Quando soube do projeto, Iolandino reuniu a família e financiaram a ida de Kayawa para Santarém, a fim de que a gravação pudesse ser feita. Para eles, era muito significativo que ela fosse ouvida, pois até aquele momento nenhuma pesquisa havia se interessado em visibilizar sua língua.

Quando assistimos à gravação, fica uma sensação de incomunicação (Martín-Barbero, 2014). No primeiro momento, ela fala e em seguida seu neto faz a tradução. Ela conta como foi perdendo seus interlocutores durante a vida. Kayawa fala de outras formas de vida, de um outro possível que a colonização fez questão de destruir. Para mim, ela significa uma particularidade muito significativa dessa confluência dos rios, que nos leva para as margens do rio Trombeta, um afluente do Amazonas ao norte. Para mim, Kayawa não é simplesmente uma falante, mas sim sujeita de uma história triste, cuja condição traduz os sistemas de exploração impostos à Amazônia. Hoje, sabemos que mais três pessoas falam sua língua.

Figura 9 - Kayawa Mawayana



Fonte: Grupo Gedai (2021)⁷

O projeto também revelou o empenho de muitas sociedades de retomada da língua. No Baixo Tapajós, atualmente, vivem 13 povos indígenas e 12 retomaram o Nheengatu como sua língua: Arapium, Apiaká, Arara Vermelha, Borari, Jaraki, Maytapú, Munduruku, Munduruku Cara Preta, Kumaruara, Tapajó, Tupaiú, Tupinambá e Tapuia. Este esforço se traduz nas práticas linguísticas das crianças, que aprendem na escola o Nheengatu. Nos registros do projeto, há muitas gravações com crianças cantando em línguas indígenas.

A escola, que historicamente representou o lugar de apagamento das línguas indígenas, hoje, com a presença de professores indígenas, representa um significativo espaço de resistência para as ancestralidades indígenas. Os vídeos com crianças cantando não se

⁷ Disponível em: Fonte: <https://grupogedai.blogspot.com/2021/11/grupo-gedai-lanca-documentario-entre.html>.



limitam ao Baixo Tapajós e estão presentes nos verbetes de muitas línguas no estado do Pará.

3.2 Quando as águas doces penetram o oceano: a Mairi dos Tupinambá

Agora estamos aqui, nessa confluência, chegando ao estuário do rio Amazonas, esta zona de transição entre o rio e o mar, que se mistura ao também grandioso estuário do rio Tocantins. O rio Amazonas e o rio Tocantins chegam praticamente juntos ao oceano Atlântico. O arquipélago do Marajó e as terras circunvizinhas parecem se desmanchar em meio a tantas águas. O volume de água doce que penetra na água salgada é muito intenso. É dessa forma que a Bacia se encontra com o Atlântico e liga os dois oceanos.

Figura 10 - O Estuário do rio Amazonas



Fonte: Aguas Amazônicas⁸

Aos olhos estrangeiros, a imensidão de água doce parece inacreditável. Para a maioria, um rio não pode ser tão largo a ponto de que não se avistem as duas margens. Para os olhos acostumados, a grandiosidade dos rios se incorpora às identidades fraturadas das populações locais, que convivem com diferentes mundos.

Do início ao fim da Bacia Amazônica, memórias indígenas, as apropriações dos colonizadores, os efeitos da exploração desenfreada contornam essa Bacia. Nela, popula-

⁸ Disponível em: <https://pt.aguasamazonicas.org/pescarias/contexto/estuário-e-a-costa-amazonica>.





ções locais e seus modos de vida insistem em resistir, mas continuam sendo expropriados por agentes externos.

Figura 11 - Baía do Marajó



Fonte: O Liberal (2024)⁹

Esta região, que compreende hoje os estados do Maranhão, do Pará e do Amapá, os Tupinambá denominavam de Mairi, terra de Maíra, outro topônimo cujo significado foi bastante alterado pelas traduções europeias. Desde seu primeiro registro escrito, feito pelo frade franciscano André Thevet, Mairi aparece como terra de franceses. Em Nheen-gatu, atualmente, significa cidade.

No início da colonização, grande parte dos Tupinambá e de outros povos de tradição Tupi que viviam no litoral da Amazônia desapareceram. Os Tenetehara conseguiram resistir nas proximidades do litoral, muitos migraram para dentro da floresta e formaram novas sociedades ou se integraram as que já existiam, mas uma parte foi incorporada à população de vilas e cidades.

Entre os Tupinambá contactados pelos portugueses e as sociedades Tupi atuais existem muitas semelhanças. Além das palavras, é possível encontrar algumas práticas culturais comuns, como por exemplo o grande Maíra, que lhe ensinou os segredos das plantas da floresta, um ancestral que, guardadas as diferenças, permanece vivo na atualidade pelo menos entre os Tembé, Guajajara, Waiãpi Guajá, Kaapor e Ava-Canoero. Os Tupinambá dos primeiros séculos de colonização e esse povos, na atualidade, se consideram filhos de Maíra e Mairi pode significar, entre outras possibilidades, o território de Maíra (Neves, 2022, p. 192).

⁹ Disponível em: <https://www.oliberal.com/policia/ventos-fortes-de-setembro-a-dezembro-aumentam-o-risco-de-navegacao-na-baia-do-marajo-1.878246>.





Reascender os significados de Mairi significa remexer a ancestralidade indígena das cidades dessa região. Entender que são constituídas por mais de uma cosmologia, agora com novos contornos, com várias fraturas e que representam outros possíveis dentro do contemporâneo. Além dos povos indígenas, a maior parte das pessoas que nasceu nessa parte da Amazônia carrega essa pluralidade em seus corpos, em suas memórias. As heranças de Maíra estão fortemente presentes nas práticas culturais que envolvem a alimentação, a utilização das ervas da floresta, na intimidade com as grandes águas, no falar ritmado pelas palavras oxítonas do Tupi.

4 INCOMUNICAÇÕES FINAIS

Quando visitamos os Andes peruanos, os guias turísticos, sempre muito preocupados, nos alertam sobre a poluição das cabeceiras do rio Amazonas. De uma ponta a outra desse imenso território que envolve os Andes e a Floresta Amazônica há problemas com a mineração, com os madeireiros, com a poluição da água doce. Estamos, portanto, envolvidos numa mesma trama.

Em 2024, o Madeira, um dos maiores e mais caudalosos rios da Amazônia, chegou a menos de dois metros de profundidade. Então não podemos pensar só em uma das pontas, de forma isolada. No Peru, no Brasil e em outros países que compõem a Pan-Amazônia, o fogo corrói a vegetação. E a circulação imediata das informações pelo planeta nos alertam que as queimadas estão espalhadas pelo mundo todo.

Nos países andinos perdemos totalmente a consciência da foz do rio Amazonas no Oceano Atlântico. Também esquecemos da região das Guianas e do Brasil central. Só vemos as cabeceiras nas altitudes andinas da grande Bacia. No Brasil, perdemos a consciência das cabeceiras. Essas duas perdas de consciência têm sido muito graves, tanto nas nossas vidas, de quem somos nós, quanto nas nossas decisões políticas, econômicas e especialmente agora para entender as grandes mudanças climáticas que estão acontecendo na Amazônia a partir da segunda metade do século XX. Essas reflexões nos convidam a pensar em como nós rompemos com a natureza a tal ponto de compreendermos a natureza de forma tão circunscrita ao que o nosso olhar alcança.

A colonização dividiu essa região e o governo das línguas, administrado pelo português e o espanhol, dividiu as línguas indígenas. Neste processo, os rios também foram politicamente divididos, compartilhados. Esses mais de 500 anos de colonização produziram subjetividades fraturadas, lacunosas, quando pensamos em Amazônia como um pedaço isolado dessa grande Bacia, quando não nos reconhecemos dentro desses rios. Psicanaliticamente falta alguma coisa.





Nessa confluência de bacia, a incomunicação entre as populações que aqui habitam foi e continua sendo rigorosamente administrada. Podemos e devemos, no entanto, remexer as fronteiras, lançar novos e renovados olhares, arranhar os sentidos estabilizados das palavras e este foi o principal objetivo desse texto.

REFERÊNCIAS

- BANIWA, Francy; BANIWA, Francisco. **Umbigo do mundo**: mitologia, ritual e memória. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2024.
- BESSA FREIRE, José Ribamar. **Entre rios e palavras**: os Nheengatus. Documentário, 25 min. 06 s. Belém: YouTube, Canal do GEDAI, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j1JnwayWyMs&t=391s>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- BESSA FREIRE, José Ribamar. **Rio Babel**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- BURGA, Manuel (ed.). Choquequirao. **Lima**: Institut Français d'Études Andines, Fondo Contravalor Perú-Francia, Fondo Editorial de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/books.ifea.5979>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. A toponímia como signo de representação de uma realidade. **Fronteiras – Revista** de História, UFMS, 1997. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/12920/6281>. Acesso em: 15 out. 2024.
- DE CASTRO, Maria Célia Dias; CARDEIRA, Esperança. Um nome em movimento: percurso linguístico-histórico do topônimo Maranhão. **Revista Papéis**, 2020.
- NEVES, Ivânia. **A invenção do índio e as narrativas orais tupi**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- NEVES, Ivânia. Do governo da língua. In: LISBOA, Flávia; NEVES, Ivânia; GREGOLIN, Maria do Rosário (orgs.). **O governo da língua**: uma perspectiva discursiva sobre o lugar da língua nas relações de poder no Brasil. 1. ed. Guarapuava: Editora Unicentro, 2023. v. 1, p. 71-98.
- NEVES, Ivânia. As histórias de Murué Suruí e Kudã'í Tembé: traduções e temporalidades. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, v. 1, p. 149-175, 2018.
- NEVES, Ivânia. **Entre rios e palavras**: as línguas indígenas no estado do Pará. Documentário, 1h16min34s. Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5TP25OXroAc>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- NEVES, Ivânia. Mairi, terra de Maíra: a ancestralidade indígena eclipsada em Belém. **Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, v. 7, p. 178-205,





2022.

NEVES, Ivânia. **Mapa interativo das línguas indígenas no estado do Pará**. Belém, 2021. Disponível em: <https://gedaiamazonia.com.br/linguas-indigenas-no-para/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

YAHUARCANI, Rember. **El sueño de Buinaima**. Lima: Edita AECID, Dirección de Relaciones Culturales y Científicas.



MUDANÇAS CLIMÁTICAS, AGROTÓXICOS E A CONFLITUALIDADE DOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO NO MARANHÃO

Mariana Gomes Silva Reis¹
Fátima Cristina Maya S. Costa²
Vanuza da Silva Cruz³
Ronaldo Barros Sodré⁴

1 INTRODUÇÃO

A degradação ambiental tem uma ligação profunda com as mudanças climáticas, um fenômeno que se intensificou desde a Revolução Industrial. As ações humanas, marcadas pelo consumo excessivo de recursos naturais, têm impactado de maneira significativa o equilíbrio ambiental. Para além dos problemas climáticos, a expansão agrícola, baseada na utilização intensiva de agrotóxicos, tem contribuído de maneira significativa para a deterioração do meio ambiente.

De acordo com Pellegrino, Assad e Marin (2007, p. 143), o modelo de desenvolvimento agrícola do Brasil é devastador, pois a emissão de gases de efeito estufa do país, através das queimadas, desmatamento e expansão agrícola, é maior do que a emissão causada pela atividade industrial e pela queima de combustíveis fósseis.

Esse padrão de crescimento, voltado para a melhoria da produtividade, intensifica os conflitos socioambientais, particularmente em áreas como o estado do Maranhão, onde biomas, como o Cerrado e a Amazônia, são diretamente impactados. A agricultura intensiva, ao modificar ecossistemas e afetar a biodiversidade, ameaça não só a estabilidade ambiental, mas também as comunidades tradicionais que dependem desses recursos naturais para sua subsistência (Klug *et al.*, 2016 p. 304-315).

O objetivo central deste trabalho é investigar e compreender como as mudanças climáticas, juntamente com a expansão agrícola intensiva, têm afetado os biomas locais e

1 Graduanda em Geografia-Licenciatura na Universidade Federal do Maranhão. E-mail: mariana.gomes@discente.ufma.br.

2 Graduanda em Geografia-Licenciatura na Universidade Federal do Maranhão. E-mail: fatima.maya@discente.ufma.br.

3 Graduanda em Geografia-Bacharelado na Universidade Federal do Maranhão. E-mail: vanuza.cruz@discente.ufma.br.

4 Professor adjunto do Departamento de Geociências da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: ronaldo.sodre@ufma.br.





as comunidades tradicionais do estado. Além disso, busca-se explorar as consequências ambientais e sociais do uso extensivo de agrotóxicos, analisando como essas práticas impactam tanto a biodiversidade quanto as atividades econômicas regionais.

Este estudo é conduzido por meio de revisão de literatura existente e pela análise de dados secundários. As pesquisas realizadas e os relatórios climáticos consultados proporcionaram uma visão detalhada das dinâmicas climáticas e socioambientais no estado do Maranhão. A opção por essa metodologia possibilitou um estudo metódico e embasado, proporcionando recursos teóricos e práticos para a avaliação crítica do efeito das alterações climáticas na área.

2 MUDANÇAS CLIMÁTICAS: causas e impactos nos territórios

As mudanças climáticas têm ocasionado mudanças nas paisagens de muitos lugares, como é o caso do Maranhão. A intensificação desses eventos climáticos, no estado, reflete uma tendência global impulsionada por fatores antropogênicos. A ligação desses fatores com o consumo desenfreado têm modificado o equilíbrio ambiental e aumentado os desafios para as comunidades locais.

A Organização das Nações Unidas (ONU) identifica o consumo excessivo como uma das principais causas das mudanças climáticas. A sociedade contemporânea, baseada em um modelo de desenvolvimento consumista, utiliza mais recursos do que o necessário, levando ao aumento da demanda por energia, o aumento do desmatamento, à produção em massa, à produção agrícola intensiva, às queimadas, à poluição atmosférica e ao transporte com suas emissões de gases de efeito estufa.

No Maranhão, o aumento das áreas destinadas à pastagem e à produção de soja tem contribuído significativamente para a deterioração do meio ambiente, especialmente nas regiões de Cerrado e Amazônia. A expansão dessas fronteiras agrícolas, impulsionada pelo agronegócio, tem um impacto direto na devastação de florestas nativas e na transformação de ecossistemas singulares em monoculturas destinadas à exportação. “Em contraste com sua importância ecológica, o Cerrado vem sofrendo há décadas efeitos do processo de ocupação, principalmente ligados à ampliação da fronteira agrícola” (Grecchi et al., 2014, citado por Braga et al., 2023, p. 3).

Ademais, o uso intensivo de tecnologias de produção, como a aplicação descontrolada de pesticidas e a mecanização, intensifica a deterioração dos solos e polui os recursos naturais, como a água. Isso não só coloca em risco a biodiversidade local, como também afeta as comunidades tradicionais que se apoiam diretamente nesses recursos para viver. Este panorama espelha um modelo de desenvolvimento que, ao dar prioridade à pro-





dução em grande escala, desconsidera as questões socioambientais e provoca disputas territoriais.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) indicam que, entre a chegada dos colonizadores europeus em 1985, 20% da cobertura vegetal do país foi destruída. De 1985 a 2023, essa porcentagem teve um aumento de 33%, evidenciando a aceleração desse processo de destruição, com graves impactos nos biomas Amazônico e do Cerrado. “A degradação da floresta, que envolve a redução da capacidade de fornecer bens e serviços, é resultado de eventos como queimadas, exploração predatória de madeira e fragmentação florestal” (Piedade Júnior et al., 2023, apud Braga et al., 2023, p. 2).

Em 2024, o atraso no ciclo de chuvas, característico do estado do Maranhão, foi um dos principais fatores responsáveis pela intensificação da seca, agravada pela ação criminosa de incendiários. Em maio de 2024, mais de 30 municípios haviam declarado estado de emergência devido à seca prolongada.

Ainda segundo o INPE, mais de 10 mil focos de incêndio foram registrados até aquele momento, contribuindo significativamente para a degradação ambiental. Além das queimadas, as alterações climáticas têm tornado os padrões sazonais mais imprevisíveis, o que agrava os desastres naturais e traz consequências socioeconômicas para as comunidades afetadas (INPE, 2024).

Além das enchentes e queimadas, outro fenômeno climático chamou a atenção em agosto: o “Sol Vermelho” em São Luís, associado à poluição atmosférica, possivelmente agravada pelas queimadas. Esse evento levanta discussões sobre as consequências das mudanças climáticas, que estão cada vez mais frequentes e severas, afetando tanto o ambiente natural quanto a vida nas cidades. A matéria de 2023 do site Terra reforça esse impacto, mencionando que até mesmo os hábitos dos animais, como os pássaros, estão mudando. Eles têm acordado mais cedo, reagindo às alterações ambientais que perturbam o equilíbrio dos ecossistemas.

Diante desse cenário de degradação ambiental e aumento das emissões de gases de efeito estufa, a urgência de uma mudança de paradigma se torna evidente. A interdependência entre o meio ambiente e a sociedade moderna exige a adoção de novos hábitos de consumo e a reavaliação das práticas de produção, especialmente no que diz respeito ao uso da terra e à geração de energia.

A situação do Maranhão é um microcosmo de uma realidade que se desenrola em várias partes do mundo. Enfrentando ao mesmo tempo enchentes, secas e queimadas, o estado ilustra a complexidade dos desafios climáticos que exigem soluções integradas e sustentáveis. A conscientização sobre o papel do consumo, da produção agrícola e do desmatamento na aceleração das mudanças climáticas é um primeiro passo crucial para



enfrentar essa crise e construir um futuro mais resiliente e sustentável para as próximas gerações.

3 AGROTÓXICOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A partir da década de 70, o modelo da agroindústria de exportação se consolidou no Brasil, mudando o foco do meio rural (Pozzetti; Barbosa; Zambrano, 2021, p. 14). Antes centrado na agricultura familiar, o campo passou a priorizar o aumento da produtividade. Dessa forma, a utilização de agrotóxicos se torna extremamente comum e incentivada para garantir o aumento do rendimento, por meio do controle de pragas, diminuição das perdas e estímulos para o crescimento de plantas e frutos (Silva et al., 2002, p. 39).

A partir da década de 50, a aplicação de agrotóxicos se tornou uma realidade no Brasil, como parte de uma profunda mudança na produção agrícola mundial, através do uso de tecnologias e produtos químicos (Peres *et al.*, 2003, p. 30). Apesar do aumento do rendimento, o uso acentuado dessas substâncias causa diversos problemas, como a contaminação de alimentos, solos e águas, ocasionando a intoxicação de trabalhadores rurais e daqueles que consomem esses bens.

Para substituir o Decreto nº 24.114, de 12 de Abril de 1934, que tratava sobre o uso de “inseticidas e fungicidas”, em 1989 entrou em vigor uma nova lei sobre o uso de agrotóxicos, sua fabricação, armazenamento e outras condições, o que tornou o registro muito mais exigente, mas não o completamente adequado. (Pelaez; Terra; Silva, 2010, p. 29).

A lei dos agrotóxicos (Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, regulamentada pelo Decreto 4.074, de 4 de janeiro de 2002), determina essas substâncias como:

Produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou plantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento. (Brasil, 2002, p. 1)

A aprovação da Lei nº 14.785, de 27 de Dezembro de 2023, proveniente da conhecida “PL do Veneno” (Projeto de Lei 1.459/2022), representa um grande perigo para a sociedade e para a natureza. Essa lei demonstra o interesse de fazendeiros e empresários na desregulação dessas substâncias, como, por exemplo, a permissão de uso de diversos produtos que possuem características cancerígenas.





A Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, a antiga Lei dos Agrotóxicos, determina que se um produto possuir alguma associação com substâncias cancerígenas, que cause mutações genéticas, alterações hormonais ou que seja tóxico para alguma parte do organismo, ele terá seu uso proibido. Porém, com a nova Lei dos Agrotóxicos (Lei nº 14.785, de 27 de Dezembro de 2023), não existe uma definição clara e específica dos componentes químicos proibidos, a proibição é descrita apenas como:

É proibido o registro de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental e afins que apresentem risco inaceitável, observado o disposto no § 1º deste artigo, para os seres humanos ou para o meio ambiente, por permanecerem inseguros, mesmo com a implementação das medidas de gestão de risco. (Brasil, 2023, p. 1).

Essa é apenas uma das mudanças que a nova Lei dos Agrotóxicos trouxe, demonstrando assim, um afrouxamento nas leis, como, por exemplo, na redução do prazo de análise de registro dos agrotóxicos e a possibilidade do uso de cada vez mais de produtos que representam um grande risco a saúde da população.

Segundo Ferreira e Ferreira (2012, p. 189), os agrotóxicos podem ser classificados conforme o uso em: herbicidas, inseticidas e fungicidas. Já em relação à sua toxicidade, eles podem ser vistos variando entre altamente perigoso ou pouco perigoso, demonstrando serem produtos que, independentemente de sua origem, fórmula e uso, sempre irão representar um perigo para quem o consome e para quem o manuseia.

O uso desenfreado de agrotóxicos em comunidades rurais e tradicionais do Brasil tem intensificado conflitos socioambientais, principalmente devido à pulverização aérea e à falta de regulamentação eficaz. Em muitos casos, as substâncias químicas são dispersas de maneira irregular, atingindo escolas, fontes de água e residências próximas a plantações. Além de afetar a saúde dos trabalhadores rurais, indígenas e quilombolas, a exposição a esses produtos viola direitos humanos fundamentais, gerando doenças respiratórias e outros problemas de saúde graves.

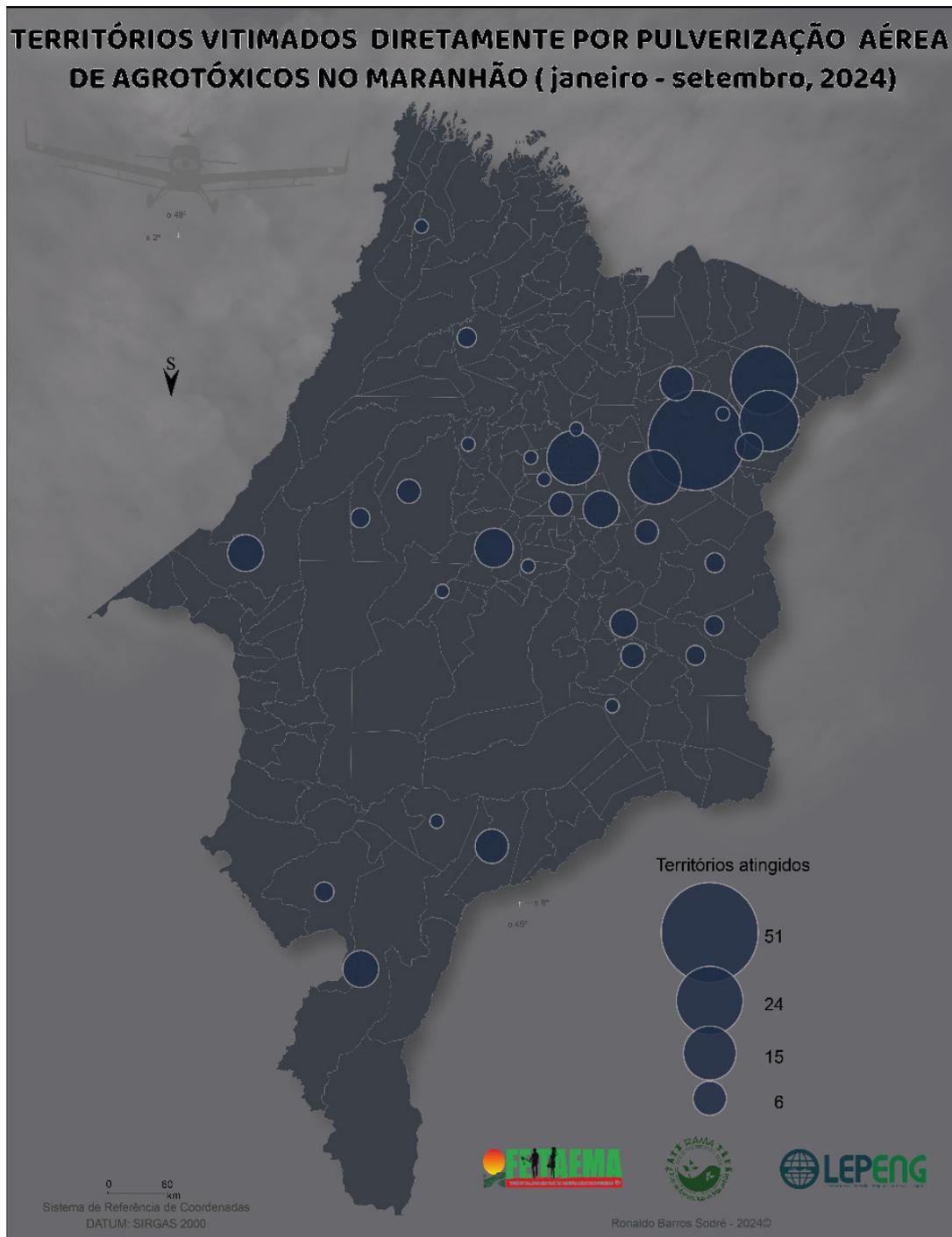
De acordo com Frota e Siqueira (2021, p. 1), o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo desde o ano de 2008, sendo consumido a cada ano em média 7 kg por cada brasileiro. Esse consumo exacerbado traz inúmeros transtornos para os seres vivos e para o meio ambiente, além disso, representa uma ameaça constante para diversos territórios e comunidades, principalmente para trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas e extrativistas (Porto; Soares, 2012, p. 18).

Os agrotóxicos também são usados via pulverização aérea, ato que se tornou uma prática habitual em todas as regiões do Brasil e ocorre de forma extremamente intensa no Maranhão, como pode ser observado no mapa (Figura 1). Tal ação foi autorizada por



meio do Decreto-Lei nº 917, de 7 de outubro de 1969, que permitiu o emprego de aviação agrícola para diversos fins, incluindo a realização de pulverização aérea de agrotóxicos.

Figura 1: Mapa de territórios maranhenses atingidos por pulverização aérea (Janeiro - Setembro, 2024)



Fonte: FETAEMA, RAMA, LEPENG (2024); Org.: Sodré (2024)

De janeiro a setembro de 2024, o Maranhão registrou 208 territórios atingidos pela prática da pulverização aérea de agrotóxicos. Os dados apontam um grande número de ocorrências na região centro-leste do estado, onde, segundo o Instituto Brasileiro de Ge-





ografia e Estatística (IBGE), através do Censo Agropecuário de 2017, constatou-se que essa é a região com maior concentração de estabelecimentos agropecuários que fazem uso de agrotóxicos, demonstrando, assim, que as localidades que mais utilizam agrotóxicos são as mais propensas a empregarem a técnica da pulverização aérea, e dessa forma, prejudicam a saúde e a vida dos moradores.

A utilização da pulverização aérea provoca profundos danos ambientais a toda sociedade e principalmente à saúde das comunidades rurais, a qual são as mais afetadas por esse processo, justamente por estarem próximas aos locais pulverizados e pelo veneno entrar em contato com suas plantações.

A prática da pulverização aérea, além de contaminar os alimentos, o solo e os recursos hídricos, provoca inúmeros problemas para a saúde da população atingida, como intoxicação, queimaduras, doenças na pele, dificuldades na respiração e muito mais.

Esses danos causados pelos desvios dos agrotóxicos pulverizados são chamados de “deriva”, e podem acontecer por diversos fatores, entre eles, erros de cálculo, falta de treinamento do aplicador, mudanças climáticas inesperadas ou até mesmo falhas propositais, visando vulnerabilizar e expulsar comunidades de certos locais onde há disputas de terras (AUGUSTO et al., 2015, p. 109-110).

Quando uma comunidade é atingida por essas atividades, os impactos são devastadores, pois com a saúde comprometida a população não consegue exercer suas atividades e ocorre a contaminação das suas plantações, o que causa insegurança alimentar, assim como um prejuízo econômico.

A pulverização aérea de agrotóxicos mesmo sendo realizada com todos os parâmetros corretos ainda representa um grande risco a população, ao meio ambiente e fere os direitos humanos, por não ser possível controlar as “derivadas” e por sua utilização sobre inúmeras comunidades brasileiras, o que torna urgente a sua proibição em todos os municípios do país.

4 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS GERADOS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E USO DE AGROTÓXICOS

As alterações climáticas no Maranhão têm agravado as questões socioambientais, afetando diretamente a existência das comunidades tradicionais. Esses efeitos se evidenciam através da mudança nos ciclos naturais, como nas precipitações e na estiagem, afetando as atividades agrícolas e extrativistas, essenciais para a sobrevivência dessas comunidades. De acordo com Acselrad (2004), as diferentes maneiras como a sociedade utiliza os recursos naturais é o núcleo das desigualdades socioambientais, intensificando



os conflitos entre os diversos modelos de desenvolvimento. Esses conflitos demonstram como a apropriação desigual do ambiente natural impacta diretamente essas comunidades.

Não é possível separar a sociedade e seu meio ambiente, pois trata-se de pensar um mundo material socializado e dotado de significados. Os objetos que constituem o “ambiente” não são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia pois eles são culturais e históricos: os rios para as comunidades indígenas não apresentam o mesmo sentido que para as empresas geradoras de hidroeletricidade. (Acsehrad, 2004, p. 8).

Diante disso, podemos observar que os conflitos não surgem apenas em virtude das mudanças climáticas, mas também da forma heterogênea como os recursos naturais são apropriados e explorados. Segundo Sant’Ana Júnior (2004), esses conflitos emergem dessas mudanças, à medida que diferentes atores buscam se apropriar de tais recursos de maneira desigual. Esse cenário é agravado pela expansão de grandes projetos de desenvolvimento que afetam diretamente os biomas locais e as formas de vida das populações. Como ele argumenta:

Os impactos de grandes projetos de desenvolvimento provocam o confronto de lógicas diferenciadas de apropriação do ambiente, seja dos grupos sociais atingidos, seja dos grupos que gerenciam estes projetos [...], conduzindo esse cenário de disputas para ‘conflitos sócio-ambientais’, que envolvem diferentes formas de significação do modo de vida. (Sant’ana Júnior, 2004, p. 4).

Nesse contexto, as comunidades locais, que historicamente convivem de maneira sustentável com o ambiente, se veem em disputa com projetos que priorizam interesses econômicos em detrimento da preservação ambiental. Isso amplia os desafios socioambientais, especialmente em regiões onde a dependência dos recursos naturais é fundamental para a sobrevivência. Além disso, as mudanças climáticas, associadas ao aumento da temperatura, têm impactado também a saúde pública. Durante o G20 Saúde, discutiu-se como a elevação da temperatura no Maranhão está contribuindo para o avanço de doenças como a tuberculose, o que agrava ainda mais a vulnerabilidade dessas comunidades (Brasil, 2024).

As transformações ambientais no estado, impulsionadas pelas mudanças climáticas, têm desencadeado efeitos profundos sobre os recursos naturais e os modos de produção das comunidades locais. Diante desse cenário de crescente degradação, o uso de agrotóxicos emerge como um agravante, intensificando as pressões sobre os ecossistemas e comprometendo a sustentabilidade das atividades agrícolas. Assim, a interação entre os fatores climáticos e a contaminação química contribui para uma situação crítica, caracterizada por ameaças contínuas à saúde e ao equilíbrio ambiental das populações.





A pressão química dos agrotóxicos sobre o ambiente é consequência, geralmente, da ação humana, ao buscar elevadas produtividades agrícolas. No entanto, a longo prazo, o custo ambiental pode ser alto, e o próprio ser humano pode ser afetado. (Belchior *et al.*, 2014, p. 146).

A utilização intensiva de pesticidas no estado tem provocado profundas repercussões socioambientais, impactando tanto a biodiversidade quanto as comunidades. Os agrotóxicos contêm substâncias químicas que impactam os ecossistemas terrestres e aquáticos, causando desequilíbrios ecológicos e riscos à saúde de várias espécies, incluindo a humana.

Esses compostos têm a capacidade de poluir fontes de água potável, impactando diretamente comunidades que dependem dos recursos de água locais. De acordo com estudos, a poluição de corpos de água por pesticidas é um dos principais fatores de deterioração ambiental em regiões agrícolas, o que intensifica ainda mais as condições de vida das populações mais vulneráveis (Belchior *et al.*, 2014). Conforme será explicado posteriormente, a contínua presença de compostos tóxicos em variados ambientes constitui uma ameaça a longo prazo.

O preocupante é que os agrotóxicos presentes em ecossistemas aquáticos podem se acumular em elevadas concentrações nos organismos ao longo de todo o nível trófico. Desse modo, o ser humano também pode ser prejudicado, por estar no topo da cadeia alimentar, visto que peixes e outros organismos aquáticos fazem parte da alimentação humana. (Belchior *et al.*, 2014, p. 143).

Desse modo, a aplicação indiscriminada dos agrotóxicos, além de impactar negativamente o meio ambiente, também impacta diretamente as interações sociais em comunidades rurais. Frequentemente, os pequenos agricultores, sem o conhecimento adequado sobre os riscos dos agrotóxicos, acabam sendo expostos a substâncias prejudiciais todos os dias, resultando em problemas de saúde agudos e crônicos.

Além dos impactos imediatos à saúde e ao meio ambiente, o uso de agrotóxicos associado às mudanças climáticas tem gerado um efeito acumulativo que compromete a biodiversidade local. A contaminação dos corpos d'água e a degradação da vegetação nativa afetam diretamente a fauna, reduzindo a disponibilidade de recursos para espécies animais que sustentam a cadeia alimentar dessas comunidades. Nesse contexto, as práticas agrícolas convencionais, que utilizam substâncias químicas tóxicas, precisam ser repensadas a partir de uma perspectiva que leve em consideração os riscos a longo prazo (Belchior *et al.*, 2014, p. 138).

A exposição constante pode levar ao desenvolvimento de doenças sérias, como o câncer e problemas neurológicos, impactando os trabalhadores rurais e as comunidades rurais onde residem. Assim, a utilização intensiva desses produtos, aliada à ausência de



supervisão e controle apropriado, intensifica os problemas socioambientais em zonas rurais (Belchior *et al.*, 2014).

O ser humano está sujeito a uma exposição direta e diária a esses compostos químicos nas áreas de produção, tratamento e armazenamento de produtos, e de modo indireto, mas com consequências não menos graves por estar exposto aos resíduos encontrados no meio ambiente e nos produtos consumidos. (BELCHIOR *et al.* 2014, p. 138).

Ante ao exposto, a contaminação gerada pelo uso de agrotóxicos vai além dos trabalhadores rurais, alcançando o solo, a água e o ar, o que expande o risco para todo o ecossistema e os moradores das proximidades, gerando um ciclo contínuo de contaminação e doenças.

Com a complexidade dos efeitos socioambientais produzidos no estado, fica claro que o verdadeiro problema não está apenas nas alterações climáticas ou no uso de pesticidas de forma isolada, mas na interação desses fatores em um modelo de desenvolvimento que privilegia o lucro em vez da sustentabilidade. A pressão social e ambiental sobre as comunidades tradicionais demonstra a conexão entre as mudanças climáticas e a utilização de produtos químicos, gerando um contexto de injustiça ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As alterações climáticas globais são claras. No Maranhão, incêndios e inundações, por exemplo, são consequência não só de alterações naturais, mas também da ação humana descontrolada. O padrão de crescimento adotado, que favorece o crescimento agrícola e a devastação florestal, não só prejudica o ecossistema, mas também impacta profundamente as comunidades que dependem dos recursos naturais para sua subsistência. O cenário exige uma reflexão sobre o verdadeiro custo dessas práticas para o ambiente e para a população.

Com a consolidação do agronegócio no Brasil, o uso dos agrotóxicos também é fortalecido, trazendo consequências devastadoras para toda a sociedade e ao meio ambiente. O Estado é efetivo na liberação dos agrotóxicos e ineficaz no monitoramento e controle do uso desses produtos. Essa combinação da falta de fiscalização rigorosa e do uso descontrolado das substâncias químicas compromete a saúde pública e diversos outros aspectos, situação que exige modificações urgentes.

É necessário diálogo e colaboração entre diversas áreas do conhecimento com o poder público, a fim de entender, trazer soluções eficientes e evitar as mudanças climáticas, e conseqüentemente, garantir o bem-estar da população.





Analisar esse cenário implica, portanto, ponderar sobre a urgência de reconsiderar práticas de produção e políticas governamentais que considerem o equilíbrio ecológico e a valorização dos estilos de vida tradicionais. Portanto, é necessário valorizar as práticas sustentáveis e a conservação dos recursos naturais, não somente como uma maneira de salvaguardar o meio ambiente, mas como uma ação crucial para assegurar a continuidade e o bem-estar das gerações atuais e futuras.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heinrich Böll, 2004.

AUGUSTO, Lia. et al. Saúde, Ambiente e Sustentabilidade. In. CARNEIRO, Fernando. et al. (org.). **Dossiê ABRASCO, um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. Rio de Janeiro, São Paulo. 2015. p. 93-191. Disponível em: <https://abrasco.org.br/download/dossie-abrasco-um-alerta-sobre-os-impactos-dos-agrotoxicos-na-saude/>. Acesso em: 03 out. 2024.

BELCHIOR, D. C. V.; SARAIVA, A. S.; LÓPEZ, A. M. C.; SCHEIDT, G. N. Impactos de agrotóxicos sobre o meio ambiente e a saúde humana. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 135-151, jan./abr. 2014.

BLANK, D. M. P. O contexto das mudanças climáticas e as suas vítimas. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 157-172, 2015.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia: Um Atlas**. São Paulo: FFLCH/USP, 2017.

BRAGA, E. V. et al. Análise das mudanças de uso e cobertura da terra na região metropolitana do sudoeste maranhense: um estudo na interface de transição entre Cerrado e Amazônia. **Revista Tocantinense de Geografia**, [S. l.], v. 13, n. 30, p. 134–150, 2024. DOI: 10.20873/rtg.v13i30.19176. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/geografia/article/view/19176>. Acesso em: 8 out. 2024.

BRASIL, Decreto n.º 4.074 de 04 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei n.º 7.802/89 (Lei Federal dos agrotóxicos). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 5, p. 1-104, 8 jan. 2002.

BRASIL. Lei n.º 14.785, de 27 de dezembro de 2023. **Diário Oficial da União**: seção, Brasília, DF, ano 161, n. 246, p. 1-226, 28 dez. 2023.



BRASIL. Ministério da Saúde. **Maranhão: no G20, Saúde debate os impactos da mudança de clima no avanço da tuberculose**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-para-os-estados/maranhao/2024/setembro/maranhao-no-g20-saude-debate-os-impactos-da-mudanca-de-clima-no-avanco-da-tuberculose>. Acesso em: 09 out. 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Guerra Química: Comunidades rurais do Maranhão denunciam mais de 90 ocorrências de pulverização aérea de agrotóxicos, somente em 2024**. 2024. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/noticias-2/6783-agrotoxicos-maranhao>. Acesso em: 09 out. 2024.

FERREIRA, Heline, FERREIRA, Maria. Registro e importação de agrotóxicos: não seria dever do poder público controlar as atividades que envolvem substâncias capazes de causar danos à vida, à qualidade de vida e ao meio ambiente? LEITE, José (coord.), FERREIRA, Heline, FERREIRA, Maria (orgs.). **Dano ambiental na sociedade de risco**. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 185-212.

FROTA, M. T. B. A.; SIQUEIRA, C. E. Agrotóxicos: os venenos ocultos na nossa mesa. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 2, p. 00004321, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/pWgs4R38wDw6NBWKzYshwYx>. Acesso em: 03 out. 2024.

GRAZIANO DA SILVA, J., DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 37-67, jan/abr 2002. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8795>. Acesso em: 03 out. 2024.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 09 out. 2024.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2024. Programa Queimadas. Disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/queimadas/situacao-atual/situacao_atual/. Acesso em: 09 out. 2024.

KLUG, Letícia; MARENGO, José; LUEDEMANN, Gustavo. Mudanças climáticas e os desafios brasileiros para implementação da nova agenda urbana. In: BRASIL. **O Estatuto da Cidade e a Habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a Nova Agenda Urbana**. Brasília: Ipea, 2016. p. 303-322.

MARANHÃO, Fabiana. Nas grandes cidades, pássaros mudam hábitos e ‘acordam’ mais cedo. Terra, São Paulo, 25 set. 2023. Planeta. Disponível em: <https://www.terra.com.br/planeta/nas-grandes-cidades-passaros-mudam-habitos-e-acordam-mais-cedo,839ed5abad541d18623da28b7fa8dea6uz5o2qbx.html>. Acesso em: 09 out. 2024.

PELAEZ, V.; TERRA, F. H. B.; SILVA, L. R. da. A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: entre o poder de mercado e a defesa da saúde e do Meio Ambiente. **Revista de**





Economia, v. 36, n. 1 (ano 34), jan. /abr. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/20523>. Acesso em: 04 out. 2024.

PERES, Frederico.; MOREIRA Josino. **É veneno ou remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2003. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/sg3mt/pdf/peres-9788575413173.pdf>. Acesso em: 04 out. 2024.

PORTO M. F.; SOARES W. L. Modelo de Desenvolvimento, Agrotóxicos e Saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v.37, n. 125, p. 17-50. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/wWKHf9PQ3tscgZg57nH6rtf/>. Acesso em: 03 out. 2024.

POZZETTI, V. C.; BARBOSA, M. C.; ZAMBRANO, V. Revolução verde e retrocesso ambiental. **Revista Catalana de Dret Ambiental**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2021. DOI: 10.17345/rcda3013. Disponível em: <https://revistes.urv.cat/index.php/rcda/article/view/3013> . Acesso em: 10 out. 2024.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. **Conflitos Socioambientais no Maranhão e sua Relação com Grandes Projetos de Desenvolvimento**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2004.



AMAZÔNIA MARANHENSE NO RITMO DAS MUDANÇAS DO CLIMA: notas sobre a difusão de pequenas centrais hidrelétricas

Luciano Rocha da Penha¹

1 INTRODUÇÃO

A atual transição energética mundial pressupõe a substituição, em longo prazo, do uso das energias de origem fóssil para o uso das energias renováveis. Essa substituição tem ensejado, nos últimos 30 anos, inúmeras inovações tecnológicas por meio de pesquisas para o aumento da difusão espacial das energias renováveis como a solar fotovoltaica, eólica, a biomassa, as energias hídricas e, o mais recente, que são pesquisas sobre o hidrogênio verde. Tudo isso, no âmbito da descarbonização da estrutura produtiva e de consumo, como uma das facetas do modo de vida da sociedade contemporânea pós-industrial.

A partir da intensificação dos problemas ambientais e ecológicos em escala mundial, o uso das energias renováveis, consideradas alternativas, passou a aumentar, concomitantemente ao uso de energias não renováveis. Isso se tornou, não obstante, um debate de dimensões geopolíticas, ambientais, sociais, econômicos e ambientais (Giddens, 2010).

Daí as conexões entre as referidas dimensões serem analisadas nas escalas mundial, nacional, regional e local. Há também conflitos territoriais pela apropriação dos recursos entre Estado e mercado, Estado e sociedade e mercado e sociedade, uma vez que diversos atores têm interesses distintos nas políticas públicas e privadas, como por exemplo as políticas de energia (Harvey, 2005; Brücher, 2009; Mérenne-Schoumaker, 2011).

O debate entre os países sobre o processo de descarbonização e a atual transição energética mundial tem sido realizado em escala global, mas não de uma forma sincrônica, isto é, em que os países participam e cumprem efetivamente as metas estabelecidas pelas instituições como o IPCC. Entre os acordos mundiais, o mais atual que é o Acordo de Paris e a COP 21, o qual gerou a Agenda 2030, inscrita nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que apresenta 17 metas, sendo a meta 7 intitulada “Energia Limpa e Acessível”.

As instituições e acordos acima citados ditam uma agenda mundial tornando uma política de mudança climática para cumprimento de metas nacionais para a difusão de energias renováveis. Portanto, têm influenciado políticas energéticas nacionais a investi-

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Geografia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)/Centro de Ciências de Grajaú. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE)/UFMA/Centro de Ciências de Imperatriz. E-mail: penha.luciano@ufma.br.





rem em políticas de energias renováveis para obterem selos de qualidade ambiental no mercado mundial.

Além disso, inovações científicas ocorrem dos pontos de vista teórico, metodológico e prático para temas recorrentes como as substituições de fontes energéticas, mudanças tecnológicas para transformações energéticas para as atuações sociais e transformação ou revolução das energias atuais para as energias renováveis (Sovaccol, 2016).

Nessa relação global em direção a sustentabilidade ambiental mundial, o IPCC, AGENDA 2030, ODS pautam e pressionam os países para mudanças nas dinâmicas produtivas e, como consequência, para o uso das energias renováveis, em detrimento do uso de energias não-renováveis.

O IPCC e a Comissão Europeia são as instituições que gerenciam a atual Política da mudança climática, apontando metas de reduções de emissões de gases (Giddens, 2010). Esse gerenciamento fomentou o Acordo de Paris em 2015 e as ODS. O Acordo de Paris propõe não aumentar a temperatura acima de 2°C no século XXI e, não permitir o aumento acima 1,5°C (IPCC, 2019). Assim, as políticas de descarbonização estão na ordem de serviço do referido acordo.

Além disso, essa descarbonização passa primeiro pela situação de cada país, isto é, verificar como cada país forjou o seu sistema energético interno. O acordo estima também que os países em desenvolvimento façam investimentos em inovações tecnológicas buscando o equilíbrio entre a produção energética, o crescimento econômico e a segurança alimentar. Mas essas inovações, dependendo de cada país, poderão ou não receber fomento para investirem em pesquisa e em inovações tecnológicas para geração de energias alternativas ou energias renováveis.

Verifica-se que dentre os 29 artigos que contêm o Acordo de Paris, há uma abordagem entre as escalas global, regional e local. Dessa forma, leva em consideração os países em suas situações internas. O que se verifica também é que o acordo dá a importância para as políticas públicas de cada país na dimensão da transição energética, ou seja, mudar as formas e padrão de consumo e de produção industrial para fontes alternativas.

Mas também, o processo da reestruturação produtiva do capital que iniciou na década de 1970, devido aos graves problemas ecológicos promovidos pelo modelo fordista de produção (Altvater, 1995), no que tange à energia, está pautando a sociedade no sentido de diminuir a emissão dos gases poluentes na atmosfera que contribuem para o aumento da temperatura do planeta. Portanto, desde a referida década, está em curso, a política da descarbonização da geração de energia.

As trocas de energia emitidas principalmente pelo dióxido de carbono, clorofluorcarbono e o gás metano, a partir de atividades humanas, são as principais discussões sobre





a transição energética mundial. Isso leva a uma discussão sobre as mudanças nas formas de uso das fontes energéticas por “combustíveis fósseis (carvão, gás, lignita, petróleo)” (Brüggemeier, 2015, p. 4) que emitem os referidos gases.

Com a crise do fordismo e o advento da acumulação flexível ou fase pós-industrial, a sociedade passa por mudanças culturais, econômicas, tecnológicas e produtivas. Brücher (2009) argumenta que a fase pós-industrial, em que as energias alternativas têm destaque e ascensão com relação à fase anterior, não encerrou totalmente a fase industrial. Mas o autor deixa explícito que a fase industrial ainda não encerrou. Uma vez que há disputas por recursos naturais e por poderes, gerando disputas espaciais na dimensão energética, denominada de *energy from space*, as políticas e o poder começam a dar ênfase aos recursos energéticos renováveis como a energia solar térmica, fotovoltaica, a energia eólica, a geotérmica, a biomassa e a própria energia nuclear.

Para isso, se deve ler e entender sobre o funcionamento da política energética, isto é, os objetivos da política para com o espaço, o poder sobre a economia e o uso dos recursos energéticos. Brücher (2009) fez uma periodização do fenômeno da energia em três fases: a fase pré-industrial, a qual a energia é do espaço (*energy from space*); fase industrial (*energy for space*), período da energia para o espaço; a terceira fase é atual, fase pós-industrial que também é chamada de energia para o espaço (*energy from space*), contexto da energia renovável.

Mérenne-Schoumaker (2011), após apresentar a distribuição dos recursos energéticos no território em escala mundial, descreve quem são os atores para serem estudados na Geografia da Energia. Para ela os atores são: produtores, consumidores, os donos das empresas de transportes, detentores de tecnologias energéticas, responsáveis pelas políticas energéticas e econômicas. Conforme a autora, esses atores vivem em constantes conflitos de interesses na disputa pelo acesso e pelo uso dos recursos energéticos.

Mérenne-Schoumaker (2011) relacionam contextos nas escalas mundial, nacional, regional e local na disputa por hegemonia dos recursos energéticos. No entanto, para entender um dos indicadores desse contexto, é preciso conhecer o processo de difusão espacial de tecnologias e de objetos de engenharia.

Este trabalho está dividido em quatro partes, além desta introdução. Na primeira parte discute-se as teorias da difusão espacial das inovações tecnológicas. Na segunda parte apresenta-se a política pública de energia renovável no Brasil. Na terceira parte, mostra-se e discute-se a difusão das PCHs no estado do Maranhão. Já na última parte, faz-se a conclusão do artigo.





2 A DIFUSÃO ESPACIAL DAS INOVAÇÕES

No entender de Braford e Kent (1987, p. 191) “uma inovação é a introdução com êxito de ideias ou artefatos, percebidos como novos, num dado sistema social. Pode-se basear numa ideia ou protótipo que é inventado, importado ou imitado. Enquanto for considerado como novo, numa dada área, é uma inovação”. O que se pode entender é que as ideias tem a ver com o que se vai entender como uma novidade de valores, costumes ou formas de sociabilidade ou de consumo de mercadorias. Enquanto os artefatos, podem ser os objetos.

E conforme a definição de Ferreira (2010, p. 68), o artefato é: “Qualquer objeto produzido industrialmente”. E mais à frente, os autores afirmam que a difusão “é o processo pelo qual a inovação é gradualmente adaptada por crescente número de pessoas através do espaço e ao longo do tempo” (Bradford; Kent, 1987, p. 191).

A teoria da difusão espacial de pessoas, ideais, empresas, inovações tecnológicas, empreendimentos agrícolas, energéticos, doenças etc., foi desenvolvida em âmbito da ciência geográfica no século XIX, mas se destacou na década de 1950. Corrêa (2018, p. 28), define a difusão espacial, como: “um processo no qual pessoas, mercadorias, ideias, capital, doenças e muito mais espraiam-se no espaço, envolvendo um lapso de tempo”. Para Corrêa (2018) a difusão espacial de objetos se dá através de: “relocação, por contágio, por via hierárquica ou por saltos” (Corrêa, 2018, p. 3).

Na discussão geográfica, Santos (2011), preocupado em desvendar a difusão de objetos geográficos no espaço geográfico, classificou e apresentou a difusão espacial das inovações de duas de formas: a difusão por localização e a difusão por expansão. A primeira, se apresenta quando há “a migração de objetos de um ponto para o outro do espaço; isto é, no tempo t_1 , os objetos estão em uma localização, que abandonam em t_2 , continuando, entretanto a serem os mesmos objetos” (Santos, 2011, p. 57). Conforme Santos (2011, p. 57) a difusão por expansão caracteriza-se por “transferências ‘associativas’, isto é, por agregados ou grupos de objetos funcionalmente relacionados”. Logo, afirma que “As relações entre difusão de inovações e a organização do espaço evidenciam-se em toda parte” (Santos, 2011, p. 58).

3 AS PCHs NA POLÍTICA DE ENERGIA RENOVÁVEL NO BRASIL

A política pública que dá base para a expansão das PCHs é o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). O PROINFA é um programa de





energia incentivada a partir de ganhos econômicos para o gerador, para o distribuidor e para o comprador (Lima Junior, 2016).

De acordo com Silva (2015) e Tolmasquim (2015), o PROINFA foi criado no ano de 2002 a partir da Lei nº 10.438/200219, alterada pela Lei nº 10.762/200320. Tolmasquim (2015) afirma que o PROINFA, no mercado de energia, é negociado na forma de leilão organizado pelo MME, ANEEL, ONS e ELETROBRAS.

Porto (2002) afirma que o modelo de criação do PROINFA é semelhante ao modelo adotado na Alemanha, Espanha, Dinamarca e França. Nessa mesma linha, conforme a EPE (2007, p. 211): “A criação do Proinfa pela Lei no 10.438, inspirada em legislações bem-sucedidas da Alemanha e Dinamarca, é um marco no fomento à geração distribuída de eletricidade com fontes renováveis de energia no Brasil”.

Com relação ao mercado de energia pelo PROINFA, Esparta e Nagai (2018) destacam a situação do percentual da tarifa média nacional para entenderem.

Por meio do Proinfa, projetos de biomassa, PCHs e eólicos foram incentivados com contratos de compra e venda de energia de longo prazo (vinte anos), firmados entre os desenvolvedores de projetos e a Eletrobras. O preço de compra de energia foi estabelecido para cada tipo de fonte, com o piso de 80% da tarifa média nacional de fornecimento aos consumidores finais. Os custos são rateados entre os consumidores finais do SIN. (Esparta; Nagai, 2018, p. 101).

Os autores mostram que na dimensão do subsídio para a geração de energia renovável do PROINFA, o mercado de energia fica rateado entre as cadeias de geração, compra e consumo. O incentivo ao PROINFA e a manutenção dele como política pública para a difusão de energias renováveis gerou aumento significativo das fontes renováveis de energia.

Os dados da ELETROBRAS (2019) informam que a projeção para em 2019 foi para contratar 19 objetos geográficos ou usinas para biomassa, 52 unidades de torres de energia eólica e 60 unidades de PCHs. No mesmo documento, não explicita se essas unidades contratadas em 2019, para serem executadas em 2020, seriam para energia nova ou energia existente.

Segundo a ELETROBRAS (2019), o PROINFA faz parte da estratégia do país em suprir a demanda de energia elétrica no SIN e para atingir a meta da ODS 7 em 2030. Portanto, utilizar esse mecanismo de energia limpa seguindo a transição energética mundial.

No que tange ao financiamento do PROINFA, é realizado pelo Estado-Nação por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujo repasse é realizado pela Caixa Econômica Federal (CEF), Fundo Constitucional do Norte





(FNO) pelo Banco da Amazônia (BASA) e o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) via Banco do Nordeste (BNE) e pelo Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO) pelo Banco do Brasil (BB) (EPE, 2006).

Não obstante, com as discussões ambientais, sociais e culturais, implicadas nos efeitos negativos das grandes UHEs, destacam-se de forma expansiva, a difusão das PCHs, como forma de se adequar ao momento das energias renováveis, visto que as PCHs, são consideradas fontes alternativas de energia.

4 A DIFUSÃO DAS PCHs NO ESTADO DO MARANHÃO

A dinâmica da indústria agropecuária no estado do Maranhão foi apresentada na forma de uma análise regional, por Becker (2004), a qual propôs entender o recorte econômico-industrial-produtiva algumas regionalizações para a Amazônia Legal. Uma delas é Corredor Araguaia-Tocantins formado no Estado do Tocantins e por parte do Estado do Maranhão. A cidade mais importante desse corredor é Imperatriz (Estado do Maranhão) e o fluxo do corredor tem início com a abertura da rodovia Belém-Brasília. Ainda sobre esse corredor, Becker (2004), no trecho a seguir afirma que: “A partir do Mato Grosso, a soja penetra na porção ocidental do corredor, a partir do estado da Bahia. O potencial de águas é imenso, e é objeto de propostas de construção de várias hidrelétricas”. (Becker, 2004, p. 307).

Neste contexto acima citado, Penha e Barros (2021), analisaram os agentes econômicos que estão produzindo no entorno da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE), no Maranhão.

Os agentes econômicos que fazem parte da relação industrial ao entorno da UHEE estão diluídos em *holdings* e *joint ventures*. Nessa relação aparecem os seguintes agentes: VALE S.A; Suzano (Papel e Celulose); VALEC (Engenharia, Ferrovia e Construções S.A); e VLI (Integrando Logística para criar Valor). Todas essas empresas utilizam os sistemas de engenharia como a Ferrovia Norte-Sul, a Rodovia Belém-Brasília (BR-010), a Rodovia Transamazônica, Rodovia 135 (BR135), Rodovia Transamazônica (BR-230), a Estrada de Ferro Carajás e outras rodovias estaduais e municipais. (Penha; Barros, 2021, p. 23937).

A partir da citação acima, infere-se que há relação com o corredor Araguaia-Tocantins, uma vez que a UHEE é uma das formas de difusão por expansão das grandes Usinas Hidrelétricas (UHEs) na Amazônia Legal. Diante disso, a dinâmica agropecuária no Maranhão destaca-se por entrar nos corredores de exportação do estado, nas escalas regional e nacional com destaque a produção e exportação de soja, de acordo com o gráfico 1.



No contexto, destaca-se o município de Balsas. De acordo como o IBGE (2020c), Balsas, em dez anos, saltou de uma área de colheita de soja em 2010 de 125.928 ha para 214.912 ha em 2019 assim como sua população saltou de 83.528 em 2010, para 95.929 pessoas em 2020.

Gráfico 1 - Dez municípios do estado do Maranhão que mais produziram grãos de soja em 2019



Fonte: IBGE (2020b) – Censo Agropecuário de 2017.
Observação: Gráfico gerado online pelo sistema SIDRA/IBGE.

Fonte: Penha (2021).

Diante da situação de Balsas, como destaque, bem como na ilustração e informações mostradas no gráfico 1, entende-se porque há solicitações de estudos para construir PCHs no referido município e nos municípios próximos às áreas de monocultura de soja.

Quadro 1 – PCHs em estudo no estado do Maranhão

Quadro 10 - UHEs e PCHs em estudo no estado do Maranhão até 2020

Nº	ESTADO	NOME	TIPO	SUB-BACIA	MICROBACIA	EMPRESA	POTÊNCIA (MW)
1	MA	Aurora	PCH	Pindaré, Itapecuru, Mearim e outros	Mearim	Rodrigo Pedroso Energia Ltda.	9,1
2	MA	Cachoeira	PCH	Parnaíba	Cachoeira	PEC Energia S.A.	9
3	MA	Côco	PCH	Pindaré, Itapecuru, Mearim e outros	Mearim	Rodrigo Pedroso Energia Ltda.	13,7
4	MA	Gado Bravo	PCH	Parnaíba	Das Balsas	Atiaia Energia S.A.	23
5	MA	Matão Novo	PCH	Parnaíba	Das Balsas	Atiaia Energia S.A.	19

Fonte: ANEEL (2020) – Banco de Informações de Geração.

Fonte: Penha (2021).

Além do contexto de Balsas, do gráfico 1, destaca-se a PCH do Côco. Penha (2016) analisou sucintamente a situação geográfica da localização no município de Barra do Corda, no estado do Maranhão. O referido autor desatacou que serão atingidas, embora seja uma PCH, 1.632 famílias de 8 comunidades rurais, bem como Penha (2016) cita os municípios ao entorno da PCH.

No entanto, quando se verificam os municípios ao entorno de Barra do Corda, pode-se afirmar que mais de 30 deles serão impactados e que todos fazem parte dessa bacia hidrográfica. Daí as proporções das lutas serem mais intensas, uma vez que





envolvem diversas populações principalmente as do campo que serão impactadas diretamente. (Penha, 2016, p. 41).

Diante disso, embora seja uma PCH, há sim impactos, o que pode ser discutido realmente se essa PCH pode ser ou não viável. Além das 1.632 famílias que serão atingidas diretamente, outras famílias e pequenos territórios serão impactados. Assim, a PCH do Côco, está na fase de EIA/RIMA, contudo, consta que a liberação da obra está em análise.

As PCHs Gado Bravo e Matão Novo estão na localização da monocultura da soja, no município de Balsas, que se destaca por ser o maior produtor de soja em farelo e maior colhedor de soja em grão do estado do Maranhão.

Portanto, a difusão espacial das PCHs no Maranhão pode trazer implicações no uso e ocupação das bacias hidrográficas, com efeitos socioambientais danosos á população que usa essas bacias, tanto nos campos, como nas cidades.

5 CONCLUSÃO

A expansão das PCHs Maranhão, é produto da atual organização do espaço regional amazônico, dentro do contexto das escalas geográficas da dinâmica da agropecuária. Escalas produtivas, exportadoras e consumidoras. O selo verde da certificação ambiental, exigência de um dos consumidores, com destaque para o mercado europeu ocidental, é o documento que classifica a indústria agropecuária como usuária de fontes alternativas.

O trabalho aqui escrito apresentou uma das dimensões da questão energética nacional, conectada com a realidade regional maranhense, bem como com as escalas nacional e mundial. Outros trabalhos podem revelar ainda mais o que foi mostrado. De sorte que essa situação é produto das discussões políticas e pressões ambientais nas diversas escalas espaciais, onde o sistema capitalista se assenta e se renova para se expandir no espaço e no tempo.

Este trabalho refletiu sobre a expansão de PCHs no Maranhão. Embora sejam cinco em estudo, a difusão espacial poderá ter para o estado a mesma lógica da transição energética mundial, dentro do cumprimento da agenda do Protocolo de Kioto, assim como nas discussões do aquecimento global de das mudanças climáticas.

REFERÊNCIAS

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**: pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial. Tradução: Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Unesp, 1995.



ANEEL. AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Banco de Informações de Geração. Usinas e Centrais Geradoras.** Brasília: ANEEL, 2020.

BECKER, Bertha. **Amazônia:** Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRADFORD, Michael, G.; KENT, W. Ashley. **Geografia Humana:** teorias e suas aplicações. Tradução: Departamento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Gradiva, 1987.

BRÜCHER, Wolfgang. **Energiegeographie:** Wechselwirkungen zwischen Ressourcen, Raum und Politik. Berlin/ Stuttgart: Gebrüder Borntraeger Verlagsbuchhandlung, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Caminhos paralelos e inter cruzados.** São Paulo: Edunesp, 2018.

ELETROBRAS. Centrais Elétricas Brasileiras S.A. **Relatório Anual 2019.** Rio de Janeiro: ELETROBRAS, 2019.

EPE. EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Plano Nacional de Energia 2030. Geração Hidrelétrica.** Brasília/Rio de Janeiro: EPE, 2006.

EPE. EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Plano Nacional de Energia 2030.** Brasília/Rio de Janeiro: EPE, 2007.

ESPARTA, Adelino Ricardo.; NAGAI, Karen M. Experiências e Lições do MDL no setor de energia. *In:* FRANGETTO, Flavia Witkowski.; VEIGA, Ana Paula Beber.; LUEDEMANN, Gustavo. (org.) **Legado do MDL:** impactos e lições aprendidas a partir da implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo no Brasil. Brasília: IPEA, 2018, p. 83-107.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio:** o dicionário da Língua Portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GIDDENS, Anthony. **A Política da Mudança Climática.** Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** Tradução: Carlos Szalák. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017:** resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: < https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 20 out. 2020.





IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. **Calentamiento global de 1,5 C.** Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático: OMM/PNUMA/ONU, 2019.

LIMAJUNIOR, Sérgio Antunes. **A energia elétrica no Brasil e inevitável abertura do setor elétrico:** a experiência francesa/europeia e legislação aplicável. 2016. 169 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Energia e Desenvolvimento Sustentável) – Faculdade de Direito, Universidade de Strasbourg, França, 2016.

MÉRENNE-SCHOUMAKER, Bernadette. **Géographie de l'énergie:** Acteurs, lieux et enjeux. Paris: Belin, 2011.

ONS. Operador Nacional do Sistema Elétrico. **Sistema Interligado Nacional (SIN).** Mapa dinâmico do SIN. Disponível em: <http://www.ons.org.br/paginas/sobre-o-sin/mapas>. Acesso em: 12 jun. 2021.

PENHA, Luciano. A Pequena Central Hidrelétrica do Côco: o breve cenário e os futuros conflitos em Barra do Corda, Maranhão. **Conflitos no Campo Maranhão 2015-2016:** povos e comunidades camponesas em conflitos. São Luís: Comissão Pastoral da Terra – CPT Maranhão, 2016, p. 39-42.

PENHA, Luciano Rocha da. **Políticas de energia no Brasil:** difusão de usinas hidrelétricas para a indústria agropecuária na Amazônia. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

PENHA, Luciano Rocha da.; BARROS, Larissa Leila Gomes de. Energia e a indústria da celulose na Amazônia: o território das localidades centrais ao entorno da Usina Hidrelétrica de Estreito no Maranhão. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 23927-23943, 2021.

SANTOS, Milton. **Economia espacial:** críticas e alternativas. 2. ed. Tradução: Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. São Paulo: Edusp, 2011.

SILVA, Neilton Fidelis da. **Energias renováveis na expansão do setor elétrico brasileiro:** o caso da energia eólica. Rio de Janeiro: Synergia, 2015.

SOVOCOL, Benjamin K. How long will it take? Conceptualizing the temporal dynamics of energy transitions. **Energy Research & Social Science**. Kidlington, v. 13, p. 202–215, 2016.

TOLMASQUIM, Mauricio. **Novo modelo do setor elétrico brasileiro.** 2. ed. Rio de Janeiro: Synergia; EPE: Brasília, 2015.





OS DISCURSOS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SEUS IMPACTOS NOS MODOS DE VIDA E TERRITÓRIOS DOS POVOS INDÍGENAS NA CONTEMPORANEIDADE

Márcia Wayna Kambeba¹

1 INTRODUÇÃO

O Lamento da Avó

Autoria de: Márcia Wayna Kambeba

Eu vivi um tempo de paz,
Quando a terra era generosa,
Havia fartura em cada canto,
A partilha e a união eram sagradas,
E o solo, sempre fértil,
Nos devolvia o fruto sem demora.

Mas o tempo foi mudando,
O sol, antes amigo, ficou cruel,
A roça, que antes brotava em abundância,
Agora se nega a nos alimentar.
As águas se rebelaram fora de hora,
E a enchente levou minha colheita.

Sinto o clima descompassado,
Os peixes agonizados,
Buscando em vão o ar fresco do rio.
Faltou o oxigênio,
O ar pesado sufoca suas escamas,
Agonizam pedindo por amor.

O homem, que já foi natureza,
Hoje se esqueceu de sua raiz,
Derruba florestas e ergue muros,
Transforma em asfalto o quintal da vida,
Causando impacto no mundo
E no próprio coração da terra.

Desrespeitam os saberes antigos,
Os ensinamentos dos que vieram antes.
Eu, anciã, levanto meu clamor:
Anawê, meus encantados,
Nos ajudem a resistir.
O homem destrói o próprio homem,
E a natureza, que sangra,
Corre o risco de desaparecer.

¹ Mestre em Geografia (UFAM). Doutoranda em Linguística (UFPA).





Será que verei um deserto
Onde um dia havia floresta?

O entendimento de território está relacionado a extensão de área habitada, demarcada, e nesse território se estabelecem as relações de poder, de controle muitas vezes por uma entidade específica ou por um grupo social como é o caso dos povos indígenas. O território pode ser definido por fronteira e esta pode ser uma fronteira física envolvendo a relação com o rio, montanhas etc. ou pode ser uma fronteira política que envolve a fronteira estadual, nacional e internacional envolvendo países. Como, por exemplo, a tríplice fronteira composta por Brasil, representado pelo município de Tabatinga/AM; Colômbia, representado pelo município de Leticia; e Peru, representado pelo município de Santa Rosa. Os municípios e países são muito próximos e proporcionam um grande fluxo nessa tríplice fronteira amiga. Para Rogério Haesbeart (2009, p. 78),

o território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência as relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido. Este sentido relacional do território está presente também, de alguma forma, na abordagem mais materialista de Maurice Goldelier (1984, p. 115). Para ele, “as formas de propriedade de um território são ao mesmo tempo uma relação com a natureza e uma relação entre homens”, sendo esta última dupla: uma relação entre as sociedades e ao mesmo tempo uma relação no interior de cada sociedade entre os indivíduos e os grupos que as compõe.

Durante séculos, nossos ancestrais viveram em seus territórios numa relação de reciprocidade e cooperação com a natureza. Havia um equilíbrio sagrado entre os seres humanos e o meio ambiente; cada ser vivo ocupava seu espaço, e o sustento era garantido sem que houvesse grandes impactos nos ecossistemas. Minha avó sempre dizia que se se queria pegar um jabuti, bastava ir ao quintal de casa, pois ele estaria ali, ao alcance das mãos. O peixe abundava nos rios e o roçado prosperava mesmo nos períodos mais quentes do verão, proporcionando fartura às famílias. Para encontrar caça, não era preciso buscar por muitos dias, ela estava ali, ao nosso redor, à altura dos nossos olhos. As cheias, que hoje são devastadoras, ocorriam de forma mais amena, sem trazer grandes destruições. No entanto, nessa contemporaneidade, tudo isso mudou significativamente. O que antes era uma relação harmoniosa com a natureza se transformou em um cenário de desequilíbrio ambiental, resultado de nossa desconexão e desrespeito pelos ciclos naturais.

A crise climática que vivemos hoje não afeta apenas os povos indígenas, mas o mundo inteiro, com consequências catastróficas. As florestas são destruídas, os rios secam, as estações são imprevisíveis, e as colheitas já não têm a mesma fartura. Essa mudança climática, provocada pelas ações humanas que violam os limites do meio ambiente, está





desestruturando não só o planeta, mas também os modos de vida daqueles que sempre imaginaram cuidar e preservar a terra.

Ao iniciar este texto com um poema, busco destacar a importância das narrativas transmitidas por nossos anciões e anciãs nas aldeias, que frequentemente traçam paralelos entre o tempo antigo e o presente. Esses relatos revelam como, ao longo das gerações, as mudanças climáticas e ambientais foram sendo observadas, inicialmente de forma lenta e gradual, mas, nas últimas décadas, de maneira cada vez mais acelerada e devastadora. Para os povos indígenas, especialmente aqueles que vivem às margens dos rios e dependem deles para sua subsistência, essas transformações representam desafios profundos, afetando não apenas a pesca, mas também o acesso à água potável e a realização das atividades cotidianas.

A seca prolongada torna a busca por água cada vez mais árdua, já que os rios, antes fontes de vida, tornam-se lamacentos e contaminados. Esse processo de transferência hídrica acarreta sérios impactos na saúde das comunidades, especialmente entre os idosos e as crianças, que se tornam mais vulneráveis a doenças causadas pela poluição. O cenário descrito pelas anciãs reflete não apenas uma perda ambiental, mas também cultural, pois o equilíbrio entre o ser humano e a natureza, que por séculos garantiu a sobrevivência e a harmonia desse público, está profundamente ameaçado.

Famílias indígenas da região do Alto Solimões, no Amazonas, relataram, em entrevistas a veículos de comunicação, os desafios enfrentados pela severa seca que afeta suas terras. A escassez de alimentos e peixes, fundamental para sua subsistência, é agravada pela contaminação da água por coliformes fecais, gerando doenças entre a população indígena que depende diretamente desse recurso vital. A terra ressequida, comparada ao sertão, tornou-se inviável para o cultivo de alimentos como a macaxeira, que não conseguiu criar raízes. O rio, antes volumoso e essencial à vida local, agora se torna um córrego estreito, que permite a travessia a pé pelo seu leito. Com o aumento dos preços dos alimentos e o agravamento das condições ambientais, a situação das populações indígenas e não indígenas dessa região se torna cada vez mais crítica. Embora a crise seja observada internacionalmente, incluindo a expectativa de discussão na próxima Conferência das Partes (COP), fica a pergunta: quem dará voz a esses povos? Quem conseguirá expressar as dificuldades e o sofrimento vívido por essas comunidades indígenas diante da crise climática?

2 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A RESILIÊNCIA DA CONEXÃO ANCESTRAL E ESPIRITUAL DOS POVOS INDÍGENAS COM A NATUREZA





O tema “Mudanças Climáticas e a Resiliência da Conexão Ancestral e Espiritual dos Povos Indígenas com a Natureza” reflete um aspecto crucial da relação entre aldeias/comunidades indígenas e o meio ambiente, especialmente em tempos de crise climática. Para os povos indígenas, a natureza não é apenas um recurso a ser explorado, mas um ser vivo interconectado com suas vidas, culturas e espiritualidades. Essa conexão ancestral vai além de uma perspectiva materialista e envolve uma visão holística do mundo, em que seres humanos, animais, plantas e elementos da natureza fazem parte de um ciclo de vida e têm espírito.

Mesmo diante dos impactos devastadores das mudanças climáticas, como secas, enchentes, perda de biodiversidade e manipulação de territórios, muitos povos indígenas demonstraram uma resiliência notável. Essa resiliência está enraizada em saberes ancestrais, rituais espirituais e práticas tradicionais de manejo da terra que visam preservar o equilíbrio ecológico. Ao resistirem às pressões externas, como a exploração de recursos naturais e a invasão de terras, os povos indígenas continuam a defender seus territórios como espaços sagrados, reafirmando sua relação espiritual com a natureza.

A destruição sistemática que infligimos à natureza e aos povos tradicionais é uma especificidade historicamente conhecida, perpetuada desde a colonização. No contexto amazônico, essa violência se manifesta de forma ainda mais brutal: aldeias inteiras são arrasadas, e rios, furos e igarapés são devastados. O ponto crítico que precisamos considerar é que já não podemos mais postergar nossas escolhas — estamos diante da decisão entre continuar lutando pela vida ou sucumbir à destruição. Em dada árvore derrubada, uma parte de nós também é aniquilada, pois estudos indicam que a Amazônia, atualmente, emite mais dióxido de carbono do que é capaz de absorver, justamente devido à morte de suas árvores. Com a aceleração das queimadas e desmatamentos, aproximamo-nos rapidamente do chamado “ponto de não retorno”, em que a floresta não terá mais capacidade de regenerar-se.

Para os povos indígenas da Amazônia, o rio é visto como um ancião, um ser sábio, com o corpo marcado pelo tempo. Essa personificação é mais do que uma metáfora cultural: há relatos de indígenas que dizem tê-lo visto sentado sobre uma árvore caída, ou transportado pelas praias com o corpo coberto de feridas. Tais imagens evocam a poluição que o aflige e nos levam a refletir sobre as feridas que, diariamente, infligimos a esse ser sagrado. O rio, ao transmutar-se em figura humana, nos transmite uma mensagem clara: seu corpo está doente e precisa urgentemente de cura. Mas quem possui o conhecimento ou a medicina capaz de restaurar a saúde desse ser que é vital para toda a vida na Amazônia?



Figura 1 - Paisagem da aldeia do povo Wai Wai - PA

Foto: Márcia Kambeba – outubro 2018

A fotografia apresentada revela a paisagem de um rio da Amazônia, chamado Rio Mapuera destacando uma pedra submersa que, para o povo Wai Wai, é conhecida como a pedra da guariba, um sagrado local onde se realiza o ritual de pesca. Esse pedral não é apenas uma formação rochosa comum, mas carrega um profundo significado espiritual e cultural, marcando o espaço de práticas tradicionais e ancestrais que têm resistido ao longo do tempo. O ritual de pesca realizado nesse local não envolve apenas um material de subsistência, mas também a manutenção de uma relação de reciprocidade com os seres encantados e o ambiente, fortalecendo a espiritualidade e a identidade cultural dos Wai Wai.

No contexto das mudanças climáticas, essa conexão ancestral com a natureza é diretamente ameaçada. O aumento da temperatura global, as alterações nos ciclos das chuvas e o aumento do nível dos rios modificam a dinâmica dos ecossistemas aquáticos. Pedrais como o da guariba, antes visíveis e acessíveis, agora podem ficar submersos por períodos mais longos devido às variações climáticas, impactando não só a pesca tradicional, mas também os rituais e as práticas espirituais vinculadas a esses espaços. Essas alterações forçam os povos indígenas a adaptarem suas práticas culturais a novas condições ambientais, o que evidencia a resiliência dessas aldeias/comunidades.

No entanto, essa adaptação não implica a perda da conexão espiritual e ancestral com a natureza. Pelo contrário, os povos indígenas, como os Wai Wai, demonstram uma resiliência cultural frente às adversidades impostas pelas mudanças climáticas. A espiritualidade indígena está profundamente enraizada na noção de que todos os elementos da natureza – incluindo pedras, rios e animais – são dotados de vida e espírito. Mesmo





diante das transformações ambientais, os povos indígenas continuam reafirmando sua cosmologia e práticas, mantendo vivo o entendimento de que a natureza é um sistema integrado e interdependente.

Portanto, ao considerar o impacto das mudanças climáticas sobre os ecossistemas amazônicos e as práticas culturais indígenas, é crucial considerar que essas comunidades não são apenas vítimas passivas do aquecimento global. Eles são, ao contrário, agentes ativos de resistência e adaptação, utilizando seus saberes ancestrais para enfrentar desafios ambientais sem perder a essência de sua relação espiritual com a terra. Assim, a resiliência indígena reflete não apenas a capacidade de sobrevivência, mas também a continuidade de uma visão de mundo que permite a terra e suas águas, como seres vivos, serem espiritualmente interconectados.

Dei aula na aldeia chamada Mapuera e percebia que a relação estabelecida com a natureza era de profunda sintonia. Sabiam cada nome de árvore, seu benefício para o tratamento de determinadas doenças físicas e também espirituais. A pedra da guariba, citada e apresentada na fotografia, fica visível aos olhos de todos o ano inteiro, independente da seca ou da cheia dos rios, por isso é considerada uma pedra sagrada, uma anciã e tem espírito, segundo me disseram meus alunos.

3 O SAGRADO INDÍGENA E A RELAÇÃO ENTRE HUMANOS E A NATUREZA

O território indígena transcende a dimensão física constituindo-se como um espaço sagrado, memorial simbólico e cultural para os povos originários. Nesse território, os pajés, como autoridades espirituais e médicas, desempenham um papel central na promoção da cura física e espiritual, utilizando saberes ancestrais relacionados às plantas medicinais, por meio da preparação de banhos, chás e rezos. O território adquire, assim, uma significação sagrada, pois é nele que se materializam e perpetuam as cosmovisões e práticas culturais de cada povo. Essa sacralidade, os rituais, que envolvem danças, cantos e o uso de instrumentos musicais são fundamentais para a manutenção da harmonia e da conexão com o território, reforçando a relação indissociável entre natureza, espiritualidade e cultura nas sociedades indígenas.

Entendendo que o território indígena vai além de uma noção puramente geográfica e se constitui como um espaço de múltiplas dimensões podemos dizer que os/as pajés, líderes espirituais e benzedeiros, benzedoiras são os guardiões e guardiãs desse conhecimento e da sacralidade do território. Eles atuam como mediadores entre o mundo físico e o espiritual, utilizando ervas medicinais para o tratamento de doenças promovendo a





cura tanto do corpo quanto do espírito. Essa prática, que integra os saberes tradicionais e as forças da natureza, reforça a sacralidade do território, onde as curas são realizadas. O território, portanto, é sentido e percebido como um espaço vivente e espiritual, impregnado de energia e de memória, onde as crenças e cosmovisões dos povos indígenas se manifestam em cada elemento natural — rios, árvores, montanhas, animais — que compõem esse espaço.

Figura 2 - Ritual na aldeia do povo Assurini/PA



Fonte: Márcia Kambeba

Essa foto de um ritual na aldeia do povo Assurini do Trocará, no Pará, revela de forma emblemática como o território indígena é impregnado de ancestralidade e espiritualidade. A imagem captura não apenas uma prática cultural, mas a própria manifestação do sagrado, que é territorializado pelos saberes e fazeres dos povos originários. O ato de bater os pés no chão durante o ritual não é apenas uma expressão física, mas um gesto profundo de conexão com a terra, como se estivesse “acordando-a”, despertando suas forças e energias ancestrais.

Nesse movimento, a terra é reverenciada e reconhecida como viva, e o corpo que nela se move sintoniza-se com suas vibrações, em um processo de comunicação simbiótica e espiritual. O território, nesse contexto, torna-se um espaço de intercâmbio com os antepassados e com o próprio espírito da terra, onde cada passo, cada canto e cada movimento ressoa com o passado e o presente. Ao realizar o ritual, os Assurini reafirmam sua presença territorial e espiritual, territorializando o espaço com suas crenças, saberes e práticas culturais, fortalecendo a relação entre o humano e o sagrado.





Para os povos Omágua/Kambeba, por exemplo, o território é também um local de ancestralidade e de comunicação com os encantados, figuras que fazem parte das narrativas de pertencimento e do ciclo de vida e morte. Os rituais, como as danças, os cantos e o uso de instrumentos musicais, são formas de conexão com o sagrado, de renovação e fortalecimento espiritual, fundamentais para a manutenção do equilíbrio entre o ser humano e o território. Essas práticas ritualísticas não são meramente simbólicas, mas carregam a função de proteger o território e garantir a harmonia com a natureza, um aspecto central nas cosmologias indígenas.

Entendo que o território é o reflexo vivo da ancestralidade e um espaço em que os saberes, as narrativas e as práticas culturais dos povos indígenas são continuamente revitalizadas. Os territórios indígenas carregam consigo a presença dos antepassados e a força espiritual necessária para a sobrevivência cultural e identitária dos povos originários. Nos territórios nossas histórias e memórias estão vivas, em cada pedaço de chão, em cada desenho grafado na pele ou na parede das casas, nas plantas, nos rios, em tudo que vive e está ao alcance de nossos olhos, porque é no território que habitam nossos encantados e nossos ancestrais.

Nessa perspectiva, a luta pelo território é, simultaneamente, uma luta pela sobrevivência física e espiritual, já que a integridade territorial assegura a continuidade das práticas culturais, da espiritualidade e da própria existência dos povos indígenas. O território, portanto, é muito mais do que um espaço delimitado por fronteiras políticas; é um espaço de vida, de memória, de luta e de resistência, onde o sagrado se manifesta a cada dia.

Assim, a destruição dos territórios indígenas, impulsionada por desmatamentos, queimadas e outros impactos das mudanças climáticas, afeta não apenas o espaço físico, mas também a dimensão sagrada, cultural e espiritual das vivências nas aldeias. Quando esse território é degradado, as relações simbióticas entre as pessoas, a natureza e o espiritual são profundamente abaladas. As mudanças climáticas exacerbam essa destruição, gerando consequências diretas sobre a biodiversidade e o equilíbrio ecológico, que são fundamentais para a realização de rituais e para a continuidade dos modos de vida indígenas. O desaparecimento de espécies vegetais, essenciais para as curas e ritos, a contaminação das águas e a perda da fauna afetam diretamente a cosmologia indígena, na qual cada elemento natural tem um valor sagrado e simbólico.

Ao destruir os territórios, não estamos apenas removendo o espaço físico que os povos indígenas habitam, mas também desarticulando as bases culturais que sustentam suas práticas cotidianas e espirituais. A perda do território implica a ruptura das relações com a terra, com os antepassados e com as forças da natureza que fazem parte do cotidiano das aldeias. O impacto não é apenas ambiental, mas cultural e espiritual: as danças,





cantos, rezos e rituais que sintonizam os corpos com a terra podem perder seu significado se o território sagrado deixar de existir ou for desfigurado.

Portanto, a destruição dos territórios indígenas devido às mudanças climáticas ameaça diretamente as formas de viver e existir desses povos. É uma perda irreparável, não apenas para os indígenas, mas para toda a humanidade, que se priva de uma relação única e respeitosa com a terra, onde cultura e espiritualidade são inseparáveis da natureza. Preservar os territórios é, assim, garantir a continuidade das práticas culturais, dos rituais sagrados e da relação simbiótica entre os povos indígenas e o meio ambiente, fortalecendo a resistência frente à crise climática global. É preciso ouvir o que os povos indígenas durante séculos de convivência de cuidado e cooperação com a natureza têm a dizer a exemplo, cito as terras pretas de índio onde o solo foi sendo adubado e hoje com PH6 é considerado propício para agricultura. Para Silva (2012, p. 28), “É certo que o homem necessita de seu território, seja de caráter material ou simbólico. O território de cada indivíduo é o que melhor o identifica, dado que é o território que ajuda e condiciona a construção da identidade de cada indivíduo. O homem necessita de seu território, de seu espaço e de criar vínculos e ligações com ele”.

4 AS VOZES INDÍGENAS NA NARRATIVA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Tempos de Lutas

Autoria de: Márcia Kambeba

Sempre vivemos em lutas
Em busca do bem-viver,
Entendendo mundos,
Caminhando para não morrer.

Partilhamos saberes
Para evitar a destruição,
Cuidando dos rios e florestas,
Da terra, dos animais,
E dos biomas em união.

Queremos novas narrativas,
De ensino e reciprocidade,
Onde nossas crianças
Respeitem a ancestralidade,
Vivendo com alegria
Sua infância e mocidade.





Nossas histórias são de cuidado,
Partilha e sabedoria,
Respeito e harmonia.
Nascer de uma gota d'água
É ser rio a cada dia.
Vamos contar causos de esperança
E alegrias,
Mudando a consciência
Para reflorescer nossas vidas.

Sempre vivemos tempos de lutas, e a resistência dos povos indígenas se entrelaça com as narrativas sobre as mudanças climáticas. Esses tempos nos lembram que a luta não é apenas uma batalha pelo território, mas uma defesa de modos de vida, saberes ancestrais e a própria essência da Terra. Em um mundo que constantemente busca silenciar suas vozes, os indígenas reafirmam sua conexão profunda e ancestral com a natureza. Eles são guardiões de um conhecimento que transcende gerações, em que cada rio, cada árvore e cada ser vivo é parte de uma teia interligada de existência. Ao compartilhar esses saberes, desafiam as narrativas hegemônicas que muitas vezes ignoram a sabedoria das comunidades tradicionais e promovem soluções temporárias e inadequadas para problemas ambientais complexos.

Essas vozes indígenas são fundamentais na construção de um futuro sustentável. Elas nos oferecem não apenas um olhar crítico sobre as crises que enfrentamos, mas também caminhos alternativos que respeitam a diversidade da vida e a harmonia com a natureza. Em um contexto em que as mudanças climáticas ameaçam ecossistemas inteiros e a vida humana, a escuta ativa das vozes indígenas é uma urgência. É importante compreender que as lutas dos povos indígenas são um chamado à ação, uma convocação para que todos nós, como parte de uma mesma Terra, nos unamos em prol de um futuro que respeite a ancestralidade, valorize o conhecimento local e busque a justiça ambiental. Nessa interseção entre resistência e sabedoria, encontramos a esperança de um amanhã mais justo e equilibrado.

Em nossa caminhada ancestral que não começou nessa contemporaneidade, entre tantas lutas já enfrentadas emerge o conceito de bem-viver baseado nas vivências e saberes que os povos apresentam a todos que de suas aldeias se aproximam. O entendimento do bem-viver não é apenas uma aspiração dos povos originários, mas um chamado universal para todos os que habitam este planeta. Este princípio e narrativa se baseiam na ideia de que o bem-estar humano deve estar intrinsecamente ligado à saúde do planeta, promovendo uma convivência harmoniosa entre seres humanos e a natureza.





No atual cenário global, com a intensificação das crises ambientais e sociais, as vozes indígenas se tornam essenciais para um discurso que desafia a hegemonia do crescimento econômico desenfreado e do consumismo. Elas nos oferecem uma visão que prioriza a interconexão entre todos os seres, propondo formas alternativas de viver que valorizam a solidariedade, o respeito e a responsabilidade compartilhada. Aqui aponto algumas alternativas para o caminho que leva ao bem-viver e a contribuição ao não aceleração do fim dos tempos que se caracteriza no aceleração das mudanças climáticas:

Redução de desperdício: precisamos aplicar em casa, no trabalho e onde estivermos o que nos diz os 5 Rs que envolve: reutilizar, reciclar, repensar, reduzir, recusar. Quando lemos “recusar” significa que temos que aprender a dizer não a produtos ou embalagens desnecessárias por exemplo. Isso pode incluir evitar plásticos descartáveis, produtos de uso único e consumos que não são necessários.

Ao compartilhar seus saberes ancestrais, os povos indígenas nos convidam a refletir sobre o que significa realmente viver bem. O ‘Bem-Viver’ propõe uma ressignificação das nossas relações com o ambiente, incentivando práticas que respeitem a biodiversidade, reconheçam os direitos da natureza e promovam a justiça social. Assim, essa perspectiva de contra-hegemonia nos instiga a questionar as narrativas dominantes que priorizam o lucro acima da vida e nos desafia a imaginar um futuro em que o equilíbrio ecológico e a dignidade humana coexistam. Para que possamos enfrentar as crises que ameaçam nosso planeta, é urgente que abracemos o ‘Bem-Viver’ como um ethos coletivo, um compromisso de todos nós em promover um mundo mais justo e sustentável.

As vozes indígenas têm se tornado cada vez mais relevantes e visíveis nas narrativas sobre mudanças climáticas na contemporaneidade. Essas vozes não apenas oferecem uma perspectiva única sobre a interconexão entre humanidade e natureza, mas também desafiam discursos hegemônicos que priorizam o desenvolvimento econômico em detrimento do meio ambiente. Como exemplo trago a letra da música do cantor e compositor indígena Gean Pankararu e Ana Luiza que diz:

VIA CRUCIS

Não tem casa
 Não tem cama
 Não tem água
 Tudo é lama e muita dor
 É tanta dor, é só dor

Não tem teto, não te roupa
 Não tem força nem pra chorar
 Me faz chorar
 Os doze corpos nus
 Tá frio na madrugada





Há falta de um cobertor
Tanta gente sã no mundo
Tanta falta de amor...
Quase nada de esperança
Qual futuro da para as crianças
Oh pai vem olhar
Esses filhos teus
Que vivem a sofrer

Tanto dinheiro no mundo
Tanta omissão
Tanto gasto numa guerra
E má administração
Tanto favorecimento
E porcentagem no salário de ladrão
Todo mundo dança junto
Nesse mundo de corrupção....

Esse trecho da música “Via Crucis” de Gean Pankararu e Ana Luiza é um poderoso lamento que ecoa a dor e o sofrimento vividos pelos povos indígenas Pankararu em seu território. A letra destaca a precariedade das condições de vida e a falta de recursos essenciais, como casa, água e vestimentas, refletindo a realidade de muitos grupos indígenas que enfrentam desigualdades profundas e a exploração de seus territórios. A letra evidencia uma crítica à indiferença do Estado e da sociedade em geral frente à situação de vulnerabilidade dos povos indígenas. Essa narrativa é crucial no contexto das mudanças climáticas, pois as vozes indígenas são fundamentais para a compreensão dos impactos ambientais que suas comunidades enfrentam. O lamento retrata a conexão intrínseca entre a deterioração do meio ambiente e o sofrimento humano, ressaltando como as mudanças climáticas afetam diretamente a qualidade de vida e a saúde física e mental dos povos indígenas.

A letra menciona explicitamente a corrupção e a administração ineficaz, destacando como recursos que poderiam ser direcionados para melhorar as condições de vida das comunidades são desviados. Essa crítica é relevante para a discussão sobre mudanças climáticas, pois a má administração dos recursos naturais e a corrupção contribuem para a degradação ambiental e a desigualdade social. A insatisfação expressa na canção ressoa a frustração de muitos grupos indígenas que lutam contra um sistema que prioriza o lucro em detrimento da vida e do bem-estar de suas comunidades. Apesar do tom sombrio da letra, a invocação de um “pai” que deve olhar para “esses filhos teus” sugere uma busca por esperança e uma chamada à ação. Essa dimensão de esperança é vital nas narrativas indígenas contemporâneas, que não apenas denunciam injustiças, mas também promo-





vem visões alternativas de futuro, em que o respeito pelo meio ambiente e a dignidade humana estão interligados.

A música “Via Crucis” serve como um potente veículo de expressão e resistência, refletindo as lutas dos povos indígenas em um contexto de mudança climática. Ao destacar a dor e a desigualdade, a letra convoca a sociedade a reconhecer e valorizar as vozes indígenas como essenciais para a construção de uma narrativa mais justa e sustentável sobre as crises ambientais que enfrentamos. Através dessas vozes, os povos indígenas não apenas documentam suas realidades, mas também oferecem soluções e caminhos para um futuro em harmonia com a natureza.

Quando pensamos em análise do discurso vamos ver que sua importância se faz através da leitura cuidadosa e da análise criteriosa que se faz de uma determinada narrativa como por exemplo, a letra dessa música Via Crucis. Aqui não estamos analisando a letra da música tão somente, mas, o discurso que chega carregado de simbolismos e reflexões profundas. Para Brasil, (2011, p.172), “o objeto da apreciação de estudo deixa de ser a frase e passa a ser o discurso, uma vez que foge da apreciação da palavra por palavra, na interpretação como uma sequência fechada em si mesma”.

5 CONCLUSÃO

A crescente relevância das vozes indígenas nas narrativas sobre mudanças climáticas destaca não apenas a urgência de enfrentar as crises ambientais contemporâneas, mas também a importância de reconhecer e valorizar os saberes ancestrais que esses povos guardam. Em um momento em que o mundo se encontra à beira de colapsos ecológicos e sociais, é essencial que todos, não apenas as comunidades indígenas, ouçam e aprendam com essas vozes.

As narrativas indígenas, fundamentadas na interconexão entre os seres humanos e a natureza, nos oferecem lições valiosas sobre cuidado, respeito e responsabilidade compartilhada. Elas desafiam a hegemonia de um modelo de desenvolvimento que prioriza o crescimento econômico em detrimento do bem-estar do planeta e das futuras gerações. Ao integrar essas perspectivas em nossas práticas diárias e políticas, podemos abrir caminho para uma abordagem mais holística e sustentável em relação ao meio ambiente.

A análise que fazemos sobre os discursos em torno das mudanças climáticas e seus impactos nos modos de vida e territórios dos povos indígenas, na contemporaneidade, revela a complexidade e a urgência dessa temática. Existem muitas literaturas escritas por indígenas de vários povos que tratam da questão climática. À medida que as crises ambientais se intensificam, fica cada vez mais evidente que os povos indígenas não são





apenas vítimas passivas das mudanças climáticas, mas sim protagonistas de resistência e resiliência. Suas vozes e saberes ancestrais oferecem uma perspectiva única e fundamental para a compreensão dos desafios que enfrentamos.

Em um momento em que as políticas climáticas globais muitas vezes falham em abordar as realidades locais, é essencial que as vozes indígenas sejam ouvidas e integradas nas discussões e decisões que moldam o futuro do nosso planeta. Ao reconhecer a sabedoria e os direitos dos povos indígenas, não apenas promovemos a justiça social, mas também encontramos caminhos mais eficazes para a conservação e recuperação ambiental. Assim, a luta dos povos indígenas convida a todos que vivem no planeta terra a refletirem sobre suas próprias práticas e a buscarem formas mais sustentáveis de viver. É um chamado à ação, não apenas para proteger os territórios indígenas, mas também para garantir um futuro mais justo e equilibrado para toda a humanidade. Ao ecoar essas vozes e aprender com suas experiências, podemos construir uma narrativa coletiva que, em última análise, promova um mundo mais sustentável e resiliente para as gerações futuras.

Um exemplo emblemático dos impactos causados pela alteração climática no planeta pode ser observado de modo particular em São Paulo de Olivença, no Alto Solimões/AM. Essa cidade, assim como diversas aldeias indígenas na Amazônia, tem enfrentado os devastadores efeitos das mudanças climáticas, manifestados através do fenômeno das “terras caídas”. Esse fenômeno resulta em inundações severas e deslizamentos de terra, que têm causado a destruição de bairros inteiros, deixando famílias desabrigadas e em situação de vulnerabilidade. É doloroso testemunhar casas sendo levadas pelas águas e a vida de pessoas sendo desestruturada, o que reforça a urgência de abordar a crise climática de forma integral e inclusiva.

Para finalizar, digo que precisamos ouvir e sentir os ecos das vozes indígenas e no dia que aprendemos com suas experiências, teremos a oportunidade de reconstruir nossa relação com o mundo ao nosso redor. Que possamos, juntos, redescobrir a reconexão com o sagrado e com a terra, transformando nossas atitudes e criando um mundo onde todos possam coexistir em harmonia. Essa transformação é essencial para que possamos realmente viver em um planeta saudável e resiliente, preservando não apenas a biodiversidade, mas a própria essência da vida.

REFERÊNCIAS

ACUÑA, Cristóbal de. **Novo descobrimento do grande rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Agir, 1994.





ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.

BRASIL, L.L. Michel Pechêux e a Teoria da Análise de Discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Linguagens – Estudos e Pesquisas.** Catalão, GO, v.15, n.1. p. 171-182. Jan./jun.2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/lep/article/download/32465/17293/136767>. Acesso em 18/10/2024.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. da; COSTA, P.C. da; CORRÊA, R.L. (Org) **Geografia: conceitos e temas.** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

SILVA, Márcia Vieira da. **Reterritorialização e identidade do povo Omágua-Kambeba na aldeia Tururucari-Uka.** Dissertação: Mestrado em Geografia. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.





INVENTÁRIO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, MARANHÃO: os assentamentos pré-coloniais

Arkley Marques Bandeira¹

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva apresentar os resultados da caracterização do potencial arqueológico de Guimarães, localizado no estado do Maranhão. Trata-se de uma pesquisa inédita neste município e na região das Reentrâncias Maranhenses, visto que ainda não existe até a elaboração deste artigo nenhuma indicação para existência de sítios arqueológicos oficialmente registrados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico Brasileiro – SGPA; no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA e, tampouco, no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do Patrimônio Cultural Brasileiro, que são as bases de dados e instrumentos de gestão e proteção do patrimônio cultural e arqueológico brasileiro, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ².

Neste artigo, serão apresentados os resultados relacionados apenas aos sítios arqueológicos pré-coloniais descobertos em 4 (quatro) campanhas de campo, ao passo que os sítios arqueológicos históricos serão apresentados em outras publicações. O recorte deste estudo vinculou-se a um projeto de pesquisa maior de caracterização dos sítios arqueológicos da região costeira do Maranhão. Na problematização ora exposta, os resultados versam sobre a existência de sítios arqueológicos apenas em Guimarães, onde foi realizada a caracterização arqueológica para identificar, mapear e descrever os sítios arqueológicos evidenciados.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa abordou múltiplas fontes e dados para análise e interpretação, a exemplo dos documentos primários do Arquivo Histórico Ultramarino, relatos de cronistas, bibliografias de memorialistas, descrições etnohistóricas, cartografia histórica e a oralidade dos moradores, reforçando o caráter interdisci-

1 Doutor em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE – USP). Docente da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: arkley.bandeira@ufma.br.

2 O Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA/SGPA apresenta todos os sítios arqueológicos brasileiros cadastrados na base de dados do IPHAN, com todo o detalhamento técnico e filiação cultural dos Sítios Arqueológicos. Para se registrar os sítios arqueológicos é necessário o preenchimento de uma ficha que deve ser homologada por um arqueólogo. Após o sítio ser oficialmente registrado, ele passa a formar o rol do patrimônio cultural brasileiro e a sua proteção é responsabilidade da União, Estados e Municípios, sendo que qualquer cidadão pode denunciar ao poder público a destruição ou uso indevido de um sítio arqueológico, pois ele passa a ser um patrimônio cultural que deve ser preservado.





plinar da pesquisa, com a união de postulados da Arqueologia, História, Geociências e Antropologia.

Além disso, foram realizadas consultas em órgãos públicos e instituições, que fazem a gestão do patrimônio arqueológico, principalmente o IPHAN, a Secretária Vimarense de Cultura e o Instituto Histórico e Geográfico de Guimarães. Por fim, foram realizadas pesquisas de campo por meio do método prospectivo não interventivo, cujo intuito foi descobrir e caracterizar os sítios arqueológicos da região.

Os sítios arqueológicos podem ser descobertos de diversas maneiras, sendo que na maioria das vezes ocorre de forma acidental e não intencional, principalmente quando as pessoas começam a movimentar a terra para atividades cotidianas, como colocação de roças, abertura de estradas e escavação de estruturas. Contudo, o método científico mais adequado para descoberta de sítios para controle de informação é denominado de prospectivo.

Para responder a problematização da pesquisa recorreu-se ao Método Prospectivo de Campo³ na modalidade não interventiva, que foi aplicado com base em relatos documentais, entrevistas com moradores e reconhecimento de áreas potenciais para a existência de sítios arqueológicos por meio da busca de geoindicadores.

No caso em questão, foram utilizados os postulados do Método Prospectivo de Campo de Renfrew e Bahn (1993), que reconhecem que uma das tarefas mais importantes da arqueologia consiste em localizar e registrar os sítios e estruturas arqueológicas. Logo, a prospecção, em sentido amplo, serve para descobrir os sítios arqueológicos em determinado território por meio de diferentes pistas, que são denominadas de indicadores para existência de sítios arqueológicos.

Conceitualmente, os sítios arqueológicos são marcadores físicos da presença humana na paisagem, nos quais são identificados artefatos, construções, estruturas, restos orgânicos, marcadores ambientais, ou seja, qualquer evidência onde se encontram pistas significativas da atividade humana pregressa (Renfrew, Bahn, 1993). Drewett (1999) concebeu os sítios arqueológicos essencialmente como áreas de atividades e descartes de lixo, oriundos do passado e que apresentam algum indício das atividades desenvolvidas.

Segundo Bicho (2006), o Método Prospectivo de Campo ou simplesmente prospecção arqueológica pode-se valer de alguns critérios analíticos, a exemplo do natural; cultural ou institucional. O primeiro é definido por um aspecto geográfico, a exemplo de unidades geomorfológicas, como um vale ou terraço fluvial; uma unidade topográfica, como uma serra ou caverna; uma unidade geológica, como um afloramento de calcário

³ Prospecção, segundo o dicionário Michaelis On-line, seria o conjunto de técnicas de exploração de uma determinada área, em busca de jazidas minerais, água, petróleo e materiais apropriados ao aproveitamento de energia atômica ou análise profunda ou sondagem de algo.





ou uma unidade fitogeográfica, como um bioma ou ecossistema. O segundo critério corresponde a uma unidade cultural, que poderá ser estabelecida a partir de um recorte temporal ou estilístico, a exemplo de estruturas megalíticas ou sítios paleolíticos. O terceiro critério recai sobre o âmbito institucional e relaciona-se a uma decisão política de se pesquisar determinada região, a exemplo de uma área que requer o laudo arqueológico para implantação de uma obra ou reconhecer e aprofundar determinado tipo de evidência humana.

A probabilidade de se encontrar sítios arqueológicos depende de muitos fatores, inclusive do tipo de prospecção utilizada. No entanto, é certo que dificilmente o pesquisador irá descobrir todos os sítios arqueológicos de determinada região, pois muitos fatores devem ser considerados, como por exemplo a visibilidade da superfície do terreno, as características dos processos formativos natural e cultural, a categoria e densidade dos artefatos, o acesso as áreas de pesquisa, o tempo disponível para a atividade e a qualificação dos recursos humanos empregados.

Os tipos de prospecção arqueológica mais utilizados pelos arqueólogos, segundo Renfrew e Bahn (1993), recaem sobre a prospecção da superfície do solo, denominada de inspeção superficial e a prospecção aérea, realizada com instrumentos ou equipamentos que possibilitam o avistamento desde o céu com o uso das ferramentas de geotecnologias, e equipamentos de avistamentos aéreos como drones e *lidar*.

Logo, para cada contexto específico de pesquisa, um ou outro critério poderá ser o mais adequado, levando-se em conta a problemática desenvolvida pelo investigador, o tempo de pesquisa, os recursos financeiros disponíveis, o tamanho da área a ser trabalhada, as condições de acesso e a logística de campo. Nesses casos, outras modalidades de prospecção arqueológica poderão ser adotadas, sendo as mais comuns a de varredura de superfície nas modalidades interventivas e não interventivas, cartográfica e de subsolo, que inclui a prospecção aeroespacial, geofísica e geoquímica.

Na pesquisa em questão, o Método Prospectivo de Campo adotado foi alicerçado com observação superficial do terreno na modalidade não interventiva com base nas referências documentais, orais e averiguação *in loco* de geoindicadores. Ou seja, nenhuma intervenção foi feita no sítio arqueológico e nem foram realizadas coletas de amostras ou vestígios arqueológicos. Foram tomadas fotos e coordenadas geográficas e feitas algumas anotações para registro do sítio arqueológico junto IPHAN.

2 O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES: uma análise





O município de Guimarães localiza-se na região norte do Estado do Maranhão, e limita-se com os municípios de Cedral, Mirinzal, Central do Maranhão, Bequimão e Alcântara, conforme ilustrado na Figura 1. Insere-se a na latitude $02^{\circ} 07' 59''$ sul e na longitude $44^{\circ} 36' 04''$ oeste, com altitude de 41 metros acima do nível do mar. Dista cerca de 56 km em linha reta, e de condução é cerca de 140 km de São Luís, capital do Maranhão.

Figura 1 – Localização de Guimarães, estado do Maranhão



2.1 Os sítios arqueológicos pré-coloniais de Guimarães

Para fins de apresentação dos resultados da pesquisa neste artigo, as informações mais relevantes serão divididas em subitens, iniciando-se com a consulta aos órgãos públicos, análises das documentações históricas e orais e prospecção de campo, finalizando com as considerações sobre as descobertas realizadas.





2.2 Consulta aos órgãos públicos de proteção ao patrimônio arqueológico

A primeira base de dados pública consultada foi o Cadastro dos Sítios Arqueológicos Brasileiros (CNSA), onde se encontram as Fichas de Cadastro de todos os sítios arqueológicos brasileiros. Conforme a Portaria IPHAN nº 241, de 19/11/1998, o CNSA compõe o Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico Brasileiro (SGPA), conjuntamente com o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), nele constam todos os bens culturais protegidos em âmbito federal, inclusive, os sítios arqueológicos nacionais cadastrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁴.

Primeiramente, foi atualizada a consulta no banco de dados do Cadastro dos Sítios Arqueológicos Brasileiros, em 14 de julho de 2024, onde constam cadastrados no SGPA 195 sítios arqueológicos para o estado do Maranhão, de 27.582 cadastrados para o Brasil, sendo que nenhuma indicação foi feita para o município de Guimarães, conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2 – Consulta na base de dados do CNSA – IPHAN que resultou na inexistência de sítios arqueológicos em Guimarães – Maranhão.⁵

The screenshot shows a web browser window with the URL portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php. The page title is "Consulta sobre Sítios Arqueológicos/CNSA/SGPA". Below the title, there is a form with the following fields: "Município:" (Guimarães), "Estado*:" (MA), "Nome do sítio:", and "Responsável:". To the right of the form, there are three checkboxes: "Histórico:", "Pré-Colonial:", and "De Contato:", all of which are unchecked. Below the checkboxes are two buttons: "ok" and "limpar". At the bottom of the form, there is a message: "Nenhum registro foi encontrado de \$total_sitio cadastrados."

Fonte: IPHAN (2024)

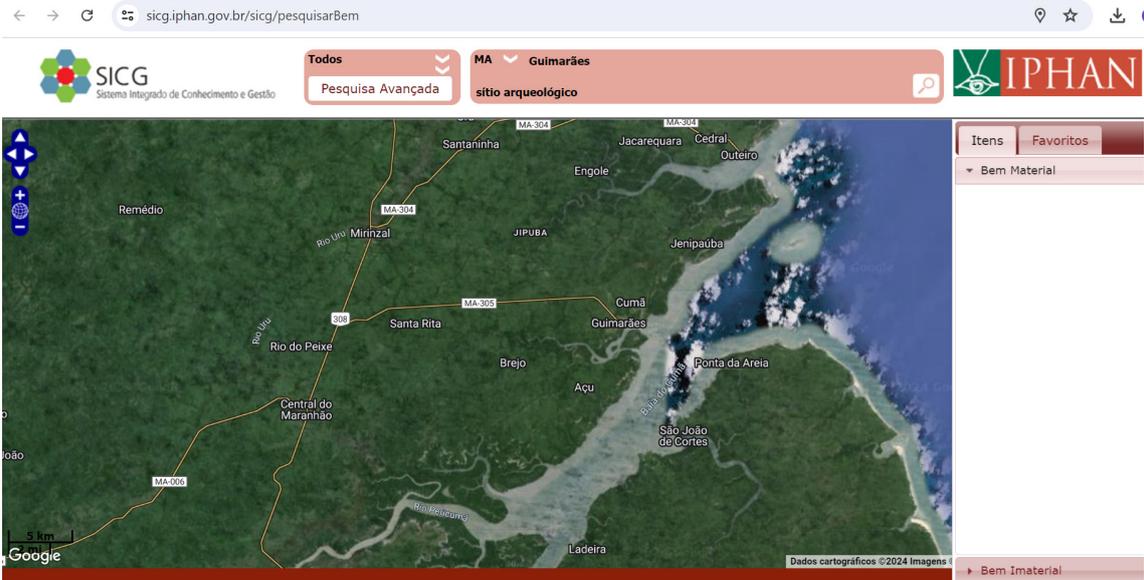
Em seguida, foi realizada consulta em 14 de julho de 2024 no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG). Nele constam todos os bens culturais protegidos pelo IPHAN no Brasil. No caso do município de Guimarães, novamente a busca não resultou na existência oficial de sítios arqueológicos, conforme apresentado na Figura 4.

⁴ Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php. Acesso em: 14 jul. 2024.

⁵ Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php. Acesso em: 14 jul. 2024.



Figura 3 – Resultado da consulta na base de dados do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), que resultou na inexistência de sítios arqueológicos em Guimarães – Maranhão



Fonte: IPHAN (2024)⁶

Conforme Bandeira (2013), os sítios arqueológicos cadastrados para o Maranhão permitem construir duas constatações: além de ser um dos menores percentuais do país, eles estão distribuídos irregularmente pelos 217 municípios do Estado, denotando um desconhecimento do patrimônio arqueológico maranhense (BANDEIRA, 2013), e no caso em questão o município de Guimarães, apesar do alto potencial arqueológico, como será demonstrado a seguir, não apresenta existência de sítios arqueológicos. Logo, se tomarmos como exemplo o CNSA – IPHAN, não existem sítios arqueológicos em Guimarães, logo, oficialmente não há o que proteger no referido município, em matéria de patrimônio arqueológico. Além disso, não foi encontrado na base de dados da FUNAI a existência oficial de povos e/ou terras indígenas em Guimarães⁷.

Pelo exposto, com base nos dados oficiais do IPHAN, a área de pesquisa constitui-se um vazio do ponto de vista arqueológico, dada a inexistência de informações nas bases de dados.

2.3 A pesquisa de campo

Nas atividades de campo foi aplicado o método para identificação de sítios arqueológicos, denominado de *Prospecção superficial não interventiva*. Com base na pesquisa documental realizada e já exposta neste artigo, foram elaborados roteiros prévios de visita

⁶ Consultado em 14 de julho de 2024. Disponível em: <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/pesquisarBem>.

⁷ Isso contrasta com a existência de cerca de 13 comunidades quilombolas registradas pela Fundação Cultural dos Palmares e caracterizadas como remanescentes e que foi atualizada e publicada no DOU de 1º/10/2010 (FCP, 2024).





de pontos focais na área de pesquisa, levando-se em conta a indicação documental, como a área da antiga fazenda Guarapiranga, o povoado de Cumã, a região costeira das ilhas e a linha costeira até a praia de Araoca. Nestas áreas, o primeiro procedimento consistiu em realizar entrevistas informais com os moradores mais antigos, com o fito de apreender informações acerca da existência de sítios arqueológicos, como áreas de terra preta, concheiros, estruturas de pedra e cemitérios antigos, como também o reconhecimento de artefatos arqueológicos, como machados de pedra polida e fragmentos de potes de barro.

A estratégia de amostragem do terreno ficou a cargo do julgamento da equipe de pesquisa, que seguiu as indicações bibliográficas e os relatos orais. Nesta amostragem de juízo, o território vimarense foi dividido sem zonas, que com o avanço da pesquisa, novas áreas serão averiguadas. A vantagem desta estratégia recai na economia de tempo e recursos, pois o pesquisador vai percorrer apenas as áreas mais prováveis para ocorrência dos sítios arqueológicos.

Nas áreas indicadas pela documentação ou apontadas nos relatos dos moradores, era feito um reconhecimento de campo que consistia em realizar caminhamentos para averiguação de ocorrências arqueológicas em superfície. Quando da impossibilidade da visitação a pé, foram utilizados veículos e embarcações. Ao identificar os locais potenciais, era realizada uma visualização minuciosa da superfície do terreno visando identificar a ocorrência de sítios arqueológicos ou seus indicativos. Constatada a descoberta, o local era georeferenciado com o auxílio de um GPS, em seguida eram feitas fotografias e preenchidos os cadernos de campo, embasado nos indicativos de Sanz, Burke e Smith (2007):

- ✓ Obtenção da localização geográfica do sítio arqueológico, a partir das coordenadas geográficas com o uso de GPS ou cartas geográficas;
- ✓ Descrição do acesso ao local do sítio arqueológico, com o auxílio de croquis e desenhos;
- ✓ Registro das informações fitogeográficas da área do sítio e seu entorno;
- ✓ Anotações sobre as características do sítio arqueológico, a exemplo do tipo de ocupação, compartimento ambiental, tamanho, existência de estruturas e cultura material;
- ✓ Avaliação sobre as condições de preservação do sítio arqueológico e o potencial para realização de novas pesquisas;
- ✓ Levantamento sobre a propriedade do terreno onde se encontra o sítio e as possíveis implicações em futuras pesquisas;
- ✓ Realização de registro fotográfico, filmagens, elaboração de descrições, mapas, croquis etc.

Após a etapa de campo, os dados coletados foram tradados em laboratório para elaboração dos mapas de distribuição espacial dos sítios arqueológicos. A fase atual encontra-se no registro dos sítios arqueológicos na base do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN, oficializando a sua existência ao poder público, etapa ainda em andamento.



2.4 Os sítios arqueológicos descobertos

Até o momento foram realizadas 4 (quatro) campanhas de campo nos anos de 2018, 2019, 2022 e 2023, que resultaram na descoberta de 12 (doze) sítios arqueológicos ainda inéditos na literatura arqueológica maranhense. Trata-se de ocupações humanas, tanto pré-coloniais, quanto históricas, que permitem reconstruir os processos de ocupação humanos de longa duração em Guimarães.

Para fins deste artigo, serão apresentados apenas os sítios arqueológicos pré-coloniais, conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1 – Sítios arqueológicos pré-coloniais descobertos na prospecção arqueológica

Nome do Sítio arqueológico	Coordenada X	Coordenada Y	Município
Sepultamento indígena	546472	9765337	Guimarães
Sambaqui Guarapiranga	544233	9763304	Guimarães
Sambaqui Cumã	546465	9765311	Guimarães
Sambaqui de Guadalupe	546535	9765719	Guimarães
Sambaqui Baiacu Mirim	542850	9756968	Guimarães
Sítio Cerâmico Cumã	546491	9765800	Guimarães
Camboa Guarapiranga	544275	9762956	Guimarães
Camboa do Oiteiro	577854	9761803	Guimarães
Camboa Baiacu Mirim	544036	9756059	Guimarães
Camboa do Caranguejo	546031	9761223	Guimarães
Camboa do Tupinambá	542748	9761149	Guimarães
Camboa de Araoca	555528	9772857	Guimarães

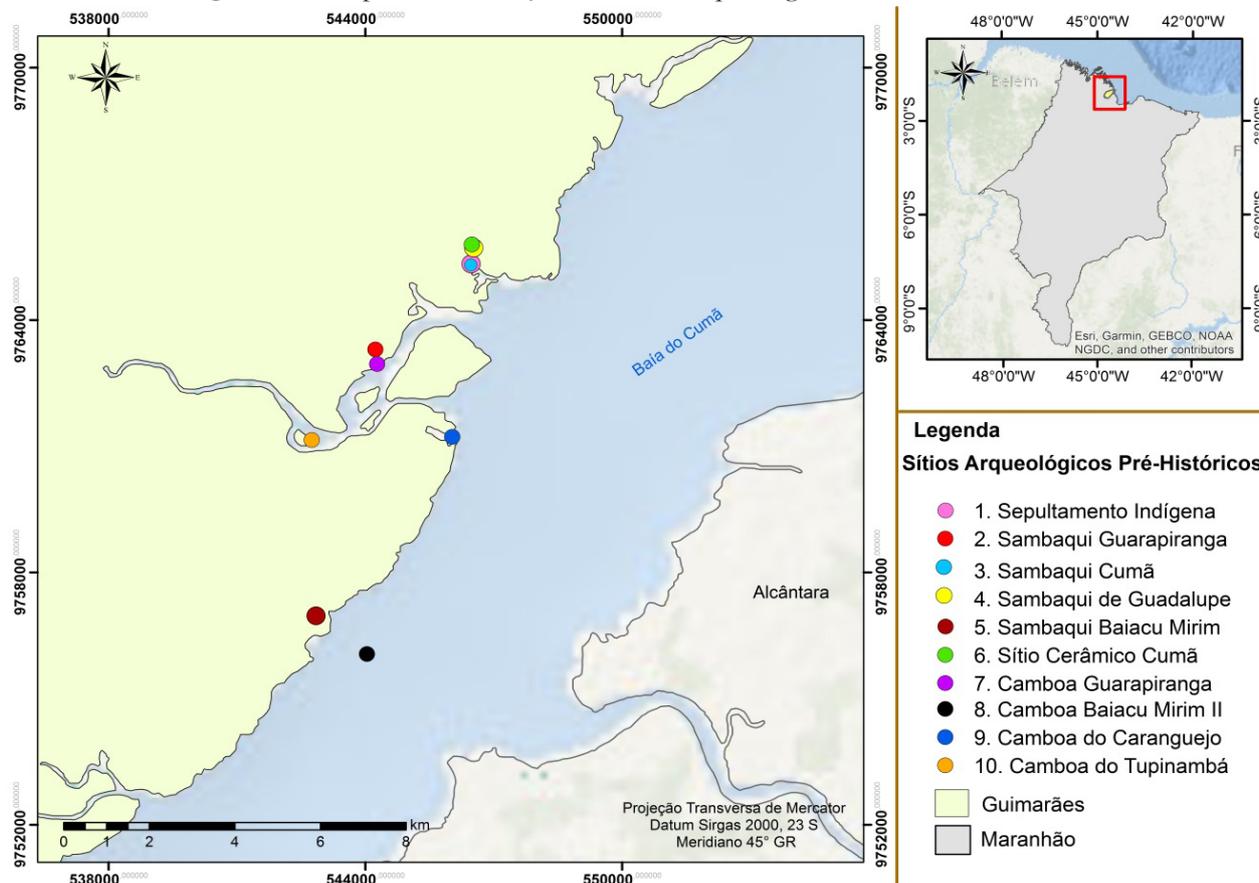
A distribuição espacial dos sítios arqueológicos em Guimarães possibilita afirmar que muitos sambaquis estão localizados nas proximidades do núcleo fundacional da cidade, confirmando os primeiros relatos dos colonizadores sobre a existência de aldeamentos Tupinambá em Guarapiranga, Cumã, Guadalupe e Baiacu Mirim, conforme o mapa elaborado para a distribuição dos sítios arqueológicos, ilustrado na Figura 11. Também do período Tupinambá registra-se as camboas de pesca construídas com pedras. O mapa





a seguir foi elaborado com base nas coordenadas geográficas obtidas nos sítios e nos permite visualizar a distribuição espacial no território vimarense.

Figura 4 – Mapa de distribuição dos sítios arqueológicos descobertos em Guimarães



Fonte: autor.

Contudo, ao analisar os sítios arqueológicos descobertos foram constatadas evidências materiais que recuam ainda mais a temporalidade da presença humana, sendo anteriores ao período Tupinambá, visto que foram descobertos vários sambaquis, que são sítios arqueológicos mais antigos, podendo remontar até 7 mil anos atrás (Bandeira, 2013; 2018). Logo, o método de abordagem se mostrou extremamente eficiente para caracterização do patrimônio arqueológico do município de Guimarães. Por se tratar de um método não interventivo e com observação superficial, não foi possível mensurar o tamanho e profundidade dos pacotes arqueológicos, aspecto que deverá ser retomado quando do aprofundamento da pesquisa em abordagens interventivas e com coleta de materiais arqueológicos.

A seguir, são descritos os sítios arqueológicos descobertos, por sua natureza e tipologia.



2.5 Sambaquis

André Prous definiu etimologicamente que a “palavra sambaqui seria derivada de tamba (marisco) e Ki (amontoamento) em Tupi” (Prous, 1992, p. 204), sendo tais sítios obra da atuação humana, caracterizados pela presença maciça de conchas, carapaças de moluscos, e, em menor número, de restos de peixes e outros animais associados a instrumentos líticos e ósseos, objetos cerâmicos e esqueletos humanos, estruturas de habitação e fogueiras, formando colinas que podem alcançar mais de trinta metros de altura em algumas partes do Brasil.

Em Guimarães, foram localizados até o momento 4 (quatro) sambaquis, sendo eles, Guarapiranga, Cumã, Guadalupe e Baiacu Mirim. Os sítios estão localizados estrategicamente nas desembocaduras dos canais de rios e igarapés que deságuam na Baía de Cumã, formando um conjunto de assentamentos que poderiam facilmente se comunicar por distintos sinais, como fumaças, gritos, assobios ou mesmo a pé.

Além disso, esses sambaquis estão implantados sobre outeiros e tabuleiros terciários, que permitem uma excelente visualização da paisagem. Ou seja, além dos sambaquis formarem montículos de muitos metros de altura devido a acumulação sistemática de refugos (carapaças de moluscos), os mesmos ainda se aproveitaram da topografia do terreno para tirar vantagens de ataques furtivos de grupos inimigos. Os sambaquis de Guimarães estão estrategicamente alocados. O uso e ocupação do espaço apresentam-se bastante racional e de caráter defensivo, associados à proximidade de praias e áreas de manguezais, que permitem a captura de pescados e frutos do mar, conforme as imagens a seguir.

Figuras 5 - Sambaqui Guarapiranga e seus amontoados de conchas formando grandes elevações.



Fonte: Arkley Bandeira (2018).





Figuras 6 - Sambaqui Cumã e seus amontoados de conchas depositadas na quebra da falésia, em área de antiga praia



Fonte: Arkley Bandeira (2018).

Figuras 7 - Sambaqui Guadalupe e seus amontoados de conchas associados com fragmentos cerâmicos



Fonte: Arkley Bandeira (2018).

Figuras 8 - Sambaqui de Baiacu Mirim e seus amontoados de conchas de diferentes espécies



Fonte: Arkley Bandeira (2018).

2.6 Sítio Cerâmico Cumã

O sítio cerâmico Cumã foi associado aos povos do tronco Tupi, precisamente da etnia Tupinambá, a julgar por sua localização e documentação etnohistórica, além das ca-





racterísticas das cerâmicas encontradas no local. Esse assentamento encontra-se situado em terraços costeiros que estão associados a depósitos sedimentares de origem marinha, em áreas protegidas da variação das marés.

A hipótese acerca do padrão de uso e ocupação das áreas pelos Tupinambá da região corrobora com o relato dos padres franceses, que indicam um conjunto de aldeamentos na região do Cumã, que também foi denominada por Albernaz em seu mapa de “Província dos Tupynambás”, ou seja, as antigas áreas de moradia estão ocorrendo nos outeiros e promontórios, muitas vezes se sobrepondo às ocupações humanas mais antigas, como é o caso dos sambaquis, que também se situam em áreas de topografias privilegiadas. Em outras áreas de Guimarães, os sítios estão implantados nas cotas mais altas e próximas às planícies de maré, que se interioriza por meio dos canais de drenagem, em decorrência de macromarés, que adentram os médios e baixos cursos dos rios que deságuam na baía de Cumã.

Os sítios apresentam um pacote arqueológico preservado por densa vegetação, principalmente nas áreas menos habitadas, com ocorrência de sedimento de coloração escura, caracterizado como terra preta e mulata, chegando a alcançar mais de 1m de espessura. Nessas áreas existe grande quantidade de materiais arqueológicos, principalmente cerâmica, associada a carapaças de bivalves, e instrumentos líticos lascados (lascas e raspadores) e polidos (lâminas de machado, almofarizes e batedores). Em alguns sítios ocorrem bolsões de restos alimentares formados por ossos de peixe e carapaças de moluscos, que não podem ser confundidos com os sambaquis.

Figuras 9 - Sítio Cerâmico Cumã com fragmentos cerâmicos na superfície e um aplique antropomorfo



Fonte: Arkley Bandeira (2018).

2.7 Cemitérios antigos

De acordo com os moradores entrevistados em Guarapiranga e Cumã é comum encontrar nas áreas dos sambaquis e dos sítios cerâmicos ossadas humanas, quando da





escavação do terreno para fazer roças, caieiras ou açudes. Possivelmente, são áreas de sepultamentos indígenas que ocorrem nas proximidades das antigas áreas de habitação.

Durante as atividades prospectivas foram coletados alguns testemunhos, como o do Sr. Zequinha, no povoado de Cumã, que estava realizando uma escavação para plantar hortaliças e descobriu um crânio pequeno e ossos humanos, possivelmente de um jovem, que estava deitado de lado, em posição fetal e que foi enterrado junto com alguns materiais cerâmicos. Nas comunidades quilombolas de Mocajubal e São José dos Cardosos foram colhidos novos relatos da ocorrência de material esquelético humano em algumas áreas das comunidades, quando da realização de escavação. Esses locais foram visitados, mas não foram identificados vestígios ósseos em superfície. Ademais, dada a sua fragilidade, o processo de preservação frágil, quando da sua evidenciação, rapidamente se desintegra.

Figuras 10 - Indicação de sepultamentos humanos em Cumã, e nos atuais Quilombos de Mocajubal e São José dos Cardosos



Fonte: Arkley Bandeira (2018).

2.8 Camboas de pedra

Os sítios arqueológicos de origem Tupi que apresentam uma das melhores visibilidades para a arqueologia são as camboas ou gâmbuas de pedra, comumente encontradas em áreas de apicuns, planícies de maré e praias arenosas (Bandeira, 2013; Colonesse et al., 2015; Santos et al., 2024), tratando-se de armadilhas de pescas (*fish traps*) construídos com pedras, barro ou madeira, cuja função é de capturar, aprisionar e até mesmo criar peixes e outros animais aquáticos utilizando-se do ciclo das marés e da dinâmica hídrica costeira. O uso das camboas é bem simples e até os dias atuais elas permanecem úteis nas pescarias e coletas, indicando forte resiliência dos pescadores do passado com os pescadores contemporâneos.

As camboas na baía de Cumã estão associadas a um assentamento em terra firme, nas proximidades dos sítios arqueológicos já apresentados neste artigo. A hipótese é que cada aldeamento tinha a sua própria área de captação de recursos alimentares e a





utilização das camboas eram esses marcadores dos territórios de pesca e coleta de frutos do mar.

Os sítios arqueológicos, em conjunto com a existência de camboas, estão distribuídos por quase todo o litoral de Guimarães e apresentam distintas características relacionadas à natureza, tamanho, deposição, tipologia, densidade dos vestígios e associação com outros sítios arqueológicos, a exemplo dos sambaquis. Em Guimarães foram mapeadas 6 camboas, sendo que as indicações orais é que existiam muito mais, que já foram recobertas pela lama ou pelo sedimento.

Os sítios descobertos foram Camboa de Arouca, Camboa da Guarapiranga, Camboa do Oiteiro, Camboa de Baiacu Mirim, Camboa do Caranguejo e Camboa do Tupinambá.

Figuras 11 - Camboa de Guarapiranga em maré baixa, com detalhe para a estrutura de pedras



Fonte: Arkley Bandeira (2018).

Figuras 12 - Camboa de Baiacu Mirim na área de praias, em maré baixa



Fonte: Arkley Bandeira (2018).





3 CONCLUSÃO

Conforme evidenciado ao longo deste artigo, a perspectiva interdisciplinar no tocante à caracterização arqueológica de determinada área se mostrou extremamente eficaz, quando diferentes fontes de dados e informações são atividades para construção do conhecimento acerca dos processos de ocupação humana mais antigos.

A união de esforços entre a Arqueologia, História e Geociências foi extremamente relevante, uma vez que diferentes perspectivas metodológicas permitiram realizar pesquisas em documentação histórica, sistematização da bibliografia, seja dos relatos de cronistas ou de memorialistas, análise de cartografia histórica e oralidades. Ademais, a aplicação dos métodos da arqueologia em consonância com as ciências ambientais possibilitou descobrir, identificar, georeferenciar e caracterizar sítios arqueológicos no município de Guimarães, outrora desconhecido da literatura arqueológica maranhense.

As informações apresentadas neste artigo são relevantes e se constituem em uma primeira aproximação para o conhecimento dos povos que ocuparam a Baía de Cumã, em uma perspectiva de longa duração. Não obstante, o conhecimento arqueológico mais aprofundado só será alcançado com pesquisas de longa duração que promovam escavação arqueológica nos sítios já descobertos em outros que estão por serem identificados.

REFERÊNCIAS

BICHO, Nuno Ferreira. **Manual de arqueologia pré-histórica**. Lisboa: Edições 70, 2006.

DREWETT, Peter L. **Field archaeology: an introduction**. Londres: UCL Press, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Guimarães, Maranhão**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=3616&view=detalhes>. Acesso em: 14 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/indl/pagina/detalhes/1574/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Lausanne de proteção e a gestão do patrimônio arqueológico (1990)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.





RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología:** teoría, métodos e práctica. Madri: Edições Akal, 1993.

SANZ, Inés Domingo; BURKE, Heather; SMITH, Claire. **Manual de campo para arqueólogos.** Barcelona: Ariel Editorial, 2007.





GAMEZÔNIA: perspectivas teóricas sobre o potencial pedagógico e decolonial dos jogos digitais na Amazônia

Juliana dos Santos Nogueira¹

Conceição de Maria Belfort de Carvalho²

1 INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo, marcado por intensas transformações tecnológicas e culturais, os jogos digitais emergem como potentes vetores de produção e disseminação de narrativas, representações e sistemas de valores. Para além de seu papel como artefatos de entretenimento, esses produtos culturais interativos têm se revelado verdadeiras arenas de embates simbólicos e políticos, com a capacidade de influenciar imaginários sociais e moldar subjetividades (Bogost, 2007; Flanagan, 2009).

É nesse contexto que surge o fenômeno dos jogos decoloniais, uma categoria emergente de artefatos lúdico-digitais que buscam questionar as narrativas e representações dominantes, fortemente ancoradas em discursos coloniais, eurocêntricos e da modernidade. Ao colocar em primeiro plano as visões de mundo, estéticas, conhecimentos e histórias de povos indígenas, comunidades tradicionais e grupos marginalizados, esses jogos promovem uma insurgência epistêmica e ontológica (Mignolo, 2008; Quijano, 2005).

O presente artigo se propõe a analisar o potencial pedagógico e decolonial dos jogos digitais no contexto amazônico, tomando como objeto de estudo o jogo “Gamezônia”. Esta investigação se insere na intersecção entre os game studies, os estudos decoloniais e as pedagogias críticas, buscando compreender como as tecnologias interativas podem atuar como plataformas de resistência cultural e de valorização dos saberes tradicionais.

Partimos da premissa de que os jogos decoloniais, ao proporcionar experiências imersivas em universos lúdicos governados por outras lógicas e racionalidades, podem estimular processos de “desaprendizagem” das estruturas epistêmicas herdadas do projeto moderno/colonial (Walsh, 2013). Ao mesmo tempo, reconhecemos os desafios e contradições inerentes a esse empreendimento, considerando que os próprios dispositivos computacionais que possibilitam os jogos digitais estão profundamente entrelaçados nas teias do tecnocapitalismo global e nas lógicas binárias e instrumentais que permeiam as tecnologias contemporâneas.

1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (PGCult-UFMA), Bolsista CAPES. E-mail: julianadsnogue@gmail.com.

2 Doutora em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP). Professora do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (PGCult-UFMA). E-mail: conceicao.belfort@ufma.br.





O objetivo central deste estudo é investigar como o “Gamezônia” articula saberes ancestrais, cosmologias indígenas e questões socioambientais contemporâneas em sua narrativa e mecânicas de jogo. Buscamos compreender as estratégias empregadas para traduzir conhecimentos tradicionais e visões de mundo não-ocidentais para a linguagem dos jogos digitais, bem como analisar os possíveis impactos dessas experiências lúdicas na promoção de uma consciência ecológica e intercultural.

Para isso, mobilizamos um arcabouço teórico transdisciplinar, que inclui contribuições dos estudos pós-coloniais e decoloniais (Quijano, 2005; Mignolo, 2008), das pedagogias críticas e decoloniais (Freire, 1987; Walsh, 2013), dos game studies (Bogost, 2007; Flanagan, 2009) e dos estudos amazônicos (Souza, 2019). Essa articulação teórica nos permite analisar o “Gamezônia” não apenas como um produto cultural, mas como um dispositivo pedagógico insurgente, capaz de fomentar processos de descolonização do saber e do imaginário.

Ao longo do artigo, discutiremos as potencialidades e limitações dos jogos digitais como ferramentas de preservação e disseminação de conhecimentos tradicionais, problematizando questões éticas e metodológicas envolvidas no desenvolvimento de jogos em colaboração com comunidades indígenas e tradicionais. Refletiremos também sobre as tensões entre tecnologia digital e saberes ancestrais, buscando compreender como o “Gamezônia” navega essas águas turbulentas.

Esta investigação se justifica pela urgência de desenvolver abordagens pedagógicas inovadoras e culturalmente sensíveis, capazes de promover um diálogo intercultural e uma compreensão mais profunda da complexidade socioambiental da Amazônia. Em um momento histórico marcado por graves ameaças aos povos e ecossistemas amazônicos, a análise do potencial dos jogos decoloniais como ferramentas de sensibilização e mobilização ganha especial relevância.

Esperamos que as reflexões aqui apresentadas possam contribuir para o avanço das discussões teóricas sobre o uso de tecnologias digitais na educação intercultural e na preservação de saberes tradicionais. Mais do que isso, almejamos que este estudo possa inspirar e informar o desenvolvimento de novos jogos e experiências interativas que atuem como plataformas de resistência, criatividade e reimaginação de futuros possíveis para a Amazônia e seus povos.

2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE O POTENCIAL PEDAGÓGICO E DECOLONIAL DOS JOGOS DIGITAIS NA AMAZÔNIA





O presente estudo se fundamenta na intersecção de três principais campos teóricos: estudos decoloniais, game studies e pedagogias críticas. Esta articulação teórica nos permite analisar o Gamezônia não apenas como um produto cultural, mas como um dispositivo pedagógico insurgente, capaz de fomentar processos de descolonização do saber e do imaginário no contexto amazônico.

Ao refletirmos sobre os estudos decoloniais e a Amazônia, vale destacar que o pensamento decolonial, desenvolvido por autores como Quijano (2005), Mignolo (2008) e Walsh (2013) oferece uma crítica fundamental à modernidade/colonialidade e suas estruturas de poder/saber. Quijano (2005) argumenta que a colonialidade persiste mesmo após o fim do colonialismo formal, manifestando-se na imposição de modos de ser, conhecer e se relacionar com o mundo.

No contexto amazônico, essa perspectiva é particularmente relevante. Como aponta Souza (2019), a Amazônia tem sido historicamente representada através de um olhar colonial que a reduz a um espaço de recursos a serem explorados ou uma natureza intocada a ser preservada. Os estudos decoloniais nos permitem questionar essas narrativas hegemônicas e valorizar os conhecimentos e práticas dos povos amazônicos.

O conceito de “ecologia de saberes” proposto por Santos e Meneses (2010) é fundamental para nossa análise. Ele sugere a necessidade de reconhecer e valorizar a diversidade epistemológica do mundo, desafiando a monocultura do saber científico ocidental. Isso é particularmente relevante ao considerar como o Gamezônia representa e transmite conhecimentos tradicionais amazônicos.

O campo dos game studies oferece ferramentas conceituais para compreender como os jogos digitais operam como sistemas de significação e persuasão. Bogost (2007) introduz o conceito de “retórica procedural” para descrever como os jogos fazem argumentos através de suas regras e mecânicas. Flanagan (2009), por sua vez, explora o potencial dos jogos para o ativismo e a mudança social através do conceito de “jogo crítico”.

Estudos recentes têm explorado o potencial decolonial dos jogos digitais. Mukherjee (2018) argumenta que os videogames podem atuar como espaços de contestação e negociação pós-colonial. Penix-Tadsen (2019) examina como jogos produzidos na América Latina podem desafiar narrativas hegemônicas e expressar identidades culturais locais.

No contexto brasileiro, Souza (2017) investiga como coletivos indígenas têm se apropriado dos jogos digitais para fortalecer processos de transmissão de conhecimentos como formas de valorizar epistemologias nativas. Essas perspectivas são cruciais para compreender como o Gamezônia pode operar como uma ferramenta de resistência e reexistência epistêmica.





Nesse movimento de valorização de conhecimentos tradicionais e também da manutenção de tradições, as pedagogias críticas, desenvolvidas a partir do trabalho seminal de Freire (1987), oferecem uma base teórica para compreender o potencial transformador da educação. Freire argumenta que a verdadeira educação deve ser um processo de conscientização e libertação, não de mera transmissão de conhecimentos.

Walsh (2013) estende essa perspectiva ao propor o conceito de pedagogias decoloniais, entendidas como práticas educativas que buscam ativamente dismantelar as estruturas de poder colonial e criar espaços para outras formas de ser, pensar e conhecer. Isso se alinha com o que Mignolo (2008) chama de “desobediência epistêmica” - a recusa em aceitar as categorias e modos de pensar impostos pela modernidade/colonialidade.

No contexto dos jogos digitais, Gee (2003) e Squire (2011) têm explorado como os videogames podem incorporar princípios de aprendizagem efetivos e promover formas de alfabetização crítica. Andreotti (2011) propõe o conceito de “alfabetização global crítica”, que busca desenvolver a capacidade de engajamento ético e reflexivo com diferentes perspectivas culturais - um objetivo que se alinha com as potencialidades do Gamezônia.

Um conceito central para nossa análise é o de interculturalidade crítica, desenvolvido por Walsh (2009). Diferentemente do multiculturalismo liberal, que muitas vezes se limita a reconhecer a diversidade cultural sem questionar as estruturas de poder subjacentes, a interculturalidade crítica busca transformar as bases epistêmicas, ontológicas e sociais que sustentam a desigualdade.

No contexto amazônico, a questão da interculturalidade se entrelaça com debates sobre o uso de tecnologias digitais por povos indígenas e comunidades tradicionais. Autores como Saito (2010) têm explorado como essas tecnologias podem ser apropriadas e ressignificadas em contextos não-ocidentais, um processo que pode ser entendido como uma forma de “antropofagia tecnológica” (Souza, 2017).

Conforme já destacamos, este estudo adota uma abordagem metodológica qualitativa, crítica e interpretativa, alinhada com os pressupostos epistemológicos da pesquisa decolonial (Smith, 2021). A investigação se estrutura em três eixos principais: (1) revisão bibliográfica integrativa, (2) análise documental do jogo Gamezônia, e (3) reflexão teórica crítica.

Realizamos uma revisão bibliográfica integrativa (Whittemore & Knafl, 2005) abrangendo três campos principais: estudos de jogos digitais, teorias decoloniais e pedagogias críticas. As bases de dados consultadas incluem Web of Science, Scopus, SciELO e o Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Utilizamos combinações de palavras-chave como “jogos decoloniais”, “pedagogia crítica”, “tecnologias indígenas”, “Amazônia” e “interculturalidade”, em português, inglês e espanhol.



Os critérios de inclusão priorizaram publicações revisadas por pares dos últimos 10 anos, embora trabalhos seminais mais antigos também tenham sido considerados. A seleção e análise dos textos seguiram um protocolo adaptado de Levy e Ellis (2006), envolvendo leitura crítica, fichamento e categorização temática.

Para compreender as especificidades do Gamezônia, realizamos uma análise documental (Bowen, 2009) do jogo e materiais relacionados. Isso incluiu:

- a) Análise da narrativa e mecânicas do jogo, utilizando o método de close reading (Bizzocchi & Tanenbaum, 2011).
- b) Exame de documentos de design, material promocional e entrevistas com desenvolvedores, quando disponíveis.
- c) Investigação de paratextos (Consalvo, 2017) como fóruns de discussão e reviews de jogadores.

A análise foi guiada por um protocolo desenvolvido especificamente para este estudo, focando em elementos como representação cultural, incorporação de saberes tradicionais, mecânicas de jogo decoloniais e estratégias pedagógicas.

Com base nos dados coletados nas etapas anteriores, empreendemos um processo de reflexão teórica crítica (Alvesson & Sköldberg, 2017), buscando articular os conceitos e teorias levantados na revisão bibliográfica com as observações derivadas da análise do Gamezônia.

Esta etapa envolveu:

- a) Identificação de temas e padrões recorrentes.
- b) Construção de mapas conceituais para visualizar relações entre conceitos.
- c) Elaboração de proposições teóricas sobre o potencial pedagógico e decolonial dos jogos digitais no contexto amazônico.
- d) Reflexão crítica sobre as tensões e contradições inerentes ao uso de tecnologias digitais para representar e disseminar saberes tradicionais.

É importante ressaltar que, alinhadas com a perspectiva decolonial, buscamos constantemente questionar nossas próprias posicionalidades e pressupostos como pesquisadores, reconhecendo os limites e possíveis vieses de nossa interpretação (Tuhiwai Smith, 2021).

Esse artigo é parte de uma pesquisa mais abrangente, nesse recorte reconhecemos as limitações inerentes a um estudo teórico baseado na análise de um único jogo. Futuros estudos serão beneficiados de uma abordagem comparativa, analisando múltiplos jogos decoloniais, bem como da inclusão de perspectivas diretas de jogadores e comunidades representadas. Quanto às considerações éticas, embora não tenhamos realizado pesquisa direta com participantes humanos, mantivemos uma postura reflexiva quanto às impli-



cações éticas de analisar e discutir representações de culturas indígenas e tradicionais (Denzin et al., 2008).

Resultados

Apresentamos, a seguir, alguns resultados a partir de cinco perspectivas:

3 GAMEZÔNIA COMO PLATAFORMA DE INSURGÊNCIA EPISTÊMICA

O Gamezônia se apresenta como uma experiência lúdica que desafia as narrativas hegemônicas sobre a Amazônia, seus povos e ecossistemas. Ao colocar o jogador na pele de Ibiacy, uma jovem indígena do “Povo das Onças Pintadas”, o jogo imediatamente estabelece uma perspectiva descentrada do olhar colonizador típico de muitas representações da região.

A narrativa central do jogo, que gira em torno do conceito de “Xawara” - descrita como uma “doença da ganância e do egoísmo” trazida pelos forasteiros - pode ser interpretada como uma poderosa metáfora para os processos de colonização e exploração predatória. Como argumenta Quijano (2005), a colonialidade do poder se manifesta não apenas na dominação econômica e política, mas também na imposição de modos de ser, conhecer e se relacionar com o mundo. O Gamezônia, ao apresentar a Xawara como uma força disruptiva que desequilibra as relações entre humanos e natureza, oferece uma crítica sutilmente elaborada aos fundamentos da modernidade/colonialidade.

A jornada de Ibiacy em busca de conhecimentos e ferramentas para combater a Xawara se alinha com o que Mignolo (2008) chama de “desobediência epistêmica”. Ao valorizar os saberes ancestrais, as cosmologias indígenas e as práticas tradicionais de manejo ambiental, o jogo opera uma inversão da geopolítica do conhecimento, colocando as epistemologias do Sul (Santos & Meneses, 2010) em primeiro plano.

4 MECÂNICAS DE JOGO COMO PEDAGOGIAS DECOLONIAIS

As mecânicas de jogo do Gamezônia são cuidadosamente elaboradas para refletir e reforçar cosmovisões indígenas e práticas sustentáveis. Por exemplo, na fase do Parque do Solstício, o jogador deve coletar ingredientes naturais para preparar um elixir medicinal, mas é instruído a fazê-lo de forma cuidadosa e respeitosa. Esta mecânica não apenas ensina sobre plantas medicinais amazônicas, mas também inculca uma ética de reciprocidade com a natureza, alinhada com as filosofias indígenas de bem viver (Acosta, 2016).





Essa abordagem ressoa com o conceito de “pedagogia do oprimido” de Freire (1987), onde o processo de aprendizagem é intrinsecamente ligado à conscientização e à transformação da realidade. No Gamezônia, o jogador não apenas absorve informações sobre a Amazônia, mas é convidado a participar ativamente na preservação e restauração do equilíbrio ecológico.

A estrutura não-linear do jogo, que permite ao jogador explorar diferentes locais e aprender com diversos mentores, reflete o que Walsh (2013) descreve como pedagogias decoloniais - práticas educativas que buscam desestabilizar e reconfigurar as estruturas de conhecimento impostas pela colonialidade. Essa abordagem multivocal e rizomática desafia a narrativa linear e progressiva típica da historiografia ocidental, oferecendo uma forma decolonial de entender e interagir com o tempo e a história.

5 REPRESENTAÇÃO E INTERCULTURALIDADE

O Gamezônia se destaca pela forma como representa a diversidade cultural e ecológica da Amazônia. Cada fase do jogo apresenta um ecossistema distinto e comunidades com práticas culturais específicas, desde os construtores de megálitos em Calçoene até as pinturas rupestres da Caverna da Pedra Pintada.

Esta abordagem alinha-se com o conceito de interculturalidade crítica proposto por Walsh (2009), que vai além do mero reconhecimento da diversidade cultural para questionar as estruturas de poder que sustentam as desigualdades. Ao apresentar diferentes comunidades amazônicas como detentoras de conhecimentos sofisticados e práticas sustentáveis, o jogo desafia estereótipos e hierarquias culturais.

A inclusão de personagens como Tepé, o jovem arqueólogo indígena, é particularmente significativa. Ela não apenas oferece representatividade, mas também desafia narrativas que relegam os povos indígenas ao passado, mostrando-os como agentes ativos na produção de conhecimento científico contemporâneo. Isso dialoga com as discussões de Tuhiwai Smith (2021) sobre a descolonização das metodologias de pesquisa e a valorização dos intelectuais indígenas.

6 TENSÕES E DESAFIOS: Tecnologia Digital e Saberes Ancestrais

Apesar de seu potencial transformador, o uso de jogos digitais para representar e disseminar saberes tradicionais não está isento de tensões e contradições. Como argumen-



ta Dooghan (2019), mesmo os jogos com intenções decoloniais podem inadvertidamente reproduzir lógicas coloniais em suas estruturas e mecânicas.

No caso do Gamezônia, essas tensões se manifestam, por exemplo, na necessidade de traduzir cosmologias complexas e práticas incorporadas em mecânicas de jogo simplificadas e interfaces digitais. A representação de rituais sagrados ou conhecimentos xamânicos em um meio interativo necessita de uma colaboração e diálogo com as comunidades tradicionais envolvidas, visto que o contexto pode levantar questões éticas sobre apropriação cultural.

Além disso, o próprio meio digital, com sua lógica binária e sua dependência de infraestruturas tecnológicas globalizadas, pode ser visto como um produto da modernidade ocidental. Isso coloca o desafio de como utilizar essas tecnologias de formas que não reforcem as mesmas estruturas de poder que se busca desafiar.

No entanto, autores como Souza (2017) argumentam que a apropriação criativa das tecnologias digitais por povos indígenas e comunidades tradicionais pode ser vista como uma forma de “antropofagia tecnológica”, em que elementos da cultura dominante são incorporados e ressignificados em seus próprios termos. Nessa perspectiva, o Gamezônia poderia ser interpretado como um ato de resistência tecnológica, utilizando as ferramentas do colonizador para contar suas próprias histórias e preservar seus conhecimentos.

7 IMPACTOS POTENCIAIS E LIMITAÇÕES

O potencial pedagógico do Gamezônia se estende para além da simples transmissão de informações sobre a Amazônia. Ao proporcionar uma experiência imersiva em cosmologias e práticas não-ocidentais, o jogo tem o potencial de promover o que Andreotti (2011) chama de “alfabetização global crítica” - uma capacidade de engajamento ético e reflexivo com diferentes perspectivas culturais.

No entanto, é importante reconhecer as limitações desta aproximação. A experiência mediada por um jogo digital, por mais bem elaborado que seja, não pode substituir o engajamento direto com comunidades e territórios amazônicos. Há o risco de que jogadores desenvolvam o que Saito (2010) chama de “empatia imaginativa” - uma conexão superficial que não necessariamente se traduz em ação concreta ou mudança de comportamento.

Além disso, a eficácia pedagógica do Gamezônia dependerá em grande medida de como ele é incorporado em contextos educacionais mais amplos. Como argumenta Gee (2003), os jogos são mais efetivos como ferramentas de aprendizagem quando integrados a comunidades de prática e discussões críticas.





8 CONCLUSÃO

A análise do Gamezônia revela seu potencial significativo como plataforma pedagógica decolonial, capaz de desafiar narrativas hegemônicas sobre a Amazônia e promover uma compreensão mais profunda e respeitosa de suas culturas e ecossistemas. Através de suas mecânicas de jogo cuidadosamente elaboradas e sua narrativa multifacetada, o jogo oferece uma experiência de aprendizagem que vai além da mera aquisição de informações, convidando os jogadores a um engajamento ético e reflexivo com outras formas de ser e conhecer.

No entanto, o estudo também revela as tensões e desafios inerentes ao uso de tecnologias digitais para representar e disseminar saberes tradicionais. Essas contradições não invalidam o projeto, mas apontam para a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva no desenvolvimento e uso de jogos decoloniais.

O Gamezônia emerge, assim, como um exemplo promissor de como os jogos digitais podem atuar como ferramentas de resistência epistêmica e cultural, contribuindo para a construção de pedagogias mais inclusivas e interculturais. Futuras pesquisas poderiam se beneficiar de estudos empíricos sobre a recepção e os impactos do jogo em diferentes contextos educacionais, bem como de análises comparativas com outros jogos decoloniais emergentes.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ALVESSON, M.; SKÖLDBERG, K. **Reflexive methodology**: New vistas for qualitative research. 3. ed. London: Sage, 2017.

ANDREOTTI, V. **Actionable postcolonial theory in education**. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

BIZZOCCHI, J.; TANENBAUM, J. Well read: Applying close reading techniques to gameplay experiences. In: DAVIDSON, D. (Ed.). **Well played 3.0**: Video games, value and meaning. Pittsburgh: ETC Press, 2011. p. 289-315.

BOGOST, I. **Persuasive games**: The expressive power of videogames. Cambridge: MIT Press, 2007.

BOWEN, G. A. Document analysis as a qualitative research method. **Qualitative Research Journal**, v. 9, n. 2, p. 27-40, 2009.



- CONSALVO, M. When paratexts become texts: de-centering the game-as-text. **Critical Studies in Media Communication**, v. 34, n. 2, p. 177-183, 2017.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S.; SMITH, L. T. (Eds.). **Handbook of critical and indigenous methodologies**. Thousand Oaks: Sage, 2008.
- DOOGHAN, D. Digital conquerors: Minecraft and the apologetics of neoliberalism. **Games and Culture**, v. 14, n. 1, p. 67-86, 2019.
- FLANAGAN, M. **Critical play: Radical game design**. Cambridge: MIT Press, 2009.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GEE, J. P. **What video games have to teach us about learning and literacy**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.
- HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- LEVY, Y.; ELLIS, T. J. A systems approach to conduct an effective literature review in support of information systems research. **Informing Science**, v. 9, p. 181-212, 2006.
- MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008.
- MUKHERJEE, S. Playing subaltern: Video games and postcolonialism. **Games and Culture**, v. 13, n. 5, p. 504-520, 2018.
- PENIX-TADSEN, P. **Cultural code: Video games and Latin America**. Cambridge: MIT Press, 2019.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
- SAITO, H. Actor-network theory of cosmopolitan education. **Journal of Curriculum Studies**, v. 42, n. 3, p. 333-351, 2010.
- SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SMITH, L. T. **Decolonizing methodologies: Research and indigenous peoples**. 3. ed. London: Zed Books, 2021.





SOUZA, G. S. Game development by Brazilian indigenous people: appropriation, creative processes, and cultural reproduction. In: SANT, A. J. et al. (Eds.). **Intersectional perspectives on design, politics and power**. Stockholm: Södertörn University, 2017. p. 15-30.

SOUZA, M. L. de. **Amazônia**: modernização ou saques? São Paulo: Editora Contexto, 2019.

SQUIRE, K. **Video games and learning**: Teaching and participatory culture in the digital age. New York: Teachers College Press, 2011.

WALSH, C. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: VIAÑA, J.; TAPIA, L.; WALSH, C. **Construyendo Interculturalidad Crítica**. La Paz: III-CAB, 2010. p. 75-96.

WALSH, C. **Pedagogías decoloniales**: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito: Abya-Yala, 2013.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005.



ARQUEOLOGÍA Y PAISAJE DURANTE EL FORMATIVO INICIAL EN CERRO VENTARRÓN, PERÚ

Marcelo Fagundes¹

Edgar Bracamonte Lévano²

Marcia M. Arcuri Suñer³

Néstor Ignacio Alva Meneses⁴

Arkley Marques Bandeira⁵

1 INTRODUCCIÓN

En este capítulo intentamos discutir las investigaciones en Cerro Ventarrón, Pomalca, distrito de Lambayeque, costa norte de Perú. Nuestro objetivo es de comprender cómo las sociedades andinas se apropiaron de la fisiografía, instituyendo relaciones en distintos niveles. Las órdenes ontológicas, cósmicas, conceptuales, sociales, políticas y económicas, vinculadas a las cosmovisiones, definieron la reciprocidad, las interrelaciones y negociaciones entre distintos seres y sus diferencias: humanos y no humanos⁶ (Viveiros De Castro, 2002; Knappett, 2006; Alberti; Marshall, 2009). Por tal razón, los paisajes establecidos se alinean los planos material y simbólico, aunque en asimetría (Arcuri, 2012), sobre todo a través del entendimiento del paisaje y de los humanos como entidades relacionales y subjetivas.

La costa norte peruana es una de las zonas de grande progreso sociopolítico, ideológico y cultural en el continente de América del Sur. Uno de sus hitos culturales es la aparición muy temprana de la arquitectura monumental, como en el caso del sitio

1 Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem (LAEP/CEGEO). Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Tecnologia e Território (MAE/USP). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: marcelo.fagundes@ufvjm.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7268-9375>.

2 Director del Museo Tumbas Reales de Sipán. Universidad Nacional Pedro Ruiz Gallo (UNPRG). E-mail: ebracamontel@unprg.edu.pe. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9291-1957>.

3 Laboratório de Estudos em Arqueologia, Patrimônio e Museologia Comunitária (LAPACOM/DEMUL/EDTM). Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Tecnologia e Território (MAE/USP). Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: marcia.suner@ufop.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2116-2132>.

4 Investigador del Proyecto Cerro Ventarrón y Collud. E-mail: alvameneses@yahoo.es. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-9766-7783>.

5 Observatório Cultural do Maranhão (OCM – UFMA). Laboratório de Arqueologia (LABARQ – UFMA). Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Tecnologia e Território (MAE/USP). Universidade Federal do Maranhão. E-mail: arkley.bandeira@ufma.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0410-1082>.

6 Como los *Apus* (montañas) que son referenciadas como deidades hasta hoy (Leoni, 2005; Bernand, 2008).





conocido como Huaca Ventarrón, aproximadamente en el año 2200 a.C. (Tabla 1), en el Período Formativo Inicial (Fux, 2015; Alva Meneses, 2008; Bacurau, 2024). (Fig.1)

Con la surgimiento de las primeras ocupaciones en Ventarrón, nació en el valle de Lambayeque un proceso de gran desarrollo tecnológico, sostenido en el tiempo durante muchos siglos a partir de la innovación de métodos agrícolas (con sistemas de riego hidráulico, como el canal Taymi), por la domesticación de cultivos (especialmente el algodón y su importante papel en la pesca con red, pero también las papas, calabazas, ajís, maíz, etc.), la producción artesanal (textil, cerámica y metalúrgica) y la compleja iconografía que expresa la identidad lambayecana (Shimada, 1994; Kaulicke, 1994; Moseley, 2001; Vega-Centeno, 2004, 2006, 2017; Dillehay *et al.*, 2007; Alva Meneses, 2008, 2012; Dillehay, 2008; Lumbreras, 2008; Arcuri, 2012; Bracamonte Lévano, 2019, 2020; Fagundes; Arcuri, 2023a, b).

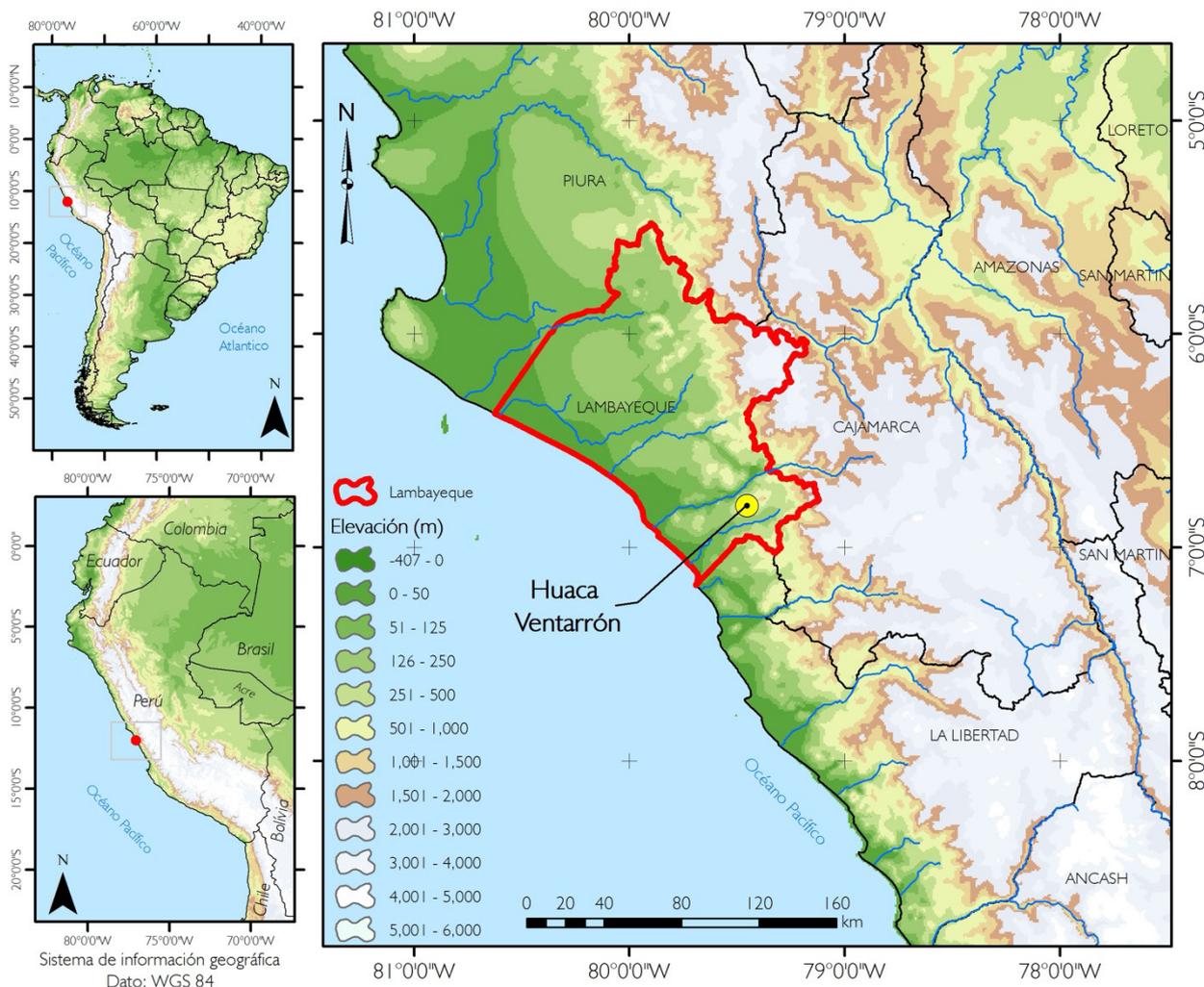
No obstante, las intensas investigaciones sobre el surgimiento de la arquitectura monumental (pública y religiosa) en el valle de Lambayeque, se sabe muy poco sobre los contextos en que realmente nace, es decir, sobre las convenciones de organización y motivación que llevaron a la construcción de santuarios y otras edificaciones a gran escala.

Mucho se debe a que las investigaciones que sitúan sus análisis en una perspectiva evolutiva, basada en el modelo eurocéntrico de un Estado centralizado (burocrático y coercitivo) que vincula la complejidad exclusivamente a los procesos de acumulación de excedentes o urbanización, dejando de lado las particularidades (territoriales y regionales) que impulsaron la vida comunal a partir de ideas específicas del pensamiento sociopolítico y desarrollo económico en los Andes (Arcuri, 2012; Canziani, 2021).

Pretendemos, en consecuencia, presentar una síntesis de la ubicación de las estructuras del Complejo Arqueológico Cerro Ventarrón, Collud y Zarpán, en sus relaciones con la fisiografía regional, basándonos principalmente en el paisaje desde el periodo Formativo Inicial (Fux, 2015) hasta la invasión española en el siglo XVI.



Figura 1 - Área de Investigación - Proyecto Arqueológico Cerro Ventarrón, Collud Y Zarpán
 ÁREA DE INVESTIGACIÓN – PROYECTO ARQUEOLÓGICO CERRO VENTARRÓN, COLLUD Y ZARPÁN



2 LA REGIÓN DE LAMBAYEQUE – EL CERRO VENTARRÓN

A lo largo de casi cinco milenios, Cerro Ventarrón ha soportado una inmensa diversidad de ocupaciones humanas con un notable desarrollo tecnológico y cultural, sustentado en procesos socioculturales relacionales, dinámicos y plurales (Alva Meneses, 2008, Fagundes; Arcuri, 2023a). Por otra parte, estos sitios fueron los encargados de instituir lugares, significados y resignificaciones por parte de las diferentes culturas, como ontologías generales que conforman la cosmografía del mundo andino (Moore, 2004; Bernard, 2008; Alva Meneses, 2008; Alberti; Marshall, 2009; Golte, 2009; Swenson; 2015; Arcuri, 2019; Bracamonte Lévano, 2019; Fagundes; Arcuri, 2023a, b).

Es importante enfatizar que para los pueblos amerindios (incluso los andinos), las fronteras entre espacio-tiempo son ontológicamente coexistentes (pasado/presente; tierra/océano; vida/muerte; material/espiritual; frío/caliente; seco/húmedo), ellas son siempre puntos de tensión, de escisión y disyunción (Arcuri, 2011). Por eso son comunes





las prácticas rituales (ofrendas, fiestas, banquetes, penitencias, sacrificios, enfrentamientos rituales, etc.), que marcan los límites de la trascendencia y la reversibilidad, ya que permiten la recomposición (material y/o espiritual), el retorno a las estructuras y territorios – tiempos originales, reproducción y el mantenimiento del equilibrio cósmico (Arcuri, 2003; Bracamonte Lévano, 2019). En esta consideración, partimos de la comprensión de que el énfasis en las cosmografías rituales atestigua que, para las sociedades andinas, la celebración y el abandono de las rupturas cíclicas fueron incorporados y gestionados como motor de su resiliencia (Fagundes; Arcuri, 2023a)

Por ende, postulamos que las razones que generaron las primeras ocupaciones en esta zona (así como la causa de ocupaciones posteriores) fueron tanto ecológicas como culturales. Por lo tanto, aunque difícil de interpretación arqueológica, la comprensión de las ontologías y axiologías andinas debe ser prioritaria en investigaciones que tengan como objetivo las relaciones de los humanos con sus territorios, ya que las decisiones de ocupar un lugar van más allá de cuestiones funcionales, sopesando muchos factores y filtros de matriz simbólico-ideológica que estructuran la cosmovisión (Beltrand, 2008; Alberti; Marshall, 2009; Arcuri, 2015; Fagundes; Arcuri, 2023a; Mafra, 2023; Silva, 2024).

Así, las diferencias y asimetrías – en el espacio-tiempo y los seres (humanos y no humanos) – están en constante interrelación, negociación, intercambio y reciprocidad, ambas operadas por rituales, responsables del alineamiento y estabilización entre los distintos mundos, o planes (*Pachas*) (Makowski, 2006; Knappett, 2006, 2007).

En muchas observaciones etnográficas y datos arqueológicos obtenidos a lo largo de los años, se puede inferir que estas interrelaciones son tan intrínsecas al cosmos que no existe una distinción clara entre lo que es motivación socioeconómica o simbólica-ideológica. Según Bernand (2008, p. 167):

Los especialistas de las culturas prehispánicas andinas saben lo difícil que resulta integrar en el marco de la ‘religión andina’ los múltiples ritos, creencias, veneraciones, de las cuales los cronistas nos han dejado una información cuantiosa, aunque desde luego insuficiente, para reconstruir lo que podemos llamar la ‘relación mágica’ con el cosmos y los ‘espacios terrestres’.

Así pues, el establecimiento de lugares en distintos territorios y tiempos son vistos como un flujo continuo dentro de las elecciones determinadas en el transcurso de las trayectorias históricas y la ritualidad, las cuales permiten acceder a la ancestralidad y al alineamiento – orden cósmico. Los paisajes, en verdad, son sitios de negociación, permeabilidad, actualización de la ancestralidad, dinamismo y fluidez, marcados y organizados por ciclos comunes al pensamiento andino (Gose, 1993; Depaz Toledo, 2015; Fagundes *et al.*, 2021a, b; Soares, 2021).



La costa norte del Perú, no obstante, es un territorio donde se han desarrollado estas sociedades con complejidad social, ideológica y económica, además de la presencia de un gran desarrollo tecnológico vinculado a la producción artesanal, metalúrgica y textil (Alva Meneses, 2008, 2012; Fux, 2015).

Todo este avance está directamente asociado a las peculiaridades fisiográficas, más allá de las posibilidades de establecimiento físico, pero principalmente relacionadas con las cosmologías (Fagundes; Arcuri, 2023b). Hay un valor importante en cómo los atributos de los recursos, la protección, facilidad de desplazamiento, intercambios con otros grupos, etc., pero dependen de las orientaciones e interpretaciones de cómo los humanos se relacionan con este territorio en términos cosmográficos, simbólicos, subjetivos y conceptuales (Fagundes; Arcuri, 2023a).

El acto de asentarse va más allá de la acción práctica, ya que la cosmografía tiene un peso sustantivo en cómo y por qué se deben ocupar ciertos lugares en detrimento a otros, que no solo se eligen para hacer posible la vida material; sino que también deben tener signos que se puedan leer e interpretar como esenciales para la continuidad de la vida (tangible e intangible), y fundamentales para la estabilidad, coherencia y constancia del orden (ontológica y cosmológica).

Estos signos aseguran el mantenimiento del equilibrio cósmico y la alineación entre los planos que componen las relaciones sociales y ideológicas, vistas como eje central para la comprensión de los paisajes (Moore, 2004; Viveiros de Castro, 2002; Bernand, 2008; Arcuri, 2009, 2011; Swenson, 2015; Canziani, 2021; Fagundes; Arcuri, 2023a; Soares, 2021).

Las estructuras arqueológicas (incluso el paisaje) se relacionan con la comprensión del mundo de diversas personas en la larga duración (o temporalidad), desde la nueva ocupación y resignificación de las huacas existentes, hasta su remodelación, regeneración o incluso la creación de nuevos espacios sociales.

Por lo tanto, nuestra principal hipótesis es que el Cerro Ventarrón, dadas sus características geográficas, soportó una ocupación inicial que lo tuvo como montaña tutelar (*Apu*), relacionada con lo sagrado, con las ideas y cosmovisiones andinas, alineando y orientando los distintos planos, siendo un eje (*axis mundi*) de las diferentes construcciones sociales que constituyeron y aún constituyen la vida (Alva Meneses, 2008; Alva; Alva Meneses, 2012; Fagundes; Arcuri, 2023b).

La importancia de los *Apus* (cerros y montañas) en las cosmologías andinas es conocida históricamente por las crónicas. Estas testifican que marcaron fuertemente la identidad ritual incaica. La sacralidad de las montañas (y la ocupación de sus puntos más altos) es característica recurrente de las ocupaciones Incas, a menudo llamadas *ushnus*

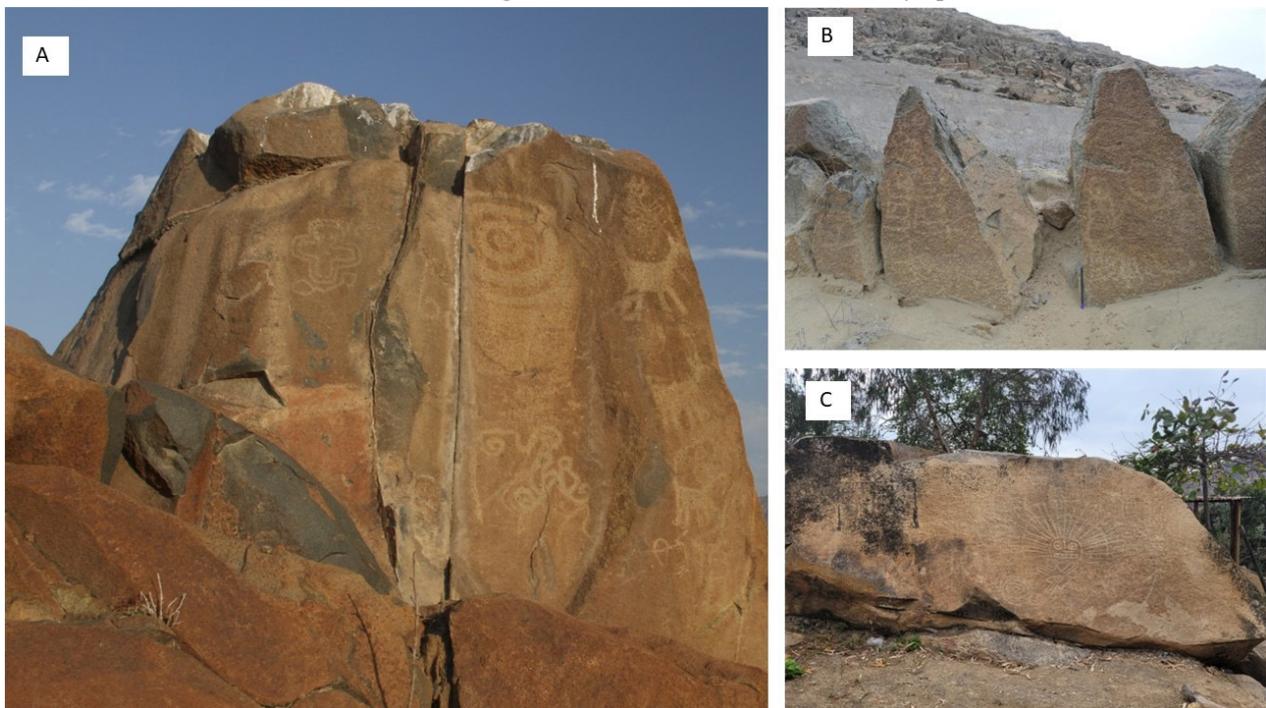




– plataformas de piedra piramidales con fines ceremoniales y políticos. Los cerros son entendidos como entidades cosmogónicas dotadas de características humanizadas, compuestas de alteridad y múltiples funciones sociales, presentes en la cosmografía andina (Bernand, 2008).

De acuerdo con Leoni (2005), existe una extensa cantidad de documentos sobre el culto a la montaña para la sociedad Inca; aunque, es posible aplicar esta ritualización a tiempos mucho más remotos, sin asumir el diseño físico de los santuarios de altura, ya que el culto habría asumido diferentes formas en épocas más remotas, como se observa en los petroglifos ubicados en el vale de Lambayeque (Fig. 2).

Figura 2 - Petroglifos ubicados en el vale de Lambayeque



En otras palabras, la resiliencia está presente en los Andes, no hay investigación que no lo piense que es un factor importante (Fagundes; Arcuri, 2023a).

3 EL USO DEL CONCEPTO DE PAISAJE EN CERRO VENTARRÓN, PERÚ

El concepto de paisaje es un palimpsesto que ha sido apropiado desde diferentes maneras. Debido a esta polisemia es posible realizar varias conjeturas sobre su estudio y establecer diversas axiomas y comprensiones sobre cómo puede ser pensado y tratado en cualquier investigación. En este capítulo, el paisaje se entiende de manera relacional y subjetiva, como una construcción que va más allá de las características fisiográficas y visuales que la componen (Cosgrove, 1984, 2012).



Esto es, el paisaje es el resultado de la acción humana en su territorio, ya sea en la materialidad (que lo transforma, que lo hace artificial, lo resignifica, lo reajusta a lo que se entiende por funcional, estético o espiritual), o en la inmaterialidad, donde la modificación no se da solo en la forma misma, sino en la comprensión del territorio en su *ethos*, como entidad dotada de sentidos (Fagundes *et al*, 2019).

El paisaje es un fenómeno de inmensa temporalidad, está constituido por prácticas socioculturales, trayectorias históricas, alteridades, ancestralidad, y memorias (Cosgrove, 1984, 1985, 2012; Zvelebil, 1997, 2006; Zedeño, 1997, 2014; Acuto, 2013; Anschuetz *et al.*, 2001).

El paisaje es una expresión humana, siempre compuesto por múltiples capas de significados (Cosgrove, 1984, 1985), vinculado a las relaciones de poder y a cuestiones ideológicas, religiosas, sociales, económicas o creatividad. Además, cuando se trata del paisaje como concepto, entendemos que es un conjunto de espacios integrados, en los que las personas dan sentido a la vida (ontología) y se interpretan a sí mismas, comprendiendo, construyendo y dando sentido a las cosas (no-humanas) y al mundo (Zvelebil, 1997, 2006; Zedeño, 1997, 2014; Acuto, 2013; Krenak, 2020, 2022).

El paisaje contemporáneo es el resultado de elecciones realizadas por una sociedad, en muchas capas que, en asociaciones e interrelaciones, permiten una lectura del mundo activo, que fue y es vivido, percibido y sentido. Esas capas son vistas como elementos relacionales, dinámicos, fluidos, sistémicos y conceptuales, directamente asociadas en conexiones e interrelaciones que vinculan e interactúan la materialidad con la inmaterialidad (Cosgrove, 1984; Zvelebil, 1997, 2006; Anschuetz *et al.*, 2001; Zedeño, 1997, 2014; Krenak, 2020, 2022).

Este enfoque implica que hay relaciones, mutualidades, reciprocidades y negociaciones entre humanos, otros entes no humanos y el propio paisaje. Hay diferentes formas, individuales y colectivas, de describir lo que se ve y cómo se ve. El paisaje es relacional, subjetiva, espacial y material, pero su composición y permeabilidad (fluidez) van más allá de estas características, permitiendo que los entes (en complementariedad y asimetría) comprendan, habiten y establezcan narrativas de lo que ven y lo que sienten, individual y colectivamente (Fagundes, 2022).

Como demuestran innumerables evidencias materiales del mundo amerindio, aun rodeado de esta asimetría, existen interconexiones entre los humanos y no humanos (ancestros, objetos y estructuras), que constituyen las prácticas y procesos socioculturales sobre cómo experimentar su mundo y, de esta manera, establecer trayectorias históricas y alteridad (Arcuri, 2019).





La lectura de las capas del paisaje se trata de comprender las relaciones en el espacio-tiempo (en larga duración) que puedan ser investigadas e interpretadas a través de los restos materiales que componen el registro arqueológico. Esta lectura permite comprender cómo estas experiencias se establecen en un acto constante de vivenciar, donde nada pasa desapercibido, todo puede ser reapropiado en acciones de resiliencia, conflictos o intereses y, luego, vectores de referencia (Fagundes *et al.*, 2024).

La Arqueología es capaz de estudiar este paisaje dinámico (*in motion*), en caminos constantes de resignificación, una composición histórica en *longue durée*, o sea, en diferente temporalidad. A través de esa materialidad, se interpretan comportamientos pasados, pudiendo identificar, aunque sean pequeños rasgos, las sutilezas de estas formas de habitar y, más que eso, reflexionar e interpretar sobre las temporalidades, vivencias, existencias en sus pluralidades y las experiencias de estas interrelaciones (ZEDENÑO, 1997).

El paisaje no es una entidad estática en las relaciones y comportamientos humanos, sino una composición de producciones simbólicas. Tampoco, no puede ser entendido como un escenario y mucho menos solo como una caracterización fisiográfica. El Paisaje constituye a las personas y es un ente activo en todas sus interrelaciones.

Por lo tanto, los paisajes componen personas/entidades y estas establecen el paisaje en trayectorias de mutualismo, reciprocidad, alteridad y resiliencia. El paisaje, los humanos y otras entidades no humanas se afectan mutuamente (Knappett, 2007; Zedeño, 1997; Schlanger, 1992; Fagundes, 2022; Fagundes *et al.*, 2024).

En Cerro Ventarrón se produjeron diferentes ocupaciones a lo largo de milenios, reutilizando, reinterpretando estructuras o espacios, que se definieron como lugares persistentes y resilientes (Schlanger, 1992; Zedeño, 1997; Fagundes; Arcuri, 2023a).

4 ESTRUCTURAS ARQUEOLÓGICAS

El Complejo Arqueológico Cerro Ventarrón, Collud y Zarpán está ubicado en la costa norte peruana, en la ciudad de Pomalca, distrito de Lambayeque, siendo la Huaca Ventarrón fuera fechada en aproximadamente en 2200 años a.C. (Tabla 1). El Complejo pasó por cinco importantes campañas de intervención arqueológica entre 2007 y 2012, coordinadas por los arqueólogos Doctor Walter Alva y Néstor Ignacio Alva Meneses.



Tabla 1. Fechados de la Huaca Ventarrón, adaptados de Alva Meneses (2008) y Bacurau (2024).

MUESTRA	HUACA	CONTEXTO	ATRIBUCIÓN CULTURAL	LIBBY AGE	FECHA CALIBRADA	LAB.
1	Ventarrón	--	Formativo Inicial	3766 ± 43 A.P.	2300-2035 a.C.	LABEC/Italia
VE-PE-17	Ventarrón	Tumba 5-2	Formativo	3390±30	1741-1536 a.C.	Beta Analytic
VE-PE-6	Ventarrón	Tumba 12	Chimú	630±30	1304-1416 AD	Beta Analytic
VE-PE-27	Ventarrón	Tumba 2	Lambayeque	690±30	1288-1397 A.D	Beta Analytic
VE-PE-30	Ventarrón	Tumba 22	Lambayeque	1200±30	722-988 A.D.	Beta Analytic

El conjunto está conformado por varias estructuras arquitectónicas cuya implantación se inició en fechas muy tempranas en cuanto a lo que se conoce de la arquitectura público-religiosa andina. Presenta una espesa secuencia estratigráfica, que revela ocupaciones de expresiva monumentalidad desde el Período Formativo hasta el Período Tardío (tercer milenio antes de la era cristiana hasta la conquista española en el siglo XVI). (Alva Meneses, 2012). (Figs. 3 y 4) (Tabla 1).

Figura 3 - Ubicación de las estructuras arqueológicas en el Complejo Arqueológico Cerro Ventarrón, Collud y Zarpán

Ubicación de las estructuras arqueológicas en el Complejo Arqueológico Cerro Ventarrón, Collud y Zarpán

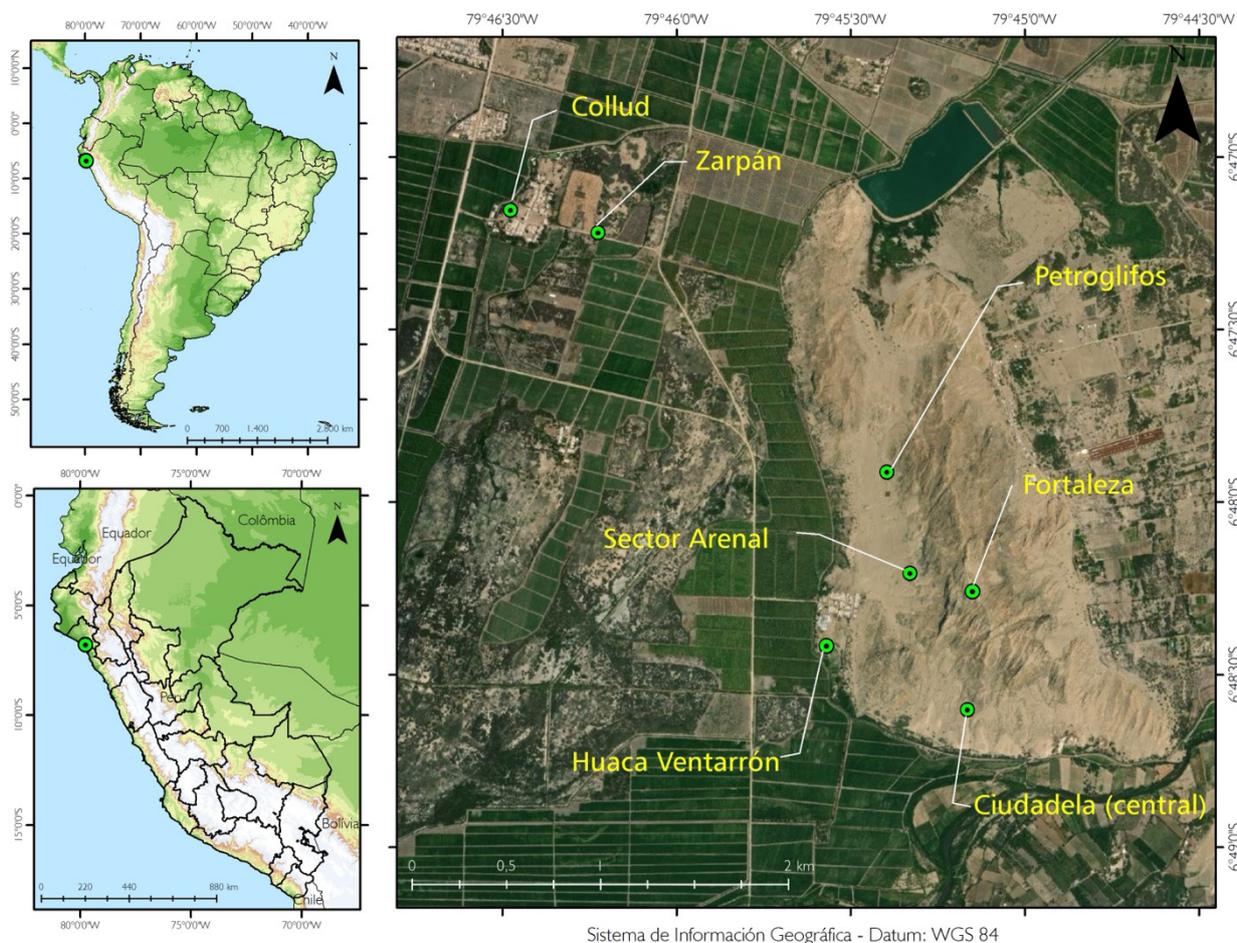
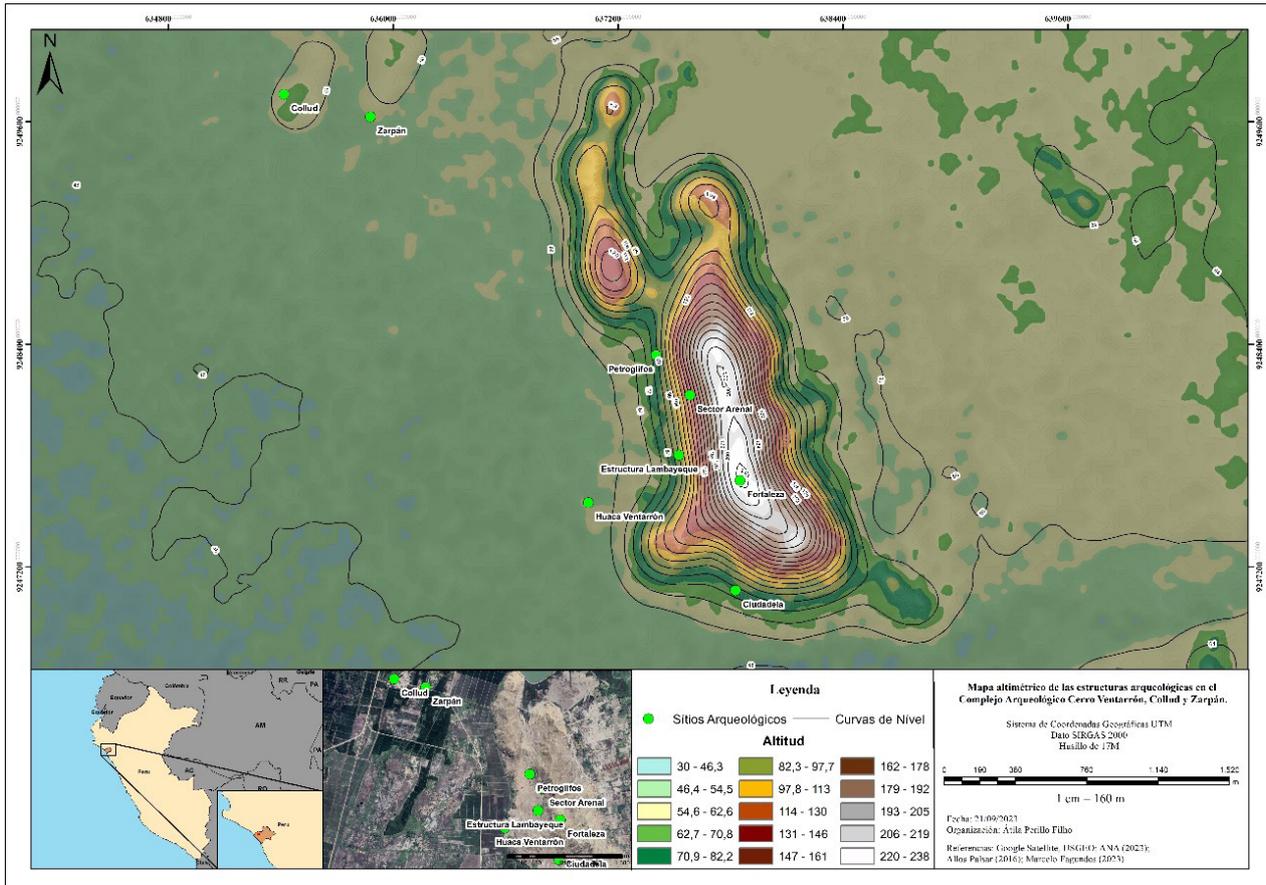




Figura 4 - Mapa altimétrico de las estructuras arqueológicas en el Complejo Arqueológico Cerro Ventarrón, Collud y Zarpán.



La edificación más antigua es la Huaca Ventarrón y las edificaciones del sector El Arenal (también del Período Formativo Inicial) (Fux, 2015); seguidas por Collud y Zarpán (del Período Formativo Temprano al Período Formativo Final, establecido con el advenimiento de la tecnología cerámica); ocupaciones Moche (también en El Arenal, pero con ocupaciones entre 500 y 1000 d.C., durante el Horizonte Medio); estructuras Lambayeque y Chimú-Inca (entre los siglos XIV y XVI, ubicadas en la cara sur y en lo alto de la colina y las ocupaciones actuales en torno a las dos huacas principales) (Alva Meneses, 2012; Fagundes; Arcuri, 2023b; Bacurau, 2024). (Fig. 5)



Figura 5 – Nome da Figura

Creemos que el punto de partida para la implantación de las estructuras en el paisaje se dio desde la fisiografía local, encargada de transmitir unos varios mensajes simbólicos (Alva Meneses, 2008, 2012; Fagundes; Arcuri, 2023b): (a) La cordillera y su dirección Norte-Sur, con el sol elevándose de Este a Oeste y, por lo tanto, sobre la tierra; (b) La orientación Este-Oeste del río, que baja por el valle fertilizando la tierra; (c) El área donde la montaña y el agua se encuentran, propicio para el culto y la ritualización; (c) La estratificación y colores del relieve: del rojo de las montañas al blanco de la arena; (d) Existencia de un afloramiento granítico dirigido de norte a sur en forma trapezoidal, que sirvió de base para la construcción de la Huaca Ventarrón (Alva Meneses, 2008; Fagundes *et al.*, 2019; Fagundes; Arcuri, 2023b).

Así, las opciones de implementación no fueron aleatorias. La arquitectura nace de un minucioso proceso de transmisión de mensajes simbólicos en un territorio que se puede definir como lleno de signos (Alva Meneses, 2008, 2012; Fagundes *et al.*, 2019, Fagundes; Arcuri, 2023b).

La Huaca Ventarrón y las construcciones del conjunto Arenal marcan el inicio de la implementación de la arquitectura monumental en la zona, conforman el centro ceremo-





nial más antiguo y extenso de la región Lambayeque, y uno de los más importantes de la costa norperuana (Alva Meneses, 2008, 2012; Fux, 2015).

Gavazzi (2012) realizó en la huaca una investigación sobre la morfología, la tecnología constructiva, la funcionalidad de los espacios y su inserción en el paisaje, que resultó al menos en siete fases de remodelación del edificio, con un proceso de composición que se dio de manera gradual, con remodelaciones y adiciones de nuevos espacios. Además, se verificó que los edificios de las primeras fases se fueron encapsulando paulatinamente a medida que las extensas plataformas crecían en volumen, adquiriendo características comunes a otros sitios del Período Formativo. Gavazzi (2012) planteó que esta larga secuencia de remodelaciones arquitectónicas habría durado unos mil años. Sin embargo, investigaciones recientes pudieron establecer mejor las cronologías de ocupación de la Huaca Ventarrón, indicando que el sitio se mantuvo en uso continuo por un período menos prolongado (Arcuri *et al.*, 2018).

La Huaca Ventarrón (y sus recintos), por lo tanto, fue remodelándose en diferentes etapas (de nacimiento y renacimiento de la huaca). Se observa una coherencia arquitectónica, presentando formas geométricas (circulares y rectas/escalonadas) que aluden a la visión dual común en el mundo de los pueblos andinos, verificada en el uso recurrente de las oposiciones complementarias (Fig.7B). El principio dinámico de la dualidad complementaria de los opuestos – o la interacción entre mitades – sustenta el equilibrio entre la naturaleza y el cosmos, y aparece como denominador común en varios conceptos de organización social de las sociedades amerindias (Golte, 2009).

El conjunto arquitectónico del Arenal está representado por grandes edificios en terrazas escalonadas empotradas en la pendiente. Los edificios son estructuras construidas con bloques de sedimento arcilloso y barro, y contienen áreas bien definidas, vistas como una proyección del cerro, construidos en paralelo a la Huaca Ventarrón. La monumentalidad del conjunto, perpetuada por esta larga secuencia de remodelaciones y por la progresiva ampliación horizontal, supera en volumen a la Huaca Ventarrón. Sin embargo, solo se investigaron partes de este sector y, en ninguna de las estructuras se alcanzó el suelo estéril y las posibles secuencias de ocupación más antiguas (Alva Meneses, 2012, p.167). (Fig. 7C).

Estos edificios forman un anfiteatro orientado al oeste, ambos frente al río Reque. Creemos que el posicionamiento topográfico de los edificios está asociado a la visibilidad, a la relación ritualizada con el paisaje, incluso sirviendo de atracción para diferentes grupos que, posiblemente, peregrinaban y se reunían en la Huaca Ventarrón en momentos del calendario ritual (Fagundes *et al.*, 2019; Fagundes; Arcuri, 2023b).

Anterior al advenimiento de la cerámica, la arquitectura de Ventarrón podría indicar el establecimiento de un lugar de encuentro de diferentes grupos, un centro de interacción entre personajes prestigiosos (Alva Meneses, 2008, 2012). Lo que creemos es que



posiblemente Ventarrón fuera usado como un lugar relacional, de negociación, reciprocidad y mutualidad, donde las relaciones políticas se desarrollaron prematuramente en líneas de heterarquía. Los productos exóticos, por ejemplo, pueden ser pensados como a la presencia de personajes y grupos diversos.

La huaca es, de esa manera, entendida como un espacio ceremonial (asociado a un calendario común), en el que peregrinaciones, rituales, celebraciones, ofrendas y banquetes se darían como alianzas (de diferentes formas) entre estos clanes que habrían habitado el valle de Lambayeque (Arcuri, 2012; Makowski, 2006; Vega-Centeno, 2004).

Con el tiempo, el centro ceremonial continuó siendo un importante lugar de reunión y celebración, a pesar de la complejidad sociopolítica observada, por ejemplo, en el fenómeno Moche (Golte, 2009; Swenson, 2014). La remota aparición de elementos de iconografía y policromía propios de los mochicas (que floreció dos mil años después), es otra característica que se destaca desde siglos atrás en la arquitectura de la Huaca Ventarrón.

Los recintos internos de la huaca incluyen una estructura en forma de *chakana*, murales con la escena del ritual de caza del venado con red y murales pintados en rojo y blanco. Todos son patrones visuales que estarían ampliamente difundidos en la costa norperuana, sobre todo durante el período de hegemonía mochica (Alva Meneses, 2008, 2012). (Fig. 6)

Figura 6 – Nome da Figura



Se ha llegado a la conclusión de que el abandono de los templos asociados a Ventarrón está vinculado a las celebraciones y rituales, a través de movimientos simbólicos y/o





acciones de transformación arquitectónica. Esas actividades han revelado las dimensiones ideológicas y/o religiosas, indicando que las motivaciones iban más allá de las causas naturales (como por ejemplo el fenómeno ENSO). Por esta razón, esa reestructuración es entendida como una resiliencia cultural (Darras, 2003; Fagundes; Arcuri, 2023a). O sea, las excavaciones expresan que los momentos de remodelación del edificio fueron precedidos por rituales, incluyendo la quema y el entierro, procedimientos descritos en diversos contextos arqueológicos (Alva Meneses, 2012; Shady; Leyva, 2003; Fuchs *et al.*, 2006; Kaulicke, 2008; Bracamonte Lévano, 2015, 2017).

Posteriormente surge el complejo Collud-Zarpán, con estructuras asociadas al Formativo Temprano (3800 a 1900 años AP), marcada por la aparición de la tecnología cerámica. Otras ocupaciones se dieron a lo largo de nuestra Era, muchas utilizando las huacas y estructuras ya emplazadas en el paisaje como lugares sagrados, por ejemplo, las incursiones mochicas, hasta culminar en las estructuras del Horizonte Tardío (siglo XIII), asociadas a las ocupaciones Lambayeque, Chimú-Inca (Bracamonte Lévano, 2015, 2017, 2020).

Figura 7 – Nome da Figura



4 CONSIDERACIONES FINALES

El paisaje es relacional, subjetivo y cambiante, y se trata siempre de una construcción humana (o constructo). Las materializaciones y concepciones (ideas) pueden ser comprendidas como la forma que operan la vida (cosmovisiones) y, por consiguiente, el





paisaje puede ser leído e interpretado; manejado/manipulado a partir de nuevas condiciones impuestas ya sea por el ambiente, que siempre está *in motion*, o sea, cambiante; o por acciones humanas, incluso una mirada (Cosgrove, 1984; Zedeño, 1997, 2014; Fagundes *et al.*, 2021a; Fagundes *et al.*, 2024).

El paisaje trae las marcas de las acciones humanas: sus opiniones; propósitos y acciones; definiciones y relaciones ontológicas; comprensión y experiencia del mundo y con el mundo. Por esa razón, él puede ser descrito como la marca de las acciones humanas, sus ideas, intenciones y acciones, con gran cantidad de explicaciones y relaciones ontológicas, comprensión y experiencia del mundo (Fagundes; Arcuri, 2023a).

Los paisajes presentan episodios de ciclos vitales en el tiempo y, por lo tanto, están cargados de signos y símbolos, componen trayectorias historias que pueden ser escritas y reescritas, aportan significados que pueden ser renovados o abandonados (Fagundes; Arcuri, 2023a).

Por lo tanto, el paisaje es siempre una producción y expresión humana; por consiguiente, es un importante marcador de la vida.

En ese contexto, cualquier acción puede ser entendida también como un desequilibrio, estableciendo un proceso de desarmonía (cósmica), no solo en un elemento constitutivo, sino en varios, interfiriendo directamente en el ordenamiento y la circularidad de los ciclos cósmicos y en la estabilidad de la existencia.

En esa necesidad de reordenamiento cósmico, el abandono, la redefinición o la destrucción son acciones necesarias para que se produzca el renacimiento de las huacas y otras estructuras arqueológicas (Darras, 2003; Fagundes; Arcuri, 2023a). Las inestabilidades climáticas provocadas por el ENSOs (*El Niño Southern Oscillations*) son el ejemplo más importante en los andes centrales, ya que el fenómeno es directamente responsable por las perturbaciones ambientales, sociales, ideológicas, políticas y económicas. Aunque siendo cíclico, e incluso habiendo variación en el lapso entre cada episodio, el surgimiento del ENSO puede haber servido como un indicativo de cambio en todo sistema religioso-ideológico, social y político.

Con tal efecto, se pueden haber realizado acciones rítmicas antes y después de los fenómenos, siendo acciones de planificación para anticiparse a los acontecimientos o de reestructuración al final (Arcuri, 2013).

Este hecho se evidencia por las constantes remodelaciones que sufrieron las edificaciones (Gavazzi, 2012) o por la presencia de estructuras relacionadas con los diferentes cultos (los fogones ceremoniales y las *pacchas*) y por los diversos vestigios (ofrendas) y estructuras rituales evidenciadas en las excavaciones y asociadas con la renovación de la arquitectura del templo (Alva Meneses, 2012).





Además, los cambios en el poder, las jerarquías, los conflictos y una serie de otros problemas (incluso la combinación de varios de estos factores o el efecto en cascada de uno sobre el otro) pueden haber sido las causas del abandono de una estructura arqueológica.

En Cerro Ventarrón, el abandono de todas las estructuras fue resiliente, consciente y el hilo conductor de ideas que permitieron y permiten la relación, la reproducción, la colaboración, la reciprocidad y el intercambio, fundamentos del pensamiento social en los Andes (Fagundes; Arcuri, 2023a; Arcuri, 2015). Las diferencias y asimetrías (en el espacio-tiempo; entre humanos y no humanos) están interrelacionadas, encontrándose en ciclos ininterrumpidos (fluidos y permeables) de negociación, intercambio y reciprocidad (Golte, 2009; Makowski, 2006; Arcuri, 2011).

Ventarrón es un paisaje resiliente y un lugar de retorno, donde el abandono dio lugar al renacer de un nuevo ciclo (Fagundes; Arcuri, 2023a). Con cada abandono y recuperación de estructuras se establecieron contextos dinámicos, observados en el registro arqueológico, que pueden estar asociados al manejo de cuestiones ambientales, socioculturales-políticas, ideológico-religiosas o la asociación de estos factores en la constitución de una narrativa de larga duración, que involucre trayectoria histórica, ascendencia y memoria (Makowski, 2006; Kaulicke, 2008).

La arquitectura monumental (y todas sus apropiaciones en el tiempo) indica procesos de materialización, en los que las remodelaciones (como la Huaca Ventarrón) pueden permitir entender que se dieron opciones de mantenimiento, integración entre pasado y presente, continuidad histórica del lugar y manejo planificado de este paisaje resiliente, donde nunca hubo destrucción total de ninguna estructura. Como Darras (2003), creemos que el ritual desempeñó un papel destacado en los procesos de abandono y las nuevas ocupaciones de las estructuras del Cerro Ventarrón, desde las múltiples reconstrucciones de la huaca y antiguas edificaciones en el Arenal; su abandono y la aparición del asentamiento en Collud-Zarpán; los entierros intrusivos de varias culturas en estos edificios; la aparición del fenómeno Moche que dejó sus huellas; hasta culminar finalmente con el establecimiento de las ocupaciones Lambayeque y Chimú-Inca.

AGRADECIMIENTOS

CNPq-Brasil (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) por financiar esta investigación. Al Museo Tumbas Reales de Sipán.



REFERENCIAS

ACUTO, Félix. ¿Demasiado paisaje? Múltiples teorías o múltiples subjetividades en la arqueología del paisaje. **Anuario de Arqueología**, Rosario, v. 5, p. 31-50, 2013. Disponível em: <https://revistaanuarioarqueologia.unr.edu.ar/index.php/AA>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ALBERTI, Benjaminy; MARSHALL, Yvonne. Animating archaeology: local theories and conceptually open-ended methodologies. **Cambridge Archaeological Journal**, v. 19, n. 3, p. 344-356, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0959774309000535>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ALVA MENESES, Ignacio. Los complejos de Cerro Ventarrón y Collud-Zarpán: del Precerámico al Formativo en el valle de Lambayeque. **Boletín de Arqueología PUCP**, v. 12, p. 97-117, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.18800/boletindearqueologia-pucp.200801.005>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ALVA MENESES, Ignacio. Arqueología. In: ALVA MENESES, Ignacio (org.). **Ventarrón y Collud: origen y desarrollo de la civilización en la Costa Norte del Perú**. Lambayeque: Unidad Ejecutora 05, Naylamp-Lambayeque, 2012.

ALVA, Walter; ALVA MENESES, Ignacio. Generalidades. In: ALVA MENESES, Ignacio. **Ventarrón y Collud: origen y desarrollo de la civilización en la Costa Norte del Perú**. Lambayeque: Unidad Ejecutora 05, Naylamp-Lambayeque, 2012.

ANCHUETZ, K. F.; WILSHUSEN, R. H.; SCHEICK, C. An archaeology of landscapes: perspectives and directions. **Journal of Archaeological Research**, v. 9, n. 2, p. 157-211, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41053175>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ARCURI, Marcia. Cosmografias ameríndias: a arte e ‘ato de animar’. In: Amerindian Cosmographies: Art and the ‘Act of Animation’. **Culturas visuales indígenas y las prácticas estéticas en las Américas desde la antigüedad hasta el presente**, p. 217-239, 2019.

ARCURI, Marcia. Estrutura, reprodução e transição: diferentes olhares sobre a cultura material arqueológica pré-colombiana. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 20, p. 17-22, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ARCURI, Marcia. Paisaje y monumentalidad en Ventarrón: nuevos aportes al debate acerca del origen del “Estado” en el Período Inicial Andino. In: MENESES, Ignacio Alva (org.). **Ventarrón y Collud: origen y desarrollo de la civilización en la Costa Norte del Perú**. Lambayeque: Unidad Ejecutora 005 Naylamp-Lambayeque, 2012.





ARCURI, Marcia. El Occidente no vio el Sol Nocturno: el papel de la dualidad complementaria de las fuerzas cósmicas en la organización política de las jefaturas amerindias. In: ROJAS, Alcántara Berenice; NAVARRETE, Federico Linares (orgs.). **Los pueblos amerindios: más allá del Estado**. Ciudad de México: Universidad Autónoma de México, v. 1, p. 17-47, 2011.

ARCURI, Marcia et al. **Relatório das intervenções arqueológicas realizadas sobre estruturas de combustão da Huaca Ventarrón, no âmbito do Projeto de Conservação do Complexo Arqueológico Huaca Ventarrón, Collud-Zarpán**. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), 2018.

BACURAU, João Marcus. **Entre o relativo e o absoluto**: reavaliação da cronologia estilística das culturas arqueológicas do Vale de Lambayeque, costa norte do Peru. 2024. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BERNAND, Carmen. Cerros, nevados y páramos: un intento de arqueología etnográfica. **Revista Española de Antropología Americana**, v. 38, n. 1, p. 167-189, 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/183533>. Acesso em: 16 fev. 2025.

BRACAMONTE LÉVANO, Edgar. **Huaca Santa Rosa de Pucalá y la organización territorial del valle de Lambayeque**. Lima: Ministerio de Cultura del Perú, 2015.

BRACAMONTE LÉVANO, Edgar. Etnicidad y territorialidad Lambayeque en el valle del Chancay. In: AIMI, A.; MAKOWSKI, K.; PERASS, E. (eds.). **Lambayeque**: nuevos horizontes de la arqueología peruana. p. 67-96, 2017.

BRACAMONTE LÉVANO, Edgar. La cerámica como evidencia de interacción social en Santa Rosa de Pucalá, valle medio de Lambayeque, durante el Horizonte Medio. **Acta del V Congreso Nacional de Arqueología**, v. 1-2, p. 25-42, 2019.

BRACAMONTE LÉVANO, Edgar. Tumbas populares Mochicas, Lambayeque y Chimú en el Complejo Religioso Santa Rosa de Pucalá. **SIGAN**, v. 1, p. 129-164, 2020.

CANZIANI AMICO, José. **Paisaje y territorio en el Perú**. Lima: Fondo Editorial PUCP, 2021. ISBN 978-612-317-707-2.

COSGROVE, Denis. Geografia está em todas as partes: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: LOBATO CORREA, Roberto (org.). **Geografia cultural**: uma antologia. [S.l.]: RJL EDUERJ, 2012.

COSGROVE, Denis. Prospect, perspective and the evolution of the landscape idea. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 10, n. 1, p. 45-62, 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/622249>. Acesso em: 16 fev. 2025.



COSGROVE, Denis. **Social formation and symbolic landscape**. London: Croom Helm, 1984.

DARRAS, Véronique. La arqueología del abandono: algunos apuntes desde Mesoamérica. **Trace**, v. 43, p. 11-24, 2003.

DEPAZ TOLEDO, Z. **La cosmovisión andina en el Manuscrito de Huarochirí**. Lima: Vicio Perpetuo, 2015.

DILLEHAY, Tom D. Sociedades, sectores y sitios formativos en los valles de Zaña y Jequetepeque, costa norte del Perú. **Boletín de Arqueología PUCP**, v. 12, p. 119-139, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.18800/boletindearqueologiapucp.200801.006>. Acesso em: 16 fev. 2025.

DILLEHAY, Tom D.; ROSSEN, J. P. T. C.; WILLIAMS, D. E. Preceramic adoption of peanuts, squash, and cotton in Northern Perú. **Science**, v. 316, n. 5833, p. 1890-1893, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.114139>. Acesso em: 16 fev. 2025.

FAGUNDES, Marcelo. Uma geografia arqueológica em Serra Negra: construções, conexões, histórias e causos Laepianos. In: FAGUNDES, M. (org.). **Paisagem e arqueologias em Serra Negra, Espinhaço Meridional, Minas Gerais**. Curitiba: Editora CRV, 2021. p. 31-722.

FAGUNDES, Marcelo; GRECO, Wellington; IZAGUIRRE POMA, Juan C.; CAMPOS, Paulo; FONSECA, Thamara. Por uma arqueologia geográfica ou geografia arqueológica das terras altas mineiras – reflexões sobre o uso do conceito culturalista de paisagem no Alto Vale do Araçuaí, Minas Gerais. **Caminhos da Geografia**, v. 25, n. 97, p. 231-252, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCG259769098>. Acesso em: 16 fev. 2025.

FAGUNDES, Marcelo; ARCURI, Marcia. Paisagem cíclica, lugares de retorno: um estudo de resiliência cultural em Cerro Ventarrón, Lambayeque, Peru. **Revista de Arqueologia**, v. 36, n. 1, p. 225-244, 2023a. Disponível em: <https://doi.org/10.24885/sab.v36i1.1014>. Acesso em: 16 fev. 2025.

FAGUNDES, Marcelo; ARCURI, Marcia. Cerro Ventarrón – archaeology, geography, cosmology, and cultural landscapes during the Initial Formative Period in Central Andes, Lambayeque Valley, Peru. **Cadernos de Geografia da PUC-MG**, v. 33, n. 74, p. 729-758, 2023b. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2023v-33n74p729>. Acesso em: 16 fev. 2025.

FAGUNDES, Marcelo; GRECO, Wellington; LEITE, Valdinêy; GALVÃO, Landerson. Arte rupestre en campos de la cuenca hidrográfica del Alto Araçuaí, Minas Gerais, Brasil: geografía, características de emplazamiento y estilos. **Cuadernos del Instituto**





Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano, v. 30, n. 2, p. 1-24, 2021a. Disponível em: <https://revistas.inapl.gob.ar/index.php/cuadernos/article/view/1166>. Acesso em: 16 fev. 2025.

FAGUNDES, Marcelo; GRECO, Wellington S.; BANDEIRA, Arkley M.; ARCURI, Marcia M. S. Paisagem e suas interfaces em pesquisas sobre arte rupestre. **Revista de Arqueologia**, v. 34, n. 2, p. 74-103, 2021b. Disponível em: <https://doi.org/10.24885/sab.v34i2.904>. Acesso em: 16 fev. 2025.

FAGUNDES, Marcelo; ARCURI, Marcia; GONTIJO, B.; VASCONCELOS, A. C.; BUENO, F. B.; MAFRA, L. F. As estruturas arqueológicas em Cerro Ventarrón – marcos sociogeográficos, lugares e paisagem durante o Formativo Inicial, Lambayeque, Peru. **Revista Espinhaço**, v. 8, n. 2, p. 13-24, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3583290>. Acesso em: 16 fev. 2025.

FUCHS, Peter R.; PATZCHKE, Renate; SCHMITZ, Claudia; YEQUE, Germán; BRICENÑO, Jesús. Investigaciones arqueológicas en el sitio de Sechín Bajo, Casma. **Boletín de Arqueología PUCP**, v. 10, p. 111-135, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.18800/boletindearqueologiapucp.200601.006>. Acesso em: 16 fev. 2025.

FUX, Peter. El concepto de “sociedad compleja” en la arqueología del Nuevo Mundo. In: FUX, P. (ed.). **Chavín**. Lima: Museu de Arte de Lima (MALI), 2015.

GAVAZZI, Adine. Levantamiento arquitectónico de Huaca Ventarrón. In: ALVA MENESES, Ignacio (org.). Ventarrón y Collud: origen y desarrollo de la civilización en la Costa Norte del Perú. **Lambayeque: Unidad Ejecutora 05**, Naylamp-Lambayeque, 2012. p. 243-250.

GOLTE, Jürgen. **Moche**: cosmología y sociedad: una interpretación iconográfica. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2009.

GOSE, Peter. Segmentary state formation and the ritual control of water under the Incas. **Society for Comparative Study of Society and History**, p. 480-514, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0010417500018557>. Acesso em: 16 fev. 2025.

KAULICKE, Peter. **Los orígenes de la civilización Andina**: arqueología del Perú. Lima: Editorial Brasa, 1994.

KAULICKE, Peter. La economía en el período formativo. In: **Compendio de historia económica del Perú: economía prehispánica**. Lima, p. 137-230, 2008.

KNAPPEIT, Carl. Beyond skin: layering and networking in art and archaeology. **Cambridge Archaeological Journal**, v. 16, n. 2, p. 239-251, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S095977430600014X>. Acesso em: 16 fev. 2025.





KNAPPETT, Carl. Materials with materiality? **Archaeological Dialogues**, v. 14, n. 1, p. 20-23, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1380203807002140>. Acesso em: 16 fev. 2025.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LUMBRERAS, Luis Guillermo. Las orígenes de la sociedad andina. In: **Compendio de historia económica del Perú I: economía prehispánica**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, Série História Económica, Tomo I, p. 23-133, 2008.

MAFRA, Luís Fernando R. **Iconografia para a decolonização sobre o pensamento andino: um estudo interdisciplinar-comparativo da cerâmica sexual Mocheda costa norte peruana, entre os séculos I-VIII A.D.** 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha, [cidade].

MAKOWSKI, Krzysztof. La arquitectura pública del Periodo Precerámico Tardío y el reto conceptual del urbanismo andino. **Boletín de Arqueología PUCP**, v. 10, p. 167-199, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.18800/boletindearqueologiapu-cp.200601.008>. Acesso em: 16 fev. 2025.

MOORE, J. D. The social basis of sacred spaces in the prehispanic Andes: ritual landscapes of the dead in Chimú and Inka societies. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 11, n. 1, p. 83-124, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1023/B:JARM.0000014348.86882.50>. Acesso em: 16 fev. 2025.

MOSELEY, Michael E. **The Incas and their ancestors: the archaeology of Peru**. 2. ed. New York: Thames and Hudson, 2001.

RIVASPLATA VARILLA, Paula Ermila. Representaciones precolombinas de paisajes andinos: paisajes en macro (in situ) y en micro (in visu). **Temas Americanistas**, v. 25, p. 55-109, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.12795/Temas-Americanistas.2010.i25.03>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SCHLANGER, Sarah. Recognizing persistent places in Anasazi settlement systems. In: ROSSIGNOL, W. (ed.). **Space, time, and archaeological landscapes**. New York: Plenum Press, 1992. p. 91-112.

SHADY, Ruth; LEYVA, Carlos. **La ciudad sagrada de Caral-Supe: los orígenes de la civilización andina y la formación del Estado prístino en el antiguo Perú**. Lima: Instituto Nacional de Cultura/Proyecto Especial Arqueológico Caral-Supe, 2003.





SHIMADA, Izumi. **Pampa Grande and the Mochica Culture**. Austin: University of Texas Press, 1994.

SILVA, Fabíola Andréa. **Etnografando a arqueologia**: dado etnográfico, prática etnográfica e conhecimento arqueológico. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2024. 434 p. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/9788560984701>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SOARES, Dé. Working with huacos: archaeological ceramics and relationships among worlds in the Peruvian North Coast. **Journal of Social Archaeology**, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/14696053211028062>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SWENSON, Edward. **The archaeology of ritual**. **Annual Review of Anthropology**, v. 13, n. 1, p. 239-385, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-102214-013838>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SWENSON, Edward. The materialities of place making in the ancient Andes: a critical appraisal of the ontological turn in archaeological interpretation. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 22, n. 3, p. 677-712, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43654198>. Acesso em: 16 fev. 2025.

VEGA-CENTENO, Rafael S. L. Arquitectura pública del Arcaico Tardío en el Valle Fortaleza: reflexiones sobre las sociedades complejas tempranas en la costa nor-central. **Arqueología y Sociedad**, v. 15, p. 33-60, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.15381/arqueolsoc.2004n15.e12732>. Acesso em: 16 fev. 2025.

VEGA-CENTENO, Rafael S. L. El estudio de la complejidad social en el período Arcaico Tardío de la costa norcentral del Perú. **Boletín de Arqueología PUCP**, v. 10, n. 1, p. 37-58, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.18800/boletindearqueologiapucp.200601.003>. Acesso em: 16 fev. 2025.

VEGA-CENTENO, Rafael S. L. El período Arcaico Tardío en perspectiva regional: nuevos aportes. In: VEGA-CENTENO, R. S. L. (ed.). **Repensar el Perú antiguo – aportes desde la arqueología**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos/Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Perú, 2017. p. 87-122.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: VIVEIROS DE CASTRO, E. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p. 345-399.

ZEDENÑO, Maria Neves. Landscape, land use, and the history of territory formation: an example of the Puebloan Southwest. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 4, p. 67-100, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF02428059>. Acesso em: 16 fev. 2025.





ZEDEÑO, Maria Neves; BALLENGER, Jesse A. M.; MURRAY, John R. Landscape engineering and organizational complexity among late prehistoric bison hunters of the Northwestern Plains. **Current Anthropology**, v. 55, n. 1, p. 23-58, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/674535>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ZVELEBIL, Marek. Mobility, contact, and exchange in the Baltic Sea basin 6000–2000 BC. **Journal of Anthropological Archaeology**, v. 25, p. 178-192, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jaa.2005.11.003>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ZVELEBIL, Marek. Hunter-gatherer ritual landscapes: spatial organization, social structure and ideology among hunter-gatherers of Northern Europe and Western Siberia. **Analecta Praehistorica Leidensia**, v. 29, p. 33-50, 2007. Disponível em: <https://scholarlypublications.universiteitleiden.nl/handle/1887/33830>. Acesso em: 16 fev. 2025.





INVENTÁRIO DE CONHECIMENTO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DOS MUNICÍPIOS DA ILHA DE SÃO LUÍS, MARANHÃO - BRASIL: gestão territorial e zoneamento

Arkley Marques Bandeira¹

1 INTRODUÇÃO

Atuar preventivamente e mitigar a destruição dos bens arqueológicos são as principais recomendações patrimoniais internacionais, a exemplo da Carta de Atenas, de 1931 (IPHAN, 2000); Carta de Nova Dhéli, de 1956 (IPHAN, 2000) e a Carta de Lausanne, de 1991 (ICOMOS, 1999), além da legislação nacional. Isto se dá em função do caráter finito deste patrimônio, pois sítios e artefatos correm riscos de destruição diários quando atividades que envolvem o revolvimento do solo ou que possam impactar a matriz arqueológica são realizadas sem o devido acompanhamento da pesquisa arqueológica preventiva.

Neste contexto, a construção de estradas, dutos, diques, linhas de transmissão, açudes aterros, terraplenagens, além de atividades agropecuárias e florestais extensivas, a construção de grandes loteamentos de habitações pode levar à destruição de assentamentos e de outros vestígios materiais das antigas populações que ocuparam o território muito antes da comunidade científica conhecer tais assentamentos.

Na Ilha de São Luís este cenário é particularmente preocupante, pois a expansão desordenada, a falta de planejamento urbano, a ausência de efetividade das políticas de uso e ocupação do solo, os zoneamentos territoriais pouco efetivos e que não consideram todos os componentes socioambientais, bem como a realização de obras que impactam o meio ambiente sem o devido acompanhamento dos órgãos ambientais são fatores que vêm levando à destruição do patrimônio arqueológico.

Estudos realizados nos últimos 15 anos vêm localizando sítios arqueológicos de distintos períodos e origens na Ilha de São Luís, estado Maranhão, concluindo que esta região insular foi ocupada por grupos humanos sem indícios de abandono, por pelo menos 7 mil anos. Trata-se, portanto, de um local atrativo para os grupos humanos, naquilo que Schlanger (1992) definiu como lugar persistente, ou seja, uma região onde as características naturais e culturais a tornam propícias para a ocupação e reocupação humana ao longo dos milênios.

¹ Doutor em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE – USP). Docente da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: arkley.bandeira@ufma.br.





A esse respeito, autores como Bandeira (2013, 2015, 2018b, 2020, 2024) pesquisa vestígios cerâmicos associados a diferentes horizontes culturais, em um período que data de pelo menos 7 milênios, a exemplo dos primeiros ocupantes da Ilha, situados cronologicamente há 6.600 anos antes do presente. Posteriormente, a Ilha passou a ser colonizada por grupos sambaquieiros associados à cerâmica Mina, que desde 5.800 anos antes do presente passou a ocupar várias regiões, culminando com a chegada de grupos amazônicos, possivelmente vinculados ao Horizonte ceramista inciso associado à terra preta, entre 2 mil a 1 mil anos atrás e, finalizando com a presença massiva de povos Tupinambá, entre os séculos XIV e XVII, já em período de contato com o colonizador europeu (Bandeira, 2015).

Os vestígios materiais dessas ocupações permanecem espalhados pelas cidades e áreas rurais da Grande Ilha, cujas proteção e salvaguarda são garantidas por legislação específica, tendo na figura do IPHAN a autarquia federal responsável pela gestão, proteção e perpetuação do legado arqueológico brasileiro, conforme atribuições perpetradas pela Constituição Federal nos artigos que versam sobre o patrimônio cultural.

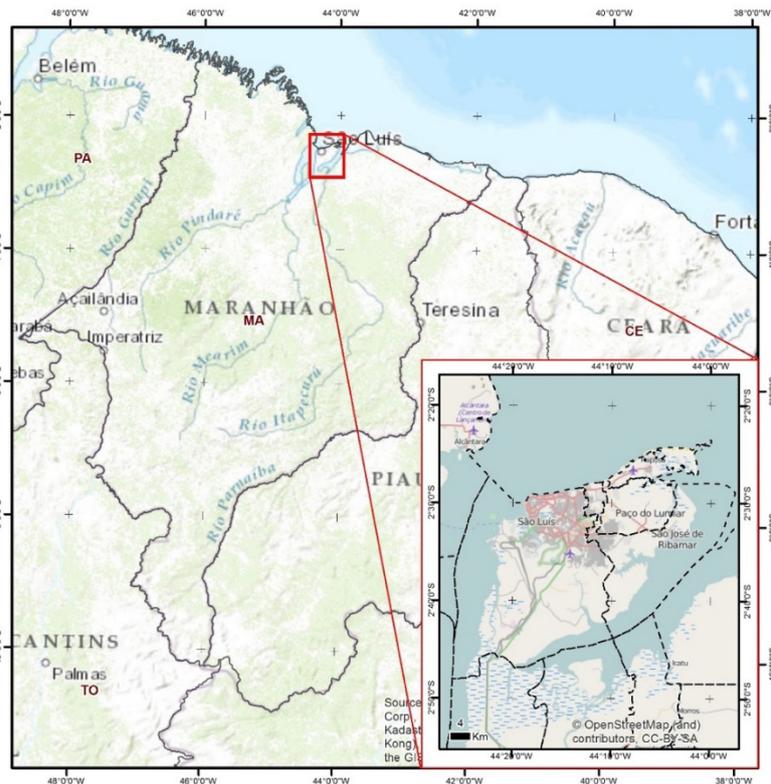
2 DESENVOLVIMENTO

A área de estudo vinculado ao projeto de pesquisa compreende a Ilha de São Luís, também denominada de Ilha do Maranhão ou *Upaon Açu* ou Ilha Grande, pelos Tupinambá. Ela está situada ao norte do estado do Maranhão, região Nordeste do Brasil, com área aproximada de 1.412,27 km². Segundo o IBGE possui uma população estimada em 1.381.459, em 2014. Ela é composta por quatro cidades: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, conforme ilustrado na Figura a seguir.





Figura 1 - Mapa de localização da Ilha de São Luís ou Ilha Upaon-Açu.



A Ilha de São Luís aglutina cerca de 20 % da população estadual e mais de 80% dos habitantes que residem em áreas urbanas no Estado, gerando uma densidade demográfica de 927 hab./km² e com a possibilidade de habitantes aumentar aproximadamente em 80 mil e densidade próxima a 980 hab./km² segundo projeção do IBGE. Essa concentração acentuada de pessoas e serviços em um mesmo território está levando a uma conurbação urbana, resultando em um crescimento desordenado, a destruição de áreas verdes, perdas de espaços não construídos, levando a possibilidade significativa de perda de sítios arqueológicos.

A literatura arqueológica para a Ilha de São Luís vem atestando a existência de uma quantidade considerável de sítios arqueológicos de povos ceramistas, a exemplo dos trabalhos de Bandeira já citados anteriormente, que registraram sítios arqueológicos associados aos povos ceramistas, a exemplo dos primeiros ocupantes da região, ocorrida em torno de 7 mil a 6.600 anos antes do presente. Posteriormente, a Ilha de São Luís passou a ser colonizada por grupos sambaquieiros associados a cerâmica Mina, que desde 5.800 anos antes do presente ocuparam várias regiões, culminando com a chegada de grupos amazônicos, possivelmente vinculados ao Horizonte ceramista inciso associado à terra preta, entre 2 mil a 1 mil anos atrás e, finalizando, com a presença massiva de povos



Tupinambá, entre os séculos XIV e XVII, já em período de contato com o colonizador europeu (Bandeira, 2015).

Estes sítios serão amostrados por meio da adoção de dois critérios que estarão presentes no Inventário: o político-administrativo, no qual a Ilha de São Luís foi dividida pelos limites dos quatro municípios e o fisiográfico, associado às 12 bacias hidrográficas que conformam a área de pesquisa

2.1 Procedimentos adotados para a elaboração do Zoneamento Territorial dos Sítios Arqueológicos da Ilha de São Luís

A primeira etapa da pesquisa consistiu em realizar uma ampla revisão bibliográfica de estudos pretéritos, tanto em fontes arqueológicas, quanto documentos que tratassem das descobertas de sítios arqueológicos na Ilha de São Luís, como artigos, livros, documentação primária, como relatórios técnicos e de pesquisas, cartografia histórica, notícias de jornais etc.

O passo seguinte consistiu em realizar uma ampla sistematização das bibliografias e documentos selecionados, que permitiu alcançar os primeiros resultados da pesquisa e atender o primeiro objetivo específico do Projeto do CNPq, de sistematizar o acervo documental que versa sobre os sítios arqueológicos na Ilha de São Luís.

Este procedimento permitiu localizar e caracterizar o universo arqueológico conhecido para a Ilha de São Luís, em termos de sua implantação na paisagem, padrões de assentamento e cultura material associada dos assentamentos anteriores à chegada dos europeus, no início do século XVII.

No que concerne às ocupações históricas, as fontes historiográficas, relatos de cronistas, documentação escrita e iconográfica foram essenciais para registrar todas as referências cronológicas e espaciais relacionados ao tratamento colonial dado aos aldeamentos indígenas do Período de Contato, assentamentos iniciais do processo de ocupação da Ilha por franceses, holandeses e portugueses e ao processo de expansão da ocupação histórica na região, sobrepondo-se aos muitos sítios arqueológicos registrados neste Inventário.

Em relação à cartografia histórica, os mapas e plantas antigas da Ilha de São Luís, conjugada aos demais dados históricos, foram essenciais na compreensão do processo de ocupação e expansão urbana de vários aldeamentos, como Iguaíba, em Paço do Lumiar, Uçaguaba, na Vila Velha do Vinhais, em São Luís, São José dos Índios, em São José de Ribamar, além de outras localidades, como Maracanã, Pindaí, Maioba, Araçagy, dentre outros.





A cartografia histórica também foi de suma importância para mapear as alterações na infraestrutura urbana, a partir do adensamento populacional e as relações com os sítios arqueológicos no contemporâneo, permitindo identificar possíveis impactos à matriz arqueológica, a partir da leitura do uso e ocupação do solo.

As principais bases de dados para conhecimento do patrimônio arqueológico em escala municipal são geridas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que registra todos os sítios arqueológicos oficialmente reconhecidos pela União.

O primeiro deles é Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico Brasileiro (SGPA), no qual consta o Cadastro dos Sítios Arqueológicos Brasileiros (CNSA)² registrados nas respectivas Fichas de Cadastro de todos os sítios arqueológicos brasileiros. Conforme a Portaria IPHAN nº 241, de 19/11/1998, o CNSA compõe o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG)³, onde constam todos os bens culturais protegidos em âmbito federal, inclusive, os sítios arqueológicos nacionais cadastrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - PHAN.

Ambos estão disponíveis para consulta pública por meio da rede mundial de computadores, não sendo possível inserção de dados, apenas consulta e visualização de informações básicas relacionadas com a natureza do sítio arqueológico, localização municipal e estadual (na maioria dos sítios não existem coordenadas geográficas), cultura material associada, responsável pela pesquisa que identificou o sítio arqueológico e o responsável pelo registro na base de dados, dentre outras informações relacionadas ao bem.

Para além das bases de dados do IPHAN, foram acessados processos públicos do IPHAN, tanto físicos, quanto natodigitais, ou os que foram digitalizados e estão disponíveis no Sistema Eletrônico de Informações (SEI – IPHAN)⁴. Tal acesso também é público, quando não existe nenhuma restrição legal de acesso.

2.2 Pesquisa em base de dados geoambientais

Superada a etapa de levantamento e sistematização dos documentos e bases de dados dos sítios arqueológicos, partiu-se para caracterização dos locais de inserção física dos assentamentos na Ilha de São Luís. Para tanto, foi de fundamental importância o diálogo da pesquisa com as geotecnologias, sobretudo o Geoprocessamento e das ferramentas do Sistema de Informação Geográfica (SIG).

2 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>.

3 Disponível em: <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/pesquisarBem>.

4 Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0.





Este item cumpre mais dois objetivos do Projeto do CNPq, que é caracterizar a dinâmica territorial atual das áreas onde se localizam os sítios arqueológicos e elaborar mapas temáticos das áreas pesquisadas, zoneando os sítios arqueológicos em relação ao território onde se encontram inseridos.

O processamento dos dados geoambientais aplicados à pesquisa arqueológica cumpriu a função de caracterizar a paisagem do ambiente presente, além de ter permitido compreender os processos morfogenéticos atuantes na Ilha de São Luís, provendo dados para as inferências das formas assumidas pela paisagem no passado, permitindo assim a caracterização dos contextos geográficos nos quais os sítios arqueológicos estiveram inseridos no momento de sua formação e abandono.

Considerando as relações intrínsecas que os povos constroem com o seu meio, compreender as transformações das paisagens onde os sítios estão inseridos, ao longo do tempo, foi essencial para auxiliar na compreensão dos modos de vida, padrões de assentamento, estratégias de captação de recursos e matérias-primas, subsistência, e principalmente no que se refere a sistematização dos locais onde estão localizados os sítios arqueológicos na Ilha de São Luís. Para a caracterização geoambiental da Ilha de São Luís foram sistematizados os seguintes dados, que estavam dispersos em diferentes fontes de acesso:

- ✓ Geologia
- ✓ Geomorfologia
- ✓ Pedologia
- ✓ Topografia
- ✓ Hidrografia
- ✓ Vegetação
- ✓ Uso e ocupação do solo

2.3 Elaboração dos mapas de predição dos Sítios Arqueológicos

Nesta pesquisa foram testados alguns algoritmos de interpolação existentes que trabalham em rede, com testes realizados no Krigeagem e Vizinho Mais Próximo⁵, Estimador de Densidade Kernel e o TopoGrid®. Todos criam os chamados mapas de calor⁶

5 A Krigeagem e o Vizinho Mais Próximo possibilitam a inclusão de outras variáveis como a redundância da concentração em relação a variáveis outras que não sejam apenas o atributo, mas também a tendência de concentração. Neste caso onde houver uma concentração elevada ligada a manchas ou informações geográficas que diminuem ou acentuam sua importância haverá também a mudança de comportamento da tendência.

6 Mapa de calor é uma representação gráfica de dados de um mapa por meio da utilização de cores para indicar a densidade de algo em relação a outras variáveis ou apenas pela localização de eventos. Por exemplo, um mapa de calor pode ser usado para mostrar o nível de desemprego em diferentes estados, concentração de crimes, tipos de solo, concentração de sítios cerâmicos, praias mais poluídas, dentre outros.





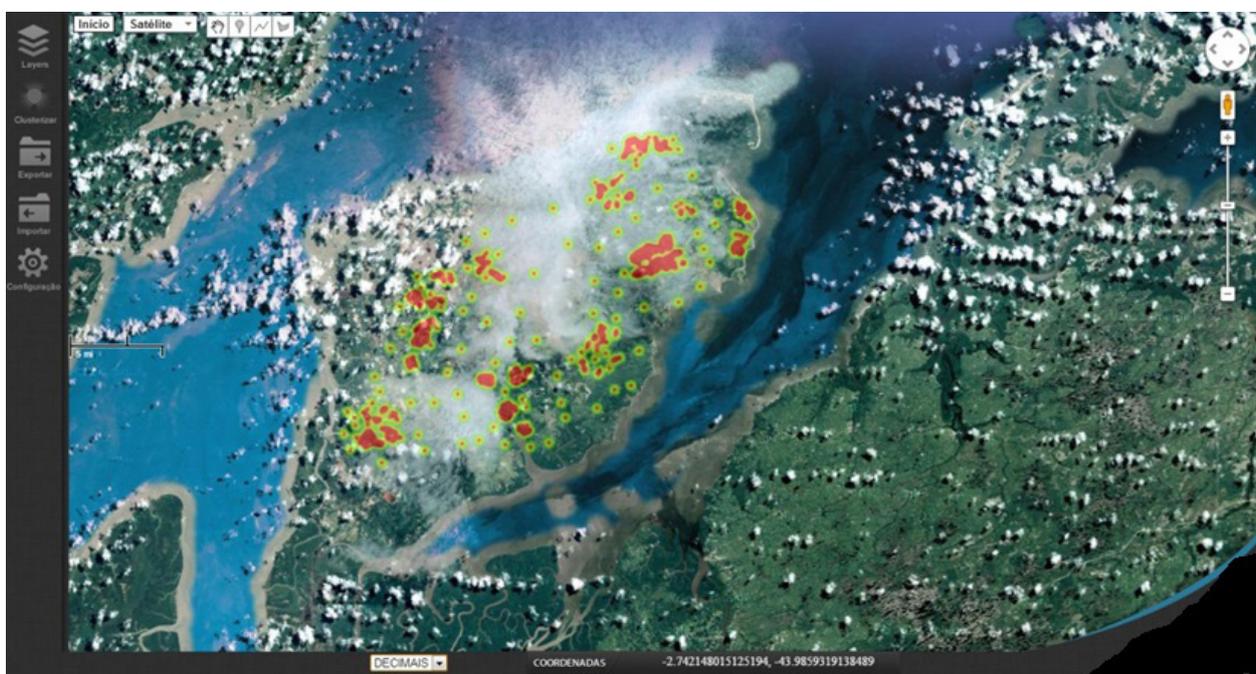
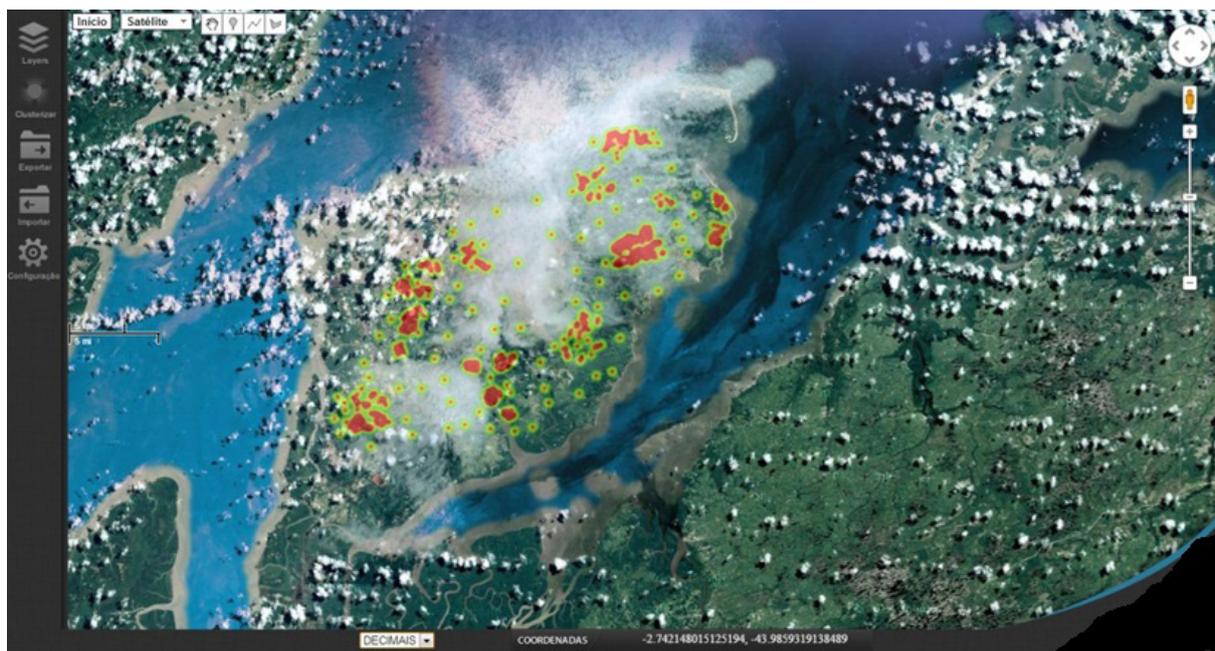
que apontam a concentração desejada dos alvos em questão, que nos casos são os sítios arqueológicos na Ilha de São Luís.

Para todos os algoritmos citados existem fórmulas e programas definidos, porém eles não estavam disponíveis no formato de software livre, com atualização futura em tempo real. Nesses casos, sempre que houver a necessidade de atualização, a pesquisa deverá centrar esforços no processamento dos dados para posterior publicação. Apesar dessa dificuldade, o IPHAN já disponibiliza as informações dos sítios arqueológicos com base na plataforma Google Maps®, não obstante ser fechado para atualização dos usuários, servindo apenas para consulta. Sua maior vantagem é a velocidade e a integração com a plataforma de mapas e imagens do Google®, além de possibilitar a integração e inserção de dados dos usuários em níveis de segurança programáveis.

Para a finalidade desta pesquisa foi utilizado o algoritmo *Heatmap*, denominado como *API Heat Map* ou camada *Heat Map*. A camada *Heatmap* permitiu a criação de mapas com interpolação avançada e sem necessitar entrar com dados que devem ser processados externamente. Os desenvolvedores conseguiram definir o espectro de cores, nível de intensidade e o comportamento escalável do mapa de calor de acordo com o *zoom* do mapa para fins do Zoneamento Arqueológico, conforme ilustrado nas Figuras a seguir.

Figuras 2 - Níveis de visualização escaláveis, a exemplo da análise por redes neurais dos Sítios Arqueológicos da Ilha de São Luís.





Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Diante do exposto, o desenvolvimento da camada *Heatmap* foi realizado como um mecanismo de análise espacial em geoprocessamento para apoiar a identificação e fornecimento de diagnósticos para aferição do potencial arqueológico com análises apoiadas por uma base de dados georreferenciadas operado por um Sistema de Informações Geográficas.

A integração dos dados foi complementada com o uso de mapas de potencial analisados com base no relevo, vegetação, geomorfologia, dados de imagens de satélites e tendência para servir de suporte à entrada de dados da arqueologia. Destarte, os pontos descritos receberam um atributo e seu peso variou de acordo com estes outros elementos





mapeados. Neste sentido a tendência aumentará ou diminuirá de acordo com os pesos e das outras camadas acima descritas.

2.4 Elaboração do Modelo Preditivo para identificação e zoneamento territorial de sítios arqueológicos na Ilha de São Luís

Conforme já abordado em outras seções deste relatório, o zoneamento territorial dos sítios arqueológicos da Ilha de São Luís foi elaborado com base em diferentes fontes de dados, que vão desde o levantamento de bibliografias, acesso aos bancos de dados com a catalogação de sítios arqueológicos pelo IPHAN, consulta de processos IPHAN, prospecções não interventivas de campo e aplicação do inventário de conhecimento e varredura, totalizando 105 sítios arqueológicos.

Além dessas bases de referência, foi elaborado um modelo preditivo para identificação de lugares potenciais para ocorrência de sítios arqueológicos, utilizando-se de informações das localizações georeferenciadas dos sítios já conhecidos, consubstanciado com informações geoambientais e fisiográficas, conforme apresentado na caracterização da Ilha de São Luís.

O uso de mapas preditivos para a identificação e descoberta de áreas propícias a existência de sítios arqueológicos ainda é uma estratégia pouco utilizada pela arqueologia brasileira. Tal estratégia é de fundamental importância para caracterização prévia de áreas desconhecidas da literatura arqueológica ou para confirmar determinadas características no padrão de assentamento relacionados com seus aspectos locais.

No caso em questão, optou-se por trabalhar em recorte territorial com informações arqueológicas já robustas e publicadas pela literatura, com o fito de confirmar estratégias de escolha de áreas para assentamento, com base na identificação de determinados parâmetros relacionados com os geoindicadores mais utilizados pela arqueologia quando de atividades prospectivas, como a disponibilidade hídrica, topografia e cobertura vegetal.

Contudo, outras variáveis ambientais também se mostram importantes para implantação de assentamentos humanos no passado, apesar de ainda serem preteridas ou pobremente exploradas, no que concerne à predição para identificação de sítios arqueológicos. Ademais, muitas correlações simples são identificadas na literatura, quando se trabalha em uma perspectiva geoarqueológica, por exemplo, associar que no litoral só seriam descobertos sambaquis, ou em áreas ricas em cavidades, sítios com registros rupestres.

Na prática, a elaboração de modelos preditivos é muito mais complexa, do que a simples associações dos sítios arqueológicos com as características de locação, visto que existem uma diversidade de tipologias de assentamentos, inclusive com características



distintas para um mesmo grupo cultural, como áreas de moradia, sepultamento, caça, pesca e mariscagem, aquisição de matérias-primas, dentre outros.

Além disso, os modelos preditivos não devem se reduzir a simples correlações ambientais de viés determinista, como o de sempre associar a água à existência. É inequívoca a importância da água para a sobrevivência humana, contudo, existem assentamentos em áreas desérticas e de difícil aquisição de recursos hídricos. Entretanto, essa máxima não pode ser levada como uma verdade absoluta, sendo que a diversidade de sítios arqueológicos tem muito mais variáveis a serem explicadas do que simplesmente condicioná-los a questões ambientais.

Diante das lacunas apontadas, optou-se pela elaboração de um modelo preditivo para subsidiar o zoneamento territorial da Ilha de São Luís, com base nas seguintes premissas:

- a) Compilação e comparação dos dados pretéritos;
- b) Classificação das variáveis geoambientais independentes;
- c) Criação e validação do modelo com pesquisa empírica de campo;
- d) Extrapolação do modelo por meio de características similares.

Para fins de inventário, foi feita a catalogação dos sítios identificados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) e no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), cujos resultados foram apresentados na seção anterior.

Além desse quantitativo, foram considerados os sítios indicados nos Processo IPHAN, inclusive aqueles que não constam na base de dados do CNSA e no SICG, inclusive sítios arqueológicos que foram identificados e constam nos relatórios técnicos das pesquisas arqueológicas aplicadas ao licenciamento ambiental realizadas por empresas de arqueologia na área de estudo.

Por fim, foram considerados para fins de registro fontes bibliográficas com a indicação de sítios arqueológicos, a exemplo da tese de Doutorado de Arkley Marques Bandeira, *Ocupações humanas pré-coloniais na ilha de São Luís – MA: A inserção de sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica*, defendida no Museu de Arqueologia e Etnologia, da Universidade de São Paulo (Bandeira, 2013) e do artigo distribuição espacial dos sítios Tupi na Ilha de São Luís – Maranhão, publicado nos Cadernos do LEPAARQ – UFPEL por Arkley Marques Bandeira, em 2015 (Bandeira, 2015)

Portanto, são dados compartilhados no âmbito da gestão do patrimônio arqueológico regional, junto aos órgãos de preservação do patrimônio cultural brasileiro, tanto de caráter oficial, quanto de reconhecimento acadêmico.





Reunidas as informações cartográficas, sucedeu-se com a compatibilização dos dados dos elementos, já que os mesmos provêm de fontes com características cartográficas diferentes, utilizando-se uma escala de 1:250.000. Após a compilação e preparação dos dados criou-se uma base de temas cartográficos (passíveis de mapeamento) e relevantes para o modelo, como: rede hidrográfica, altimetria, declividade, geologia, geomorfologia, pedologia e vegetação.

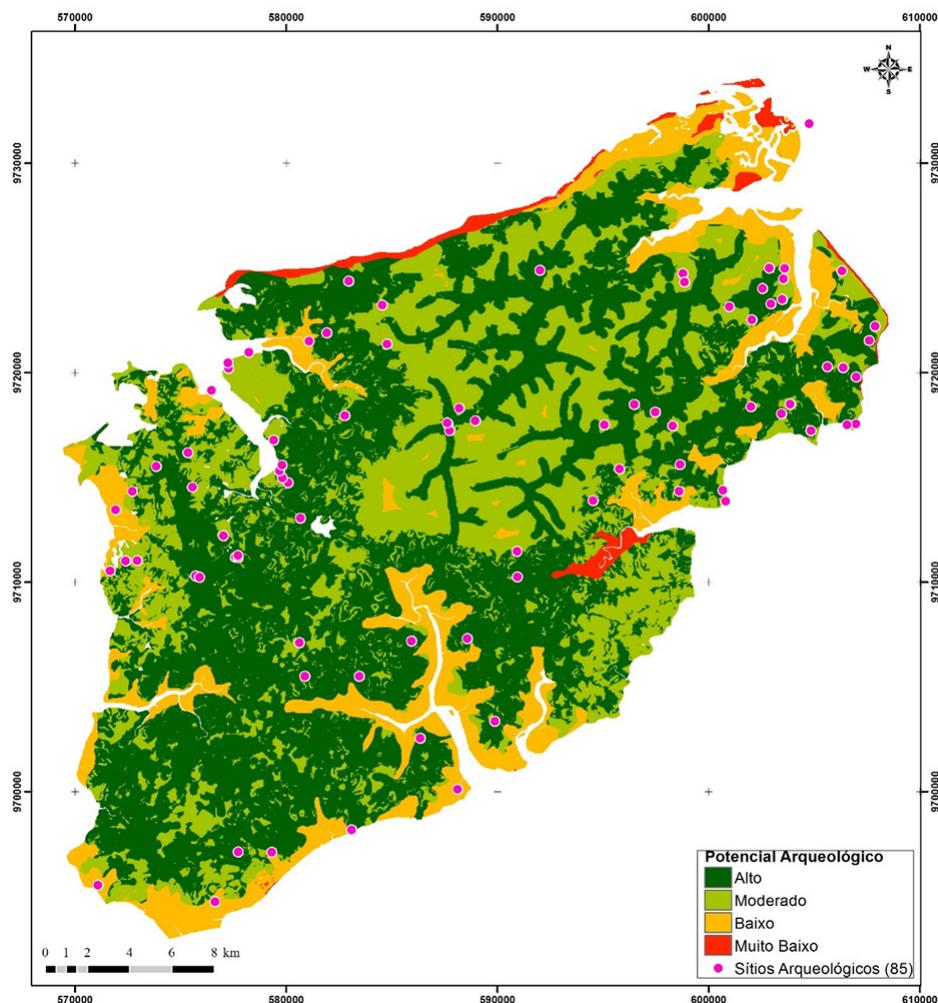
O segundo passo foi a determinação de variáveis independentes como a forma de implantação dos sítios na paisagem, de forma a estabelecer quais as características físicas tiveram influência nas escolhas locacionais em contextos sistêmicos.

Na elaboração do modelo preditivo foram trabalhadas duas naturezas de variáveis: as dependentes e as independentes. As variáveis dependentes são aquelas cuja características que potencializam a existência dos sítios, na Ilha de São Luís são passíveis de serem mensuradas após estudos e cálculos das variáveis após criação do modelo. As variáveis independentes são aquelas que, mediante à análise espacial dos dados, é possível refinar as variáveis de estabelecimento dos sítios como distância dos rios, tipo de declividade, altimetria, tipo de solo, geologia, geomorfologia e vegetação.

Com todos os dados já modelados e hierarquizados, o ArcGIS gerou um mapa no qual são apresentados os locais mais potenciais para ocorrência de sítios arqueológicos na Ilha de São Luís, cuja assertividade foi construída com base nos sítios já conhecidos e mapeados na área da pesquisa, trabalhando com uma gama de informações geoambientais cruzadas, que foram aproveitadas ou descartadas.



Figura 3 - Mapa com o potencial arqueológico da Ilha de São Luís, para fins do Zoneamento Territorial



Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Os pontos em rosa indicam os sítios arqueológicos já conhecidos, que foram sobrepostos aos diferentes níveis de potencialidades. Em verde escuro, que indica alto potencial, estão situados cerca de 60 % do universo conhecido, seguido de 32% área correspondente ao verde mais claro.

Mesmo apresentando baixo potencial arqueológico, 8% dos sítios arqueológicos conhecidos foram identificados na coloração amarela, correspondente às áreas de baixo potencial arqueológico, sendo eles: Ilha das Cutias, Ilha do Tererê, Engenho Tamancão, Estreito dos Mosquitos, Morro do Meio de Igarauá, Camboa dos Frades e Cemitério dos Frades.

Em termos quantitativos, a faixa classificada como Baixo Potencial Arqueológico apresentou 7 sítios de um universo de 105, desses 20 sendo camboas, que foram excluídas do modelamento. Essa porção é caracterizada por apresentar Depósitos de pântanos e mangues, em áreas de Planícies flúvio-marinhas, com a presença de Gleissolo Tiomórfico





Órtico e cobertura vegetal com Formações Pioneiras com influência fluviomarinha – arbórea e ainda sofre forte influência marítima.

Um aspecto interessante dos sítios identificados nas áreas de Baixo Potencial Arqueológico é que todos são do período histórico. De acordo a descrição dos sítios citados acima observa-se que todos são históricos. Cemitério dos Frades e Camboa dos Frades, sítios históricos de ocupação jesuítica, Ilha das Cutias, área de depósitos de conchas para fabricação da cal, possivelmente fruto da destruição de sambaquis da região; Ilha do Tererê, poços antigos construídos em pedra (laterita e argamassa produzida com óleo de mamona; Engenho Tamancão, conjunto de estruturas e edifícios utilizados originalmente para beneficiamento de arroz por meio do sistema de maré motriz, constituído por galpões, armazéns, cais e trapiche; Estreito dos Mosquitos, sítio cerâmico de Contato a céu aberto e Morro do Meio de Igarauá, sítio histórico localizado em topo de colina cercada por igarapés e mangue, com boa visibilidade para a baía do arraial.

No âmbito oposto, como as áreas de Alto Potencial Arqueológico corresponde a quase todas as bacias hidrográficas da Ilha de São Luís, foi feito um recorte para fins de demonstração do nível de confiança do Modelo Preditivo para fins do Zoneamento Territorial da Ilha de São Luís.

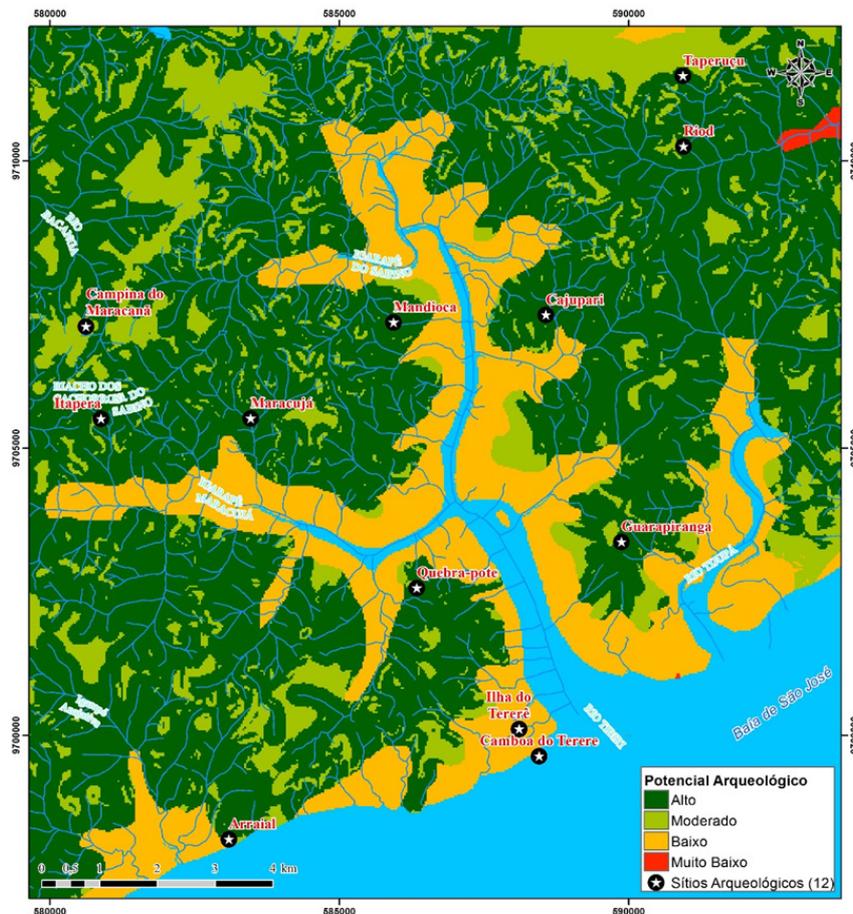
Para tanto, foi selecionada a bacia hidrográfica do Tibiri, onde estão inseridos 12 sítios arqueológicos, dos quais 9 estão situados a uma distância que varia entre 0 e 200 metros, com exceção o sítio Guarapiranga que se encontra a 210 metros de cursos classificados como primeira ordem (10 sítios) e segunda ordem (2 sítios); e em cotas altimétricas que variam até 50 metros composto por superfícies planas (4 sítios) a suavemente ondulada (8 sítios).

A composição geomorfológica dos sítios confirma a existência de tabuleiros dissecados e planícies flúvio-marinhas que conforme já descrito neste relatório são áreas altas com feição remanescente de erosão pela ação fluvial e áreas que sofrem influências diretas das marés, respectivamente. Geologicamente e pedologicamente, apresentam Formação Barreiras e Depósitos de pântanos e mangues e Gleissolo e Latossolo respectivamente. A vegetação é composta por tipos de floresta ombrófila aberta e formações pioneiras com influência flúvio-marinha, ou seja, todas as características modeladas corresponderam à área de Alto Potencial Arqueológico.

O Mapa a seguir apresenta o recorte elaborado para fins de validação do modelamento desenvolvido.



Figura 6 – Recorte da bacia hidrográfica do Tibiri, área da Ilha de São Luís que apresentou Alto Potencial Arqueológico.



Fonte: Desenvolvido pelo autor.

3 CONCLUSÃO

O avanço obtido com as pesquisas arqueológicas realizadas na Ilha de São Luís, deve-se especialmente a organização de dados dispersos com o fito de construir uma base referencial segura para ordenar o conhecimento acerca dos processos humanos que ocorreram na área da pesquisa.

Dentre os objetivos apontados na etapa de projeto, ainda em 2021, todos foram alcançados pela pesquisa, com destaque para a documentação e mapeamento do patrimônio arqueológico nos quatro municípios que formam a Ilha de São Luís, Ilha Grande ou Ilha de *Upaon-Açu*, a saber: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, bem como sistematização do acervo documental que versa sobre os sítios arqueológicos da área de pesquisa, com a aplicação do inventário de conhecimento pelo método da pesquisa bibliográfica e empírica de campo, que gerou a Carta Arqueológica da Ilha de São Luís e uma base cartográfica que correlacionou os sítios arqueológicos com diferentes componentes da paisagem.





Além disso, as informações dos sítios arqueológicos foram copiladas na Ficha do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão para o Patrimônio Arqueológico, elaborada pelo IPHAN, e em um banco de dados multifunções, que possibilitou construir diferentes problematizações acerca dos sítios arqueológicos por meio de cartografia temática para o zoneamento territorial. Por fim, foi elaborado um modelo preditivo para aferição dos geoindicadores mais importantes para ocorrência de sítios arqueológicos na Ilha de São Luís.

Sobre os resultados, a pesquisa contribuiu para a construção de conhecimento inédito sobre o patrimônio arqueológico das cidades que formam a Ilha de São Luís, constituindo-se de uma iniciativa pioneira de sistematização dos dados arqueológicos já existentes na região, em conjunto com a identificação de novos bens arqueológicos em áreas desconhecidas da pesquisa científica, ampliando consideravelmente o quantitativo de sítios arqueológicos nas bases oficiais de gestão do patrimônio arqueológico, como o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA – IPHAN e Módulo Patrimônio Arqueológico, do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG – IPHAN. ~

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, A. M. **Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luís – MA: inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica**. 2013. 1096f. Tese (Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BANDEIRA, A. M. et al. Utilização de geoprocessamento na localização de potenciais sítios arqueológicos associados a camboas de pedra no Litoral Maranhense. **CADERNOS DO LEPAARQ (UFPEL)**, 21(41), p. 144-151, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v21i41.25931>. Acesso em: 16 fev. 2025.

BANDEIRA, A. M. et al. O inventário de conhecimento dos sítios arqueológicos na Ilha de São Luís - MA: uma proposta metodológica. **International Journal of Development Research**, vol. 12, n., 04, p. 55106 - 55110, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.37118/ijdr.24271.04.2022>. Acesso em: 16 fev. 2025.

BANDEIRA, A. M. A política institucional da Universidade Federal do Maranhão para o gerenciamento e a salvaguarda dos acervos arqueológicos: uma história em três atos. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 146–170, 2020. Disponível em: <https://www.revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/832>. Acesso em: 16 fev. 2025.

BANDEIRA, A. M. Os sambaquis na Ilha de São Luís – MA: processo de formação, cultura material cerâmica e cronologia. **Revista Memorare**, Tubarão. v. 2, n. 1/2/3, 2018a. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/>





[memorare_grupep/article/view/6313](#). Acesso em: 16 fev. 2025.

BANDEIRA, A. M. Políticas públicas culturais e a proteção do patrimônio arqueológico no Brasil: perspectiva histórica. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 1, p. 259–284, 28, 2018b, Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9231>. Acesso em: 16 fev. 2025.

BANDEIRA, A. M. Tasso Fragoso: uma nova fronteira para a pesquisa arqueológica no Maranhão. **Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)**, n. 14, v. 28, p. 59 – 90, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v14i28.10301>. Acesso em: 16 fev. 2025.

BANDEIRA, A. M. A cerâmica Mina no Maranhão. In BARRETO, LIMA, Cristiana Helena Pinto, JAIMES, Carla (Orgs.) **Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese**. Belém: IPHAN, Ministério da Cultura, 2016.

BANDEIRA, A. M. Distribuição espacial dos sítios Tupi na Ilha de São Luís, Maranhão. **Cadernos do LEPAARQ**. Vol. XII, nº 24, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarq/article/view/5524/4520>. Acesso em: 16 fev. 2025.

BANDEIRA, A. M. **Ocupações humanas pré-históricas no litoral maranhense: um estudo arqueológico sobre os sambaquido Bacanga na Ilha de São Luís- Maranhão**. 2008. Dissertação (Mestrado). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ICOMOS. Caderno de Sociomuseologia. Carta de Lausanne: carta para a proteção e gestão do patrimônio arqueológico, 1990. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 15, n. 15, p. 233-242, 1999. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/344>. Acesso em: 16 fev. 2025.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 16 fev. 2025.

IPHAN. **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php. Acesso em: 16 fev. 2025.

IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. CURY, Isabelle (org). 3ª edição. Brasília: IPHAN, 2000.

IPHAN. **Livros do Tombo**. Brasília: IPHAN, 2024. Disponível em: <https://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livros%20do%20Tombo%20Dicion%C3%A1rio%20Iphan.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2025.

IPHAN. **Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG)**. Disponível em: <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/pesquisarBem>. Acesso em: 16 fev. 2025.





SCHLANGER, S. Recognizing persistent places in Anasazi settlement systems. In: ROSSIGNOL, J.; WANDSNIDER, L. (Org.). **Space, time and archaeological landscapes**. Nova York: Plenum, p. 91-112, 1992.





MUSEU, GESTÃO E TECNOLOGIA: um olhar sobre as práticas museais contemporâneas

Claudiane Diniz da Silva¹
Kláutenys Dellene Guedes Cutrim²

1 INTRODUÇÃO

Nas primeiras décadas do século XXI, delinearam-se transformações paradigmáticas nos domínios políticos, econômicos, sociais e tecnológicos, abarcando uma abrangência global. Entre essas metamorfoses, ressalta-se a efervescência dos movimentos sociais, o incremento do crédito, o fortalecimento do mercado laboral, coadunado às políticas de inclusão social, o aprimoramento do padrão de consumo dos cidadãos brasileiros, o advento tecnológico, a democratização do acesso à internet, dentre outras. Ademais, a eclosão da pandemia de COVID-19 nos alvares da década de 20 do corrente século engendrou imperativos inéditos no tocante às práticas de interação social.

Neste trabalho utiliza-se como norte teórico o conceito de Poulot (2013) sobre museus sendo “uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público e que faz pesquisas relacionadas com os testemunhos materiais do ser humano e de seu ambiente”, e leva em conta “a aquisição, conservação, transmissão e, principalmente, exposição desse acervo com a finalidade de estudo, educação e deleite”. Poulot destaca que os museus têm funções elementares, como coletar, conservar, estudar, interpretar e expor. Essas funções variam de acordo com o contexto cultural e as práticas específicas de cada instituição. No entanto, a missão educativa e a disseminação do conhecimento são pontos centrais em sua compreensão do papel dos museus.

Para a gestão dos museus, ressignificar seu formato de atuação diante da pandemia tornou-se um grande desafio. Dutra e Faria (2017), atualizando o contexto do “mundo de telas” citado por Roger Chartier (1999), declaram que podemos reconhecer que vivemos em um mundo onde a informatização dos processos e do próprio cotidiano humano se encontra cada vez maior. Em contrapartida, ampliar o acesso a novas tecnologias não garante que os usuários tenham conhecimento ou requisitos técnicos necessários para

1 Mestrado PGCult pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Administradora. E-mail: claudiane.diniz@discente.ufma.br.

2 Dra. Linguística e Língua Portuguesa. E-mail: klautenys.guedes@ufma.br.





tal experimentação, o que remete a mais uma reflexão acerca de como essas tecnologias influenciam as experiências museais.

No campo museal, as mudanças se fizeram presentes através do uso de podcasts, digitalização de acervos, passeios virtuais, exposições online dentre outros (Anais do Museu Paulista, 2021). A experiência museal, conforme Köpcke (2003), estabelece-se por meio da complexa relação estabelecida entre o visitante do museu e o espaço museológico, momento em que os processos de construção de sentido e de reflexão se dão por meio da articulação entre o sujeito e o espaço expográfico.

A sustentabilidade financeira dos museus representava um desafio significativo antes mesmo do surgimento da pandemia de COVID-19. No entanto, esse evento exacerbou consideravelmente as dificuldades enfrentadas, especialmente no que diz respeito à obtenção de investimentos, tornando-se um ponto crucial para a estabilidade econômica dessas instituições culturais. Diante desse cenário, torna-se imperativo investigar as questões decorrentes da incompreensão desse fenômeno tecnológico contemporâneo nos museus, originado pela cultura digital.

Ressalta-se, por conseguinte, que as novas alternativas e tecnologias advindas do universo digital não se constituem como substitutos diretos das práticas tradicionais, mas antes se somam a estas, instaurando assim novas camadas de interação e significado. Para além de seu papel enquanto mediadores na relação entre o ser humano e o patrimônio, os museus desempenham uma função crucial na preservação da memória coletiva e na configuração de espaços simbolicamente relevantes para a sociedade. Configuram-se, portanto, enquanto ambientes onde história, cultura e arte convergem, fornecendo um contexto singular para a construção de narrativas identitárias e para a salvaguarda da identidade cultural.

As modalidades digitais emergentes, longe de intentarem suplantarem as tradicionais, atuam em uma lógica de complementaridade, ensejando, assim, a emergência de novas dinâmicas de relação entre os visitantes, as obras e a memória cultural por elas representadas. Sendo assim, coloca-se como questão de investigação deste artigo: Quais as características diferenciais de um museu público e um museu privado da localidade no que tange ao seu formato de gestão e inserção tecnológica?

Para responder a tal problema de pesquisa, estabeleceu-se como objetivo geral analisar os museus enquanto espaços de diálogo entre cultura, gestão e tecnologias de modo, considerando os elementos essenciais para seu funcionamento. Para tal, elencou-se como objetivos específicos: compreender a política de gestão e tecnologia das atividades inerentes à sistematização da operação museológica; entender o modelo de gestão do museu público e privado de acordo com seus mecanismos de atuação; e apresentar um compara-





tivo sobre o modelo de gestão e tecnologias nas tipologias público e privado, abordando as especificidades de cada um deles.

Tendo em vista o problema deste estudo e os objetivos propostos foram escolhidos dois museus de São Luís do Maranhão como objetos de análise. O primeiro trata-se do Museu Histórico e Artístico do Maranhão (MHAM), público; e o segundo consiste no Centro Cultural da Vale (CCV MA), privado. Já o referencial teórico utilizado no estudo foi Desvallés e Mairesse (2013).

Os instrumentos de coleta de dados consistem em pesquisa de caráter bibliográfico, por recorrer ao uso de materiais didáticos como livros, revistas e sites especializados, artigos científicos e teses de mestrado e doutorado. A pesquisa também contempla um questionário a ser respondido por gestores no sentido de validar os dados apontados na fase documental e de corroborar com o diagnóstico proposto enquanto objetivo inicial. A pesquisa sendo de abordagem qualitativa e de objetivo exploratório, é um tipo de pesquisa muito específica (Gil, 2008, p. 7), pois “ao final de uma pesquisa exploratória, você conhecerá mais sobre aquele assunto e estará apto a construir hipóteses”.

Por estar inserido no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão e ser um Mestrado Interdisciplinar, faz-se necessária a exposição da justificativa da pesquisa. Assim, uma das motivações para a construção deste trabalho se deu pelo fato da formação acadêmica da pesquisadora em Administração e sua participação no grupo de estudos GEPPaC da UFMA, que realiza pesquisas voltadas para o patrimônio cultural. A possibilidade de agregar os conhecimentos da área de gestão, mais especificamente gestão e tecnologia, com as concepções de museologia e de patrimônio cultural foi determinantes para a produção de uma pesquisa interdisciplinar.

2 MUSEU: instituição cultural

Os museus são caracterizados como instituições culturais a serviço da sociedade dedicados à guarda e preservação de bens e documentos que proporcionam um espaço de comunicação, educação e divulgação dos patrimônios materiais e imateriais do ser humano. O museu já foi compreendido como templo, palácio, cemitério de objetos, escola, centro cultural, entre muitos outros, sendo que todas essas imagens e outras mais sobrevivem na atualidade sem que uma elimine definitivamente a outra, e sem que nenhuma delas também abarque na sua totalidade a complexidade que é esta instituição (Chagas, 2009).

Atualmente, a definição mais conhecida de museu é a do Conselho Internacional de Museus (ICOM), que desde 2007 define que “um museu é uma instituição permanente,





sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe o patrimônio tangível e intangível da humanidade e seu meio ambiente para fins de educação, estudo e diversão”. (Desvallés; Mairesse, 2013, p.64).

O equipamento museu conhecido como espaço de guarda da memória de um povo, levanta a necessidade de reflexão sobre a memória de uma sociedade. Santo Agostinho em seu livro *X Confissões* descreve a ideia de guarda de memória da seguinte forma: [...] planície e os vastos palácios da memória, onde estão tesouros de inumeráveis imagens veiculadas por toda a espécie de coisas que se sentiram. Aí está escondido também tudo aquilo que se sentiram. (Santo Agostinho, 2010, p. 53).

Dando continuidade à ênfase de memória, Bergson (2010, p. 2010) afirma que: “A verdade é que a memória não consiste, em absoluto, numa regressão do presente ao passado, mas, pelo contrário, numa progressão do passado ao presente.”.

Nessa perspectiva, os museus são instituições de caráter cultural, normalmente sem fins lucrativos a serviço da sociedade podendo ser conceituado em sua completude da seguinte forma e segundo (Ibram, 2011, p. 11), “Os museus são espaços de tradução, da fusão de horizontes, de encontro entre os diferentes olhares. Essas casas da memória são realização humana do desejo de encontro. Desejo esse de construir os fatores que nos fazem pertencer, existir, ou seja, são locais da sensibilidade, das emoções que os suportes de memória possibilitam”.

3 TECNOLOGIAS NOS MUSEUS

O desafio contemporâneo da museologia e tecnologia é:

Assegurar a função tradicional dos museus de preservar e estudar um patrimônio, material e imaterial, ao mesmo tempo que enfrenta questões e relações criadas na atualidade pela ciência e tecnologia, que transformam em ritmo acelerado o ambiente da sociedade (Valente, 2001, p. 267).

Para Pinho (2007), as visitas presenciais são insubstituíveis na medida em que a experiência estética do contato direto com o bem cultural não se pode reproduzir, nem num ambiente digital. Cabe a cada instituição verificar a coerência e pertinência da virtualização em conjunto com as tecnologias digitais existentes fomentando processos eficientes de comunicação em espaços museológicos.

De acordo com Cury (2005), a comunicação museológica só é efetivada quando o visitante incorpora o discurso expositivo, o integra a seu cotidiano, (re) elabora-o na forma de um novo discurso do qual o museu se apropria, adapta e difunde novamente.

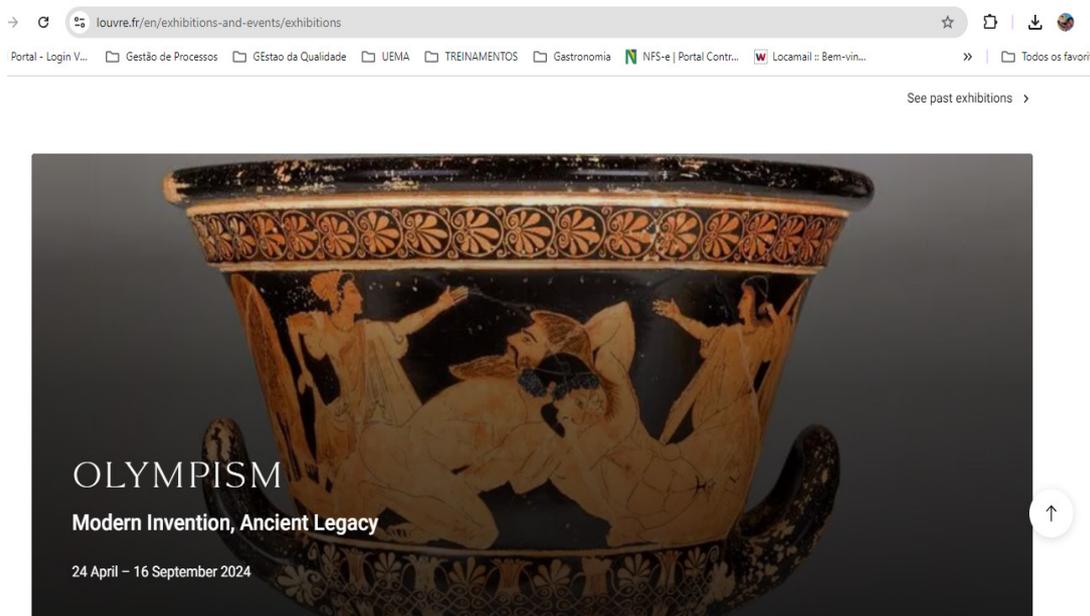


A pandemia acelerou o processo de inserção tecnológica no equipamento cultural trazendo para os museus palavras-chave como tecnologia digital, conectividade, interatividade e virtualidade (Rocha, 2009). É válido dizer que foi a partir do estreitamento da relação entre museus e tecnologias que se desenvolveram propostas museais com novas linguagens, mídias e processos digitais como os museus virtuais e as coleções digitais (Rocha, 2009).

Sendo assim, destaca-se que “tradicionalmente, os museus comunicavam suas coleções e informações associadas através de uma variedade de meios, mas o advento de novas tecnologias apresentou a oportunidade de desenvolver novas formas de comunicação que permitem ao visitante explorar a riqueza e diversidade das coleções ao seu próprio ritmo e às suas próprias necessidades” (Fahy, 1995, p. 82).

Já existem vários exemplos de museus que absorveram tecnologias e usufruem de metodologias de virtualização. O Museu do Louvre, em Paris, gera longas filas, uma vez que a maioria de seus visitantes tem por objetivo observar o quadro da Mona Lisa. No sentido de evitar a espera, o museu oferece uma experiência virtual para que o usuário possa observar detalhes das obras de arte (muitas delas com um grande requinte de detalhes) e corredores sem as dezenas de pessoas, além de vídeos com *tour* e explicações sobre as principais obras de arte.

Figura 1 - Olympism



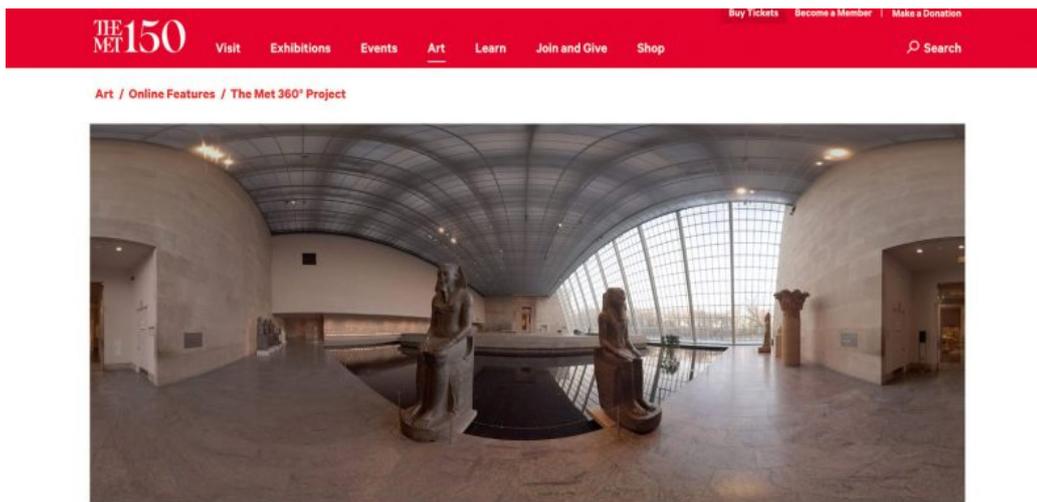
Fonte: Reprodução do site oficial do Louvre categoria “exibithion – (2024)

No que diz respeito ao Metropolitan (MET), de Nova York, a visita é feita pela página do Google Arts & Culture que oportuniza uma experiência virtual em formato 360°, como se fosse um Google Street View de arte, em inglês.





Figura 2 - The MET 360° Project



The Met 360° Project

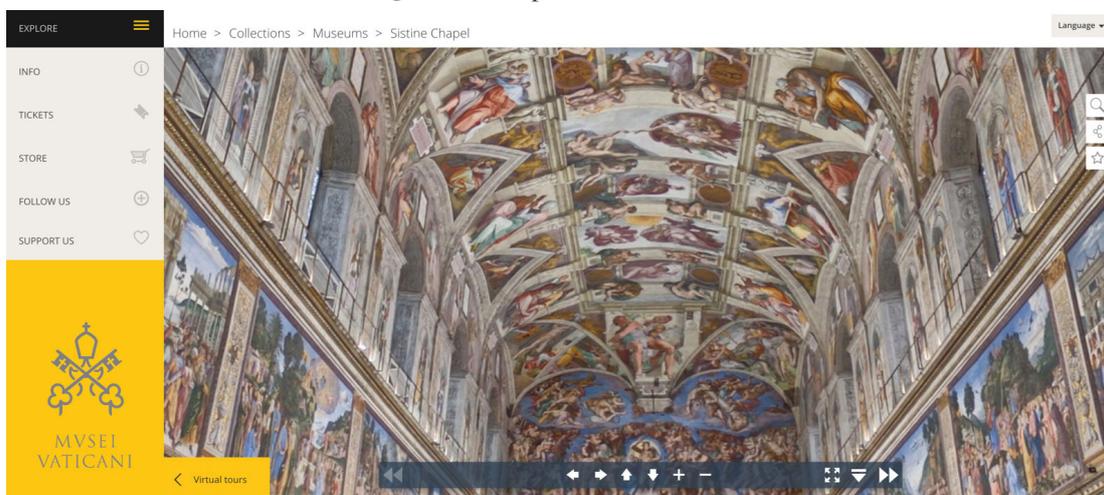
This award-winning series of six short videos invites viewers around the world to virtually visit The Met's art and architecture in a fresh, immersive way. Created using spherical 360° technology, it allows viewers to explore some of the Museum's iconic spaces as never before.

Viewed more than 11 million times, this series affords an access and a perspective typically unavailable to the public. Viewers can experience the magic of standing in an empty gallery after-hours, witnessing a bustling space in time-lapse, or floating high above The Met Cloisters for a bird's-eye view. We strung cables, removed protective covers from works of art, and rigged cameras up high, all to allow viewers to explore The Met as never before.

Fonte: Reprodução do site oficial do MET com as imagens em 360°

O Museu do Vaticano tem sua visita virtual em inglês, francês, italiano, alemão e espanhol, onde o usuário pode observar os detalhes da Capela Sistina feita por Michelangelo, além de artistas como Rafael, Leonardo Da Vinci, Caravaggio, dentre outros. As obras podem ser vistas por vídeos e fotos em formato 360°.

Figura 3 - Capela Sistina em 360°

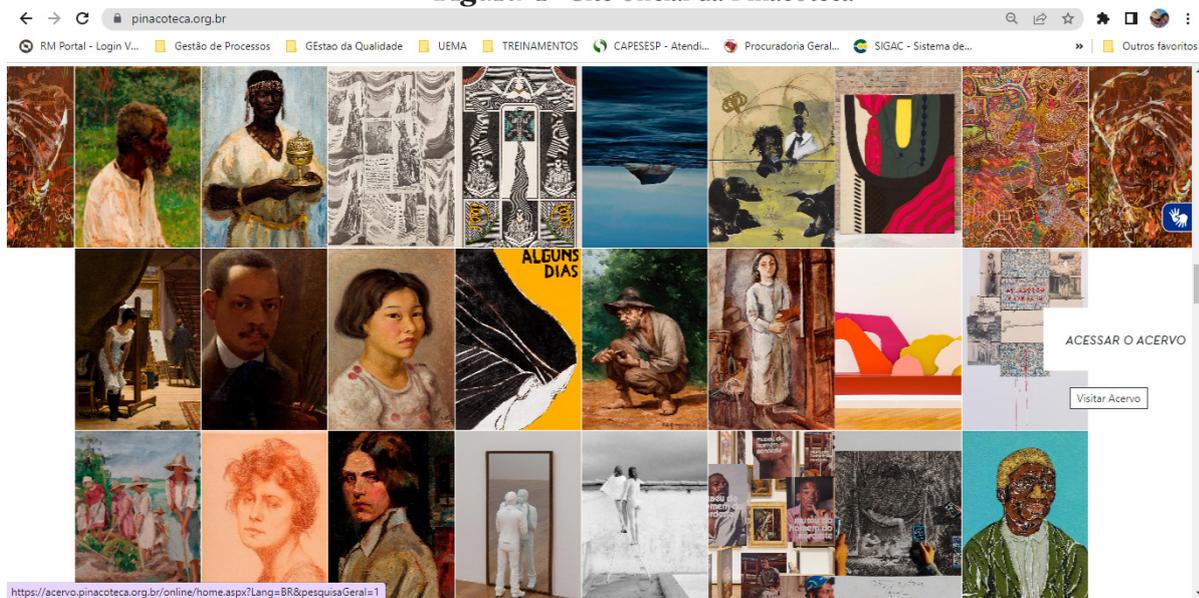


Fonte: Reprodução do site oficial com a imagem 360° da Capela Sistina



No Brasil, a Pinacoteca, em São Paulo, oferece um *tour* virtual em português, inglês e espanhol via Google Arts & Culture, com ênfase para a obra *Mestiço*, de Candido Portinari. A Pinacoteca localiza-se no antigo prédio Liceu de Artes e Ofícios, projetado no final do século XIX e apresenta mais de 9000 obras no seu acervo atualmente, mesmo tendo-o iniciado com somente 26 quadros. Os artistas nacionais, dos séculos XIX e XX, são o maior destaque da Pinacoteca, onde se pode observar obras de Anita Malfatti, Benedito Calixto, Victor Meirelles, Eliseu Visconti, Pedro Alexandrino e José Ferraz de Almeida Junior.

Figura 4 - Site oficial da Pinacoteca



Fonte: Portal da Pinacoteca (2024)

Assim, é importante lembrar que a relação entre museus e tecnologia existe há bastante tempo. Segundo Christensen (2011), pode-se estabelecer paralelos de aproximação entre esses dois campos desde acontecimentos como o desenvolvimento das técnicas de reprodução gráfica trazidos pela imprensa, a invenção da fotografia, e a ampliação do uso de audioguias nas exposições.

4 METODOLOGIA

O foco da pesquisa foi analisar os museus enquanto espaço de diálogo entre cultura, gestão e tecnologias de modo a diagnosticar elementos essenciais para seu funcionamento. Para tanto foram escolhidos dois tipos de museu, um público e outro privado (Museu Histórico e Artístico do Maranhão e Centro Cultural Vale). Após a investigação, apresenta-se um quadro comparativo levando em consideração os pontos em comum e diferenciais entre os aparelhos museológicos estudados. Esta pesquisa aborda a temática





interdisciplinar que relaciona as áreas de administração, tecnologias, espaço, memória e patrimônio cultural, focando nos museus como objeto de estudo. Dessa forma, a pesquisa explora questões subjetivas, adotando uma abordagem qualitativa. Vergara (1998, p. 45) faz uma classificação da pesquisa quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa exploratória, segundo a autora, “a investigação exploratória é formulada em área em que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”.

No que diz respeito aos meios técnicos utilizados, esta pesquisa baseia-se em métodos bibliográficos e documentais. A abordagem bibliográfica é empregada por meio de revisões da literatura existente sobre o tema proposto. Conforme definido por Vergara (1998), essa abordagem envolve o estudo de materiais publicados, como livros, revistas, jornais e redes eletrônicas, ou seja, materiais amplamente acessíveis ao público em geral. Além disso, também foi realizada uma pesquisa documental e exploratória para coletar e analisar documentos relevantes relacionados ao tema. Gil (2010, p. 31) recomenda que “seja considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização, e fonte bibliográfica quando for obtido em bibliotecas ou bases de dados”.

5 RESULTADOS ESPERADOS

Os aspectos museológicos aqui evidenciados compreendem uma variedade de atividades, incluindo logística, mediação e coordenação de processos relacionados à preservação, pesquisa e comunicação. Essas ações visam assegurar a transformação do patrimônio em uma herança comum para a sociedade. Ao analisar os itens supracitados quanto aos itens de acervo, projetos, segurança e dinâmica de funcionamento, nota-se que os museus públicos, frequentemente dependentes de financiamento governamental, buscam atender ao público em geral e preservar o patrimônio cultural de uma nação ou localidade. Em contrapartida, os museus privados, geralmente financiados por doações, patrocínios ou receitas geradas internamente, podem ter uma flexibilidade financeira maior para explorar exposições inovadoras e adquirir peças exclusivas.

O acesso é uma faceta crucial na análise comparativa. Museus públicos muitas vezes são mais acessíveis devido a ingressos subsidiados ou gratuitos, buscando atingir um amplo espectro da sociedade. Museus privados, embora possuam uma abordagem mais autossustentável, podem ter ingressos mais elevados, o que pode limitar o acesso a certas camadas da população. Válido ressaltar que os objetos de estudo possuem entrada gratuita.

Adicionalmente, recomenda-se a catalogação exaustiva das barreiras à acessibilidade, com o intuito de elaborar um conjunto de procedimentos corretivos para as adversidades



observadas. Paralelamente, é imperativo o desenvolvimento de iniciativas que fomentem a interatividade com os diversos segmentos comunitários, promovendo assim a construção de vínculos robustos e contínuos entre os museus e o tecido social ao qual pertencem.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) têm sido amplamente utilizadas em museus para tornar a experiência do visitante mais interativa e educativa. De acordo com um artigo do *Polytechnic Institute of Leiria*, as TICs aplicadas a museus são vistas como um capital interativo e educativo que cria uma conexão entre o objeto e o turista, tornando a experiência mais imersiva e autêntica. Outro artigo, “O impacto das Tecnologias da Informação e Comunicação em museus: estudo de caso do Museu da Gente Sergipana”, discute como o Museu da Gente Sergipana foi idealizado para o uso de TICs, ou seja, já nasceu no digital, com a exploração da interatividade e didática audiovisual nos espaços criados, pensando também em uma forma didática de levar o conhecimento aos frequentadores.

Segue quadro abaixo com o objetivo de comparar as tecnologias utilizadas no objeto de estudo (Museu Histórico e Artístico do Maranhão e Centro Cultural Vale).

Quadro 1 - Comparativo entre museus de acordo o uso de tecnologias

TICs	GMHAM	GCVV
Audioguia	Não	Sim
Realidade Virtual	Não	Sim
Realidade Aumentada	Não	Não
Projeção Mapeada	Não	Não
Telas Interativas	Não	Sim
Beacon	Não	Não
QR Code	Não	Sim
Internet das Coisas	Não	Não
Inteligência Artificial	Não	Não
Big Data	Sim	Sim

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A disparidade na adoção de tecnologias entre museus privados e públicos pode ser atribuída a diversos fatores intrínsecos a cada tipo de instituição. Museus privados, muitas vezes financiados por fontes distintas e operando sob uma estrutura mais flexível, têm uma liberdade financeira e gerencial maior para investir em inovações tecnológicas. Isso se deve à capacidade de gerar receitas próprias, por meio de doações, patrocínios





e bilheteria, possibilitando a implementação de tecnologias avançadas para aprimorar a experiência do visitante.

Museus públicos geralmente dependem significativamente de financiamento governamental, o que pode limitar seus recursos disponíveis para aquisição e manutenção de tecnologias de ponta. Restrições orçamentárias, burocracia institucional e a necessidade de priorizar diferentes áreas, como preservação e educação, muitas vezes reduzem a capacidade dos museus públicos de adotar rapidamente novas tecnologias. Essa disparidade financeira e operacional resulta em museus privados assumindo a dianteira na integração de tecnologias inovadoras, enquanto museus públicos podem enfrentar desafios adicionais na implementação dessas avançadas ferramentas devido a suas estruturas de financiamento mais restritas.

No que tange aos aspectos voltados para as redes sociais são plataformas digitais, que permitem a interação, a comunicação e o compartilhamento de conteúdo entre os usuários. Trazem muitos benefícios, tais como facilitar o contato com amigos e familiares, ampliar o acesso à informação e à cultura, promover a participação cívica e a expressão de opiniões, entre outros. No entanto, as redes sociais também enfrentam alguns desafios e problemas, como:

- a) O risco de vazamento de informações confidenciais ou estratégicas da empresa, suscetíveis a exposição ou roubo por meio das redes sociais;
- b) A gestão imatura das redes sociais, propensa a erros de comunicação, posicionamento inadequado e falhas na administração de crises, acarretando prejuízos à imagem e reputação corporativa;
- c) A propagação de informações falsas ou desfavoráveis sobre a empresa, muitas vezes originadas por concorrentes, clientes insatisfeitos ou agentes mal-intencionados, impactando negativamente na credibilidade e confiança da marca;
- d) A exigência de investimentos em recursos humanos, tecnológicos e financeiros para uma administração eficiente e profissional das redes sociais, desafio particularmente relevante para pequenas e médias empresas.

Os desafios associados ao uso das redes sociais por parte dos museus compartilham semelhanças com os enfrentados por empresas, embora apresentem algumas peculiaridades distintas. Dentre esses obstáculos, destacam-se:

- a) A complexidade de preservar o valor cultural das obras de arte, suscetíveis à descontextualização, banalização ou desrespeito quando compartilhadas nas redes sociais.
- b) A restrição da experiência estética dos visitantes, que pode ser comprometida pelo foco excessivo em fotografias e vídeos, em detrimento da apreciação direta das obras de arte.



c) A necessidade de adaptação dos museus às novas linguagens, formatos e públicos das redes sociais, exigindo ajustes na curadoria, educação e comunicação.

d) A escassez de recursos para manter uma presença digital de alta qualidade, incluindo a produção de conteúdo relevante, interação eficaz com o público e monitoramento consistente de resultados.

O quadro abaixo descreve a movimentação das redes sociais para os objetos de estudo desta pesquisa:

Quadro 2 - Comparativo entre museus de acordo o uso de redes sociais

Itens avaliados	MHAM	CCVV
Número de publicações	360	3178
Número de <i>reels</i>	Utiliza com frequência	Utiliza com frequência
Número de seguidores	5986	86
Número de contas “Seguindo”	23,8 mil	417
Quanto aos destaques	Informações sobre: horário, local, campanhas, biblioteca, exposição, visitação e acervo	Sem destaques
Quanto às postagens fixas	Não há postagem fixa	Referente ao evento mais próximo de ser executado
Média de curtidas por postagem	74,3	188,11
Média de comentários por postagem	2,6	3,2
Quanto aos links na bio	Site (mas o link não funciona)	Spotify, Youtube, Site
Informações principais na página inicial	Horário de visita	Horário de visita, valor da entrada, local
Quanto a periodicidade de postagens	Focado em datas comemorativas (pode gerar mais 2 semanas sem postagens)	A cada dois dias
Quanto ao direcionamento do museu	História do Maranhão	Eventos e exposições

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Em uma perspectiva inicial, percebe-se que o GCVV faz uso mais frequente da plataforma Instagram em detrimento ao GMHAM conforme as categorias sinalizadas. É válido ressaltar que um outro instrumento bastante utilizado pelo GCVV é o site institucional do centro, que apresenta a arquitetura organizacional do local, identidade, editais, programação, espaços, equipe, formas de contato, área em inglês e publicações atreladas ao core business do centro. A última atualização do GMHAM foi no ano de





2016 e contempla itens como missão, notícias, fotos, projetos, equipe administrativa e um blog do museu. Cabe ainda ressaltar que na página da Secretaria de Cultura do Estado do MA, o GMHAM é citado mediante sua existência, mas que o acesso a ele precisa ser feito através da Assessoria de Comunicação da secretaria supracitada.

Partindo do pressuposto que as redes sociais são gratuitas e de largo alcance, o GMHAM poderia fazer uso de forma mais efetiva dessas ferramentas para divulgar as exposições do museu, assim como gerar conhecimento para potenciais usuários as companhias e projetos.

Sob uma perspectiva de evolução tecnológica, tanto o GMHAM quanto o GCVV poderiam explorar itens como: Realidade Virtual e Aumentada (para enriquecer a experiência do visitante e oferecer exposições interativas); Preservação Digital (para tecnologias de preservação digital para conservar e documentar suas coleções de maneira mais eficaz) e Integração de Plataformas Digitais (integração de plataformas digitais, como aplicativos móveis e plataformas online para proporcionar acesso remoto e envolver o público de maneiras inovadoras).

A percepção da pesquisa enquanto análise do resultado, contempla o fato de que existem alguns entraves comuns. São eles:

a) Restrições Orçamentárias: Museus públicos frequentemente operam com orçamentos limitados provenientes de financiamento governamental, o que pode dificultar a aquisição e manutenção de tecnologias avançadas.

b) Burocracia e Processos Decisórios: Instituições públicas, devido à sua natureza burocrática, podem ter processos decisórios mais demorados, dificultando a rápida implementação de novas tecnologias.

c) Adaptação Cultural: A introdução de tecnologias pode encontrar resistência dentro da equipe e da cultura institucional, tanto em museus públicos quanto privados.

Quanto a especificidade, percebeu-se que o MHAM apresenta uma dependência de financiamento governamental, o que pode criar desafios na obtenção de recursos adicionais para investir em tecnologias inovadoras. Uma dificuldade quanto ao foco em acessibilidade e inclusão: devido ao seu compromisso com a acessibilidade, tendo que se esforçar para integrar tecnologias que atendam a diversos públicos, garantindo inclusão digital. No que tange ao GCVV, entende-se que os desafios estão atrelados a autossustentabilidade financeira: com maior autonomia financeira podem investir mais livremente em tecnologias avançadas para aprimorar a experiência do visitante e explorar estratégias de autossustentabilidade e inovação e competitividade, uma vez que a competição por visitantes e patrocínios pode impulsionar a adoção de tecnologias de ponta.





É importante que as tecnologias sejam integradas à proposta curatorial e aos objetivos do museu, potencializando a experiência do visitante e ampliando o acesso à cultura. A gestão eficiente é fundamental para o bom funcionamento dos museus. Ela envolve planejamento estratégico, administração de recursos humanos e financeiros, captação de recursos, definição de políticas e diretrizes, entre outros aspectos. No contexto do diálogo entre cultura, gestão e tecnologias, a gestão deve tornar os museus espaços abertos, participativos e acessíveis, que dialoguem com diferentes segmentos da sociedade.

Os desafios de gestão em museus, sejam eles públicos ou privados, são multifacetados e podem variar consideravelmente devido às características específicas de cada tipo de instituição. Quando se trata de desafios comuns, tanto o GMHAN quanto o GCVV podem apresentar contingências com:

- a) Utilização de Tecnologia: no sentido de integrar e gerenciar eficientemente tecnologias, como sistemas de informação, preservação digital e interatividade;
- b) Preservação e Conservação: para manter a integridade e conservação das coleções e ao mesmo tempo em que se torna acessível ao público, é uma constante preocupação para ambos os tipos de museus.
- c) Engajamento do Público: com o objetivo de encontrar estratégias eficazes para envolver o público, tanto presencialmente quanto virtualmente na era digital;
- d) Capacitação da Equipe: com a finalidade de garantir que a equipe esteja qualificada e atualizada com as melhores práticas na gestão museológica.

Levando em consideração a especificidade de cada museu, existe a necessidade de se desenvolverem estratégias adaptáveis e sustentáveis para garantir sua relevância cultural, educacional e social. O GMHAM, por exemplo, apresenta oportunidades de melhoria quanto:

- a) Restrições Orçamentárias: depende de financiamento governamental, sujeitos a cortes orçamentários que podem afetar a capacidade de manter e aprimorar suas operações;
- b) Burocracia e Processos Decisórios: pode resultar em processos decisórios mais lentos, dificultando a rápida implementação de mudanças e inovações;
- c) Pressões Políticas e Mudanças de Governo: podem enfrentar instabilidade devido a mudanças políticas, alterações na liderança governamental e variações nas prioridades de financiamento;
- d) Atendimento a Diversos Públicos: garantir que as exposições e programas atendam a uma variedade de públicos, refletindo a diversidade da sociedade, é um desafio contínuo para os museus públicos.

O GCVV, por sua vez, apresenta desafios quanto:





a) Autossustentabilidade Financeira: garantir sua autossuficiência financeira, muitas vezes dependendo de doações, patrocínios e receitas próprias;

b) Competição por Recursos e Visibilidade: competição por visitantes, patrocinadores e doações pode ser intensa, exigindo estratégias inovadoras para se destacar e garantir recursos financeiros;

c) Equilíbrio entre Missão Cultural e Atratividade Comercial: manter um equilíbrio entre a missão cultural do museu e a necessidade de ser atrativo comercialmente pode ser um desafio delicado;

d) Riscos Financeiros e Sustentabilidade a Longo Prazo: sustentabilidade a longo prazo, a previsão de riscos financeiros e a adaptação a mudanças no mercado são desafios constantes para os museus privados.

Acessibilidade é fundamental para promover o diálogo entre diferentes públicos, incluindo acessibilidade física, cognitiva, sensorial e digital. Educação e mediação cultural também são essenciais, com investimentos em programas educativos que envolvam diferentes faixas etárias e contextos, estimulando o pensamento crítico e a reflexão. A incorporação de tecnologias inovadoras nos museus, como aplicativos móveis, realidade virtual e aumentada, amplia as possibilidades de interação com o público e proporciona diferentes formas de acesso à cultura. Sustentabilidade é outro aspecto essencial, garantindo a existência contínua dos museus através de práticas de gestão responsáveis e a valorização de práticas sustentáveis. Os museus desempenham um papel vital na sociedade, atuando como espaços de diálogo entre cultura, gestão e tecnologias. Para seu pleno funcionamento, esses elementos devem interagir constantemente, enriquecendo as experiências dos visitantes, promovendo a inclusão e valorizando a diversidade. Através da colaboração, acessibilidade, educação, inovação e sustentabilidade, os museus podem se tornar verdadeiros agentes de transformação social, contribuindo para uma sociedade mais consciente e engajada com seu patrimônio cultural.

Por outro lado, museus públicos, mesmo com recursos financeiros mais limitados, têm buscado ativamente utilizar as redes sociais como uma plataforma acessível e eficaz para interagir com o público. Estratégias inovadoras incluem a divulgação de eventos, compartilhamento de informações educacionais e o uso de mídia social como uma extensão virtual das exposições, proporcionando aos visitantes uma experiência interativa mesmo a distância. Essa abordagem destaca uma convergência interessante: enquanto museus privados podem investir em tecnologias de ponta, os museus públicos estão encontrando maneiras criativas de aproveitar as redes sociais para garantir uma presença online dinâmica e acessível. Ambos os tipos de instituições buscam, assim, maximizar seu alcance e impacto, adaptando-se às demandas da era digital.





A gestão eficaz de museus, tanto para o GMHAM quanto para o GCVV, requer uma integração cuidadosa de estratégias modernas de tecnologia. Em um cenário de rápidas transformações sociais e avanços tecnológicos, a administração museológica enfrenta desafios e oportunidades únicas. A implementação de tecnologias inovadoras não apenas aprimora a eficiência operacional, mas também amplia o alcance e o engajamento do público. Museus públicos, muitas vezes lidando com restrições orçamentárias, buscam soluções tecnológicas acessíveis para preservar e compartilhar sua rica herança cultural de maneira inclusiva. Para museus privados, a adoção de tecnologias avançadas torna-se um diferencial competitivo crucial. A busca por autossustentabilidade financeira impulsiona a inovação, desde experiências interativas até estratégias de marketing digital.

A capacidade de gerenciar e adaptar-se às mudanças tecnológicas é essencial para ambos os tipos de museus. A gestão eficiente não apenas garante a preservação das coleções, mas também cria experiências envolventes que conectam o público ao patrimônio cultural de forma dinâmica. Ao aglutinar gestão e tecnologia, os museus estão mais aptos a navegar pelo panorama contemporâneo, explorando novas narrativas e promovendo o acesso à cultura de maneira inovadora.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do trabalho, constatou-se a contribuição multifacetada dos museus para a sociedade. Por meio da análise das políticas culturais e do Estatuto de Museus, compreendeu-se a importância normativa e institucional dessas instituições na preservação e divulgação do patrimônio cultural. As políticas culturais promovem a valorização da identidade nacional e o fomento à educação, destacando o papel dos museus como espaços de reflexão, aprendizado e interação. O Estatuto estabelece parâmetros regulatórios essenciais para a gestão, proteção e divulgação dos acervos museológicos, garantindo sua relevância contínua. Além disso, ao explorar a função educativa, percebe-se o potencial dos museus em complementar o ensino formal através de programas educativos e visitas guiadas, estimulando o interesse dos alunos por diferentes áreas do conhecimento.

Os museus enfrentam desafios significativos para se adaptarem às demandas em constante evolução da sociedade. Nesse sentido, o diálogo entre cultura, gestão e tecnologias torna-se cada vez mais necessário. A interação desses elementos possibilita uma abordagem mais dinâmica, diversificada e inclusiva dentro dos museus, criando espaços de encontro e troca de conhecimento entre diferentes públicos e perspectivas. A cultura é o cerne dos museus, pois através dela são preservadas e transmitidas as expressões artísticas, históricas e culturais de um povo.





Este artigo atingiu seu objetivo ao demonstrar os elementos essenciais para o funcionamento dos museus, comparando pontos comuns e divergentes de instituições públicas e privadas. Embora cada uma tenha suas peculiaridades, observou-se que há muitos pontos de convergência, como os benefícios proporcionados pela tecnologia e pela boa gestão. Este trabalho apresenta dados que podem orientar estudos futuros sobre o funcionamento de museus, reafirmando a importância de investimentos contínuos e políticas públicas eficazes para garantir a preservação e valorização do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**, Livro X. Tradução de J. Oliveira Santos, S.J., e A. Ambrósio de Pina, S.J. São Paulo: Nova Cultural, 2010.
- ANAIS DO MUSEU PAULISTA São Paulo, Nova Série, vol. 29, 2021, p. 1-27 e 54.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. Ensaio Sobre a Relação do Corpo Com 123 o Espírito. 4. ed. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- CASIMIRO, Giovanna. “**A multi-temporalidade do Museu: Meio Expositivo e Realidade Mista**”, em *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 3, nº 6, 2015.
- CHAGAS, Mario. **A imaginação museal: museu, memória e poder** em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro, Ibraim-MinC, 2009.
- CHRISTENSEN, Jørgen Riber. “**Four steps in the history of museum technologies and visitors’ digital participation**”, *Journal of media and communication research*, nº 50, 2011.
- COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural cultura e imaginário**. São Paulo: Editora Iluminuras, 1997.
- CURY, Marília Xavier. **Comunicação Museológica: Uma Perspectiva Teórica e Metodológica de Recepção**. 2005. 366 F. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- DESVALLÉS, André e François Mairesse. **Conceitos-chave de Museologia**, São Paulo, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.
- DUTRA, Larissa Fernandes; FARIA, Diomira Maria Cicci Pinto Faria. “Sociedades Contemporâneas e o ‘mundo de telas’: Um estudo acerca do museu virtual do Circuito Liberdade”. **Fórum ABRATUR**. Pernambuco: UFPE, 2017.





EQUIPE EDITORIAL DE CONCEITO.de. (17 de junho de 2013). **Conceito de museu**. Conceito.de. Disponível em: <https://conceito.de/museu>. Acesso em: 30 mai. 2024.

FAHY, Anne. “**New Technologies for museum communication**”, em Eilean Hooper-Greenhill (org.), *Museum, Media, Message*, Londres, Routledge, 1995.

FALK, John H. e Lynn D. Dierking. ***The Museum Experience Revisited***, Walnut Creek, Left Coast Press, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. Ministério do Turismo. Instituto Brasileiro de Museus. **Guia dos museus brasileiros**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

MONTEIRO, Luiz. **A internet como meio de comunicação: possibilidades e limitações**. Disponível em: <http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/comunicacao-virtual/0158.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2024.

MUNIZ, R. **A importância dos museus para a preservação da cultura**. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/opiniaio/raquel-muniz/importancia-dos-museus-para-a-preservacao-da-cultura-1.625767>. Acesso em: 30 mai. 2024.

KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. **Observar a experiência museal: uma prática dialógica?** Caderno do Museu da Vida, Rio de Janeiro, p. 5-21, 2003.

OLIVEIRA, José. O Museu e a sua arquitetura no mundo globalizado: entre informação e virtualidade. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, n. 1, 2012.

PINHO, Joana Maria Balsa Carvalho de. Museus e Internet. Recursos online nos sítios web dos museus nacionais portugueses. **Revista Textos de la CiberSociedad**, La Rioja, n. 8, 2007.

ROCHA, Carla. **Templo das Mídias: o museu sob o signo da informação e da comunicação**. 2009. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Comunicação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.





SUBJETIVIDADES LIBERTÁRIAS EM ESPAÇOS HETEROTÓPICOS: corpos não-binários em quadrilhas juninas do Nordeste

Regina Baracuh¹

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo decorre de um convite, que me foi feito pela profa. Ilza Cutrim, da Universidade Federal do Maranhão, para integrar a mesa-redonda “Cartografias das Margens: Sujeitos, Espaços e Resistências” no VI DCIMA – Colóquio Internacional Mídia e Discurso na Amazônia, que, nesta edição em São Luís, suscitou amplos debates sobre Mudanças Climáticas e Oralidades Pan Amazônicas, uma temática potente e necessária, pois mais do que nunca é preciso denunciar, refletir sobre estratégias e táticas políticas de poder, que afetam nosso presente e ameaçam nosso futuro com golpes devastadores na nossa diversidade ambiental e humana.

E por falar em diversidade, hoje trago para você uma reflexão sobre diversidade de gênero nas quadrilhas juninas do Nordeste. Já lhes adianto que não pretendo trazer discussões teóricas sobre gênero, mas discutir um fenômeno que está cada dia mais presente na festa junina: a inclusão de sujeitos não-binários: gays, trans, travestis, drag queens.

Quero ressaltar minha posição–sujeito de pesquisadora, que enuncia a partir do aparato teórico dos Estudos Discursivos Foucaultianos, área recentíssima da Linguística, inaugurada no Brasil pela professora Rosário Gregolin.

O objetivo deste artigo é fazer uma breve análise cartográfica da quadrilha junina para averiguar em que momento surgiram condições de possibilidades para que os corpos não-binários fossem acolhidos nesta dança e como esses sujeitos passaram a ocupar posições de destaque em uma das manifestações folclóricas mais tradicionais e antigas do Nordeste, que faz parte da construção identitária de nossa região.

Quando se fala em cartografar práticas discursivas da cidade, temos em mente uma cartografia social que, diferentemente da tradicional, cujo objetivo é traçar mapas de territórios, relevo e distribuição populacional, vai se ocupar dos agenciamentos de relações, que envolvem saberes e poderes com suas táticas e estratégias, materializadas em

1 Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Campus de Araraquara. Docente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde atua no Departamento de Língua Portuguesa e Linguística – DLPL, é Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING e Líder do Grupo de Pesquisa CIDADADI – Círculo de Discussões em Análise do Discurso. E-mail: mrbl@academico.ufpb.br





enunciados, em jogos de objetivação e subjetivação, práticas de resistência e liberdade, estabelecendo múltiplas e diferenciadas relações.

Esta cartografia espacial, feita à luz de uma arqueogenealogia crítica, tem como fim, não apenas discutir as relações de poder por meio do inventário de técnicas e táticas discursivas, mas sobretudo mapear produções de subjetividade para descrever/analisar quem somos nós hoje com a problematização do funcionamento do território urbano para recusarmos o que nos é imposto e apontarmos possibilidades de sermos diferentes em nossa sociedade neoliberal.

A justificativa para trazermos um outro olhar para as quadrilhas juninas com diversidade de gênero é que entendemos que elas desestabilizam micropoliticamente a racionalidade governamental estabelecida no espaço urbano.

2 ENTRANDO NA DANÇA

A quadrilha é uma dança de salão, que se originou na Inglaterra, no século XIII, mas logo foi levada para a França, onde recebeu o nome de ‘*quadrille*’. A força e a influência que teve a Corte Francesa fizeram com que os principais movimentos da coreografia fossem nomeados por palavras francesas como “alavantu” (*en avant tour* = para frente), “anarriê” (*en arrière* = para trás), “balancê” (*balancer* = balançar (o corpo)). Os integrantes executam um verdadeiro espetáculo de sincronia com seus trajes coloridos e ornamentados.

Esta dança, em homenagem aos santos Antônio, João e Pedro, foi trazida para o Brasil em 1808, com a chegada dos portugueses, mas somente no século XIX é que a nobreza do Rio de Janeiro a trouxe para os salões cariocas. Ao longo desse século, a quadrilha caiu no gosto do povo e hoje se constitui uma das principais manifestações artísticas de entretenimento da cultura popular brasileira.

A quadrilha tem esse nome, porque é formada inicialmente por quatro pares de casais que formam um quadrado e desenvolvem variações de movimentos através da enunciação de um mestre de cerimônias. Historicamente, as quadrilhas têm preservado elementos tradicionais dos festejos juninos: músicas, vestuários, coreografias e cenários que remetem ao imaginário matuto.

Embora a quadrilha seja uma das manifestações culturais mais antigas do Nordeste, somente neste ano de 2024, ela foi reconhecida como tal pelo governo Lula com a aprovação da Lei número 14.900/2024. Segundo a relatora do projeto, a senadora paraibana Daniella Ribeiro (PP-PB):

Além de ser uma expressão artística e de entretenimento, a quadrilha junina desempenha um papel significativo na preservação da identidade cultural brasileira. As apresentações são oportunidades para a comunidade se reunir, celebrar e transmitir





tradições de geração para geração. Os figurinos, a música e a coreografia refletem aspectos da história e riqueza cultural do Brasil, especialmente da Região Nordeste”. (Agência Senado, 2024).²

A maioria dos pares da quadrilha são formados por casais heterossexuais e muito raramente um casal LGBTQIAPN + pode assumir a posição de noivo e noiva no casamento junino. No entanto, como ensina Foucault, onde há dominação e poder, há resistência e são essas resistências coletivas que estabelecem furos nos dispositivos de saber-poder e promovem mudanças no paradigma social.

Do surgimento até a atualidade, as quadrilhas passaram por várias transformações. Uma das mais importantes foi ter perdido o caráter eminentemente regional e se transformado em uma atração turística nacional. Mesmo que a festa junina aconteça em outros estados do Brasil, ela não possui a mesma representatividade da tradição e do simbolismo identitário existentes na região Nordeste.

Historicamente, os integrantes das quadrilhas deixaram de se apresentar nas ruas das cidades do interior nordestino para participarem de festivais locais, regionais e nacionais em eventos grandiosos nos meses de junho e julho, em que concorrem a prêmios vultosos e têm grande visibilidade midiática.

A mídia produz o acontecimento “festa junina no Nordeste”, fazendo-o circular nacionalmente de forma incessante, o que provoca a ampliação do seu impacto social à máxima potência, elevando-o ao nível da “espetacularização” (Debord, 1977)

Na sociedade contemporânea, o corpo passa a ocupar um lugar central, e nas mídias, se torna mais explicitamente um *corpo-espetáculo*. Esta construção se articula fortemente com o consumo: é o surgimento do *corpo-mercadoria*. E o espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social (Debord, 1997). Já que o corpo traz em si as marcas da sociedade, os sujeitos tentam imprimir nele as marcas que delimitarão o seu lugar nas significações sociais da vida cotidiana. Tais sujeitos se inserem na lógica da “sociedade do espetáculo” pensada por Debord (1997).

A Quadrilha Lageiro Seco, do bairro do Roger, em João Pessoa - Paraíba, é uma das mais antigas com setenta e sete anos de existência e tem uma composição grandiosa. São duzentas e vinte pessoas na organização. Ela conta com cento e quarenta e quatro dançarinos, além de vinte produtores, quinze assistentes teatrais, onze músicos e oito diretores. Há ainda costureiros, cenógrafos e marceneiros. Essa profissionalização das quadrilhas juninas implica altos custos, financiados por órgãos públicos e privados.

2 BRASIL. Lei reconhece quadrilhas de festa junina como manifestação cultural. **Agência Senado**, 25 jun. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/06/25/lei-reconhece-quadrilhas-de-festa-junina-como-manifestacao-cultural>. Acesso em: 10 de ago. 2024.



Outro acontecimento histórico importante foi o acolhimento pelos quadrilheiros e o consentimento para a existência de pares não-binários na dança, o que demonstra a força e representatividade do movimento LGBTQIAPN+. Sendo a dança um poderoso vetor de identidade étnica, sexual, etária, hierárquica e social, a presença de tais sujeitos provocou uma fissura no dispositivo de saber-poder que rege o ritual artístico e estético da quadrilha.

É preciso ressaltar que a presença de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Transgêneros, na produção e organização das quadrilhas juninas não é um fenômeno novo. Além de compor o elenco da dança, essas pessoas representam grande parte dos profissionais de diversos segmentos da beleza, do corte e costura, da produção artística e coreográfica, entre outros, mas

[...] a participação de brincantes performando papéis sociais de gênero distintos do seu fora do contexto festivo, tem se apresentado como elemento inovador e se conformado como objetos de investigação nos estudos sobre festividades e cultura popular atravessadas pela questão de gênero e de sexualidade (Noletto, 2016; Barroso, 2019).

As mulheres trans e travestis, transformistas e *drag queens* podem ocupar a posição de mestres de cerimônia, marcadores, damas trans e rainhas G no elenco da quadrilha. Elas entram nos *arraiais*, quebrando tabus, abrindo fissuras e provocando deslocamentos de subjetividades, trazendo com isso, singularidades para o cortejo junino. Essa “novidade”, a ruptura de um padrão em uma festa estruturada por papéis tradicionais de gênero, é consequência da luta histórica da comunidade LGBTQIAPN+ por direitos iguais para pessoas trans e não-binários.

Nascida em Fortaleza, Hayka Moraes começou na adolescência um processo que envolveria hormonização e cirurgia de redesignação sexual. Hoje, aos 27 anos, ela é uma mulher trans, Rainha da Diversidade da Quadrilha Cearense Filhos do Sertão. “Antes, os grupos juninos tinham muito receio de deixar as meninas trans e as que se montam de menina dançarem. Elas tinham que ser aceitas. E a Filhos do Sertão sempre abriu a porta, ela é pioneira” (Brito, 2024)³.

No próximo tópico, abordaremos a natureza heterotópica do espaço da festa junina, discutindo a relação entre sujeito-corpo-espaço para mostrar como os sujeitos não-binários reinventaram a quadrilha junina.

³ BRITO, Thaís. **Orgulho e protagonismo**: mulheres trans conquistam papéis de destaque nas quadrilhas juninas após anos nos bastidores. G1, Ceará, 28 jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2024/06/28/orgulho-e-protagonismo-mulheres-trans-conquistam-papeis-de-destaque-nas-quadrilhas-juninas-apos-anos-nos-bastidores.ghtml>. Acesso em: 25 jul. 2024.





3 ESPAÇOS HETEROTÓPICOS, CORPOS UTÓPICOS

O espaço no qual vivemos, pelo qual somos atraídos para fora de nós mesmos, no qual decorre precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo, de nossa história, esse espaço que nos corrói e nos sulca é também em si mesmo um espaço heterogêneo. (Foucault, 2001).

Começo este tópico com a citação de Michel Foucault em sua Conferência, no Círculo de Estudos Arquitetônicos, intitulada “Outros Espaços”, que foi proferida em março de 1967 na Tunísia, a fim de discutir o espaço heterogêneo, plural, heterotópico da quadrilha.

Ao dizer que os espaços se investem de poder, Foucault volta sua atenção para os contra-espacos ou espaços de resistência: são as heterotopias. Oscilando entre as topias (lugares reais, efetivos) e as utopias (lugares imaginários, fictícios), as heterotopias inquietam, porque têm uma função política e estratégica: são espaços de contestação, de desestabilização da ordem, que dizem respeito à possibilidade de transformar o mundo exterior e interior, individual e coletivamente.

Foucault (2001, p. 416) afirma que “não há uma única cultura no mundo que não se constitua de heterotopias” ou seja, lugares reais que funcionam diferentemente do nosso cotidiano habitual. Por exemplo, os asilos, os manicômios e as prisões que Foucault vai chamar de heterotopias de desvio, porque neles estão pessoas que se desviam da ordem “normal, “política”. As que me interessam neste trabalho são as “heterotopias de passagem”, para pensar o funcionamento do espaço heterotópico das quadrilhas juninas, na medida que elas possibilitam que corpos invisíveis no espaço cotidiano possam emergir da invisibilidade e ocupar *outros lugares* na festa.

As quadrilhas podem ser classificadas como “heterotopias de passagem”, porque são espaços que não funcionam de forma permanente, pelo contrário, têm duração passageira; não existem o ano inteiro, os festivais são realizados apenas durante dois meses: junho e julho em todo o Brasil, mais tradicionalmente na região Nordeste em *arraiaís juninos*, quadras, ginásios poliesportivos e áreas de lazer públicas. Em Campina Grande, por exemplo, no “Maior São João do Mundo”, as disputas acontecem na Pirâmide do Parque do Povo.

As heterotopias se relacionam diretamente com o tempo, são parentes das heterocronias. A festa junina é considerada uma heterocronia, porque ela acontece em um tempo diferente, com uma constituição singular. As quadrilhas têm limite de horário e turno específico para exibição da dança, especificados na programação da festa.

Além do espaço heterotópico da festa, Foucault vai falar dos corpos utópicos. Proponho pensar os corpos não-binários da quadrilha como corpos utópicos, “um corpo



que seria belo, límpido, transparente, luminoso, veloz, colossal na sua potência, sempre transfigurado” (Foucault, 2013, p. 8). Ele ainda vai dizer que “a vestimenta, a cor, a tiara, a coroa, tudo isso faz desabrochar, de forma sensível e matizada, “as utopias seladas no corpo” (Foucault, 2013, p. 13). Isso significa dizer que o espetáculo grandioso das quadrilhas juninas oportunizam o sonho, a utopia de pessoas comuns, ou como diria Foucault, das “vozes infames”, sem notoriedade, sobretudo as discriminadas, excluídas socialmente, como os gays, trans, travestis, drags e todes que se sentem mulher. Naquele espaço, tempo e lugar determinados, elas exercem práticas libertárias agonísticas de subjetivação e, ao ocuparem as posições-sujeito de dama e rainha, têm empoderamento e visibilidade.

Nalanda Waleska, Rainha da Diversidade 2019, da Quadrilha Amor Perfeito de Marabá (Pará), fala sobre sua trajetória: “Uma menina encantada que vem de Cotijuba e vai para Belém e se encanta com todas as iguarias, comidas e artesanatos do Ver-O-Peso” (Marabá, 2024)⁴.

Para essas pessoas simples, humildes, com existências comuns, que são alçadas ao status de celebridades momentâneas, a quadrilha também pode ser pensada como um espaço da utopia, onde elas podem realizar o sonho de serem protagonistas da sua própria história.

No site do Mapa Cultural de Pernambuco, na parte destinada a Eventos, é apresentada a descrição do Festival Rainha das Diversidade Junina, que tem por objetivo “enaltecer o movimento LGBTQI+ presente no nosso ciclo junino, trazendo o título de “Rainha da Diversidade Junina 2021” como forma de empoderamento e protagonismo das trans, travestis e drag queens, tão pouco evidenciadas no movimento” (Governo do Pernambuco, 2024)⁵.

Kathy Oeiras, da Quadrilha Junina Gigante do Norte, é maquiadora e comentou sobre a importância de participar do Rainha da Diversidade: “Serve para firmar nossa identidade LGBT aqui em Marabá, como também em todo país. É um incentivo para a nossa classe que quer se firmar, e não tem essa oportunidade” (Governo de Pernambuco, 2024).

A performance dos corpos não-binários, com destaque para as rainhas da diversidade, as damas G, os travestis e mulheres trans, nas quadrilhas juninas do NE, torna o corpo um instrumento político no qual se expõe a disputa pelo direito de existir e de ser admirada, aplaudida, exaltada naquele espaço heterotópico. Para Foucault (2013, p. 12):

4 MARABÁ. **37º Festejo Junino:** Rainhas da Diversidade celebram a cultura e a inclusão na Arena Junina. Disponível em: <https://maraba.pa.gov.br/37-festejo-junino-rainhas-diversidade/>. Acesso em: 11 ago. 2024.

5 GOVERNO DE PERNAMBUCO. **Mapa Cultural de Pernambuco.** Disponível em: <https://www.mapa-cultural.pe.gov.br/evento/1380/#info> Acesso em: 9 ago. 2024.





A máscara, a tatuagem, a pintura, instalam o corpo em outro espaço, fazem-no entrar em um lugar que não tem lugar diretamente no mundo, fazem deste corpo um fragmento de espaço imaginário que se comunicará com o universo das divindades ou com o universo do outro.

Na quadrilha, os corpos homossexuais, que se pintam e encenam a coreografia como damas Trans e rainhas G, são celebrados e transgridem os padrões de beleza definidos pela heteronormatividade. Além disso, suas performances também podem ser entendidas como uma crítica aos padrões binários de gênero, ao subverter o par masculino/feminino estabelecidos pela sociedade normalizadora, patriarcal e misógina.

Ocorre, para citar Deleuze (2005), um “ponto de fuga” nos diagramas de força, nos dispositivos de saber-poder neoliberal, aquilo que escapa ou excede à norma, pois elas propiciam reconfigurações, por exemplo, para o uso do corpo, dessacralizando-o da objetificação e conseqüente violência a que estão submetidas no cotidiano. É o conjunto dessas microrresistências coletivas que promovem a irrupção de mudanças sociais.

Em 2018, a Quadrilha Cearense Girassol do Sertão⁶ levantou a bandeira: “Minha manifestação cultural também é política” para denunciar o brutal assassinato da travesti Dandara dos Santos (Governo do Ceará).

As quadrilhas juninas, que levantam a bandeira da diversidade, aproveitam o momento da festa, em que seus discursos estão empoderados pelos holofotes da instituição midiática, para denunciar os abusos e a violência contra os sujeitos não-binários, como a homotransfobia, cujos culpados não sofrem as devidas punições jurídicas por conta da sociedade patriarcal e excludente.

Afinal, como questiona Judith Butler (2023): “Que corpos importam?”. Os sujeitos homossexuais (gays, travestis, trans, drags) das quadrilhas juninas problematizam a sexualidade e trazem para a performance do corpo na quadrilha, discussões que envolvem ética, subjetividade e poder/resistência.

Ynara Sangela, mulher trans, marcadora da quadrilha PoDe-C Show de Andaraí, Rio de Janeiro, que se apresenta com o enredo “O Sertão virou Favela”, comemora a diversidade:

– “É sobre ser livre pra fazermos e ser quem queremos ser dentro também da nossa cultura” – defende Ynara, que interpreta “Maria Mavambo”, uma cafetina (Perfil Oficial Facebook PODE-C SHOW Andaraí, 2024)⁷.

6 GOVERNO DO CEARÁ. **Mapa Cultural do Ceará**. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/>. Acesso em: 9 set. 2024.

7 PODE-C SHOW DE ANDARAÍ. **Página oficial no Facebook PODE-C SHOW Andaraí**. Disponível em: <https://www.facebook.com/podecshowandarai>. Acesso em: 11 ago. 2024.





Esse “ser livre”, essa subjetividade libertária só é possível de ser vivida pelos sujeitos não-binários por conta de a quadrilha se realizar em um espaço heterotópico, um contraespaço, onde a transgressão à ordem heteronormativa se estabelece por meio de um discurso-manifesto contra a homofobia e a transfobia e se constitui um movimento artístico de resistência à racionalidade neoliberal, que define regimes de conduta para seus cidadãos.

É importante também ressaltar a transgressão à norma gramatical e à norma social com a polissemia do nome da quadrilha: **PODE C Show**, que abre um leque de possibilidades de sentidos para o campo da sexualidade com a expressão “pode ser” e até mesmo para a letra C de **PODE C**. O tabu da palavra proibida. Segundo Foucault, em *A Ordem do Discurso* (2000), a sexualidade e a política são os dois campos discursivos que mais sofrem interdição, portanto, sugerir diz muito mais que explicitar.

Considero esse movimento de resistência coletiva dos sujeitos não-binários nas quadrilhas juninas “contracondutas de cooperação”, termo utilizado por Pierre Dardot e Christian Laval no livro “**Anovarazão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**”, (2016, p. 401). Elas constituem um conjunto de condutas alternativas para o governo de si. Trata-se de práticas insurgentes e transversais, que permitem a constituição de novas subjetividades e abrem espaço para se pensar as vontades de verdade da nossa época.

A força e ascensão do movimento LGBTQIAP+ está no que Foucault chama de o *verdadeiro* de uma época, por isso ele promove o encontro de sujeitos de grupos minoritários com o poder, legitimando práticas e saberes, quebrando padrões de beleza heteronormativos.

5 PARTINDO PARA OS FINALMENTES

Em uma sociedade, que reforça uma **cartografia das desigualdades sociais**, as vozes das quadrilhas da diversidade redimensionam estéticas e histórias e subvertem pela arte, das margens para o centro e vice-versa, ao delinearem outras subjetividades possíveis para os sujeitos homossexuais e coletivamente, para os que se movimentam no espaço da festa junina.

A prática da quadrilha com corpos não-binários em uma sociedade heteronormativa, patriarcal e misógina tem o poder do furo estratégico nos dispositivos de saber-poder e aponta para mudanças em práticas tradicionais. No que diz respeito ao dispositivo da sexualidade, tais sujeitos transgridem ao rechaçar uma divisão binária dos gêneros feminino/masculino); no dispositivo de poder religioso, abrem brechas, fissuras por ocuparem





posições-sujeito na dinâmica coreográfica da quadrilha, antes interditados aos sujeitos LGBTQIPN+; no dispositivo de saber linguístico, ampliam as possibilidades com a designação de novos vocábulos e expressões, como: “**Rainhas G**”, **Damas trans**, etc.

Ao desestabilizar o ritual cênico da quadrilha, os corpos não-binários provocam estranhamento e possibilitam uma redefinição na estrutura binária presente na dança, acenando para outras formas de ser, de existir com a produção de subjetividades libertárias em espaços heterotópicos, demonstrando que os processos culturais, assim como as identidades, podem ser reelaborados, ressignificados, e remoldados tanto no campo da subjetividade, a partir do diagrama político e social que envolve os festejos juninos.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Hayeska Costa. A produção do gênero na/da cultura popular: problematizando um habitus de gênero junino. **Caminhos da História**, Unimontes-MG, v.24, n.1, 2019

BRASIL. **Leireconhecequadrilhasdefestajuninacomomanifestaçãocultural**. Agência Senado, 25 jun. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/06/25/lei-reconhece-quadrilhas-de-festa-junina-como-manifestacao-cultural>. Acesso em: 10 de ago. 2024.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do sexo. São Paulo: N-1, 2023.

BRITO, Thaís. **Orgulho e protagonismo**: mulheres trans conquistam papéis de destaque nas quadrilhas juninas após anos nos bastidores. G1, Ceará, 28 jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2024/06/28/orgulho-e-protagonismo-mulheres-trans-conquistam-papeis-de-destaque-nas-quadrilhas-juninas-apos-anos-nos-bastidores.ghtml>. Acesso em: 25 jul. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo. 2016.

DEBORD, Guy. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. In: DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução Estela Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 165-237.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos III**: Estética: literatura e pintura, música e cinema. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 411-422.





FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. Posfácio de Daniel Defert. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: N-1; Crocodilo, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 12 ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2000.

GOVERNO DO CEARÁ. **Mapa Cultural do Ceará**. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/>. Acesso em: 9 set. 2024.

GOVERNO DE PERNAMBUCO. Mapa Cultural de Pernambuco. Disponível em: <https://www.mapacultural.pe.gov.br/evento/1380/#info> Acesso em: 9 ago. 2024.

MARABÁ. **37º Festejo Junino: Rainhas da Diversidade celebram a cultura e a inclusão na Arena Junina**. Disponível em: <https://maraba.pa.gov.br/37-festejo-junino-rainhas-diversidade/>. Acesso em: 11 ago. 2024.

NOLETO, Rafael da Silva. Babados, xotes e xaxados: notas sobre festa, ritual e marcadores sociais da diferença na quadrilha junina de Belém. **Amazônica: Revista Antropológica**, Belém-PA, v. 8, n. 1, 198- 221, 2016.

PODE-C SHOW DE ANDARAÍ. **Página oficial no Facebook PODE-C SHOW Andaraí**. Disponível em: <https://www.facebook.com/podecshowandarai>. Acesso em: 11 ago. 2024.





O QUE DIZEM AS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS DO NORTE/ NORDESTE SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS?

Marília Carvalho Cerveira¹
Elda Silva do Nascimento Melo²
Fabiola de Jesus Soares Santana³

1 INTRODUÇÃO

As informações apresentadas neste artigo são fruto de uma etapa da pesquisa de doutorado em Educação que investiga a formação de professor indígena na licenciatura intercultural indígena. O estado do conhecimento foi motivado pela necessidade de mapear as pesquisas sobre o tema, realizadas no Norte e Nordeste, regiões com maior população indígena do Brasil (IBGE, 2020), em que se realizou um levantamento sistematizado dessas produções na área de educação, com a identificação dos objetos investigados e sob qual aspecto a investigação sobre formação do professor indígena nos cursos de licenciatura intercultural ofertados a eles está sendo encaminhada.

Em razão da relevância e emergência de ampliação de investigações nessa área, identificamos as produções científicas *stricto sensu* em nível de mestrado e doutorado realizadas no Norte e Nordeste do país sobre a formação de professores indígenas (termo neutro a ser utilizado para designar professoras e professores em razão das inúmeras menções ao termo presentes ao longo do texto) nos cursos de Licenciatura Intercultural. Mapeamos as pesquisas realizadas nessas duas regiões, utilizando como base de seleção dos trabalhos a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o catálogo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

Em relação à contribuição da revisão de literatura sobre o estado do conhecimento, Alves *et al.* (2022) destacam que a revisão de literatura sobre o estado do conhecimento é

1 Graduada em Letras- Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestrado em Linguística - Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutoranda em Educação-Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora do Departamento de Letras da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. E-mail: carvalhocerveira@gmail.com.

2 Graduada em Pedagogia. Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pós-doutorado pela Universidade de Valencia/Espanha. E-mail: elda.nascimento@ufrn.br.

3 Graduada em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal do Maranhão. Especialização em Leitura e formação de leitores, pela Universidade Federal do Maranhão. Mestrado em Ciência da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutorado em Letras (área de concentração: Linguística) pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: fabiolasantana@professor.uema.br.





relevante, porque, ao realizar o inventário dos trabalhos: dá destaque ao tema ou área de investigação, objetos, objetivos e metodologias aplicadas nessas pesquisas; contribui para pesquisadores escolherem abordagens relevantes para futuras investigações sobre o tema em foco, com subsídios, inclusive, para justificar e contextualizar essas investigações; além de servir de orientação para pesquisadores ao apontar para objetos e/ou problemas de pesquisas ainda não investigados na área em questão (Silva; Souza; Vasconcellos, 2020).

Para o alcance do objetivo aqui proposto, este artigo está dividido nesta introdução que aponta para o objetivo e relevância dessa pesquisa, seguida do desenvolvimento que trata da formação do professor indígena nos cursos de licenciatura intercultural; a metodologia empregada para o estado da arte das publicações referentes ao tema proposto, bem como a discussão dos resultados e, por último, apresenta-se a conclusão do estudo realizado.

2 A LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA

A oferta da educação escolar para os povos indígenas e da política de formação de professores indígenas para atuarem nessa educação foi concretizada com a Constituição Federal de 1988 (CF/1988). *A partir* desse marco constitucional, derivou-se uma ampla política pública educacional para os povos indígenas. Destaca-se, entretanto, que essa luta é anterior a década de 1980 e resulta de reivindicações articuladas dos povos indígenas, movimentos indigenistas, universidades e organizações da sociedade não-indígena - comprometida com os direitos desses povos no Brasil.

Ao reconhecer que os povos indígenas são os ocupantes originários do território nacional e, portanto, com cidadania plena e autônoma, a CF/1988, artigo 231, legaliza e consolida as reivindicações históricas desses povos e garante-lhes os direitos identitários de cada etnia e reconhece [...] sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Brasil, 1988). Além disso, garantiu, no § 2º do artigo 210, “às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” no ensino fundamental regular (Brasil, 1988). Ao reconhecer como legítimas e nacionais as línguas desses povos, esse dispositivo legal põe fim à existência de ordenamentos jurídicos que outrora tentaram extinguir essas línguas do território nacional (Grupioni, 2006).

Para assegurar os direitos que envolvem a escolarização dos povos indígenas foram criados dispositivos legais com a finalidade de efetivar essas garantias numa articulação entre os sistemas de ensinos e representantes dos povos indígenas. Neste estudo,





não objetivamos identificar todos os ordenamentos legais, mas apontar para alguns dos pressupostos presentes naqueles que tratam explicitamente da formação de professores indígenas em cursos de licenciatura intercultural para atender o processo formativo desses professores.

Entre os dispositivos legais que contribuíram para o avanço da legislação e a uniformidade de ações para garantir a efetividade e oferta do direito à educação escolar própria, destaca-se o Decreto n.º 26/1991, de 4 de fevereiro de 1991, (Brasil,1991), que dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil, e atribuiu ao Ministério da Educação (MEC) a competência para coordenar as ações referentes à Educação Indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, em articulação com Estados e Municípios.

Além do Decreto Federal, também, a Portaria Interministerial n.º 559/1991, de 16 de abril de 1991 (Brasil, 1991), que dispõe sobre a educação escolar para as populações indígenas, previu, em seu artigo 4º, a criação, no Ministério da Educação, de uma Coordenação Nacional de Educação Indígena, constituída por técnicos do Ministério e especialistas de órgãos governamentais, organizações não governamentais afetas à educação indígena e universidades, com a finalidade de coordenar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas da Educação Indígena no país. O artigo 6º da referida Portaria, quanto à formação dos não-indígenas, estabelece que os profissionais responsáveis pela educação indígena, em todos os níveis, devem “ser preparados e capacitados para atuar junto às populações étnicas e culturalmente diferenciadas.”

Depois da CF/1988, outro marco legal de grande relevância para a educação escolar indígena é a Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), pois ao replicar o texto constitucional, em seu artigo 32, § 3º, garantiu não apenas a oferta de uma educação específica para esses povos, como a utilização das línguas maternas na escola e o respeito aos processos próprios de aprendizagem de cada etnia. O artigo 78, por exemplo, assegurou o direito a uma educação escolar bilíngue e intercultural, a fim de fortalecer as práticas sociais, culturais e linguísticas de cada etnia e proporcionar “[...] a oportunidade de recuperar suas memórias históricas e reafirmar suas identidades [...]” (Brasil, 1996). Quanto à garantia da efetivação dessa educação, o artigo 79 delegou à União a responsabilidade de prestar assistência técnica e financeira aos sistemas de ensino.

Outro dispositivo importante, o Plano Nacional de Educação (PNE), foi instituído em 2001, pela Lei 10.172/2001, de 9 de janeiro de 2001 (Brasil, 2001), com validade de 10 anos, e caracterizou a educação indígena como modalidade de ensino, definiu como objetivo e meta a formação de professores indígenas em programas especiais de nível superior em regime de colaboração com Universidades e instituições equivalentes. Em



2014, o novo PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, no art. 8º, inciso II do § 1º, estabeleceu a obrigatoriedade da previsão, nos planos de educação dos entes federados, de estratégias que “considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural.”

Em 2024, as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, ratifica que a formação inicial de profissionais do magistério para a educação escolar básica da Educação Escolar Indígena deverá considerar as normas e marcos curriculares e o ordenamento jurídico próprios, com ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.

Práticas exitosas de formação de professores indígenas, que aplicaram práticas interculturais na formação desses professores indígenas, a exemplo da experiência pioneira de 3º grau indígena (curso de Magistério Indígena em nível superior), ofertado em 2001, em Mato Grosso, em uma ação articulada da UNEMAT, SEDUC, FUNAI, Prefeitura de Barra do Bugres, MEC e FUNASA (Januário, 2004) serviram, posteriormente, para orientar criação de programas de formação intercultural. Além do pioneirismo na formação de professores indígenas, essa experiência e outras experiências serviram, em 2002, para dar suporte para elaboração dos Referenciais para Formação de Professores Indígenas, documento publicado pelo MEC, fruto de discussões técnicas com representantes de instituições formativas que já ofertavam formação intercultural, representantes de universidades, secretarias de educação e representantes dos povos indígenas e *objetivou contribuir para a criação e implementação de programas de formação inicial continuada de professores indígenas* (Brasil, 2002. p. 5).

Por fim, destacamos duas importantes ações governamentais que viabilizaram o processo de institucionalização dos programas específicos de formação inicial e continuada de professores indígenas. A primeira foi a criação do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciatura Intercultural Indígena (PROLIND), sob responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), com o lançamento do primeiro edital de seleção de projetos, em 2005, e a liberação de recursos para financiar a formação superior e licenciatura intercultural de indígenas. Essa iniciativa objetivava atender às demandas formativas dos indígenas em suas respectivas etnias e território como resposta às reivindicações históricas desses povos (Baniwa, 2006). A segunda foi a regulamentação de programas e cursos de formação inicial e continuada





de professores indígenas com a Resolução CNE/CP nº 1, de 7 de janeiro de 2015, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências (Brasil, 2015), em consonância com as políticas para educação escolar indígena.

Ao identificarmos alguns dos dispositivos que amparam a formação de professores indígenas em cursos de licenciatura intercultural, destacamos que essa é uma resposta do poder público a demandas históricas desses povos pelo direito à oferta de educação escolar de qualidade com respeito às diferenças étnicas, sem o apagamento das suas formas próprias de viver, aprender, ser e estar no mundo e uma política de formação que atenda as especificidades demandadas por essa educação escolar intercultural. (Baniwa, 2006)

3 METODOLOGIA APLICADA PARA RECOLHA DE DADOS

Metodologicamente, esta é uma revisão de estado de conhecimento do tipo tradicional ou narrativo sobre o tema formação do professor indígena nos cursos de licenciatura intercultural, tendo como base de dados de pesquisa teses e dissertações publicadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o catálogo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Para não incorrer na problemática própria desse tipo de revisão de análises arbitrárias e tendenciosas, como advertem Alves *et al.* (2022), optamos por adotar critérios mais acurados e explícitos de busca das publicações nessas redes próprios da revisão sistemática.

Galvão e Ricarte *et al.* (2019) orientam que a revisão de literatura sistemática aponta para o emprego de protocolo a ser seguido com o esclarecimento de conceito, variáveis e técnicas empregadas para busca seleção das produções nessas redes de pesquisas, bem como critérios de exclusão de trabalhos, para no final apresentar o quadro consolidado dessas publicações. Por essa razão, neste estudo de natureza descritiva, foram aplicados os seguintes descritores: formação de professor indígena AND licenciatura intercultural indígena.

O uso do operador booleano “AND” como conectivo entre as palavras-chave justifica-se porque as buscas iniciais, sem a aplicação desse operador, revelaram-se pouco assertivas; selecionaram um número elevado de trabalhos, que após análise tratavam de forma abrangente sobre educação básica indígena, experiências didático-pedagógica em escolas indígenas e alguns poucos trabalhos de fato se enquadravam na temática formação de professor indígena nos cursos superiores de licenciatura intercultural. O emprego dessa estratégia ratifica o que Picalho *et al.* (2022) afirmam sobre a utilidade desses operadores em pesquisas desse tipo e nos possibilitou [...] obter uma recuperação



de documentos bem-sucedida, acessando com êxito, fontes de informação relevantes [...] (Picalho *et al.*, 2022. p.3) aos nossos objetivos.

Após a seleção, os trabalhos foram submetidos à análise qualitativa por meio da leitura dos resumos, com a aplicação de novos critérios que justificassem a inclusão deles no quadro final consolidado de publicações e suas respectivas descrições. Elegemos, nessa etapa, os seguintes critérios de exclusão: dissertações e teses em duplicidade nas bases; trabalhos que não fossem de programas de educação ou ensino e os que não versavam, especificamente, sobre formação de professor indígena em cursos de licenciatura intercultural.

Por fim, para destacar o objetivo das publicações, metodologias e contribuições fizemos a leitura dos resumos. Na seção seguinte apresentamos os dados obtidos em cada uma das etapas aplicadas na metodologia desse estudo.

4 INVENTÁRIO DAS PUBLICAÇÕES: quantitativo e descrição por região

Com base nas orientações de Ferreira (2002) fizemos o levantamento das publicações pertinentes ao tema utilizando recursos de busca padronizados por meio das palavras-chave (formação de professor indígena AND licenciatura intercultural). Nessa etapa realizada no dia 20 de agosto de 2024, foram selecionados 37 trabalhos, sendo 16 trabalhos da base de dados da CAPES e 21 da base BDTD. Após essa primeira seleção, aplicamos o critério de exclusão, já descritos na metodologia, com base na leitura dos resumos.

Nas tabelas 1 e 2, apresentamos o inventário de publicações, considerando as regiões Norte e Nordeste, respectivamente, com destaque, dessa vez, à instituição, ao tipo de produção (tese ou dissertação), além da autoria.

Tabela 1 - Publicações consolidadas da região Norte por Instituição

Instituição	Autoria	Tipo de Produção
Universidade Federal do Pará (UFPA)	Nery, C.S.S	Tese
	Lima, A.S.	Dissertação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Sánchez, C.L.M.	Dissertação
	Santos, E.F	Tese
	Lira, M.J.O	Dissertação
	Santos, J.V	Tese
	Pinto, F.F	Dissertação
Universidade Estadual de Roraima (UERR)	Targino, E. D. S.	Dissertação
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Reis, L.C	Dissertação
	Silva, V. B.	Dissertação
	Alves, M. I. A.	Dissertação
UFMT/UFPA/UEA	Ferreira, L. C.	Tese

Fonte: As autoras (2024).



**Tabela 2** - Publicações consolidadas da região Nordeste por Instituição

Instituição	Autoria	Tipo de Produção
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Almeida, M.M.S	Dissertação
	Almeida, E.A	Tese
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Rosa, S.C.S	Dissertação
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)	Nunes, S.R. F.	Dissertação
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Pereira, J. P. R.	Tese

Fonte: As autoras (2024).

Nas tabelas 1 e 2, enquadrámos as publicações a partir da IES com a intenção de confirmar a hipótese inicial de nossa investigação de que o maior número de publicações está localizado na região Norte, especialmente nas instituições de ensino superior que ofertam os cursos de Licenciatura Intercultural. Esse fato aponta, primeiro, para a necessidade de ampliação das pesquisas para além dessas IES e, segundo, destaca a necessidade emergente de que outros pesquisadores se proponham a realizar investigações no campo de formação de professor indígena para promover a ampliação do conhecimento sobre a realidade desses cursos, colocá-los ainda mais em evidência e promover a visibilidade necessária desse campo emergente de pesquisas.

4.1 Resultado e discussão: o que dizem as publicações?

Nesta seção, apresentamos os trabalhos e suas respectivas investigações, conforme descrito pelos autores nos resumos. Para não alterar o teor das informações apresentadas, optamos por fazer a reprodução do texto original de forma total ou parcial para manter a originalidade das informações. Enquadrámos os trabalhos, conforme a temática abordada, identificando o objetivo da investigação, a metodologia e os resultados, quando descritos nos resumos, porque entendemos que essa descrição, a partir desses referentes, é uma forma de refinar o olhar de futuros pesquisadores interessados em investigar a formação de professores em cursos de licenciatura intercultural indígena.

Temas sobre estado do conhecimento, inserção das tecnologias digitais nos cursos, contribuição do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - Pibid para o curso e materiais didáticos, apresentaram apenas uma recorrência e estão descritos na tabela 3.



**Tabela 3** - Publicações com temáticas menos recorrentes

<p>Estado do conhecimento - Targino (2022) mapeou os TCCs dos egressos do curso de Licenciatura Intercultural nos diferentes eixos temáticos do currículo propostos pela graduação, entre os anos de 2015 a 2019. Aplicou como metodologia, o Estado do Conhecimento. Destacou que os trabalhos abordavam registro de narrativas, memórias, costumes e historicidade das comunidades; elaboração, construção e aplicação de propostas pedagógicas interculturais; leitura e escrita do idioma português; educação escolar indígena, comunidade e língua materna; conscientização e produções de materiais educativos e específicos; e preservação do território, economia e saberes tradicionais - universos de conhecimentos/saberes tradicionais, privilegiando debates e reflexões descoloniais e decoloniais.</p>
<p>Contribuição do Pibidi para o curso - Almeida (2021) analisou como o PIBIDI diversidade contribuiu para a prática docente dos egressos do Povo Tuxá e do Povo Kapinawá da licenciatura Intercultural Indígena da UFPE no Centro Acadêmico do Agreste. Destacou que o programa tem inclinação à pedagogia decolonial e contribui para a melhoria das práticas docentes.</p>
<p>Tecnologias digitais na formação de professores - Silva (2016) investigou como o uso das tecnologias digitais é contemplado na formação dos professores indígenas do curso de Licenciatura Básica em Educação Intercultural da Fundação Universidade Federal de Rondônia, por meio da análise da matriz curricular. Realizou a pesquisa exploratória-descritiva e aplicou como procedimentos: observações diretas no local da pesquisa, entrevistas semiestruturadas. Concluiu que a aplicação das tecnologias digitais tem sido realizada de forma prática no processo de formação dos acadêmicos indígenas e contribuído para a formação deles.</p>
<p>Materiais didáticos - Lira (2015) apresentou os sentidos que os professores sateré-mawé em formação no curso de licenciatura indígena da Faculdade de Educação da UFAM atribuem aos materiais didáticos em uso nas suas escolas. Adotou a postura fenomenológica e empregou o grupo focal para coleta de dados. Destacou que os professores estão em contato direto com os objetos a conhecer e ensinar e revelam uma postura construtivista e socioconstrutivista, mesmo não tendo ainda se apropriado dos conhecimentos teóricos dessa tendência pedagógica. A investigação afirma que a ressignificação das escolas indígenas ocorrerá quando os professores se apropriarem dos conhecimentos imprescindíveis para a elaboração e produção dos próprios materiais didáticos.</p>
<p>Identidade indígena - Alves (2014) analisou a produção de identidades indígenas, a partir de alunos indígenas do Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural da UNIR. Aplicou entrevistas semiestruturadas, no de maio de 2012 a março de 2013, no Município de Ji-Paraná – RO. Aplicou como referencial teórico os Estudos Culturais. Observou que a interculturalidade requer a produção de identidades que são significadas e ressignificadas no interior das culturas e das trocas constituídas entre estas. Reconheceu a existência da diversidade cultural na perspectiva de relações interculturais no âmbito de formação proposta pelo curso, além de ter apontado para a existência do reconhecimento étnico e diferença cultural entre as populações participantes desse curso.</p>

Fonte: As autoras (2024)

Ao identificarmos o enfoque dessas pesquisas, apontamos, implicitamente, para objetos e/ou problemas que podem vir a ser foco de interesse para futuras investigações, com a exploração de temáticas necessárias para o campo estudado ou mesmo ampliar os objetos explorados, a exemplo do trabalho de Silva (2016) que, no resumo, aponta para a necessidade de futuras pesquisas serem realizadas para investigar outros aspectos que tratem da inserção das tecnologias digitais no ensino superior indígena.





Na tabela 4, identificamos as publicações cujas temáticas foram mais recorrentes e elas apontam para objetos e problemas que abordam a relação teoria e prática dos docentes indígenas; avaliação do curso do ponto de vista daquilo que é previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e de sua efetivação na prática; e temas como decolonialidade/etnomatemática/diálogo de saberes nos cursos.

Tabela 4 - Publicações com temáticas mais recorrentes

Formação e práxis
<p>I. Santos (2018) investigou a correlação entre a dimensão intercultural da formação e da prática pedagógica dos docentes da etnia Mura do Curso de Licenciatura de Formação de Professores Indígenas da UFAM. Aplicou a metodologia qualitativa com análise de documentos e como coleta de dados: observação e entrevistas semiestruturadas. Destacou que há correlação entre as duas dimensões da interculturalidade tanto na formação docente e quanto na prática dos docentes - articulação entre os conhecimentos indígenas e os conhecimentos de outras sociedades; contextualização dos conhecimentos (local/universal); articulação interdisciplinar e intercultural dos conhecimentos.</p>
<p>II. Lima (2017) comparou a formação de professores do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UEPA e suas práticas pedagógicas em matemática, considerando a interseção de saberes escolares e indígenas, na escola Parkatêjê e K'yikatêjê, da terra indígena Mãe Maria. Como tipo de pesquisa, utilizou a qualitativa do tipo estudo de caso e para recolha de dados a entrevista. Identificou que o diálogo com os saberes tradicionais nas práticas do ensino de matemática contribui para o aperfeiçoamento dos professores na formação acadêmica. Esse trabalho, em seu resumo, não apresentou explicitamente as conclusões alcançadas na pesquisa.</p>
<p>Santos (2015) refletiu sobre a formação e a práxis de professores da etnia macuxi, graduados no Curso de Licenciatura Intercultural, habilitação em Ciências Sociais, oferecido pelo Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da UFRR, para entender como esses professores relacionam a sua identidade étnica com a profissional; que compreensão têm de interculturalidade; a relação entre conhecimento tradicional e conhecimento científico; verificação da aplicação em sua prática do conhecimento das suas realidades; e como priorizam suas demandas e perspectivas como educadores. Afirmou que há protagonismo efetivo desses sujeitos sociais frente à educação e seus desafios.</p>
Análise sobre o curso de formação de professores indígenas
<p>Sánchez (2021) identificou os desafios e potencialidades do curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural Indígena da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), na formação e no exercício dos professores indígenas no contexto amazônico. Aplicou a pesquisa documental e bibliográfica em documentos oficiais e institucionais e aplicou na coleta de dados: entrevistas. Apontou para as limitações do PPC do curso do ponto de vista governamental, institucional e acadêmico como empecilhos para o ensino-aprendizagem intercultural entre “as cosmovisões indígenas e aqueles infundidos pela lógica colonialista da sociedade ocidental”.</p>



Ferreira (2018) descreveu as relações curriculares e didático-metodológicas do Processo de Ensino e Aprendizagem das Ciências do Curso de Licenciatura Formação de Professores Indígenas da Faculdade de Educação/FACED/UFAM. Aplicou como metodologia a análise documental e como instrumentos de pesquisa: entrevistas, questionários e observação em sala de aula. Os estudos foram direcionados para a inserção das questões sociocientíficas (QSC) na formação sociocientífica e cidadã dos alunos com o objetivo de formar as bases para implementação de um modelo pedagógico integrado ao Projeto Político Pedagógico do curso.

Rosa (2018) estudou a formação de professores indígenas nas licenciaturas interculturais em ciências naturais na região Norte do Brasil, a partir do Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs). Aplicou a abordagem qualitativa de análise documental e para coleta de dados, entrevistas. Concluiu que “as propostas contemplam muitos aspectos dos documentos oficiais e a pauta do movimento indígena”, mas a proposta da habilitação em CN por vezes se aproxima e se afasta dos pressupostos da educação intercultural em relação à organização curricular presentes em alguns projetos com caráter disciplinar e os conteúdos centrados nos conhecimentos ditos universais.

Almeida (2017) investigou que compreensão de interculturalidade tem os alunos egressos da etnia Xukuru do 1º curso de licenciatura Intercultural da UFPE/CAA (Centro Acadêmico do Agreste). Analisou documentos oficiais do MEC e da instituição formadora. Aplicou pesquisa de campo e grupo focal. Concluiu que a interculturalidade, nos documentos, é polissêmica e polivocal, pois ora é funcional ora é crítica. Identificou a distância entre as informações do PPC do curso e sua efetivação na prática e também na fala dos indígenas que o curso precisa considerar a interculturalidade como interepistemologia para superar o racismo epistêmico.

Pinto (2011) investigou o grau de atendimento individual, coletivo e político/de movimento das expectativas iniciais dos indígenas em formação da turma Mura do Curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas desenvolvida pela Faculdade de Educação (FACED/UFAM). Aplicou a pesquisa de abordagem qualitativa e como para coleta de dados, a entrevista semiestruturada. Demonstrou que além das expectativas supracitadas surgem aquelas relacionadas à família, formação/atuação docente e ao sentimento de terem se tornado universitários da UFAM. Constatou que o curso atende, em grande parte, satisfatoriamente, as expectativas desses alunos.

Decolonialidade/Etnomatemática/diálogo de Saberes

Nery (2023) analisou as potencialidades da coprodução de atividades para o ensino de matemática na formação inicial de professores(as) indígenas, a partir da valorização das práticas socioculturais de cada etnia do Amapá e norte do Pará. Aplicou a abordagem qualitativa do tipo pesquisa participante. Aplicou entrevista, diário de campo, realizou registros orais e escritos, e análise temática categorial. Concluiu que o trabalho conjunto contribui para formação inicial dos professores indígenas coprodutores da pesquisa, na medida em que tomaram consciência de distintos saberes constituídos histórico e culturalmente e passaram a tencioná-los para atualização do conhecimento matemático sociocultural indígena relacionado aos sistemas de numeração na língua materna.





Reis (2022) analisou os pressupostos de Etnomatemática e de Decolonialidade presentes nos discursos de estudantes indígenas do curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), a partir dos Trabalhos de Conclusão de Curso da área de Ciências da Natureza e Matemática dessa licenciatura. Aplicou a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e para a análise de dados, a análise textual discursiva. Concluiu que a Etnomatemática e a Decolonialidade apresentam, em certa medida, convergências teóricas com os pressupostos da Interculturalidade Crítica. Apontou a prevalência nos discursos da interculturalidade funcional, mas já com a presença de práticas da interculturalidade Crítica. Propõe a transição da interculturalidade funcional para prática, pela reformulação do Projeto Pedagógico do Curso.

Nunes (2021) analisou a Educação Matemática na Licenciatura Intercultural da Educação Básica Indígena (LIEBI/ Uema) como processo formativo favorável aos diálogos entre os saberes ocidentais e indígenas na formação dos cursistas da área de ciências da natureza. Aplicou metodologia de natureza qualitativa e para a coleta de dados: diário de campo, entrevista semiestruturada, observação participante e grupo focal. Concluiu que as práticas matemáticas dos cursistas, durante as apresentações dos trabalhos, estabeleciam relações interculturais por meio de uma lógica presente na matemática indígena. Produto técnico-tecnológico apresentado: orientações didáticas com o emprego de um conversor de base numérica constituído de atividades que empregam a Etnomatemática para o ensino das matemáticas Timbira e Tentchar.

Pereira (2016) investigou as transformações das concepções de Natureza da Ciência, Educação Científica e Conhecimentos Tradicionais de estudantes, do segundo ao quarto ciclos do Curso de licenciatura Intercultural Indígena do Instituto Federal da Bahia (IFBA) de Porto Seguro (2012 a 2015), para examinar possíveis mudanças de tais concepções. Pesquisa qualitativa do tipo análise documental e aplicou para coleta de dados: entrevista semiestruturada; questionário; desenhos feitos por estudantes indígenas. Concluiu que não houve mudanças importantes na maioria dos estudantes em relação as concepções investigadas: visão de ciência restrita ao estudo da natureza (plantas e animais); consideram que educação científica são conhecimentos adquiridos na escola; apresentam uma concepção enraizada de conhecimentos tradicionais e apresentam visão estereotipada de cientista.

Fonte: As autoras (2024).

Esse inventário de publicações, especificamente, desvela, por se tratar de algumas pesquisas que dialogam entre si, a emergência de novas investigações com os problemas em questão para preencher lacunas apontadas nesses trabalhos. Trabalhos desta natureza podem contribuir, *a posteriori*, tanto para a reestruturação dos cursos já existentes, como para subsidiarem a criação de novos cursos de licenciatura intercultural indígena.

Destacamos ainda que, na estrutura linguística dos resumos de algumas dessas publicações (tabelas 3 e 4), a ausência no título ou nas palavras-chave dos descritores “formação de professor indígena/licenciatura intercultural indígena” dificulta o acesso à informação para outros pesquisadores interessados no tema, uma vez que as bases de dados disponíveis na internet pressupõem buscas por meio de palavras-chave ou tema.



A metodologia aplicada nos permitiu sistematizar descritivamente nesses quadros as informações dessas publicações de forma mais condensada e, assim, contribuir para a realização de pesquisas iniciais necessárias em todo campo de investigação.

5 CONCLUSÃO

O protocolo metodológico empregado nesta revisão de literatura pautada na descrição rigorosa e explícita de critérios para a seleção dos trabalhos gerou um mapeamento da situação atual do conhecimento em relação à formação do professor indígena nos cursos de licenciatura intercultural nas regiões Norte/Nordeste.

Consideramos relevante que as publicações de alguma forma especifiquem a autoria do pesquisador indígena para que seus trabalhos possam ser utilizados para referenciar futuras pesquisas, a fim de privilegiar e divulgar tais publicações, em um movimento no sentido decolonial da escrita acadêmica.

Dada a natureza do gênero textual artigo e seus objetivos, cujos conteúdos apresentam informações mais condensadas de pesquisas mais amplas, reconhecemos que algum trabalho importante sobre a temática possa ter sido desconsiderado neste estudo por não atenderem aos parâmetros de busca aqui utilizados, mas isso não inviabiliza o resultado obtido. Esta revisão de literatura é uma amostra representativa dos estudos empreendidos nesse campo nas regiões Norte e Nordeste e aponta para a necessidade de expandir o campo de busca para todo o território nacional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. M. S. **Contribuições do PIBID Diversidade para a prática docente:** um olhar sobre as considerações de professoras indígenas de Pernambuco. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/46505>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- ALMEIDA, E. A. **A interculturalidade no currículo da formação de professoras e professores indígenas no programa de educação intercultural da UFPE/CAA-curso de licenciatura intercultural.** 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/456789/25637>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- ALVES, M. I. A. **Identidades Indígenas:** um olhar para o curso de licenciatura em educação básica intercultural de Rondônia. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014. Disponível em: <http://www.ri.unir.br/jspui/handle/>. Acesso em: 20 ago. 2024.





ALVES, E. E. C.; FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SANTOS, H. F.; AMARAL, A. M. F.; FREITAS, J. Como Fazer uma Revisão Sistemática da Literatura? Um Guia Prático em Governança Marinha. In: FERNANDES, I. F. (org.). **Desafios metodológicos das políticas públicas baseadas em evidências**. Boa Vista: Editora IOLE, 2022. cap. 4, p. 121-158. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/358594037>. Acesso em: 15 out. 2023.

BANIWA, G. L. S. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/5174>. Acesso em: 4 set. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: 1988.

BRASIL. **Decreto nº 26/1991, de 4/2/1991**. Dispõe sobre a educação indígena no Brasil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2487, 5 fev. 1991. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso em 10 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB. Brasília, DF: Casa Civil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Planalto Nacional de Educação -PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 1 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Planalto Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br>. Acesso em 12 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais para a formação de professores indígenas**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC; SEF, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Livro.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2023.

BRASIL. Resolução nº 1, de 7 de janeiro de 2015. **Institui diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências**. Brasília, DF: Ministério da Educação e do Desporto. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?2015-pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Revista Educação**



& Sociedade, Campinas, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>. Acesso em: 15 out. 2023.

FERREIRA, L. C. **As questões sociocientíficas (QSC):** modelo pedagógico integrado para o curso de licenciatura “formação de professores indígenas”, da faculdade de educação/ FAGED/UFAM. 2018. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Matemática - UFMT - UFPA – UEA) - Universidade do Estado do Amazonas, Belém, 2018. Disponível em: <http://ri.ufmt.br/handle/1/3381>. Acesso em: 20 ago. 2024.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. “Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação”. **Logeion: Filosofia da informação**, vol. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/finf/article/view/4835/4187>. Acesso em: 15 out. 2023.

GRUPIONI, L. D. B. Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. *In: Grupioni (org). Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. Disponível em: <https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/pdf>. Acesso em: 4 set. 2023.

GRUPIONI, L. D. B. **As leis e a educação escolar indígena:** programa parâmetros em ação de educação escolar indígena. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf>. Acesso em: 4 set. 2023.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativas da População 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

JANUÁRIO, E. Formação de professores índios na universidade: a experiência do 3º grau indígena. **Revista da Faculdade de Educação**, Cáceres, MT, ano II, n. 2, p. 94-107, jan-jun, 2004. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/issue/view/243>. Acesso em: 3 fev. 2023.

LIMA, A. S. **Licenciatura intercultural indígena da UEPA:** saberes matemáticos e prática pedagógica. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemáticas) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/13980>. Acesso em: 20 ago. 2024.

LIRA, M. J. O. **Materiais didáticos e mediação do ensino-aprendizagem em escolas Saterá-Mawé.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. Disponível em: <http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4802>. Acesso em: 20 ago. 2024.

NERY, C. S. S. **Formação Inicial de Professores(as) Indígenas em Diálogos Integradores de Aprendizagem na Objetivação Cultural.** 2023. Tese (Doutorado em





Educação em Ciências e Matemáticas) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/15638/1/Tese_FormacaoIncialProfessores.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

NUNES, S. R. F. **Diálogos de saberes interculturais na formação docente:** uma análise da educação matemática da licenciatura indígena na Universidade Estadual do Maranhão. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2021. Disponível em: <https://www.ppge.uema.br/loads/2024/06/Dissertacao-sergio-Biblioteca.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PEREIRA, J. P. R. **Concepções de natureza da ciência, educação científica e conhecimentos tradicionais de estudantes ao longo de um curso de licenciatura intercultural indígena.** 2016. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://ppgefhc.ufba.br.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PICALHO, A. C.; LUCAS, E. R. O. AMORIM, I. S. Lógica booleana aplicada na construção de expressões de busca. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento.** 11, 1-12, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/81838>. Acesso em: 4 set. 2023.

PINTO, F. F. **Licenciatura específica para formação de professores indígenas/ turma mura:** um balanço dos dois primeiros anos do curso à luz das expectativas dos alunos. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

REIS, L. C. **Etnomatemática e decolonialidade em pesquisas de estudantes indígenas do curso de licenciatura em educação básica intercultural da UNIR (2015-2018).** 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Federal de Rondônia, Ji-Paraná, 2022. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/13964>. Acesso em: 20 ago. 2024.

ROSA, S. C. S. **A formação de professores indígenas em ciências da natureza, na região norte do Brasil:** algumas reflexões. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) - Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/8804>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SÁNCHEZ, L. M. C. **Formação de professores indígenas no ensino superior:** potencialidades e desafios políticos e epistemológicos da licenciatura em educação básica intercultural – UNIR. 2021. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades) - Universidade Federal do Amazonas, Humaitá, 2021. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/>. Acesso em: 20 ago. 2024.





SANTOS, E. F. **Formação de Docentes indígenas:** interculturalidade e prática docente Mura. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6741>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SANTOS, J. V. **Identidade docente e formação de professores Macuxi:** do imaginário negativo à afirmação identitária na contemporaneidade. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. Disponível em: <http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4907>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SILVA, A. P. P. N.; SOUZA R. T.; VASCONCELLOS, V. M. R. O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. **Educação**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 1 -12, set.- dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2020.3.37452>. Acesso em: 12 out. 2021.

SILVA, V. B. **As tecnologias digitais na formação de professores indígenas do curso de licenciatura em educação básica intercultural da Fundação Universidade Federal de Rondônia.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2016. Disponível em: <http://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1636>. Acesso em: 20 ago. 2024.

TARGINO, E. D. S. **O estado do conhecimento nas produções de Tccs do curso de licenciatura intercultural indígena/Insikiran(2015a2019).** 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Roraima, Boa Vista, 2022. Disponível em: <https://producoes.uerr.edu.br/wp-content/-do-conhecimento-pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.





INTERVENÇÃO SOCIAL: um breve olhar sobre a Competência V da redação do ENEM

Mateus Correa Costa¹

Ilza Galvão Cutrim²

1 INTRODUÇÃO

Ao interrogar *quem somos nós hoje?*, o filósofo Michel Foucault (2008b, p. 351) propõe uma análise histórica dos limites que nos são colocados e uma prova da ultrapassagem desse limite. Foucault (2008a, p. 350) apresenta uma discussão sobre como se relacionam os eixos do saber, do poder e da ética, respondendo às questões “como nos constituímos como sujeitos de nosso saber; como nos constituímos como sujeitos que exercem ou sofrem as relações de poder; como nos constituímos como sujeitos morais de nossas ações”.

Foucault busca explicar os processos pelos quais o indivíduo passa para se tornar um sujeito. Segundo ele, a transformação de um indivíduo em sujeito se dá por meio da ligação entre saber, poder e ética, noções intimamente relacionadas a várias instituições, inclusive a escolar. O sujeito vive em uma interação constante com o seu contexto social, em meio a relações de poder-saber-ética interagindo com o indivíduo e é por meio dessa interação que ele é disciplinado, educado e construído.

No processo interacional, há instituições responsáveis por tornar o sujeito em um corpo dócil, capaz de obedecer às **engrenagens** do poder por meio da disciplina. A escola, por exemplo, é uma instituição de controle, pois é capaz de produzir e controlar subjetividades. Uma das formas de controle de uma instituição disciplinar, como a escola, é o exame, uma prática de poder que tem por característica a normalização, a vigilância qualificada, a organização de uma classificação e a punição, operando um ritual de poder em conjunto com a verdade (Foucault, 1987).

Pode-se pensar nas competências da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como práticas que moldam o corpo do sujeito escritor da redação, tendo o Enem como um dispositivo. Consoante Foucault, o dispositivo opera por meio de mecanismos de poder, que moldam e controlam as subjetividades, além de criar, manter e legitimar conhecimentos e verdades. As competências da redação do Enem operam como um

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. E-mail: mateus.correa@discente.ufma.br.

2 Docente do Departamento de Letras e do Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado) da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. E-mail: Ilza.galvao@ufma.br.





mecanismo de poder que age para normalizar o sujeito, por meio da análise as habilidades do estudante secundarista.

Este artigo propõe analisar de que maneira a Competência V (CV) do Enem se constitui como uma prática de normalização do sujeito, por meio de um discurso que propõe uma intervenção social do aluno na redação, para fazer funcionar a relação de poder-saber. Para tanto, utiliza-se como embasamento teórico as análises de Foucault (1987; 2008b) sobre sujeito, práticas, norma, normalização, exame e punição. São analisados os enunciados referentes à CV na Cartilha da Redação Enem 2017 e 2022, produzidas e compartilhadas pelo Inep, as quais versam as normas que constituem os critérios que os alunos devem atender para obter a nota máxima.

No primeiro momento, são apresentadas as condições de aparecimento do Enem. Em seguida, analisa-se a Competência V, observando-se as práticas de disciplinamento e seus efeitos.

2 O ENEM E A COMPETÊNCIA V

Criado em 1998, o Enem surge com o objetivo de avaliar o nível de aprendizagem do aluno concludente do ensino secundário e, por conseguinte, avaliar a qualidade do ensino das instituições escolares.

Em 2004, popularizou-se devido à oferta de bolsas para as instituições de ensino privado, mediante o ProUni (Programa Universidade para Todos). O exame se tornou um componente vital nas políticas de inclusão educacional e social, representando uma oportunidade real para que jovens de baixa renda pudessem acessar a educação superior (Souza, 2017).

O ENEM também passou a ser utilizado como critério de seleção para o ingresso em universidades públicas, através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), o que aumentou ainda mais sua relevância. Este sistema permitiu que estudantes de todo o país concorressem a vagas em instituições de ensino superior de forma mais justa e uniforme, considerando que muitos não teriam condições de viajar para fazer múltiplos vestibulares em diferentes estados.

Sua implementação como ferramenta de acesso ao ensino superior também trouxe desafios, incluindo a necessidade de uma infraestrutura robusta para aplicar o exame simultaneamente em todo o território nacional. Questões sobre a preparação adequada dos estudantes para um exame de tal magnitude e a pressão psicológica associada a ele são constantemente discutidas tanto por educadores quanto por alunos. (Paulinelli, Fortunato, 2016).





Apesar desses desafios, o ENEM continua a ser uma peça central na estratégia de educação do Brasil, refletindo as mudanças e as continuidades na política educacional do país. Sua criação não foi apenas uma medida de avaliação, mas um movimento em direção a um sistema educacional mais integrado e inclusivo, que reconhece e tenta superar as desigualdades históricas de acesso à educação de qualidade no Brasil. (Souza, 2017).

Desde a sua criação em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio tem passado por várias transformações significativas, tanto em sua estrutura quanto nos seus objetivos. Inicialmente concebido como um instrumento de avaliação da qualidade do ensino médio em todo o Brasil, o ENEM evoluiu para se tornar a principal porta de entrada para o ensino superior no país, alterando profundamente a dinâmica do acesso à educação universitária e influenciando a própria pedagogia do ensino médio (Feitosa, 2018).

Significa dizer que a introdução do ENEM alterou o panorama educacional brasileiro. O exame foi desenhado para testar competências e habilidades acumuladas ao longo dos anos de estudo, ao invés de apenas memorização de conteúdo. Isso acabou incentivando as escolas a adaptarem seus currículos e métodos de ensino. As questões interdisciplinares e a redação, que fazem parte do exame, são reflexos desse novo enfoque (Costa; Martins, 2020).

O Exame Nacional do Ensino Médio – Enem foi concebido com ênfase na aferição das estruturas mentais com as quais construímos continuamente o conhecimento. Essas estruturas se desenvolvem e são fortalecidas em todas as dimensões de nossa vida pela quantidade e pela qualidade das interações que estabelecemos com o mundo físico e social. Das interações contínuas realizadas pelo cidadão, individualmente, e validadas por todos os cidadãos, coletivamente, é que são construídos os conhecimentos. (Brasil, 2017).

O Enem solicita a elaboração de um texto dissertativo-argumentativo, o qual possui suas características de construção próprias. Essas singularidades direcionam o texto para o entendimento que o usuário quer transmitir.

Seguindo essa linha de raciocínio, as competências do Enem ditam condições de produção para o candidato como forma de disciplinar seu corpo e controlar sua produção. Observa-se a ação da normalização do sujeito por intermédio de um disciplinamento que essa normalização passa a se exercer quando os sujeitos, juntamente com suas ações, são conformados a um modelo, a uma norma.

Além das questões objetivas divididas em quatro áreas (Ciências Humanas e suas Tecnologias; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias), o ENEM avalia cinco competências de escrita do aluno mediante a criação de um texto dissertativo-argumentativo, que deve obedecer às competências propostas, o solicitado no texto de direcionamento e seja capaz de de-





monstrar a capacidade de reflexão, persuasão, argumentação e intervenção para resolver o problema social que está sendo cobrado pela temática.

Para isso, os critérios de avaliação da redação se baseiam nas competências de avaliação propostas em uma matriz, categorizados de acordo com os processos de composição textual que levam à unidade textual, a exemplo da gramática, repertório, coerência e coesão, subdivididas em níveis de 0 a 5, correspondendo, respectivamente, a Nível 0 = 0; Nível 1 = 40; Nível 2 = 80; Nível 3 = 120; Nível 4 = 160 e Nível 5 = 200.

Nessa proposta, espera-se que o participante lance mão de seu acervo pessoal, reorganizando o conhecimento construído ao longo da sua trajetória, para elucidar seu projeto de texto. Esta autoria é única e pessoal; porém há limites implícitos para este projeto: a língua escrita, a tipologia textual e o tema (Brasil, 2017).

O Enem “combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir.” (Foucault, 1987, p. 209).

Ao analisar o formato de aplicação do ENEM, remete-se ao surgimento das disciplinas, conforme propõe Foucault, na qual o corpo não é coagido pela violência, mas, agora, pelas disciplinas “que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (Foucault, 1987, p. 164).

A Competência V é uma exigência exclusiva do Exame Nacional do Ensino Médio baseada no princípio da cidadania; a CV avalia a capacidade do aluno de intervir no seu contexto social, mediante a elaboração de uma intervenção capaz de resolver o problema social que está em questão:

O quinto aspecto a ser avaliado no seu texto é a apresentação de uma proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando-se os Direitos Humanos. Propor uma intervenção para o problema apresentado pelo tema significa sugerir uma iniciativa que busque enfrentá-lo. (Brasil, 2022).

Entendida como a competência da cidadania, a CV surge pela necessidade de avaliar a capacidade de cidadania do sujeito escritor, de sua capacidade de participar da construção ou intervir na realidade social, por meio de seu conhecimento do maquinário estatal (a escolha do agente), de uma possível ação capaz de solucionar o problema, de seu conhecimento das ferramentas sociais (escolha do meio), da capacidade de detalhar qualquer informação supracitada (o detalhamento) e da competência para solucionar os problemas abordados (finalidade); dessa forma, o sujeito aluno precisa atentar-se a cinco normas para obter a nota máxima na CV. Além disso, não podem ser desrespeitados os Direitos Humanos, pois haverá penalidade.





3 PRÁTICAS DE NORMALIZAÇÃO DO SUJEITO

Foucault evidencia, em sua fase Ética, no Collège de France, que o sujeito foi o tema geral de sua pesquisa, não o Poder. Suas teorias destinaram-se a raciocinar sobre a subjetividade moderna como oriunda dos diversos agenciamentos de poder que circulam um meio social, ou seja, como as relações entre poder e saber, os jogos de verdade e as práticas de poder implicam na constituição do sujeito.

Nesse sentido, as práticas de poder têm como alvo o sujeito e sua construção, com o propósito de moldá-lo e transformá-lo em um corpo dócil. Essas práticas ordenam as multiplicidades humanas e constituem o sujeito, mediante a normalização, prática de divisão do sujeito em seu interior e exterior, capaz de individualizar o ser e homogeneizar suas diferenças por meio da disciplina.

Além disso, as práticas atingem a realidade externa do indivíduo, seu corpo, e funcionam como ferramentas de marginalização social, mediante o conceito de normal e anormal. As práticas designam a existência de certas normas as quais o sujeito se submeterá.

Para Foucault, o sujeito não é algo preestabelecido, mas, sim, um sujeito do conhecimento construído e constituído dentro de uma relação de poder; o sujeito é um produto das relações de poder, não o seu produtor. Nesse aspecto, o sujeito é compreendido em sua relação com a história, visto que internaliza uma identidade permeada por relações de poder-saber de um determinado período no tempo (Foucault, 2008).

A análise de constituição do sujeito não é algo definitivo, visto que ele se constitui no interior da história, como resultado de um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais, as quais possuem o objetivo de criar saberes que gerem e legitimem poderes e de criar estratégias de poder que gerem saberes para assegurar seu domínio.

No livro *Vigiar e Punir*, Foucault afirma que diversos procedimentos disciplinares já existiam nos conventos, nos exércitos, nas oficinas. Após o século XVII, com o advento do Capitalismo, as disciplinas se tornaram estratégias gerais de dominação, principalmente na escola.

As estratégias disciplinadoras organizam o espaço mediante a separação dos indivíduos; comanda as atividades por intermédio do tempo; restringe o indivíduo generalizando-o por via da hierarquização da vigilância; organiza as diferenças mediante a normalização e reproduz e produz saberes por intermédio do exame.

As disciplinas, organizando as “celas”, os “lugares” e as “fileiras” criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obe-



diência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. (Foucault, 1987, p. 126).

As disciplinas surgem no agenciamento da escola, a qual se configura como um dispositivo detentor de estratégias para normalizar um sujeito. O dispositivo escolar se organiza por meio de muros altos, regras de condutas, fardamentos, punições, reuniões com responsáveis, inspetores.

Atualmente, ainda se tem uma escola disciplinadora e normativa, submissa a normas estabelecidas por dispositivos institucionais controladores, como o Inep e o Ministério da Educação, com o intuito de criar sujeitos capazes de produzirem e reproduzirem relações de poder mediante a subjetivação e objetivação dos corpos, transformando-os em corpos dóceis. Foucault (1987, p. 61) nos lembra que “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”.

Por meio da disciplina, surge o poder da Norma. O normal é estabelecido como premissa de coerção no ensino com a instauração de uma educação padronizada, visto na hodiernidade, e a criação de escolas normais capazes de produzir sujeitos dóceis que gerem saberes para legitimar o poder.

Nesse sentido, a normalização tornou-se um grande instrumento de poder, visto que ela substitui ou adiciona níveis de normalidade, os quais são características de pertencimento a um corpo social homogêneo, mas que se divide em uma distribuição de classes. Nesse aspecto, a normalização, para Foucault, constrange para homogeneizar as multiplicidades, ao passo que individualiza o sujeito, porquanto permite as distâncias entre os indivíduos, determina classes, cataloga especialidades e torna produtiva as diferenças.

Os saberes construídos historicamente produzem padrões normativos ao sujeito, já que a principal característica das técnicas de normalização é o fato de interagirem no corpo social, criando, classificando e controlando, sistematicamente, as anormalidades.

Dessa forma, entende-se as competências V da redação do Enem como estratégia de normalização do sujeito, pois ela permite avaliar e julgar, por meio da comparação, diferenciação, hierarquização e exclusão do que é normal ou anormal para se redigir no texto cobrado pelo exame, tornando o sujeito em um corpo dócil que pode ser transformado e aperfeiçoado conforme os objetivos das relações de poder existentes no corpo social.

4 AS ANÁLISES

As Cartilhas de Redação do participante do Enem orientam e atribuem, mediante um discurso pedagógico, sentido às competências da redação, como forma de redigir e o





que precisa ser elencado na construção textual. A cartilha funciona como um norte para a construção e avaliação da redação, conferindo legitimidade aos conteúdos e critérios avaliativos, por meio de um texto pedagógico e métodos de correção taxados; além disso, descreve os objetivos das competências, seus critérios avaliativos e apresenta exemplos de redações nota 1000, as quais possibilitam qualificar um sujeito como aluno excelente.

O escopo da cartilha (conforme o Enunciado 1 2017 e o Enunciado 2 2022) demonstra que sua finalidade é ditar as normas para que o sujeito não se afaste delas e, caso se afaste, será imposto uma punição, entendido como a despontuação na Competência V. Nesse sentido, os documentos apresentam os critérios a serem sanados pelo sujeito para a obtenção da nota máxima:

Figura 1 - Enunciado 1 2017

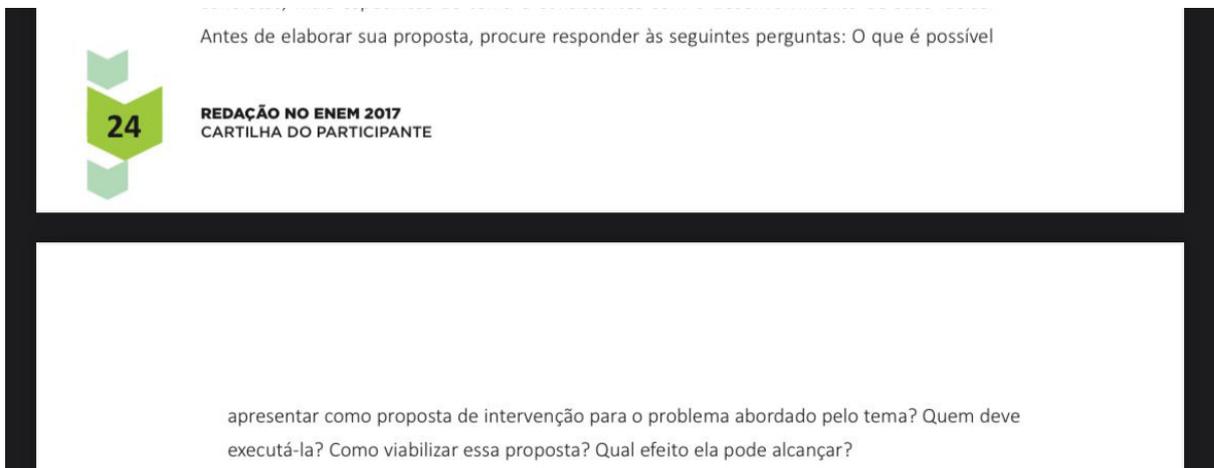


Figura 2 - Enunciado 2 2022:

1) O que é possível apresentar como solução para o problema?

2) Quem deve executá-la?

3) Como viabilizar essa solução?

4) Qual efeito ela pode alcançar?

5) Que outra informação pode ser acrescentada para detalhar a proposta?

Dessa forma, ao elencar quatro elementos na Cartilha de 2017 e cinco elementos na Cartilha de 2022, percebe-se um discurso pedagógico por meio de uma prática de normatização e normalização que residem no âmbito de padronização do saber cidadão





capaz de intervir na realidade social que o cerca, mediante a escolha de uma ação capaz de resolver o problema abordado, de um agente social (escola, ministérios, Poder Executivo, Judiciário ou Legislativo etc.) capacitado para realizar a ação, de uma ferramenta social (palestras, mídia, projeto de lei etc.) competente a tal ação e de efeito o qual é compreendido como a solução dos problemas. Todas as escolhas dos elementos supracitados para a composição da intervenção, seja no Enem 2017, seja no de 2022, se remetem a uma gama de enunciados já formulados que compõem uma relação de poder-saber, na qual o conhecimento de Cidadania seria intrínseco ao sujeito.

Além disso, a solicitação de uma ação que resolva um problema social não pode ser entendida como algo acidental, mas, sim, como algo histórico e construído pelos dispositivos que exigem a capacidade do sujeito de modificar a realidade na qual ele está inserido, ou seja, tornando-se um corpo dócil. Consoante Foucault, “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. (Foucault, 1987, p. 163).

A solicitação da intervenção social na redação, com a intenção de verificar a capacidade do aluno de modificar a realidade social vigente, corrobora a afirmação de Foucault (1987, p. 81) sobre o exame ser “um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir”. Dessa forma, o exame busca, mediante punições, normalizar os sujeitos, torná-los semelhantes e submetê-los a um mesmo modelo de produção. Essa normalização ocorre, também, por meio de punições, as quais são legitimadas mediante a criação da norma, exemplificada na grade de correção, referente à CV, a seguir:

Figura 3 - Enunciado 3 2017

200 pontos	Elabora muito bem proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
160 pontos	Elabora bem proposta de intervenção, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
120 pontos	Elabora de forma mediana proposta de intervenção, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
80 pontos	Elabora de forma insuficiente proposta de intervenção, relacionada ao tema ou não articulada à discussão desenvolvida no texto.
40 pontos	Apresenta proposta de intervenção vaga, precária ou relacionada apenas ao assunto.
0 ponto	Não apresenta proposta de intervenção ou apresenta proposta não relacionada ao tema ou ao assunto.



**Figura 4** - Enunciado 4 2022

200 pontos	Elabora muito bem proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
160 pontos	Elabora bem proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
120 pontos	Elabora, de forma mediana, proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
80 pontos	Elabora, de forma insuficiente, proposta de intervenção relacionada ao tema, ou não articulada com a discussão desenvolvida no texto.
40 pontos	Apresenta proposta de intervenção vaga, precária ou relacionada apenas ao assunto.
0 ponto	Não apresenta proposta de intervenção ou apresenta proposta não relacionada ao tema ou ao assunto.

A norma proposta pela CV, tanto no Enunciado 3 quanto no Enunciado 4, apesar da discrepância temporal, é uma regra, uma lei a ser obedecida, e o exercício do poder dessa competência é observado nas produções das intervenções, nas quais os sujeitos se moldam às regras, pois, caso não obedeçam “à exata prática dos deveres e a todas as partes da disciplina”. (Foucault 1987, p.152) são penalizados.

Além disso, ao elencar 6 níveis de pontuação e apresentar regras, divididas entre “elaborar muito bem a proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto” e “não apresentar proposta de intervenção ou apresentar proposta não relacionada ao tema ou assunto”, para o alcance da mais elevada nota nas duas cartilhas, a competência estabelece condutas necessárias para a boa elaboração da intervenção, tais condutas tornam-se passíveis de punição, pois:

Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora. (Foucault, 1987, p. 203)

Ademais, as cartilhas também propõem modos de agir e de escolher os termos certos para elaborar uma boa proposta de intervenção, conforme descrevem os Enunciados 5 2017 e 6 2022:





Figura 5 - Enunciado 5 2017:

A proposta de intervenção deve refletir os conhecimentos de mundo de quem a redige e, quando muito bem elaborada, deve conter não apenas a exposição da ação interventiva sugerida, mas também o ator social competente para executá-la, de acordo com o âmbito da ação escolhida: individual, familiar, comunitário, social, político, governamental e mundial. Além disso, a proposta de intervenção deve conter o meio de execução da ação e seu possível efeito, bem como o detalhamento da ação ou do meio para realizá-la.

Ao redigir seu texto, evite propostas vagas ou muito genéricas; busque ações mais concretas, mais específicas ao tema e consistentes com o desenvolvimento de suas ideias.

Figura 6 - Enunciado 6 2022:

medianeira do enunciado de seu projeto de texto.

Ao redigir seu texto, busque apresentar uma proposta concreta, específica ao tema e consistente com o desenvolvimento de suas ideias. Para construir uma proposta muito bem elaborada, você deve não apenas propor uma ação interventiva, mas também o ator social competente para a executar, de acordo com o âmbito da ação escolhida: individual, familiar, comunitário, social, político, governamental. Além disso, você deve determinar o meio de execução da ação e o seu efeito ou a sua finalidade, bem como incluir algum outro detalhamento.

ENEM 2022
PARTICIPANTE

Nota-se que, apesar de um certo distanciamento temporal entre os anos de 2017 e 2022, é possível observar normas semelhantes que disciplinam ou visam disciplinar nos dois enunciados: o aluno deve elaborar um ação, mas não pode ser genérica, precisa ser específica para o tema e para os argumentos apresentados na redação; além disso, precisa escolher um ator social capaz de executar a ação dependendo do âmbito da ação escolhida (individual, familiar, comunitário, social, político, governamental e mundial) e uma ferramenta de execução correspondente à ação escolhida, para, assim, apresentar sua finalidade e um detalhamento, ou sejam informação a mais sobre a ação.

Nesse sentido, o educando precisa observar o que é determinado como adequado, pois, na penalidade disciplinar, a inobservância às normas é passível de punição, ou seja, “tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios. É passível de pena o campo indefinido do não-conforme” (Foucault, 1987, p. 203). Há uma normalização do sujeito, por meio da função disciplinar da CV.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as análises, observou-se de que forma a Competência V da redação do Enem tem o propósito de normalizar os indivíduos que assumem a posição de sujeito-redator e de produzir o funcionamento da construção da intervenção social.





O Enem é um exame a serviço de um poder disciplinar, o qual normatiza e normaliza os sujeitos que pretendem assumir a posição de sujeito-redator, mediante práticas que subjetivam e objetivam o sujeito que irá realizar o exame.

As regularidades encontradas nas cartilhas de redação sobre a CV são provas de que a Competência é uma prática de normalização do sujeito, pois ela dita normas as quais o sujeito deve seguir para a elaboração da intervenção, como a escolha da ação capaz de solucionar o problema abordado e relacionada ao assunto, do agente de acordo com o âmbito da ação (social, política, governamental etc.) de uma ferramenta social para executar a ação, dos efeitos de resolução da ação e detalhamento da intervenção.

Além disso, a competência cria níveis de punição para as infrações que fogem a regra delimitando o que seria uma proposta de intervenção “muito bem elaborada e detalhada” e dita como deve ser apresentada a intervenção, pois não pode ser “vaga” ou “genérica”. O sujeito-redator é submetido a práticas de normalização dentro de uma rede de poder-saber; tais práticas produzem o sujeito e o torna dócil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Textos dissertativo-argumentativos**: subsídios para qualificação de avaliadores. Lucília Helena do Carmo Garcez, Vilma Reche Corrêa (orgs.). Brasília, 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação no Enem 2022**: cartilha do participante. Brasília, 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação no Enem 2017**: cartilha do participante. Brasília, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? In: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Tradução Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a. (Ditos & Escritos II). p. 335-351.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.





LOPES-ROSSI, M. A. G. A produção escrita de gêneros discursivos em sala de aula: aspectos teóricos e sequência didática. **SIGNUM: Estudos da Linguagem**, Londrina, v. 15, n. 3 (Especial), p. 223-245, dez. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum>. Acesso em: 19 jan. 2023.

PAULINELLI, M. de P. T.; FORTUNATO, G. C. A redação do ENEM à luz dos gêneros discursivos e textuais. **RevLet – Revista Virtual de Letras**, v. 8, n. 1, jan./jul. 2016. ISSN 2176-9125. Disponível em: <http://www.revlet.com.br/artigos/367.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2018.





“NÃO ERAM APENAS FREIRAS”: discursos e os riscos da coragem da verdade

Denise Gabriel Witzel¹

1 INTRODUÇÃO

A morte da floresta é o fim de nossa vida (Irmã Dorothy).

“Não eram apenas freiras” **é um enunciado** aqui compreendido, na esteira teórica e analítica dos Estudos Discursivos Foucaultianos (EDF), como uma função que produz sentidos no cerne de um discurso, sendo este dependente de múltiplas regras de formação não restritas a aspectos linguísticos, na medida em que são consideradas as condições sociais, históricas, políticas e econômicas articuladas às práticas que possibilitam sua existência. Nessa direção, as condições de emergência e de circulação daquele enunciado dizem respeito aos cruéis assassinatos, em El Salvador, das quatro religiosas estadunidenses – Maura Clarke e Ita Ford (ambas Irmãs de Maryknoll), Dorothy Kazel (Irmã Ursulina) e Jean Donovan (missionária leiga), em dezembro de 1980.

Trata-se de um enunciado que alcança outras religiosas no Brasil igualmente vítimas da violência inerente a certos dispositivos de poder. Dentre as que seguiram a rota da fé amalgamada à coragem e à dedicação para defender tanto os povos originários quanto a população mais empobrecida, invocaremos, neste trabalho, a memória de Dorothy Mae Stang, conhecida como Irmã Dorothy e inserida na lista de mulheres consideradas “guardiãs da Amazônia”². Ela foi uma religiosa que, a exemplo das vítimas em El Salvador, também era estadunidense. Missionária da Comissão Pastoral da Terra (CPT), chegou no Brasil em 1966 e se naturalizou brasileira; em fevereiro de 2005, aos 73 anos de idade, foi assassinada, no município de Anapu, no Pará, transformando-se em referência de luta e resistência pelos direitos humanos e pela floresta na região Amazônica.

1 Professora Associada do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), campus de Guarapuava-PR. Doutora em Linguística e Língua Portuguesa, com estudos em programa de doutorado sanduíche na Universidade Louis Lumière de Lyon II, França. Líder do LEDUNI – Laboratório de Estudos do Discurso da Unicentro. E-mail: denise@unicentro.br.

2 Seguindo a reportagem, “Guardiãs da Amazônia: conheça a história de mulheres que lutaram pela Amazônia e pelos povos originários – Mulheres que doaram a vida pela defesa do meio ambiente, da preservação das florestas e dos povos originários”, além da Ir. Dorothy, duas outras freiras integram essa lista: Irmã Adelaide Molinari e Irmã Cleusa Rody Coelho t Cf. <https://buritinews.com.br/noticia/13318/guardias-da-amazonia-conheca-a-historia-de-mulheres-que-lutaram-pela-amazonia-e-pelos-povos-originarios>. Acesso em: 20 set. 2024.





Partimos do princípio de que essa freira também “não era apenas uma freira” e, de certo modo, sua história e memória se aproximam das de Maura, Ita, Dorothy e Jean, não somente pelos acontecimentos brutais, mas também, e sobretudo, porque todas elas trilham caminhos orientados na solidariedade de uma “fé radical” (Markey, 2020), numa esperança teimosa e, no que mais nos interessa, nos riscos dos discursos parresiásticos, pensados neste estudo na chave de interpretação disponibilizada no último curso que Michel Foucault (2010) ministrou no *Collège de France*, *A coragem da verdade: governo de si e dos outros*.

Com tal aproximação, pretendemos definir relações que estão na superfície dos discursos em torno do enunciado “não são apenas freiras”, visando tornar “visível o que só é invisível por estar muito na superfície das coisas” (FOUCAULT, 2007, p. 146), lembrando que nada há sob o que é dito para além das relações com outros enunciados, formatando um campo associado no qual se entrelaçam a religiosidade, a parresia (coragem da verdade) e mulheres notáveis (por sua fé, luta, devoção, desejos, afetos e desafetos).

2 QUAIS SÃO AS CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DE EXISTÊNCIA DO ENUNCIADO? POR QUE ESTE E NÃO OUTRO?

Em um rápido retorno à biografia de Maura, Ita, Dorothy e Jean, mulheres unidas tanto pela fé em solidariedade com os mais pobres quanto pela coragem de lutarem por melhores condições de vida para uma população carente de ordem social, política e econômica, destaca-se o assassinato de Óscar Romero (1917-1980). Ele era arcebispo em San Salvador, capital de El Salvador, quando se iniciava a guerra civil no país que durou 12 anos (de outubro de 1979 a janeiro de 1992), travada entre o governo ditatorial de direita – apoiado pelos Estados Unidos – e a guerrilha de esquerda – organizada em torno da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Conhecido como “a voz dos sem voz”, Romero foi um forte defensor dos direitos humanos, da justiça, da paz e dos mais pobres e marginalizados. Em 24 de março de 1980, ele foi fuzilado no momento em que celebrava uma missa na capela do Hospital da Divina Providência, em San Salvador, espaço de acolhimento e cuidados de doentes com câncer. Foi beatificado em 2015 e canonizado em 2018 pelo Papa Francisco, que o havia reconhecido como mártir da Igreja em 2014 e afirmado que seu assassinato foi “por ódio à fé”. Tornou-se, portanto, o “[...] primeiro salvadorenho a ser elevado aos altares, o primeiro arcebispo martirizado da América, o primeiro a ser declarado mártir depois do Concílio Vaticano II, e o primeiro santo nativo da América Central”³.

³ Santo Óscar Romero. Cf. <https://franciscanos.org.br/vidacrista/calendario/santo-oscar-romero/#gsc.tab=0>. Acesso em: 12 set. 2024.





Maura, Ita, Dorothy e Jean, cada qual com suas singularidades e experiências, foram tocadas pelo assassinato do Santo Óscar Romero e se engajaram na arriscada missão de oferecer seus serviços e ajuda humanitária em meio a muitas (des)esperanças, acreditando que “[...] o testemunho efetivo do Evangelho era inseparável do testemunho de vida e de solidariedade para com os oprimidos” (Ellsberg, 2008, p. 293) e isso seria o suficiente para que uma pessoa fosse considerada subversiva naqueles tempos e espaços. Ao desafiarem opressores, elas passaram muito rapidamente a serem identificadas como uma ameaça ao governo por fomentarem certa oposição política. Ameaça identificada nas atividades de providenciarem abrigos aos refugiados, alimentos, transportes e atendimentos médicos, além de enterrarem cadáveres abandonados pelas forças de segurança, quando conseguiram. Maura Clarke narra uma em meio a tantas outras cenas aterrorizantes: “[...] outro dia, passando por um lagozinho com o jipe, eu vi um gavião pousado sobre um corpo que flutuava. Não fizemos nada além de rezar e lamentar” (Ellsberg, 2008, p. 292).

Cientes dos riscos que corriam, elas disseram: “Se os abandonamos quando estão sofrendo a cruz, como podemos falar com credibilidade sobre a ressurreição?” (Maura Clarke); “A maioria de nós gostaria de ficar aqui... Não queremos simplesmente fugir das pessoas” (Dorothy Kazel); “Várias vezes decidi sair de El Salvador. Quase consegui, exceto pelas crianças” (Jean Donovan); “Eu realmente acredito que deveria estar aqui, e nem sei dizer por quê... Tudo o que posso compartilhar com vocês é que a presença palpável de Deus nunca foi tão real” (Ita Ford)⁴.

No dia 2 de dezembro de 1980, Clarke e Ford voltavam de um encontro das irmãs Maryknoll, na Nicarágua, e Donovan e Kazel foram buscá-las no aeroporto com sua camionete branca, em El Salvador. As quatro estavam retornando a Chalatenango quando foram abordadas pela Guarda Nacional salvadorenha. Transeuntes da região ouviram rajadas de metralhadoras e tiros de revólver; a camionete das missionárias foi encontrada incendiada. Seus corpos foram enterrados em uma cova rasa aberta em um terreno baldio e descobertos dois dias depois, quando os camponeses denunciaram o crime às autoridades da Igreja. Após exumação, constatou-se que duas das quatro religiosas foram estupradas, todas torturadas e fuziladas com um tiro na cabeça.

O impacto desse massacre, de um lado, provocou grande comoção e importante reação na Igreja norte-americana, “[...] reanimando a oposição à arrecadação de fundos feita pelos Estados Unidos para o governo salvadorenho” (Ellsberg, 2008, p. 292); de outro, produziu reações em defesa do regime vigente. O enunciado que destacamos para este trabalho irrompe desse confronto de vontades de verdade (Foucault, 2012) no qual adquire especial relevância o discurso de Jeane Kirkpatrick, norte-americana que se tor-

⁴ Declarações disponíveis em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/624659-as-quatro-religiosas-martires-de-el-salvador-nos-desafiam-a-ser-santas>. Acesso em: 12 set. 2024.



nou embaixadora dos Estados Unidos nas Nações Unidas, na época da presidência de Ronald Reagan (1981 a 1985). Ela disse que “**As freiras não era apenas freiras**, eram também ativistas políticas... a favor da frente [guerrilha]”, conforme destaca Goodfriend (2021, p. 1, grifos nossos)⁵. Paralelo a esse enunciado, outros defendiam a ideia de que as religiosas teriam furado uma barreira na estrada e se envolvido em uma troca de tiros, resultando em suas mortes. Posteriormente, oficiais e membros da Guarda Nacional salvadorenha foram responsabilizados e condenados pelos assassinatos das missionárias; as inúmeras evidências de suas vidas e legados comprovaram que elas não eram de fato apenas freiras; eram muito mais, exceto “ativistas políticas”.

Em meio às múltiplas camadas, linhas de forças e de fugas (Deleuze, 1996) que possibilitam a emergência singular do enunciado “não eram apenas freiras” – e não outro –, interessa “[...] sua correlação com outros acontecimentos anteriores ou simultâneos [e posteriores], discursivos ou não” (Foucault, 2013, p. 9).

“Apenas” compreendido em termos estruturais, linguísticos e morfossintáticos é um adjunto adverbial de exclusão, implicando, sobre o substantivo feminino “freira”, uma ideia similar a somente ser uma mulher religiosa filiada à determinada congregação ou ordem, à qual faz votos de pobreza, obediência e castidade; sua vida seria dedicada exclusivamente à oração, ao recolhimento e ao desenvolvimento de obra de caridade, educação e apostolado. Nessa linha de análise, Maura, Ita, Dorothy e Jean eram, de fato, algo a mais do que freira; e é exatamente esse algo a mais que, seguindo os pressupostos arqueogenealógicos, pretendemos descrever e analisar o que impõe, na rota de análise que passaremos a seguir, recuperar o arquivo de uma memória sobre o que é e o que não é ser freira, concentrando-nos na vida e memória da Irmã Dorothy guiada sobretudo pela fé, além da desobediência, resistência e esperanças forjadas, de certo modo, nos riscos da “coragem da verdade” (Foucault, 2010).

3 QUE CORAGEM É ESSA DESSAS FREIRAS QUE, AO SE MANIFESTAREM, SUPÕEM RISCOS?

Possíveis respostas a esse questionamento implicam compreender os conceitos e temas que Michel Foucault analisou em suas últimas aulas, dedicadas à subjetividade e à verdade, finalizando com o conceito de *parresía*, recuperado da cultura greco-latina, para se referir ao franco falar daquele que fala a verdade e que, portanto, possui a coragem de dizer a verdade, de falar livremente, de dizer tudo.

5 Em matéria traduzida e publicada na revista *Jacobin*, que dá relevo à obra biográfica *A Radical Faith: The Assassination of Sister Maura*, de Markey Eileen.





Fundamentalmente, a parresía diz respeito às técnicas das práticas de si mesmo na Antiguidade, que implicam “estética da existência” ou artes de viver, destacando-se os modos pelos quais os antigos gregos e romanos dedicavam-se à produção de subjetividades. Segundo Rago (2013), essas técnicas voltadas para a formação dos jovens e para a noção de cidadania eram bastante diferentes daquelas que se produziram na Modernidade:

[...] ao contrário de visar a produção de ‘corpos dóceis’ por uma pedagogia do corpo e dos sentidos que ensina a passividade, obediência e a submissão, [...] os gregos e romanos desenvolveram técnicas de constituição do eu baseadas em práticas de liberdade, que envolviam a conquista da temperança, isto é, do equilíbrio entre o lado racional e o emocional do indivíduo por um meticuloso trabalho cotidiano de auto-transformação. Ser belo significava ser temperante, ser capaz de agir com autonomia (Rago, 2013, p 31-32).

A partir dos cuidados consigo, desenvolve-se uma vasta atividade de palavra e de escrita ligando o trabalho de si para consigo mesmo e a comunicação com o outro. Alteridade que implica considerar que aquele que fala se dirige ao outro sem adulações e sem recursos da retórica.

Sobre o distanciamento da parresía em relação à arte retórica, Frédéric Gros sintetiza com esses termos, considerando a fala verdadeira, a fala engajada e fala perigosa:

Uma fala verdadeira: a parresía estabelece como principal a separação do verdadeiro e do falso, enquanto a retórica se concentra na maneira de dizer e não tanto na verdade do dito; trata-se de dizer uma coisa da maneira mais direta e clara, sem falsos brilhos nem efeitos ostentatórios. Uma fala engajada: a parresía supõe adesão do falante a seu enunciado; trata-se de enunciar uma verdade que constitui uma convicção pessoal, ao passo que o problema do retórico não é acreditar, mas fazer acreditar (passagem da convicção à persuasão). Por fim, uma fala perigosa: a parresía supõe coragem, porque se trata quase sempre de uma verdade que pode ferir o outro e que assume o risco de uma reação negativa da parte dele, ao passo que a retórica [...] busca bajular o outro, torná-lo dependente de um discurso mentiroso (Gros, 2004, p. 157).

Concentrando-nos nessas falas, entendemos que para que haja parresía, o sujeito diz sua verdade e a “[...] marca como sendo sua opinião, seu pensamento, sua crença, [assumindo] certo risco, risco que diz respeito à própria relação que ele tem com a pessoa a quem se dirige” (Foucault, 2011, p. 12).

É precisamente nessa relação em que o sujeito parresiasta mostra sua coragem dizendo a verdade contra tudo e contra todos, que podemos aproximar as falas – as condutas e as contra condutas – das notáveis mulheres religiosas desta reflexão e, extensivamente, melhor compreender e analisar o enunciado “não eram apenas freiras”, acionando arqueologicamente (Foucault, 2007) sua relação com um domínio de objetos (discurso), em meio a um jogo de posições possíveis para o sujeito que enuncia, considerando-o como um elemento em um campo de coexistência – isso porque todo e qualquer enun-





ciado possui margens povoadas por outros enunciados –, podendo ser lido/analísado mediante uma materialidade repetível, sem perder de vista que o enunciado

Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva – e perdida no passado como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei – o enunciado, ao mesmo tempo em que surge em sua materialidade, aparece com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra a operações e em estratégias nas quais sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquiva, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (Foucault, 2007, p. 119).

Os discursos e as práticas daquelas que “não eram apenas freiras” podem ser aproximados dos discursos parresíastas, em termos contemporâneos, na medida em que instauram e enfrentam “[...] o risco de ferir o outro, de irritá-lo, de deixá-lo com raiva e de suscitar de sua parte algumas condutas que podem ir até a mais extrema violência. É, portanto a verdade, no risco da violência” (Foucault, 2011, p. 12).

Essa possibilidade de aproximar a parresía principalmente dos discursos de/sobre Irmã Dorothy é sinalizada por Foucault (2011) quando ele, após discorrer sobre as modalidades de dizer a verdade – a profética, a da sabedoria, a pedagógica e, por fim, a da parresía – entende que, na contemporaneidade, não existe mais a parresía como praticavam os antigos. Contudo, podemos apreendê-la de forma enxertada nas demais modalidades, uma vez que

[...] o discurso revolucionário, quando assume a forma de uma crítica da sociedade existente, desempenha o papel de discurso parresíástico. O discurso filosófico, como análise, reflexão sobre a finitude humana, e crítica de tudo o que pode, seja na ordem do saber, seja na ordem da moral, extravasar os limites da finitude humana, desempenha um pouco o papel da parresía. Quanto ao discurso científico, quando ele se desenrola - e não pode deixar de fazê-lo, em seu desenvolvimento mesmo - como crítica dos preconceitos, dos saberes existentes, das instituições dominantes, das maneiras de fazer atuais, desempenha justamente esse papel parresíástico (Foucault, 2011 p. 29).

Valendo-nos, doravante, das falas da Irmã Dorothy reproduzidas no documentário *Mataram Irmã Dorothy*, com direção de Daniel Junge (2008) e narração de Wagner Moura, exibido na *Discovery* e disponibilizado no *Youtube*, observaremos precisamente a coragem da verdade enxertada em seus discursos sobre justiça social para os trabalhadores sem terra e sobre preservação da Floresta Amazônica com vistas a um futuro sustentável.





4 O ACONTECIMENTO DISCURSIVO MATERIALIZADO NO DOCUMENTÁRIO “MATARAM IRMÃ DOROTHY”

O documentário inicia com a seguinte informação:

Este documentário é o resultado de um trabalho jornalístico feito no Pará entre fevereiro de 2005 a junho de 2008. As imagens aqui reproduzidas foram filmadas por nossa equipe ou formalmente adquiridas de outros jornalistas e reflete a realidade dos fatos como ocorridos, sem comentários editoriais. Nenhum fato aqui relatado foi dramatizado e este documentário não pretende fazer qualquer julgamento quanto aos acontecimentos aqui descritos (Jungle, 2008).

Destacamos esse “aviso” não por acaso: em que pese, sob a ótica da análise de discursos, a impossibilidade de se “refletir a realidade dos fatos como ocorridos” sem atravessamentos subjetivos, na linha de entendimento de que se trata de uma narrativa que (re)produz uma verdade, importa tomar a fala “verdadeira, engajada e perigosa” (Gros, 2004, p. 157) efetivamente dita por uma mulher, a exemplo de muitas outras, que “não eram apenas uma freira”. Ao longo do desenvolvimento do documentário, recortamos oito falas da Ir. Dorothy, transcritas e organizadas em Sequências Enunciativas (SE) seguidas da indicação do momento em que elas aparecem no vídeo.

Como indica o título, trata-se de um “Documentário sobre a morte em fevereiro de 2005 da irmã Dorothy Stang, freira católica e ativista, aos 73 anos. Morta no Pará, Brasil, ela lutava há 30 anos junto com ambientalistas e a desprivilegiada comunidade local contra a exploração dos poderosos madeireiros e latifundiários”, conforme lemos na sinopse. Pelo seu fio condutor, retrata-se sua trajetória de luta, de compromisso social sobretudo em relação aos trabalhadores rurais, sua preocupação com o desmatamento no cerne das violências desencadeadas pelos conflitos agrários na região onde ela desenvolvia seu trabalho de ministério ao tempo em que defendia o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Sob múltiplas ameaças, tomando a palavra franca, em possível adesão ao discurso parresiástico, dizia: “Não quero fugir, nem quero abandonar a batalha desses agricultores que vivem sem proteção na floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor numa terra onde possam viver e produzir com dignidade sem devastar”⁶.

Irmã Dorothy, também conhecida como Dot – assim é muitas vezes chamada no documentário pelas pessoas que conviveram com ela –, após sua chegada ao Brasil, em 1966, realizou estudos no Centro de Formação Intercultural, no Rio de Janeiro, para aprender a língua portuguesa, história do Brasil etc. Na sequência, iniciou sua jornada de

6 Cf. <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/nao-vou-fugir-nem-abandonar-luta-desses-agricultores-des-protegidos-no-meio-da-floresta-eles-tem-sagrado-direito-uma-vida-melhor-numa-terra-onde-possam-viver-produzir-com-dignidade-sem-devastar-21333962>. Acesso em: 12 set. 2024.





trabalho com a população carente da Amazônia em Coroatá, no Maranhão. Nessa região, dedicou-se à construção de escolas, orientando os agricultores a lutarem por seus direitos e a aprenderem a ler e a escrever; ajudou, dentre outras frentes, na criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Vieira, 2017) sempre agindo na defesa dos trabalhadores rurais sem terra. Desde então seguiu uma rota de trabalhos que trouxe esperanças e alegrias para muitas pessoas; mas trouxe também muitas desavenças e ódio, desempenhando justamente um papel parresíástico em face das injustiças centradas nas interdições de os camponeses terem direito à terra, por exemplo.

Nos anos 70, impulsionado pela iniciativa do governo federal de ocupar a Amazônia de modo a integrá-la ao restante do país, desencadeou-se um intenso e problemático processo migratório, atraindo muitos trabalhadores sem terra, grandes latifundiários e a prática criminosa de devastação da floresta. Para melhor delinear o momento sócio-histórico, político e econômico que fundamentou a emergência das falas da Ir. Dorothy, vale retomarmos a “Arrancada para conquistar o gigantesco mundo verde”, título da matéria do jornal Folha de São Paulo, de 10 de outubro de 1970, na qual ganha destaque um emblemático momento: o desejado marco inaugural que contou com a presença do então presidente da república – o general Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) – e de sua comitiva no Pará.

O presidente Garrastazu Médici aplaudiu entusiasticamente a derrubada, em plena selva amazônica, ontem, de uma árvore de mais de 50 metros de altura, simbolizando assim a transposição de mais um obstáculo à construção da Rodovia Transamazônica. A solenidade, realizada nesta pequena cidade do interior do Pará, marcou o início das atividades de construção de mais um trecho daquela importante via de integração nacional, ligando Altamira a Rio Repartimento, numa extensão de 300 quilômetros (Folha de São Paulo, 10/10/1970)⁷.

Após muitos aplausos e emoções, o general Médici descerrou a placa comemorativa do início da construção de uma imensa rodovia no seio da floresta amazônica, oficializando, assim, o início de um processo desenfreado de conquista do mundo verde, mirando os grandes projetos idealizados pela elite civil-militar de um Brasil daquela época. Quando Ir. Dorothy se mudou para Anapu, na região do Xingu, em 1982, os efeitos dessa grande euforia com a derrubada de uma árvore, com mais de 50 metros de altura, simbolizando a abertura do caminho para o progresso, repercutiram-se na própria floresta tragicamente atingida com desmatamentos e destruições.

Logo no início do documentário, vemos e ouvimos Ir. Dorothy dizendo:

7 Cf. http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_10out1970.htm#:~:text=Medici%20implanta%20na%20selva%20marco,numa%20extens%C3%A3o%20de%20300%20quilometros. Acesso em: 20 set. 2024.





S1 – 01min – Da terra vem vida e nós não podemos tirar da terra a vida só para nós; nós temos que pensar naqueles que virão depois de nós; então, a terra tem que ser para sempre; então nós temos que tratar ela com muito carinho, porque a terra é fonte de vida para o povo de Deus.

SE 2 – 7min50s – Uma das coisas que me levam a trabalhar é a magnitude da floresta. Então, como podemos ajudar a chamar atenção para o que está acontecendo... para que as pessoas tenham a chance de viver e aproveitar as belezas deste mundo magnífico que eu tive a chance de desfrutar.

SE 3 - 18min36s – E você pode ver que não há mais cobertura florestal; e é isso que vamos ver agora [imagem de um caminhão carregando madeira] está captando algo? Está bem. Eles estão de olho na gente? Muito da extração de madeira é ilegal; esses grandes agricultores os chamamos de fazendeiros veem nisso um caminho para conseguir barato eles cortam milhares de hectares, queimam tudo e plantam capim para que possam criar milhares de cabeças de gado; e então eles começaram a trabalhar mais intensamente contra nosso projeto e nós intensificamos o nosso desejo de ficar.

Na SE1 e na SE2, ao defender que “a terra é fonte de vida para o povo de Deus” e exaltar a “magnitude da floresta”, entendendo que esta é essencial para a sobrevivência das futuras gerações, reverberam-se outros enunciados, notadamente os Bíblicos presentes em Deuteronômio 8: “Senhor teu Deus te põe numa boa terra, terra de ribeiros de águas, de fontes, e de mananciais, que saem dos vales e das montanhas; Terra de trigo e cevada, e de vides, e figueiras, [...] Quando, pois, tiveres comido, e estiveres farto, louvarás ao Senhor teu Deus pela boa terra que te deu” (Bíblia Sagrada)⁸.

Como vimos, na parresía, a fala verdadeira, engajada e perigosa implica a possibilidade de enfurecer o interlocutor, em um jogo arriscado entre aquele que fala a verdade e aquele que a recebe. No jogo parresiástico conduzido pela verdade segundo a qual “a terra é fonte de vida para o povo de Deus”, há uma espécie de “[...] conselho para que o interlocutor se comporte de certa maneira [avisando-o] que ele está errado no que pensa, ou no modo que ele age” (Foucault, 2010, p. 7). O outro nessa interlocução são muitos, nominados na SE 3, unidos pela ideia de que a terra precisa ser explorada de modo a gerar rendimentos e lucros.

SE 4 – 10m09s - Com toda essa agroindústria, cada vez que você queima ela perde toda sua fertilidade ela não tem condição de recuperar nunca.

Com essa acumulação de terra na mão de poucos, faz com que o povo vai ficar onde? Então muitas pessoas não querem ser peão; eles têm ideia de ser realmente um pouco mais dono da sua vida.

Em “O Sujeito e o Poder”, Foucault (1995, p. 235) destaca três tipos de lutas que poderão ser articuladas às falas da SE2, SE3 e SE4: (i) a primeira é contra as formas de dominação, sejam elas étnicas, sociais ou religiosas; (ii) a segunda é contra as formas de

⁸ Disponível em https://www.bibliaon.com/deuteronomio_8/. Acesso em: 20 out. 2024.



exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; (iii) “contra o que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão). Na coragem de dizer que “há a acumulação de terra na mão de poucos” e que “muitas pessoas não querem ser peão”, seu discurso é atravessado e constituído por uma espécie de denúncia da assimétrica relação de poder assentada na luta contra as formas de sujeição, exploração e dominação daqueles que não querem ser “peões” da “agroindústria”.

Para Foucault (1995), o poder, diferentemente do que propõe a teoria clássica do poder, é espraiado microfisicamente na nossa vida cotidiana; não está localizado em pontos específicos, em alguém ou em uma instituição, na medida em que funciona como uma rede de dispositivos; poder é compreendido como luta, relação de forças. Assim sendo, acrescentemos mais duas características do poder: ele produz discursos e sujeitos, pois possui uma positividade, e se há poder, necessariamente há resistências, pois poder e resistência se capilarizam no tecido social, alcançando, por exemplo, a fala da Ir. Dorothy. Nessa, sobressai o compromisso caro aos parresíastas: “o sujeito que fala se compromete, ao dizer, de “fazer o que diz e a ser sujeito de uma conduta, uma conduta obediente, ponto por ponto, à verdade que formula” (Foucault, 2004, p. 492).

Seu nexos e compromisso com essa produção discursiva se manifesta mais claramente da próxima SE.

SE 5 – Deus protege todos nós com muita saúde, muita alegria (...) Esse povo vem trabalhar a terra de uma maneira que dá mais vida à terra; ele não vai destruir a Amazonas; ele vai ter sua lavoura [...] na harmonia com que já existe na natureza.

Focalizando soluções para os problemas de desmatamento e dos Trabalhadores Sem Terra, Ir. Dorothy apostava na eficácia do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) como possibilidade de conseguir gerar emprego e rendas e de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais sem devastar a floresta. O PDS é um tipo de assentamento que, embora criado pelo governo, foi com Ir. Dorothy que ele se efetivou. Nele, conforme é explicado no documentário, as famílias de agricultores são assentadas em uma área em que 20% se destinam à produção de maneira sustentável e 80% ao manejo florestal comunitário.

Ainda que a ideia do PDS surgisse antes das iniciativas atribuídas à Ir. Dorothy, por meio do governo federal, foi ela quem se tornou sua principal defensora e o implementou com êxito. O assentamento de dezenas de famílias iniciada em 1999 foi reconhecido pelo





governo brasileiro em 2003, mostrando que é possível atender às demandas atuais sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das gerações futuras.

SE 6 – 17m51s – A situação aqui no Pará é muito precária; a oposição é tão forte, porque o desejo de controlar toda essa natureza é muito grande então essa tensão que nós estamos passando é muito difícil e para mim é difícil porque eles tentam acusar nós de estarmos provocando [isto].

SE 7 – 19m55s – eu fui dada no município, pela prefeitura e a câmara municipal “Persona não Grata” porque eles acham que a serraria era a vida do município... estou atrapalhando a vida do município; apenas diz que se eu entro lá eu morro.

Oposições ao PDS se levantaram em reação raivosa aos discursos e à fala verdadeira, engajada e perigosa da missionária que defendia a reforma agrária, mantendo “[...] uma agenda de diálogos com lideranças camponesas, políticas e religiosas, na tentativa de encontrar soluções para os conflitos ligados à posse e à exploração da terra” (Bingemer *apud* Vieira, 2015, p. 341).

Ao se chocar com o poder da oposição “tão forte” que desejava “controlar toda essa natureza”, ganha relevo uma das características do funcionamento parresiásticos: o risco de despertar no outro uma reação negativa, irritando-o, provocando a ira, a hostilidade e a violência (Foucault, 2011), culminando, conforme a SE 6, na posição sujeito de um “*persona non grata*” no município.

Por se tornar uma “*persona non grata*”, expressão do campo da diplomacia que significa que o sujeito não é bem-vindo ou que há restrições em relação a sua presença, ela declara estar ciente dos riscos da sua coragem da verdade: se não respeitasse as restrições impostas, ela poderia morrer.

Contudo, onde há obediência, não pode haver parresia, pois “[...] o problema da obediência está no cerne da inversão dos valores da parresia” (Foucault, 2011, p. 295). E foi desobedecendo que ela não se intimava com as ameaças de morte e continuo resistindo e denunciando, conforme destacado a seguir, a ilegalidade da grilagem de terras.

SE 8 – 21m50s – quando o povo tem acesso a uma terra, a grilagem já está na frente. E essa é nossa luta neste momento para que o Incra facilite com mais rapidez pra que tenha condições de chegar a ser uma realidade.

SE 9 – 29m09s – eles estão tentando realizar desmatamento e grilando essas áreas, essas terras eram terras públicas, da nação. Essas terras não têm documentos que garante ao madeireiro ou fazendeiro direito a essa terra.

Grilagem é uma prática criminosa muito antiga que diz respeito à tomada ilegal de posse de alguma terra pública ou de terceiros, valendo-se de documento falso. Estima-se que uma grande área de desmatamento da floresta amazônica, nos últimos anos, se deu





em terras públicas brasileiras, terras que pertencem ao Brasil e não a entes privados, “madeireiros ou fazendeiros”, como destacado na SE9.

Sobre os significantes “grilar” (grilar) e “grileiros” (substantivo), trata-se de palavras derivadas de grilo. Antigamente, para deixar documentos com aspectos de algo antigo e legítimo, colocava-se o papel em caixas com os grilos. Os insetos roíam as bordas dos documentos e seus excrementos os deixavam amarelados. “Atualmente, os grileiros usam o SICAR (Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural) de forma fraudulenta para validar uma terra pública como propriedade privada”⁹.

Nessas últimas falas francas da Irmã Dorothy, registradas no documentário, ela manifesta sua indignação em relação à grilagem de terras e reivindica celeridade nos processos de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para que conseguisse atender mais famílias no âmbito do PDS. Naquele momento, o PDS previa atender 600, mas, por causa da grilagem, segundo sua fala (SE8 E SE9), apenas 220 tinham sido beneficiadas.

Compreendendo a prática de liberdade como sendo constitutiva das “estéticas da existência”, sua desobediência era levada às últimas consequências, pois ainda que sob ameaças, ela insistia em dizer a verdade e fazer valer os direitos dos trabalhadores sobre as terras. Em fevereiro de 2005, em uma estrada rural, Ir. Dorothy foi silenciada; não pôde mais falar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na epígrafe, destacamos um enunciado materializado na camiseta com a qual Ir. Dorothy foi fotografada e que circula em inúmeras reportagens e *sites*, reverberando sua fala franca, corajosa que ao enunciar “*A morte da floresta é o fim de nossa vida*” resume não apenas sua luta pela conservação da floresta, mas todo um legado de luta e justiça pelos trabalhadores rurais e pela conservação da biodiversidade.

⁹ Explicação disponível em: [https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/grilagem#:~:text=O%20termo%20grilagem%20surgiu%20de,que%20os%20documentos%20seriam%20antigos](https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/grilagem#:~:text=O%20termo%20grilagem%20surgiu%20de,que%20os%20documentos%20seriam%20antigos.). Acesso em: 20 set. 2024.





Figura 1 – Irmã Dorothy Stang



Fonte: Imagem compartilhada no site Memorial e Democracia¹⁰.

Na esteira das reflexões de Foucault (2010), a coragem de um sujeito dizer a verdade diz respeito a uma atitude ética e pessoal que, na Antiguidade greco-romana, era uma das diretrizes para o funcionamento da democracia. Em termos contemporâneos, em nome da verdade, é possível reconhecer esse comprometimento ético nas regularidades das falas verdadeiras, engajadas e perigosas que foram analisadas, notadamente porque o que foi efetivamente dito enreda-se à conduta de vida de quem disse. Sobressai-se esse compromisso ético quando (i) critica a sociedade capitalista e defende o direito de os camponeses terem direitos sobre as terras; (ii) reflete e analisa as produções dos saberes e os exercícios de poderes que visam explorar os sujeitos e a floresta amazônica; (iii) aponta, junto à população e ao governo, caminhos para serem enfrentadas as sujeições de muitos homens e mulheres; (iv) cria projetos que produzem emprego e renda, além de reflorestamento de áreas degradadas.

Enfim, depois do papel parresiástico que retraçamos, voltemos ao enunciado “não eram apenas freiras”, tendo em mira que

[...] análise enunciativa só pode se referir a coisas ditas, a frases que foram realmente pronunciadas ou escritas, a elementos significantes que foram traçados ou articulados – e, mais precisamente, a essa singularidade que as faz existirem, as oferece à observação, à leitura, a uma reativação eventual, a mil usos ou transformações possíveis, entre outras coisas (Foucault, 2008, p. 124).

Na singularidade de sua emergência, dirigido às religiosas executadas em El Salvador, o enunciado “não eram apenas freiras” aciona um campo de memória no qual habita

10 Cf. <https://memorialdademocracia.com.br/card/assassinato-de-dorothy-stang-choca-o-pais#:~:text=Numa%20estrada%20de%20terra%20de,os%20principais%20mandantes%20do%20crime>. Acesso em: 10 set. 2024.





a imagem de freiras apartadas do mundo conflituoso e reclusas em conventos; ser freira, nesse entendimento, é não se envolver ativamente com o espaço público saturado de injustiças sociais, inseguranças e conflitos. “As pessoas pensam que as freiras são bobinhas”, disse Maria Valéria Rezende – freira, feminista, ativista, e uma das mais brilhantes escritoras da literatura brasileira contemporânea – em uma entrevista¹¹. Seriam, assim, incapazes de fazer algo grande, importante e corajoso. Na pesquisa que a jornalista Markey (2020) desenvolveu sobre a vida e a memória da Maura Clarke, ela afirma que Kirkpatrick não estava totalmente errada, pois “elas não eram apenas freiras’, eram muito mais do que freiras. Elas eram mulheres extremamente corajosas, que arriscaram a vida ao apoiar as vítimas mais vulneráveis da política externa dos Estados Unidos, na luta por dignidade e autodeterminação. E isso foi feito em nome da fé” (*apud* Goodfriend, 2020).

Reativando essa explanação sobre o mesmo enunciado em relação à Ir. Dorothy, definitivamente ela também não foi apenas uma freira. Sua vida e sua memória são necessárias ao nosso presente, não como uma referência de heroísmo ou de algum projeto fúnebre, mas como experiências para um projeto futuro no qual possamos visualizar a floresta mais respeitada e as vidas mais dignas e justas.

REFERÊNCIAS

ELLSBERG, Robert. **Benditas entre as mulheres** – Santas, Profetisas e Testemunhas de Nosso Tempo. Trad. Solange Pinheiro. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.

DELEUZE, Gilles. **O que é um dispositivo**. *In*: O mistério de Ariana. Trad. e prefácio Edmundo Cordeiro. Lisboa: Editora Vega/Passagens, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade III**. O cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**: o governo de si e dos outros II. Curso no *Collège de France* (1983-1984). São Paulo: Martins Fontes, 2011.

GROSS, Frédéric. **Foucault a coragem da verdade**. São Paulo: Parábola editorial,

¹¹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/20/cultura/1487625634_391058.html. Acesso em: 20 out. 2024.





2004.

GOODFRIEND, Hilary. Mais que simples freiras. **Jacobin**, v. 7, 2021. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/12/mais-que-simples-freiras/>. Acesso em: 10 set. 2024.

HUEZO, Stephanie M. The Murdered Churchwomen in El Salvador. **Origins**, Current Events in Historical Perspective December, 2020. Disponível em: <https://origins.osu.edu/milestones/murdered-churchwomen-el-salvador>. Acesso em: 10 de set. 2024.

JUNGE, Daniel. **Mataram Irmã Dorothy**. Documentário, 2008.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade [online]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MARKEY, Eileen. Memory, Commitment and Solidarity: Maura Clarke and the Churchwomen of El Salvador. **Conference in Center for Spirituality**, Saint Mary's College, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jmQYgc9mqV0>. Acesso em: 20 set. 2024.

VIEIRA, Osnera Silva. Educação e Memória no Legado de Dorothy Mae Stang em Anapu, Pará. *In*: SILVA, Idelma Santiago et al. **Mulheres em Perspectiva**: trajetórias, saberes e resistências na Amazônia Oriental. Belém: Paka-Tatu, 2017.





Sobre os autores

Arkley Marques Bandeira

Historiador e Arqueólogo. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2do CNPq. Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão (2003), Especialização em Educação Ambiental (2005), mestrado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (2008) e doutorado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (2013). Atualmente, é Docente do Ensino Superior da Universidade Federal do Maranhão - Departamento de Oceanografia e Limnologia. Integra o Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade PGCult UFMA (Mestrado e Doutorado) e Desenvolvimento e meio Ambiente PRODEMA - UFMA e Doutorado em Rede PRODEMA como docente permanente. Coordena o Observatório Cultural do Maranhão - PGCult - UFMA e o Laboratório de Arqueologia e Estudos Culturais -LAEC - DEOLI - UFMA. Coordena o Curso de Licenciatura e História PARFOR CAPES da UFMA. Tem experiência nas áreas de Arqueologia, História e Estudos Culturais, com ênfase nos seguintes temas: sambaquis, cerâmica pré-histórica, patrimônio cultural, e em políticas culturais e estudos culturais. É membro permanente da Sociedade de Arqueologia Brasileira, da Associação Brasileira de Arte Rupestre, e membro fundador da Casa da Memória do Instituto do Ecomuseu do Sítio do Físico, em São Luís - MA.

Claudiane Diniz da Silva

Mestra no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora, Pesquisadora, Consultora e Auditora. Possui graduação em Administração - Análise de Sistemas pela Faculdade Atenas Maranhense (2007), Especialista em Engenharia da Produção pela Universidade Estadual do Maranhão (2010). Tem experiência na área de Administração, Consultoria sobre Implantação de ISO 9001 e Professora Universitária para as disciplinas de Fundamentos da Administração, OSM (Organização, Sistemas e Métodos), Gestão da Qualidade e Jogos Empresariais, Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional.

Conceição de Maria Belfort de Carvalho

Possui graduação em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão (1997), Especialização em Planejamento Ambiental pela Universidade Federal do Maranhão, mestrado em





Estudos Literários pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001) e Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009). Professora Associada II da Universidade Federal do Maranhão. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (Nível Mestrado- Linha 2: Cultura, Educação e Tecnologia). Tem experiência na área de Turismo, com ênfase nas áreas: Gestão do turismo, Patrimônio cultural e Pesquisa em Turismo. Projetos aprovados com recursos financeiros: São Luís Patrimônio Cultural da Humanidade: a dualidade da interação entre turistas e o espaço da cidade Edital Universal CNPQ/2014-Bolsista Produtividade pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Maranhão-FAPEMA no período de 2018 a 2109 - Projeto Coordenado: O conceito de experiência aplicado aos produtos turísticos comercializados em São Luis (MA).

Denise Gabriel Witzel

Possui graduação em Letras Português Francês pela Universidade Estadual Paulista - UNESP-Assis (1989), Mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Maringá (2003) e Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista - FCL/UNESP-Araraquara-SP (2011). Em 2009, realizou estudos em programa de doutorado sanduíche na Universidade Louis Lumière de Lyon II, França. Desde 1998, é professora na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-Guarapuava/Pr), sendo, atualmente, ASSOCIADA B nessa Universidade. Líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos do Discurso da Unicentro (LEDUNI/CNPQ); Membro do GT de Estudos Discursivos Foucaultianos da ANPOLL. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino da língua portuguesa, discurso, corpo e história das mulheres.

Edgar Bracamonte Lévano

Licenciado en Arqueología de la Universidad Nacional de Trujillo, maestría en Ciencias, con mención en Gestión Económica Medioambiental y de Recursos Naturales de la Facultad de Ciencias Biológicas de la Universidad Nacional de Trujillo. Actualmente, candidato a doctor en Arqueología con mención en Estudios Andinos de la Pontificia Universidad Católica del Perú. He participado en distintos proyectos de investigación arqueológica en La Jalca Grande (Chachapoyas), Virú, Sipán, El Chorro, Congona, Mata Indio, El Triunfo y La Inmaculada. Desde el año 2009 me desempeño como Coordi-





nador General del Museo Tumbas Reales de Sipán. Desde el año 2010 soy director del Proyecto Arqueológico Huaca Santa Rosa de Pucalá y recientemente del Proyecto Luya. He publicado artículos científicos y de difusión en medios locales e internacionales sobre sus investigaciones en Los Petroglifos de Tolón, Chumbenique, Luya, Sipán y Santa Rosa de Pucalá. Recientemente ha publicado su primer libro titulado □ Huaca Santa Rosa de Pucalá y la organización territorial del valle de Lambayeque□. He participado en diferentes eventos académicos presentando investigaciones arqueológicas, de conservación, museografía y gestión del patrimonio arqueológico. Me desempeñé como docente en la Universidad Alas Peruanas en las Escuelas de Turismo, Administración y Medicina Humana, en la Universidad de Lambayeque en la escuela de Administración Turística y en la Universidad Nacional Pedro Ruiz Gallo en las escuelas de Arqueología, Arte y Sociología.

Elda Silva do Nascimento Melo

Pós-doutorado em Educação pela Universidade de Valencia/UV/Espanha (com apoio da CAPES). Graduação em Pedagogia, Mestrado e Doutorado em Educação (UFRN). Professora do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo e do Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação da UFRN. Foi Coordenadora de Gestão Educacional do PIBID/UFRN entre 2012 e 2015 e Vice-coordenadora do curso de Pedagogia da UFRN. Participa de grupos de pesquisa na área de Educação, assim como coordena projetos de pesquisa envolvendo temas como a Formação Docente, Teoria das Representações Sociais e Praxiologia de Pierre Bourdieu. Ministra as disciplinas de Estágio Supervisionado no curso Ciências Sociais, atuando também como avaliadora de cursos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. De 2017 a 2022 desempenhou as funções de Diretora de Desenvolvimento Pedagógico - DDPEd e Pró-reitora Adjunta de Graduação da Pró-reitoria de Graduação da UFRN. Desde 2017 faz parte da Comissão Própria de Avaliação - CPA e da Comissão de Graduação da UFRN. Atualmente, ocupa o cargo de Pró-reitora de Graduação da UFRN. Suas áreas específicas de interesse como pesquisadora incluem Formação Docente, Ensino Superior e Representações Sociais.

Fabiola de Jesus Soares Santana

Doutora em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Leitura e formação de leitores pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Graduada em Licenciatura





Plena em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora da Universidade Estadual do Maranhão, atuando também nos Programas de Pós-Graduação em Letras e em Educação. Tem experiência na área de Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino, leitura, gêneros textuais, língua. Desenvolve projeto pesquisa sobre Interações Acadêmicas e Gêneros Escritos: Proposta de Ensino de Língua com Fins Específicos. É líder do grupo multimodalidade textual e ensino. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Tecnologias Educacionais, Neurociência e Afetividade, Grupo de Estudo sobre Gestão e Avaliação da Educação (GESTA) e da Rede Universitas Br, grupo nacional de pesquisa sobre educação superior.

Fátima Cristina Maya S. Costa

Graduanda em Geografia-Licenciatura na Universidade Federal do Maranhão.

Ilza Galvão Cutrim

Possui doutorado (2004) e mestrado (1998) em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP, campus de Araraquara; Graduação em Licenciatura Plena em Letras (1996), com Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, Língua Francesa e Literaturas de Língua Francesa. É professora Titular da Universidade Federal do Maranhão, onde ministra e orienta pesquisas em nível de Graduação no Departamento de Letras e no Programa de Pós-graduação em Letras-PGLetras (Mestrado Acadêmico). Adota como aporte teórico e metodológico em suas pesquisas os pressupostos da Análise do Discurso - AD, com base nas contribuições de Michel Foucault. É Vice-líder do Grupo de Pesquisa em Linguagem e Discurso do Maranhão - GPELD e coordenadora do Projeto de Extensão Entretextos. É organizadora, dentre outros, dos livros *Visadas discursivas: identidades, memórias e culturas artísticas*; *Entre discursos: memória, produção e circulação de sentidos*; *Mídia, linguagem e sociedade: espaços, corpos e vozes na atualização da resistência*; *Discursos, espaços e subjetividades*; *Práticas discursivas em espaço digital: múltiplos percursos*. Sua pesquisa envolve questões relacionadas a discurso, sujeito, poder no espaço urbano.

Ivânia dos Santos Neves

Possui Pós-Doutorado em Linguagens e Governamentalidade pela Unesp de Araraquara. Doutorado em Linguística, na área de Análise do Discurso pela Unicamp (2009). Mes-





trado em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (2004). Licenciatura em Letras pela Universidade Federal do Pará (1992). Prêmio Jabuti 2000, na categoria didático. Experiências na área de Linguística, Comunicação e Antropologia. Desenvolve pesquisas com sociedades indígenas, com estudos sobre cidades e experimentações didáticas com as novas tecnologias da informação. Líder do GEDAI - Grupo de Estudos Mediações e Discursos na Amazônia. Atualmente, é professora do Instituto de Letras e Comunicação - ILC da Universidade Federal do Pará, docente permanente da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras. Bolsista de Produtividade do CNPq.

Juliana dos Santos Nogueira

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT-UFMA), Mestra em Cultura e Sociedade (PGCULT - UFMA), mestra em Preservação do Patrimônio Cultural (PEP - IPHAN). Graduada em Ciências Sociais pela UFMA. Graduada em Direito na Universidade Ceuma. Atua na área de antropologia, museologia e curadoria no Museu Afro Digital do Maranhão. Pesquisa temas relacionados à Saúde Integral, Religião e Cultura Popular, Museologia, Educação Patrimonial, Patrimônio Imaterial e Salvaguarda. Membro do Grupo de Pesquisa GP MINA e GEPTED. Também atua na área da saúde mental como Hipnoterapeuta e terapeuta integrativa.

Kláutenys Dellene Guedes Cutrim

Possui graduação em Turismo e especialização em Planejamento Ambiental pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestra em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professora Associada III da Universidade Federal do Maranhão. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT/UFMA), na Linha de Pesquisa Cultura, Educação e Tecnologia. Projetos aprovados com recursos financeiros :Museu Comunitário: histórias de vida da Vila Embratel e Turismo em Espaços Museais: uma análise das práticas turísticas nos museus de São Luís- ma. Coordenando o projeto Práticas Inovadoras e Novas Tecnologias nos Espaços Museais: estratégias e possibilidades na valorização do patrimônio cultural maranhense. Tem experiência na área de gestão e planejamento turístico com ênfase em Patrimônio Cultural e Políticas Públicas de Preservação Patrimonial.





Luciano da Rocha Penha

Professor Adjunto 3 e Pesquisador da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) no Campus de Grajaú. Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Em 2019 cursei Estágio de Doutorado Sanduíche na Friedrich-Schiller Universidade de Jena, na Alemanha. Possuo Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. Possuo Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela UFPA. Tenho interesses em pesquisas sobre: Geografia da Energia, Geografia Econômica, Geografia da Indústria, Geografia Física, Política Energética, Energia Renovável, Transição Energética Mundial, Indústria Agropecuária, Bioeconomia, Planejamento Ambiental e Avaliação de Políticas Públicas.

Luisa Elvira Belaunde Olschewski

Antropóloga especialista em povos amazônicos. Possui graduação e mestrado da Université Catholique de Louvain (Bélgica) e doutorado em antropologia (PhD) da Universidade de Londres, London School of Economics (1992).

Marcelo Fagundes

Bacharel e licenciado em História pela Universidade de São Paulo (1998), mestre (2004) e doutor (2007) em Arqueologia pelo Programa de Pós-graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (PPG/MAE/USP). Pós-doutorado em Geologia pela UFVJM e Pós-Doutorado em Geografia pela UFMG. Professor Associado II da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (FIH/UFVJM). É Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq (PQ2). Atualmente é Coordenador do Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem (LAEP/CEGEO/ICT/UFVJM) e membro pesquisador do LINTT (MAE/USP) - Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Tecnologia e Territórios. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas (PPGCH/UFVJM). Projeto de Pesquisa na chamada universal FAPEMIG 0124, número APQ-01950-24, outorga 98761750/2024 e avaliador FAPEMIG da Câmara de Ciências Sociais (CSA).



Marcia M. Arcuri Suñer

Marcia Arcuri é graduada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP (1994), mestre em Estudos Ameríndios pelo Departamento de História e Teoria da Arte da Universidade de Essex - Inglaterra (1996) e doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia / Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP (2003). Realizou pós-doutoramento no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Foi membro fundadora e coordenadora do Centro de Estudos Mesoamericanos e Andinos da Universidade de São Paulo (2001-2010), curadora da exposição “Por Ti América” (Centro Cultural Banco do Brasil 2006-2008) e assessora científica das exposições Tesouros de Sipán - “Esplendor da Cultura Mochica” e “Ouros de Eldorado: Arte Pré-Hispânica da Colômbia” (Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2006 e 2010). Foi coordenadora de socialização do patrimônio arqueológico do CNA/DEPAM - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2011). Coordena, no Brasil, intercâmbio acadêmico com o projeto arqueológico Ventarrón - Collud e Museo Tumbas Reales de Sipán, vinculados à Unidade Executora 005 Naylamp Lambayeque/MinC Peru. É professora efetiva do Departamento de Museologia da Escola de Direito, Turismo e Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto (DEMUL/EDTM/UFOP); docente do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio da EDTM/UFOP; pesquisadora do Laboratório de Estudos Interdisciplinares de Tecnologia e Território (LINTT) do MAE/USP; e atua como professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, orientando pesquisas na área de Arqueologia Pré-Colombiana. Desde 2017 atua como Curadora Adjunta de Arte Pré-colombiana do Museu de Arte de São Paulo - MASP.

Márcia Vieira da Silva

Graduada em Licenciatura Plena em Geografia, pela Universidade do Estado do Amazonas, CSTB/UEA. Especialista em Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, pela Faculdade Salesiana Dom Bosco e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas- UFAM e atualmente Doutoranda em Estudos Linguísticos pela UFPA. Tem experiências em educação para jovens e adultos, é professora colaboradora da UEPA na formação acadêmica intercultural de professores indígenas em aldeia, tem experiência na área de comunicação - locução de rádio, é escritora de literatura indígena e ambiental com 9 livros publicados: Ay kakyri Tama - Eu moro na cidade, O lugar do Saber Ancestral, Saberes da Floresta, Kumiça Jenó: narrativas poéticas dos seres da





floresta e O povo Kambeba e a gota d'água, Infância na aldeia, O curumim Wirá e os encantados, De almas e águas Kunhãs e Cocar.. É poeta, compositora de música indígena em tupi e em português, cantora, faz contação de história, faz fotografia etnográfica, ativista indígena, palestrante com atuação no Brasil e exterior, atriz. Usa a arte para fazer ativismo. Foi a primeira indígena no Brasil a ocupar um cargo de Ouvidora Geral atuando no Município de Belém PA no período de 2021 a 2023. Em 2020 entrou para a AILB (Academia Internacional de Literatura Brasileira) nos EUA, é membro da AFL (Academia Formiguense de Letras) em Formiga MG. Recebeu a Comenda seu Duca por mérito cultural, duas comendas de luta por direitos humanos e duas honrarias.

Mariana Gomes Silva Reis

Graduanda em Geografia-Licenciatura na Universidade Federal do Maranhão.

Marilia de Carvalho Cerveira

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (2010), especialização em Língua Portuguesa pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) e graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (1997). É professora Assistente II da Universidade Estadual do Maranhão e professora nível IV da Secretaria de Estado de Educação do Maranhão. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, Linguística e Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura. Atuando principalmente nos seguintes temas: análise linguística, formação docente, educação literária, gênero textual e ensino de língua portuguesa. Participou da Rede de ancoragem do Maranhão, como formadora da Olimpíada de Língua Portuguesa (ITAÚ SOCIAL/ CENPEC/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO) de 2017 a 2022, além de atuar como revisora de textos.

Mateus Correa Costa

Possui graduação em Letras - Espanhol pela Universidade Federal do Maranhão (2021), pós-graduação em Metodologia de Ensino em Língua Portuguesa e Literatura – UNIASSELVI. Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras- UFMA. Atua principalmente nos seguintes temas: metadiscorso; retórica, argumentação, produção de texto e redação.





Néstor Ignacio Alva Menezes

Estudou na instituição de ensino Universidad Nacional de Trujillo. Trabalhou na empresa Arqueología. Trabalhou como Director na empresa Proyecto Arqueológico Cerro Ventarrón.

Regina Baracuhy

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus Araraquara. Docente da Universidade Federal da Paraíba desde 1991. Atua no Departamento de Língua Portuguesa e Linguística (DLPL). Membro Permanente do Programa de Pós-graduação em Linguística (PROLING) desde 2006. Orienta alunos em nível de Graduação, Mestrado e Doutorado na área de Análise do Discurso de vertente foucaultiana. Líder do Grupo de Pesquisa CIDADI - Círculo de Discussões em Análise do Discurso.

Ronaldo Barros Sodré

Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) com período sanduíche na Universitat d'Alacant (financiado pelo Programa PROCAD-AMAZONIA/CAPES). Mestre, bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Vice-diretor do Núcleo de Humanidades da UFMA. Líder do Laboratório de Extensão, Pesquisa e Ensino de Geografia (LEPENG), vice-líder do Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais (GEDITE) e pesquisador da Rede DATALUTA. Tem experiência em Geografia Agrária, História do Pensamento Geográfico, Ensino de Geografia e Cartografia Temática.

Vanuza da Silva Cruz

Graduanda do curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Participa do Programa institucional de bolsa de iniciação à docência (PIBID). Compõe o Núcleo de Estudos em Reforma Agrária (NERA), onde contribui para a pesquisa de questões agrárias. Integra o Centro Acadêmico de Geografia (Conselho Fiscal).





Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TÍTULO: Discurso e seus entornos

ORGANIZADORES: Conceição de Maria Belfort de Carvalho, Ilza Galvão Cutrim, Mônica da Silva Cruz, Fabíola de Jesus Soares Santana, Marília de Carvalho Cerveira.

PROJETO GRÁFICO: Maurício José Morais Costa

CAPA: Maurício José Morais Costa

FORMATO: 26 X 17 cm

PÁGINAS: 213 p.

TIPOGRAFIA Garamond Family.

EDIÇÃO 1ª edição - 2025

ISBN 978-85-8227-587-0

PUBLICAÇÃO Editora da Universidade Estadual do Maranhão (EDUEMA)





Financiamento:



Apoiadores: